

O VALOR DO TEMPO: QUANTAS HORAS TE FALTAM AO DIA?

ESTUDOS 8

María Ángeles Durán



**O valor do tempo:
quantas horas te faltam ao dia?**

María Ángeles Durán

1.^a Edição
CITE, 2013

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

Título original: El valor del tiempo: ¿Cuántas horas te faltan al día?

© M.^a Ángeles Durán, 2007

Todos os direitos para a presente edição portuguesa foram gentilmente cedidos pela autora.

Título: “O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?”

Autora: María Ángeles Durán

Tradução portuguesa: Ana Curado

Coleção: “Estudos”

Edição: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Rua Viriato, n.º 7 – 1.º, 2.º e 3.º – 1050-233 LISBOA

Tel.: 217 803 700 • Fax: 213 104 662

E-mail: cite@cite.gov.pt • Sítio: www.cite.gov.pt

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Depósito Legal: 315 536/10

ISBN: 978-972-8399-49-8

1.ª Edição

Tiragem: 2000 exemplares

Lisboa, 2013

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição ou opinião da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

É proibida a reprodução integral ou parcial, por qualquer meio, sem referência à sua fonte e sem prévia autorização do seu editor.

Dados internacionais de Catalogação

DURÁN, María Ángeles. **O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?** Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2013...p. 200

1. Uso do Tempo. 2. Mulheres. 3. Género

CDU: 396

*Aos bombeiros de Madrid,
que entraram uma manhã pela varanda da minha casa
para me devolverem ao ritmo quotidiano do tempo*

Nota da Tradutora

O uso de linguagem inclusiva respeitou as opções da autora que fez questão de a utilizar em momentos muito específicos do seu texto.

Índice Geral

INTRODUÇÃO	9
1. O VALOR DO TEMPO	15
As condições da temporalidade	15
O valor do tempo	17
2. O SOL CONTRA A LUA: A NEGOCIAÇÃO DAS MEDIDAS DO TEMPO	21
O Sol contra a Lua	21
Os anos solares	24
Março, tempo de guerra	28
A semana e outras unidades menores de contagem de tempo ..	30
3. TEMPO DAS CRIANÇAS	35
A infância das nossas vidas	35
Cinco lavadeiras e o começo de uma linha de investigação	36
Tesouros com dentes	39
Mães solteiras e outras novas formas de família	42
O tempo do cuidar	45
O equilíbrio instável da conciliação	49
A contribuição das avós para a economia espanhola	53
4. O PARADOXO DO PRESUNTO DE YORK E DAS SARDINHAS	55
Rituais à mesa	55
“Self-service” e restaurantes de luxo: o custo de comer fora de casa	60
Tempo de cozinhar	65
O paradoxo do presunto de York e das sardinhas	69
Fogo lento	72
5. O ESTRANHO CASO DOS CAMARÕES NO CHÃO ...	75
Da pureza do sangue à higiene	75
A limpeza ambiental e o movimento ecologista	77
Processo pela sombra de um burro	81
O tempo dedicado à limpeza dos lares	84
O estranho caso dos camarões no chão	89

6.	TEMPOS DE SAÚDE, TEMPOS DE DOENÇA	91
	O aumento da esperança de vida	91
	A última fronteira: tempos de dependência	95
	Os homens têm muita força, mas são frágeis	99
	<i>Negra María</i> e as taxas de mortalidade infantil	100
7.	ASSIMETRIAS DO SONO	105
	Suécia e Espanha – assimetrias do sono	105
	As horas de sono	107
	O sono perdido	108
8.	O GRANDE ENGARRAFAMENTO DA	
	QUARTA-FEIRA SANTA	113
	A maldição de Sísifo	113
	O tempo de transporte nas grandes cidades	115
	As deslocações diárias inevitáveis	117
	Filas, listas de espera e outros buracos pelos quais o tempo se escoia	120
	Férias sem relógio	122
	O grande engarrafamento da quarta-feira Santa	125
9.	OS COMPRADORES DE TEMPO	127
	Quatro inquéritos para medir o trabalho e um coração para os entender	127
	Os compradores de tempo	130
	Os vendedores de tempo	132
	Os que não conseguem vender o seu tempo	134
	Variações sobre o tempo de trabalho: turno, horários e temporários	136
	Mudanças de emprego ao longo da vida	140
	O emprego e os novos modelos de família	143
	A concorrência internacional pelo tempo de trabalho	145
10.	UM LAR COM SARDINHEIRAS E UM CÃO	151
	Tempo de jardinagem: o valor do inútil	151
	A minha mãe gostava de sardinheiras	153
	As sardinheiras e a contabilidade nacional	156
	Três ramos de eucalipto	160
	Cães, papagaios e outros animais de estimação	162
	Um bilhete de avião para Mei-Hua	165

11.	RISO, FESTA, FARRA E OUTRAS EXPRESSÕES DO BOM HUMOR	167
	O tempo que sobra	170
	Vida social e outras formas de tempo livre	171
	Prazeres tranquilos	178
	Bússola para a animação	180
12.	O ANO EM QUE AS MULHERES DEIXARÃO DE SER VIVÍPARAS	185
	A expulsão do Paraíso	185
	Tempo de cesarianas	186
	O ano em que as mulheres deixarão de ser vivíparas	190
	EPÍLOGO	193
	ÍNDICE DE NOMES	197

Introdução

Depois de trabalhar, ininterruptamente, durante três anos, em projetos de investigação sobre os usos do tempo, fiquei com o desejo de contar os seus resultados a um público mais alargado do que aquele que habitualmente se interessa por este tema, procurando-o em artigos de revistas ou em atividades científicas. Um pouco saturada de tanto número, desejava fazer uma pausa e sair e respirar outras perspetivas relativamente ao meu trabalho quotidiano, penetrando pelos campos mais doces da história, da literatura e da linguagem.

Necessitava igualmente duma mudança de método. O Departamento de Economia, onde trabalho, prima pelo absolutamente empírico e quantitativo, e a experiência pessoal não tem nenhum lugar. *Vade retro* se, para explicar algo, se lança a mão ao que cada um vive no seu dia a dia. No entanto, sempre aceitei a máxima de que “se queres conhecer, começa por ti mesmo”; o que significa que olhar em volta, ao que está próximo, é um bom princípio para o saber tal como a máxima contrária, a de que se deve manter distância e olhar de fora para entender o que se passa dentro.

A preparação deste livro permitiu-me satisfazer todos estes desejos ao mesmo tempo, e por isso lhe estou muito grata.

Como o leitor poderá comprovar em seguida, apesar de astuciosamente ter tentado que não fosse evidente, a espinha dorsal que conduz o livro, desde a primeira até à última página, é o *Inquérito ao Uso do Tempo* que se realizou no Conselho Superior de Investigações Científicas, em 2003, acompanhado por um inquérito mais vasto e melhor equipado para comparações internacionais que foi levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, no mesmo ano e com um nome muito semelhante. Ao fim de tantos meses de trabalho, conheço bem estes inquéritos como ferramentas amigas que, de alguma maneira, parecem ter vida própria¹. Como o caduceu de Esculápio, são orientações vivas em que me apoio enquanto elas entrelaçam os seus respetivos dados como numa dança a dois.

¹ Embora formalmente tenham muito pouco em comum, este livro e o *Informe sobre integración del tiempo en el análisis de la estructura social y económica* (SEC – 2002/00504) são duas faces da mesma moeda. Sem o trabalho longo e difícil do primeiro nunca teria encontrado a motivação necessária para realizar esta segunda parte.

Ao contrário das habituais informações estatísticas, que servem os resultados num prato frio e o abandonam sobre a mesa do leitor, para que este os tempere e organize como melhor lhe parecer, aqui os números ocupam um lugar muito discreto, como um pilar subterrâneo que sustenta o conjunto, mas que pouco sobressai. O tempo e os leitores dirão se o consegui ou não, mas a minha intenção foi a de construir um texto muito ágil, onde tanto conta o que digo como aquilo que sugiro. É sabido que na comunicação escrita o autor tem de conformar-se com uma comunicação em diferido, não instantânea; mas tenho desfrutado enormemente, imaginando os leitores a fazer uma leitura interativa do meu texto. Sempre que relato uma experiência pessoal, desejo que substituam a minha pela sua, porque sem dúvida terão as suas próprias memórias e, na maioria das vezes, não serão tão diferentes das minhas. Não escondo que a minha intenção é a de incentivar o leitor a agir, porque o que está em atraso na preocupação sobre o uso do tempo é a convicção de que a sua distribuição atual pode ser melhorada. O tempo tem muitas dimensões, mas nós mesmos inventamos Cronos e juntos pudemos mudá-lo.

Depois do primeiro capítulo introdutório, intitulado *O valor do tempo*, no qual exponho brevemente as principais categorias da temporalidade, seguir-se-á outro sobre as unidades de medição de tempo, a história por detrás de cada uma e o seu uso em diferentes partes do mundo. Intitulei-o *O sol contra a lua* para chamar a atenção de que nada do que rodeia o tempo é inocente.

Tempo das crianças vem em seguida. É a visão da infância sob uma perspetiva pouco comum do tempo consumido nos cuidados com a criança. Contudo, em minha opinião, essa perspetiva prosaica é essencial para entender a razão da taxa de natalidade em Espanha estar a cair para níveis inferiores ao da sobrevivência coletiva, e por que razão chamei, carinhosamente, às crianças “tesouros com dentes”. Dentes que não mordem pão, mas o alimento da vida, fugaz e subtil, que é o tempo.

O Paradoxo do presunto de York e das sardinhas é dedicado ao tempo da alimentação. Há uns anos atrás ministrei um seminário com esse título no Departamento de Economia da CSIC e, desde então, continuei com a ideia de que o tempo gasto a preparar refeições em casa é maior do que o consumido pela agricultura e quase o mesmo como se supõe que seja consumido pela indústria. É um tempo/acordeão que se pode esticar até ao infinito em termos de quantidade e rituais, como nas cerimónias solenes com que inicio o ensaio. Foi muito divertido escrevê-lo.

O capítulo seguinte, *O estranho caso dos camarões no chão*, deu-me muito trabalho a fazer e desfazer, dado que é sobre a limpeza. À primeira vista parece fácil de discernir o que é a limpeza e quanto tempo leva a limpar e quem o faz, mas não é assim. A limpeza é polissémica, e o Dicionário da Real Academia da Língua Espanhola dedica-lhe uma longa sequência de aceções. Há um tipo de limpeza profunda, de conteúdo ontológico, imaterial, próximo da pureza, que dá origem a problemas como o da pureza do sangue, ou melhor, o problema da sujidade entendida como contaminação ideológica ou racial. Também há outra sujidade coletiva e ambiental que despoja o Oykos comum, a casa de todos na terra, ao qual dediquei uma breve mas, contudo, imprescindível epígrafe. O tema da pureza do sangue, abordei-o através da ironia, girando em torno de um texto de Cervantes do *Teatro das Maravilhas*. Contra tudo o que muitos possam pensar, a obsessão pela limpeza do sangue não termina no século XVIII. Hoje está ainda bem viva, embora sob outras formas. Não quis dedicar-lhe muito mais tempo porque estava a tomar uma direção muito dramática, impossível de aglutinar com os parágrafos seguintes dedicados a formas mais superficiais de limpeza. Tive que parar nesse ponto, prometendo a mim mesma retomá-lo mais tarde. O título refere-se ao costume espanhol de atirar para o chão as beatas dos cigarros e as cascas das sementes de girassol ou qualquer outra coisa, um hábito arraigado apesar das leis municipais o proibirem. Não me tinha dado conta da sua importância até viajar para Singapura e me explicarem que deixar cair no chão uma pastilha elástica ou um lenço de papel poderia custar-me um enorme dissabor. Por detrás das cascas e das meias atiradas ao chão há muita política, muita filosofia e muita história, e é sobre isso que tentei refletir neste capítulo.

Em *Tempos de saúde e tempos de doença* abordo o tema a partir de duas perspetivas: a da esperança de vida ou os anos que nos correspondem a cada um como expectativa, e a do tempo consumido em cuidados paliativos e para prevenir a doença. O contraste entre o aumento contínuo da esperança média de vida nos países desenvolvidos e da persistência de altas taxas de mortalidade infantil entre os grupos que vivem em condições miseráveis proporciona ao capítulo uma tensão interna, reforçada pela reflexão sobre as consequências do envelhecimento para as mulheres e sobre a estranha combinação de força física e fragilidade que provoca a morte prematura de muitos homens.

Embora o sono, como tema, seja aparentemente linear e aborrecido, não o é. Preciso de dormir oito horas por dia para ficar em forma, e quando não as durmo fico desorientada. Por isso o sono não podia faltar nestas páginas,

e usei a imagem da *siesta*, que os estrangeiros tanto associam aos espanhóis, para escrever sobre as *Assimetrias do sono*, comparando hábitos de descanso na Suécia e em Espanha.

O grande engarrafamento de quarta-feira santa é um acerto de contas com o tempo perdido em engarrafamentos e filas. A personagem mitológica de Sísifo apareceu-me, há anos atrás, num seminário sobre urbanismo, em Barcelona, como a melhor imagem das idas e vindas diárias das cidades modernas e, desde então, queria colocar a ideia no papel. O ensaio começa com engarrafamentos, filas e listas de espera, mas termina com a lembrança da minha própria peregrinação ao território da infância, todos os anos, pela primavera.

Por ser o trabalho um elemento-chave na organização do nosso tempo, não poderia faltar uma contribuição em sua honra, e é isso que faço no capítulo: *Os compradores de tempo*. Talvez oprimida pelo excesso de instituições oficiais e organizações que se ocupam do tema, e pela multiplicidade de teorias e leis que o regulam, é o único capítulo em que eu não invoquei experiências pessoais. O que não deixa de ter graça, vindo de alguém que se considera *Workaholic* e acredita na dignidade de todas as formas de trabalho, incluindo aquele que é feito sem que se cobre dinheiro pelo mesmo.

Depois do emprego vêm as páginas sobre o trabalho aparentemente inútil, aquele que assumimos complicando os nossos lares com a companhia de plantas e animais. *Um lar com sardinheiras e um cão* é uma reflexão bem-humorada sobre a varanda do meu apartamento em Madrid e sobre o cão dos meus sobrinhos, que se chama Bobby, um Golden lindíssimo. Como pano de fundo, um projeto de jardim para a casa dos meus sonhos na Serra da Gata, que alguns dias parece ser um projeto razoável e outros a coisa mais maluca que me poderia ter ocorrido.

À alegria dedico o capítulo *Riso, festa, farra e outras expressões do bom humor*. Os dados disponíveis sobre o lazer são muitos, não coincidem entre as diversas fontes, e ninguém parece estar de acordo sobre a fronteira entre o tempo do tédio e o verdadeiro tempo de diversão. Mas não entro sequer na indagação sobre a felicidade, que é impossível de ser medida, por mais que tentemos correr atrás dela.

Finalmente, *O ano em que as mulheres deixarão de ser vivíparas* abre as portas para a imaginação de um futuro em que a gravidez humana não dura

duzentos e oitenta e três dias. Não é ficção científica, mas um panorama histórico de inovações em matéria de gravidez e parto, e da rapidez com que os seus acontecimentos ocorrem atualmente.

Não sei se o paraíso existiu alguma vez, mas não tenho nenhuma dúvida de que o parto com dor é apenas uma metáfora do esforço em que consiste a vida humana. O conhecimento é a ferramenta mais poderosa e talvez a única que nos foi dada para melhorá-lo: é por isso que não me assusta, muito pelo contrário, espero que chegue o dia em que a humanidade dará à luz a si mesma, através de outros canais menos sangrentos do que o ventre materno. Como disse no início destas páginas, o tempo é uma categoria social que estamos a construir juntos, e o tempo do futuro inevitavelmente chegará das mãos de um novo tipo de conhecimento que modificará os limites do que até agora tínhamos por estável.

1. O VALOR DO TEMPO

AS CONDIÇÕES DA TEMPORALIDADE

Quem quiser experimentar ao máximo as condições da temporalidade tem apenas que sofrer um esquecimento total quando está prestes a sair para um compromisso importante. O incidente rapidamente o tornará ciente da diferença entre tempo individual e coletivo e os cruzamentos ocasionais de ambos. Também permitirá que comprove, por si mesmo, a diferença entre tempo regular e previsível e o tempo imprevisível.

Como possível consequência do esquecimento, a nossa personagem pode começar a conjugar os tempos verbais freneticamente. Embora habitualmente não preste muita atenção ao fluxo do tempo, no momento em que se encontra numa circunstância excepcional, dar-lhe-á atenção. Terá de rapidamente construir um discurso, uma narrativa que ligue os acontecimentos. Procurará explicações causais, como sequências de temporalidade, e o tempo presente ganhará relevo, em lugar de passar despercebido. Precisamente porque se interpõem nas suas expectativas, o aqui e o agora tornam-se circunstâncias essenciais.

A linguagem testemunha, com uma infinidade de matizes, as variantes do tempo. A partir das três divisões elementares entre passado, presente e futuro, desenvolvem-se tempos subtis, complexos e intersticiais. O que as ferramentas do verbo não expressam, conseguem-no os advérbios de tempo e as preposições. A fala é rica na modulação do tempo e onde não chega a gramática, ocorrem em seu auxílio a metáfora ou a interjeição, acrescentando ainda o efeito da mímica e da entoação. Até na forma esquemática da linguagem, o dialeto dos telemóveis, cabem matizes e diferenças individuais. Por exemplo, não é o mesmo avisar quem nos espera que não avisar. Como não é igual uma mensagem que diga “chego tarde” a outra dizendo “chegarei tarde” ou “talvez chegue tarde”. A primeira mensagem prevê o futuro e absorve-o, como se já estivesse a acontecer; na segunda e na terceira, ao contrário, não o assumem completamente: anunciam um espaço no tempo em que os danos podem ser minimizados ou encontrar-se alternativas. O estudo do tempo na narrativa e nos discursos orais é hoje um florescente campo de investigação linguística, que se aplica tanto à publicidade quanto à oratória política.

Outras categorias da temporalidade são os ritmos (lento, rápido e acelerado), as escalas (micro, macro), os horizontes de análise (a curto, médio, longo prazo), a continuidade/ fragmentação e a regularidade/irregularidade.

O compromisso a que acorre o nosso amigo é uma sincronia, uma coincidência temporal. Diferencia-se de outros modos de coincidir em que se planifica e se combina previamente. Para ele há que ajustar agendas e horários, viver o tempo em unidades de um tamanho parecido e obedecer a regras de pontualidade similares. O compromisso baseia-se na pretensão da regularidade do tempo, na escassa intervenção do acaso. Quando o acaso se impõe altera todas as previsões temporais. Por exemplo, introduz na cena sincronias e diacronias inesperadas. Com quem partilhará, a personagem, aquele momento? Como conseguirá sincronizar à distância, através dos meios ao seu alcance? As sincronias fortuitas têm sido muito utilizadas na literatura porque combinam a desordem com o desejo de encontrar, ainda que temporariamente, uma adaptação a uma nova ordem. Dizem que o *Decameron* foi escrito para distrair, fortuitamente, refugiados da peste na aldeia de Fiesole, nos arredores de Florença.

Com as tecnologias de comunicação do século XXI surgiram novas sincronias, que não requerem presença física. A rádio foi a primeira, seguida pelo telefone e pela televisão, mas as possibilidades de comunicação em tempo real crescem exponencialmente. O fax, o *e-mail* e o telemóvel levam já a qualquer lugar as possibilidades de se comunicar, e a breve trecho espera-se que o telemóvel se aperfeiçoe ao ponto de roubar as funções dum computador portátil.

A sincronia não é apenas um interessante campo de análise teórica, mas um campo de batalha com múltiplas frentes. Todas as grandes organizações têm de colocar a questão da coincidência tempo/espço dos seus empregados, que se torna mais aguda nas multinacionais com escritórios separados por vários fusos horários. Na vida quotidiana das famílias, a falta de sincronia entre horários escolares e laborais transforma-se num pesadelo, mas o mesmo acontece, inversamente, pelo excesso de simultaneidade no uso partilhado dos recursos públicos, como o espaço das estradas.

Homogeneidade e heterogeneidade são duas categorias que se acompanham da sua própria corte de conceitos. Apenas a heterogeneidade dá sentido à divisão em unidades de tempo diferenciáveis, porque o tempo homogéneo carece de níveis, de estações, de períodos e de datas. A máquina e a fábrica unificaram as estações num tempo único, divisível e múltiplo até ao infinito; mas os mitos persistem e inventam-se novos rituais para exemplificar a heterogeneidade. O tempo heterogéneo é necessário, diferenciado, para reforçar o valor da normalidade.

A nossa civilização é muitas vezes acusada de presentificação, de se instalar num presente tão dilatado que parece eterno, no entanto a mim não me parece que esta interpretação esteja correta. Não creio que tentemos esquecer o passado, ou que o futuro não nos importe. O que sucede é que mudam os temas a serem medidos com o passado; e os temas emergentes identificam-se pouco com a historiografia disponível e têm que procurar laboriosamente (ou inventar) a sua própria história. Algumas frases lapidares que expressam o medo da perda de interesse pela história, como a de que “os povos que esquecem a sua história estão condenados a repeti-la”, a mim interessam-me menos do que outras formas individuais e cada vez mais comuns de esquecer o tempo passado. Refiro-me aos terríveis efeitos da doença de Alzheimer bem como de outras doenças degenerativas que têm impactos sobre a memória. Os doentes que sofrem a perda das suas recordações perdem a sua identidade, porque sem um passado em que se possam apoiar não se orientam face ao futuro. Com o prolongamento da esperança de vida é cada vez mais provável que a nossa existência seja coroada por alguns anos confusos, flutuando em tempos desordenados.

O esforço para construir períodos e limites é uma tarefa titânica em que a humanidade embarcou desde os primeiros dias do seu aparecimento na terra. Pesquisas recentes sobre as grutas pré-históricas de Lescaux avançaram a hipótese de que algumas pequenas manchas redondas nas paredes representam a Lua, em diferentes fases, o que significaria uma forma muito antiga de calendário; em suma, limites e períodos que ajudam a antecipar e a lembrar o tempo. Entre as luas de Lescaux e a descoberta das supernovas ou dos buracos negros existem milhares de anos de distância, mas ambas refletem uma tentativa de escrutinar o céu em busca de respostas para saber se o tempo é eterno ou finito, regular ou imprevisível; e se ele se expande ou se um dia retornará a si mesmo, engolindo-nos no seu refluxo.

O VALOR DO TEMPO

O valor é a capacidade das coisas para satisfazer necessidades. O Dicionário da Real Academia da Língua Espanhola [DRAE] acrescenta a esta primeira definição a de proporcionar bem-estar ou de deleitar, mas apenas numa segunda aceção introduz a ideia de que o valor das coisas possa ser trocado por dinheiro. Muitas coisas têm um valor muito elevado, mas dificilmente se podem converter em moedas, porque são inestimáveis. Embora relacionadas, valor e preço são coisas distintas e o DRAE sublinha o parentesco quando define preço como “o valor pecuniário pelo qual algo é estimado”.

O interesse crescente no valor do tempo inestimável deve-se à insatisfação de muitos grupos sociais, especialmente as mulheres, dado que o seu trabalho é escassamente visível na maioria das interpretações económicas e políticas.

Outros fatores que aumentam o estudo do uso do tempo são as mudanças demográficas, o aumento do tempo gasto em atividades indiretamente produtivas, como os transportes e os procedimentos burocráticos e a expansão da indústria dos meios de comunicação e entretenimento que necessita de conhecer o tempo disponível dos seus potenciais clientes.

As mudanças demográficas têm trazido consigo uma proporção elevada de aposentados e idosos que exigem a reinterpretação da sociedade e da economia com novas categorias. Para entender essa mudança, o tempo é uma categoria-chave, tanto na sua dimensão de esperança de vida quanto no tempo do cuidar que as populações mais envelhecidas consomem.

Atribui-se a Benjamin Franklin a frase “tempo é dinheiro”, mas esta hoje serve de *slogan* a milhares de anúncios publicitários que vendem produtos relacionados com a rapidez: na distribuição de mercadorias, na resolução de litígios, no empréstimo de dinheiro.

A produtividade é uma obsessão compreensível, porque na diminuição do tempo gasto em processos produtivos reside a fórmula de sucesso na competência industrial. Segundo o Relatório Mac Clean (2002), o período médio necessário para projetar circuitos integrados caiu de vinte e quatro para quinze meses nos últimos seis anos e, simultaneamente, o seu valor adicionado multiplicou-se quinze vezes².

No entanto, nos assuntos humanos a produtividade não pode ser medida da mesma maneira. Muitas vezes imaginei uma réplica atual dos *Tempos Modernos* de Chaplin, com correias transportadoras para facilitar a limpeza de crianças e doentes. Como nas fábricas de montagem de automóveis, onde os operadores especializados movem por computadores as ferramentas que vão juntando as peças, nesta cena surreal os robôs mudavam fraldas ou davam colheres de papa.

Francamente, a visão era muito pouco atraente e ainda que a taxa de produção do serviço aumentasse, a perda de qualidade arruinava-o completamente.

² Manuel Gimeno, *Del tiempo como unidad de ahorro*, Fundación Auna, 2004.

Se a produtividade nos cuidados com os seres humanos não pode beneficiar grande coisa com os avanços tecnológicos, coloca-se-nos o problema do lugar que deve ocupar o trabalho do cuidar no ranking económico e social. Deixaremos de nos cuidar porque é demasiado caro? Livramo-nos daqueles que dão demasiado trabalho? Importaremos trabalhadores baratos para cuidar de nós?

O cuidar é um devorador de tempo, que até agora se concentrou em alguns grupos sociais, embora apenas tenha afetado a vida de outros. Segundo o *Inquérito Sobre os Usos do Tempo*³, o tempo do trabalho não remunerado, que fazemos em casa durante um ano, supera, em muito, o tempo destinado ao mercado de trabalho. No entanto, ignoramos o seu valor.

Para dar resposta à necessidade de novos quadros de análise, a Conferência das Nações Unidas, realizada em Pequim em 1995, propôs a modificação dos sistemas de contabilidade tradicionais, acrescentando à Contabilidade Nacional uma conta suplementar ou satélite, relacionada com trabalho não remunerado. O trabalho não remunerado só podia ser conhecido através de novos instrumentos de observação, e este foi o combustível que proporcionou, em todo o mundo, o desenvolvimento de inquéritos sobre os usos do tempo, que, no caso da União Europeia, foram coordenados e harmonizados através do Eurostat.

As contas satélite são exercícios conceptualmente complexos, porque se encarregam de ampliar os modos de interpretar um fenómeno a partir de quadros já estabelecidos, de modo a incluir aspetos até então pouco conhecidos ou negligenciados. O objetivo é manter os quadros antigos, incorporando outros novos. Por este motivo se chamam contas satélite, já que giram em torno de uma conta convencional, sem a ameaçar, mas existindo como alternativa, em observação e espera.

Como o azeite e a água, a mistura de atividades remuneradas e não remuneradas é muitas vezes impossível de manter mas, pelo menos, as contas satélite retiraram da obscuridade as atividades essenciais para o bem comum, antes que deixe de haver quem as queira desempenhar.

A valoração do que não tem preço deve-se mais a uma estratégia de visibilidade do que ao que realmente se venha a pagar algum dia a preços de mercado: quanto custa mudar as fraldas a uma criança? Ou fazer uma paelha? Ou ficar num engarrafamento? Ou cuidar de um doente acamado?

³ CSIC, 2003.

Torna-se essencial avançar nesta linha de investigação, não para pagar o trabalho que já foi feito em casa mas para prever as consequências do seu desaparecimento gradual e adotar medidas antes que seja tarde demais. E como não haverá dinheiro para o pagar na sua totalidade, também é necessário criar uma opinião sobre a necessidade de redistribuí-lo de outra maneira.

Cada hora de trabalho no mercado vale atualmente em média cerca de catorze euros, mas não chega a metade para os trabalhadores pouco qualificados, e multiplica-se por vinte nos níveis mais altos da escala. Com estes dados nas mãos, convido os leitores a pensar e a discutir o valor do seu tempo ao mudar a fralda dum criança, preparar uma paelha, viajar de autocarro a caminho do trabalho ou passar o domingo com um familiar que sofra de Alzheimer.

Espero que esta proposta vos agrade e que encontrem as mesmas dificuldades que eu encontrei enquanto preparava a conta satélite do trabalho não remunerado em Espanha e em Madrid; acima de tudo, a alternativa para medir aquilo que deixam de fazer (o custo de oportunidade de pedir a demissão dum trabalho, de não continuar a estudar, de não tirar férias) e o que o mercado está disposto a recompensar pelo vosso esforço, que em muitos casos é nada.

Como nem tudo é trabalho produtivo e necessário, proponho-vos também que pensem quanto vale o vosso tempo de lazer e quanto tempo estão dispostos a pagar para disfrutar da companhia de outros seres vivos.

Não creio que cheguem a resultados conclusivos mas, depois de terem tentado, compreenderão muito melhor a sociedade da qual fazem parte e saberão se querem continuar a empregar o vosso tempo do mesmo modo que fizeram até agora.

2. O SOL CONTRA A LUA: A NEGOCIAÇÃO DAS MEDIDAS DO TEMPO

O SOL CONTRA A LUA⁴

É muito estranho pensar no mundo sem os humanos, como recomendava Jean Rostand⁵, mas durante a maior parte da existência da Terra os homens não estavam na superfície e deixarão de estar em algum momento no futuro. A própria ideia de que o mundo pode existir sem nós dá uma sensação de desconforto extraordinário porque tendemos a acreditar que o mundo e nós somos a mesma coisa. Como categoria filosófica, podemos compreender o tempo abstrato e sem relação com os sujeitos que nela vivem, mas como categoria psicológica, o tempo é apenas existencial, algo que vivemos, ao invés de nos viver. Os gregos separavam claramente, usando palavras diferentes, a ideia de tempo vivido visto de fora, a que chamavam *Cronos*, e a ideia de tempo vivido, a que chamaram *Kairós*.

Se o tempo é considerado como um processo contínuo e homogêneo, sem princípio nem fim, interminável, as unidades de medida não têm sentido. Mas as unidades de medição do tempo são fundamentais para a cultura humana. Não sabemos pensar sem agrupar e dividir o tempo. Agrupar e dividir, estender e fragmentar, são operações lógicas anteriores à sua conversão em processos matemáticos. Mesmo as crianças que não sabem ler ou escrever são perfeitamente capazes de criar classificações do tempo sempre que lhes sejam inerentes as funções cumulativa e dissociativa. Por isso, o ser humano projeta a sua humanidade sobre o tempo em que vive, e uma das maneiras mais claras dessa sua projeção é a nomeação das unidades temporais.

Embora as unidades de medição do tempo pareçam naturais, nunca o foram completamente. Todas as unidades de tempo tiveram de ser descobertas, nomeadas e convencionadas. O mesmo aconteceu quanto aos conceitos de ano, mês, estações e eras. Tudo teve de ser imaginado, justificado e negociado, antes de ser aceite para uso comum.

O dia e a noite são unidades facilmente identificáveis, mas não tanto a sua duração exata e menos ainda a explicação da sua origem, utilidade e destino. A necessidade de precisão nas observações sobre o tempo, que norteavam

⁴ Agradeço a Eugenia Díaz Pascual, helenista e membro da Sociedade Asturiana de Astronomia «Omega», a leitura e comentários deste capítulo.

⁵ Jean Rostand, *El hombre y la vida*, Fondo de Cultura Económica, México, 1964.

as culturas e as navegações, é observada por Platão nos seus Diálogos⁶, quando interpreta que “o Sol, a Lua e as outras cinco estrelas chamadas planetas foram criados para distinguir e preservar os números do tempo”.

Os números do tempo são uma maneira de expressar exatidão e previsibilidade das estações, daí a segurança em elementos tão importantes como a luz, calor, marés, nascimento das plantas e acasalamento e gestação dos animais⁷.

A história da Astronomia é fascinante, revelando a mistura de imaginação, observações detalhadas e deduções lógicas. A necessidade de se orientar pela abóbada celeste, perante o lugar mutável que ocupavam os astros, obrigou todos os povos antigos a nomearem as estrelas mais brilhantes que identificavam a olho nu, e agrupa-las em conjuntos que as dotavam de sentido. Os astros principais eram comuns a todos os astrónomos antigos, mas as constelações não. Os sumérios, babilónios e egípcios já tinham descrito muitas constelações quando os gregos deram o grande passo de sistematizá-las. Para isso, inventaram um círculo de 360 graus, fictício e perfeito, a que chamaram Zodíaco, ou círculo de animais. Dividiram-no em doze sectores iguais, cada qual com 30 graus, e a cada um atribuíram um signo astrológico próprio, na maioria ligados a animais e personagens mitológicas. O Zodíaco poderia ter sido dividido noutros períodos que não doze, mas com ele reconhecia-se a herança dos sumérios, que dividiam o espaço e o tempo numa base sexagesimal, de múltiplos de seis. A descoberta e implementação deste sistema são atribuídas a Dungi I, da cidade-reino da Ur. Pelo círculo zodiacal passeiam regularmente, do Oeste para o Este, o Sol e a Lua, sem sair dos seus limites. A Lua é mais rápida do que o Sol e avança a cada vinte e nove dias.

Para tornar mais compreensível o céu, os gregos relacionaram umas constelações com as outras; assim, Orion é uma linha imaginária de pontos que unem várias estrelas principais até evocar a figura dum caçador com o seu arco em tensão. Num lugar oposto a Orion há outro grupo de estrelas chamado Escorpião. Segundo a mitologia grega, Orion vangloriava-se excessivamente da sua força e habilidade para a caça e Gea terá enviado um escorpião para que, com a sua picada, lhe retirasse a vida. Imortalizados ambos, como estrelas, o tempo mostra, incansavelmente, no céu, a saída de Escorpião a Este e a fuga de Orion.

⁶ Educyt, num.82, Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad de Buenos Aires.

⁷ António Pérez Sanz, «Curvas con historia: de las crónicas a las ecuaciones de las flores», em *Matemáticas en Acción*, Aula de Extensión Universitaria, Universidad de Cantabria. (Um artigo interessante sobre matemática e filosofia.)

A maior parte dos calendários antigos basearam-se na luação, e é da Lua, ou melhor, da *Calenda*, o primeiro dia lunar, de onde deriva o seu nome. O mês sideral é a órbita completa da Lua em torno da Terra e dura 27,3 dias. Porém, não se tem usado muito como unidade de medida, ao contrário do mês sinódico, que tem sido amplamente utilizado e dura 29,53 dias, sendo este o tempo que a Lua demora a colocar-se de novo na mesma fase, geralmente medida a partir do quarto crescente. Este é o período que atualmente se utiliza como medida nos calendários lunares, e que se conhece, quase com a mesma exatidão, há mais de dois mil anos. Cada ano, a Lua percorre a Terra treze vezes, treze lunações.

A utilidade do calendário lunar tem sido grande para os povos que dependiam das marés, da navegação e da pesca, e continua a ser útil para medir os períodos de menstruação e gestação dos humanos. Foi também de extrema importância para o transporte em zonas muito quentes, aproveitando-se a sua luminosidade para as travessias noturnas.

As fases da Lua (quarto crescente, lua cheia, quarto minguante e lua nova) dividem o mês lunar em quatro períodos de sete dias, e esta é provavelmente a origem das associações esotéricas com o número 7 bem como as de uso mais prosaico, enquanto unidade intermédia entre o dia e o mês. Os babilónios dedicavam o último dia de cada uma das fases lunares a assuntos particulares, e esta é a origem do atual descanso dominical. No entanto, cada época justificou de modo diverso a semana e o dia de descanso. A versão cristã da Bíblia apresenta uma visão metafórica da criação divina do mundo que termina ao sétimo dia: «Ao sétimo dia descansou». E não especifica qual dos dias da semana era o sétimo, para não aprofundar as contradições com os judeus, que o traduzem literalmente como sábado.

O Sol e a Lua têm sido irmãos em muitas mitologias. Selene, uma deusa lunar da antiguidade, transformou-se para os gregos em Artemisa, e os romanos recriaram-na como Diana. Tanto Artemisa como Diana deram lugar a uma infinidade de mitos e representações artísticas, onde são comuns os feixes de luz brilhante (*selas* significa “luz”) e a meia-lua à frente das deusas. A imagem da Lua foi traduzida na iconografia cristã por Maria, mas mudou de lugar: não a traz na cabeça, mas sob os pés descalços que esmagam o dragão. Nada é casual na iconografia, e a expansão do culto a Maria a partir dos séculos XI e XII, assim como os atributos em torno da Mulher do Apocalipse, são inseparáveis das circunstâncias históricas daquele momento, com o avanço do islão que fez retroceder o cristianismo

até às fronteiras do Norte⁸. Séculos depois, a associação entre a Lua aos pés de Maria e a vitória sobre os inimigos do cristianismo continuou a ser evidente, embora não tenha sido expressa de forma explícita.

Hoje conhece-se por selenologia a disciplina científica que estuda o nosso satélite e a investigação espacial despojou a Lua de parte do seu mistério. Os grandes centros de observação astronómica publicam pontualmente informação sobre a visibilidade da Lua, em qualquer lugar da Terra. Mas, apesar do seu carácter científico, parte da aura poética da Lua é encontrada nos seus relatórios: por exemplo, não é possível ter acesso ao sítio da internet do Observatório Naval dos Estados Unidos⁹, e ao seu departamento de aplicações astronómicas, sem sentir as ressonâncias literárias da linguagem – *moonrise, moonset, twilight, darkness, fraction of the apparent disk that appears illuminated, how the moon looks like today...* Todavia, soam ainda melhores os comunicados do Círculo Astronómico do Chile, ao convidarem-nos a contemplar o céu em datas especiais (por exemplo a 1 de junho de 2006) e nos anunciam que haverá nas latitudes do sul “Lua cheia supertropical, muito brilhante, que iluminará lugares onde raramente isso ocorre, avançando para a constelação de Sagitário... e não voltará a fazê-lo por dezanove anos”. A eletricidade e outras formas de energia modernas reduziram a importância da escuridão e da luz noturna e, conseqüentemente, dos ciclos lunares e da sua utilidade como medida do tempo.

De todo o modo, a escassa utilização da Lua nestes termos não tem uma história tão assética como possa parecer, nem se deve unicamente ao surgimento de novas tecnologias. A Lua não goza de prestígio na cultura cristã ocidental; ao contrário, desperta receios e temores que nem sequer o romantismo consegue eliminar totalmente. Não há um insulto equivalente ao de “lunático” que tome como base Hélios, o Sol. E, numa interpretação única por todo o mundo, a Lua aparece sempre como uma ameaça, recordando a duplicidade, o antagonismo e a existência das coisas que não podem ser vistas.

OS ANOS SOLARES

Os calendários solares e lunares têm convivido, não sem conflito, há milhares de anos, tal como as restantes unidades de medida e critérios de definição de datas. Foram os egípcios que, por volta de 4200 a.C., fixaram o primeiro

⁸ M.Á. Durán, «Humaníssima Trinitas (Sobre los limites de la libertad de pensamiento)», em VV.AA., *La Sociedad: Teoría e investigación empírica*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 200, pags. 783-818.

⁹ www.usno.navy.mil

calendário solar que se conhece. Para os ciclos temporais mais longos o Sol era melhor indicador do que a Lua, e a eternidade era um tema muito caro à civilização egípcia. Os astrónomos chegaram à determinação do ano solar através de vários procedimentos: por um lado, observando e registando as inundações do Nilo, que eram essenciais para irrigar os campos próximos ao rio e assegurar as colheitas; por outro, observando os ciclos da estrela mais brilhante no céu, Sirius, que aparece no horizonte, uma única vez, um pouco antes do Sol, a cada trezentos e sessenta e cinco dias. E, finalmente, calculando a distância temporal entre solstícios. As suas abordagens foram exatas para a época, mas não suficientes. Uma vez definidas as medidas e consagradas com ritos religiosos e fins civis, é muito difícil modifica-las. As horas adicionais ao ano, para além dos trezentos e sessenta e cinco dias, foram-se acumulando até causar um desfasamento entre o calendário civil e o astronómico. Nem as celebrações do amanhecer de Sirius coincidiam com a data real, nem as estações naturais se ajustavam ao previsto. No ano 238 a.C. foi celebrado, em Cánope, um acordo científico-religioso para estabelecer a duração do ano em trezentos e sessenta e cinco dias e seis horas, assim como para intercalar um dia adicional a cada quatro anos, para corrigir este desfasamento. No entanto, a reforma não teve êxito na época.

Alguns dos calendários não gregorianos hoje vigentes são o islâmico, o chinês, o judeu e o índio. Ao contrário do ano solar cristão, denominado gregoriano em honra do Papa Gregório XIII, o calendário islâmico é lunar, com dose meses lunares, pelo que cada ano normal tem trezentos e cinquenta e quatro dias¹⁰. O seu ponto de partida é o correspondente a 16 de julho de 622 d.C. do calendário cristão, por ocasião da Hégira, ou seja a migração de Maomé de Meca para Medina. A denominação dos meses, na atualidade, não corresponde às estações naturais: o mês de muito calor ou o mês do jejum, o Ramadão, é agora um mês temperado, e os meses da primavera, da estiagem ou do acasalamento dos animais também não descrevem o que de facto acontece. Desta forma coexistem calendários civis que se regem pelo ano solar e calendários religiosos que são regidos pelo ano lunar.

O Ano chinês também possui trezentos e cinquenta e quatro dias e não coincide com o ano solar ocidental. O seu ano novo é determinado pela segunda lua nova depois do solstício de 21 de dezembro, e ocorre entre o final de janeiro e meados de fevereiro. Desde 1911 que se usa, para datação oficial, o calendário gregoriano ou ocidental, o que não impede que também

¹⁰ Daniel Climent, “El calendario musulmán y el Ramadán”, www.cervantesvirtual.com, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

se utilizem profusamente outros calendários astrológicos e que na vida cotidiana se outorgue um papel relevante, muito mais do que folclórico, à influência dos signos do zodíaco.

O Calendário judaico é lunissolar e o Ano Novo começa entre 25 de agosto e 5 de outubro, ainda que possua a mesma duração do ano cristão. A sua maior diferença na medição do tempo em relação ao calendário gregoriano é a ênfase em situar o ponto zero da datação na criação do mundo, para o qual foram propostas datas diferentes, entre o ano 3700 e o ano 4000 a.C. Também é diferente a importância dada às unidades de medida supra anuais: para os judeus são importantes os ciclos de dezanove anos, os de sete (sabáticos), os jubilares (cinquenta anos) e os pascoais (quinhentos e trinta e dois anos). Como no calendário ocidental cristão, os dias têm vinte e quatro horas, mas não começam à meia-noite e sim ao pôr do sol.

Quanto ao calendário índio, ele é formado por meses lunares puros, de lua nova a lua nova, mas possui seis estações de dois meses cada. Os dias civis começam com o pôr do sol e as classes cultas utilizam principalmente o calendário solar.

Finalmente, por todo o mundo o calendário solar foi imposto como unidade de medida para períodos de médio e longo prazo. Por razões políticas e comerciais¹¹, impôs-se também o sistema cristão de contagem do tempo, que marca o ponto zero ou o ponto de origem da era atual no ano em que se atribui o nascimento de Cristo. Este é o ano crucial que divide o tempo de antes e depois, o a.C. e d.C. Mesmo assim, tanto entre os mais numerosos devotos de outras religiões como entre os igualmente abundantes agnósticos, ou entre os partidários da separação dos assuntos civis dos religiosos, há uma certa resistência em identificar um sistema de datação como universal, centrado num episódio religioso em particular. Metade da população mundial, entre eles judeus, muçulmanos, chineses, hindus e outros diversos grupos culturais, mantêm os seus próprios calendários para efeitos internos, ainda que para as relações internacionais aceitem outros sistemas de datação.

Os solstícios assinalam os pontos extremos percorridos pelo sol ao longo do ano no nascimento e no ocaso, sem nunca os ultrapassar. São chamados assim, aludindo à ideia de que o sol para, fica quieto. Tiveram importância astronómica considerável, e o mais celebrado no hemisfério norte é o

¹¹ Nishimoto Ikuko, "Japan and Adoption of the Western Time System", *Time and Society*, vol.6, núm. 2-3 (1997), págs. 237-259. No Japão o sistema tradicional foi alterado para o ocidental a fim de impulsionar a industrialização e poder competir com os países ocidentais.

solstício de verão, que, em Espanha, corresponde aproximadamente às festas de São João. As fogueiras e festas de São João são festividades antigas em honra do sol, apenas superficialmente cristianizadas. No hemisfério Sul, com as estações invertidas em relação ao hemisfério Norte, o 23 de junho dá lugar a outras celebrações. Os mapuches do sul do Chile festejam o regresso da lua, depois da noite mais longa, com imersões nas águas dos rios e dos riachos, esperando o nascer do sol pelo *puel mapu* (porta), a Leste.

Muitos dos observatórios astronómicos da Antiguidade tinham carácter sagrado e o conhecimento dos astros aplicava-se tanto às cerimónias religiosas como às atividades agrícolas. Nas ruínas arqueológicas podem ainda contemplar-se poços profundos, círculos de pedra, escadarias ou altares com estátuas que só recebiam os raios solares num dia específico do ano e num momento determinado, iluminando zonas obscuras que habitualmente não se podiam ver. Um dos mais antigos, o egípcio de Abu Simbel, direcionava-se para Leste e duas vezes no ano os raios solares atravessavam as suas salas de colunas, portas e câmaras, até chegar à parte mais profunda do templo. O seu impacto sobre a assistência devia ser extraordinário.

Os equinócios ocorrem duas vezes por ano, na primavera e no outono. Em Chichen Itza (México), no templo de Kukulcan, celebrava-se especialmente a festa do equinócio da primavera, a separação exata entre a luz e a escuridão, entre dia e noite. Quando o sol desenhava uma serpente sobre as escadas do templo, simbolizava a fecundação da Terra pelo Sol e o início da vida.

A pretensão de reformar o calendário e o ponto de datação deve acompanhar todas as tentativas revolucionárias. À Assembleia Nacional Francesa deve agradecer-se pelo facto de ter impulsionado o sistema decimal e o metro como unidades de distância. Não teve tanta sorte o seu calendário, que iniciou uma nova datação a partir de 1792 e começou a aplicar-se no ano seguinte. A divisão em doze meses foi conservada, mas o começo do ano situou-se no equinócio de setembro. Os meses agruparam-se por trimestre, referenciando-se em fenómenos que, a partir de Paris, pareciam universais, como a bruma (o mês brumário) ou o calor (o mês Termidor). Os dias do mês foram colocados sob a invocação das plantas, animais e objetos. Durou apenas catorze anos a sua utilização, porque desapareceram os apoios e objetivos sociais para os quais tinha sido criado. Napoleão aboliu-o para não recordar a nova aristocracia da vocação racionalista e laica do calendário e, também, para se reconciliar com os trabalhadores (continha apenas um dia de descanso em cada dez), com a Igreja francesa e com o Papado. Teve

que devolver muitas das festas religiosas que tinha suprimido. Na prática, a mudança de calendário tinha trazido consigo demasiados problemas ao romper com rituais seculares de reuniões e celebrações, nunca tendo chegado também a resolver o problema dos anos bissextos

Mais recentemente, Mussolini também tratou de acomodar a datação italiana à sua própria aventura política, mudando a datação corrente, do ano gregoriano, para que começasse em 1922. Em Espanha, durante a Guerra Civil, utilizou-se um novo sistema de datação por referência ao Levantamento, e os anos de 1936-1939 foram denominados por Primeiro Ano Triunfal, Segundo Ano Triunfal e Terceiro Ano Triunfal. Finalmente, 1939 foi identificado como o Ano da Vitória, ainda que não se deixasse de usar as datas do calendário gregoriano.

MARÇO, TEMPO DE GUERRA

Para o homem contemporâneo os meses não têm uma importância especial como unidades temporais de alcance médio, apenas porque foram convertidos em principais referências salariais e outras formas de contratação, como o aluguer de uma casa ou mesmo prestações de pagamentos de compras de grande valor. Mesmo assim os meses tinham um significado religioso e legal muito maior do que têm hoje. Poucas pessoas têm hoje consciência, em Espanha, da carga simbólica dos diferentes nomes dos meses do ano. Contudo, quando repetimos palavras tão comuns como janeiro, fevereiro, março, abril, maio, ou qualquer outro mês do ano, estamos a tornar evidentes as raízes culturais donde vimos. Os nomes dos meses, herdámo-los tal como os usavam os romanos. Mas o que para nós é hoje uma herança sem mestiçagem, para eles foi o resultado de múltiplas tensões e conflitos, e de diversas reformas civis, que acabaram por configurar os nomes tal como nos chegaram, mais tarde, a nós. Por exemplo, janeiro, chamado em latim *Januarius*, chama-se assim em honra do deus Jano, deus dos princípios e dos limites. No entanto, os meses de julho e agosto não receberam o nome de antigas divindades, mas de poderosos governantes romanos (Júlio César e Augusto) cuja memória se imortalizou desse modo.

Outros meses, refletem apenas a sua posição na ordem cronológica do ano, por referência ao mês que abre o ciclo solar. Assim, os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro são meras transformações da ordem que ocupam no ano romano, quando este só continha dez meses: setembro, que agora é o nono, seria o sétimo, outubro, o oitavo, novembro, o nono e

dezembro, o décimo. Disse já que janeiro, o mês do princípio, estava dedicado ao deus das origens, fevereiro era o mês dedicado ao deus Februs, o mês da purificação. É deliciosa a história, que já contei noutra lugar¹², sobre a festa das candeias, no dia 2 de fevereiro, e do modo como se transformaram os calendários e ritos ao mudar o conteúdo religioso que lhes deu origem. Maio era o mês dedicado a Maya, deusa da fecundidade, abril dedicava-se a Apru¹³, o nome etrusco de Vénus (e antes, para os gregos, Afrodite), e junho correspondia a honrar Juno, esposa de Júpiter.

Até começar a ler as histórias e o significado dos calendários nas mais diversas culturas, o mês de março significava, para mim, o final do inverno e o aumento da luz. No entanto, março tinha um significado completamente diferente para os romanos e a sua etimologia surpreendeu-me mais do que qualquer outra. Naquela época, a guerra interrompia-se durante o inverno, quando os caminhos se tornavam intransitáveis e era arriscado movimentar exércitos. Com a chegada de março e o fim do inverno, as batalhas eram de novo possíveis, iniciando-se então o ano das campanhas militares. Por isso março se chama assim, em honra a Marte, o deus da guerra.

Se agora nos parece natural que janeiro seja o primeiro mês do ano e março o terceiro, durante séculos foi de outro modo. Somente através de pactos e grandes reformas organizativas se operou esta mudança no calendário. Antes do século II a.C., março estava associado à ideia da renovação da agricultura e era considerado o primeiro mês do ano. De facto, assim continuou a ser no calendário religioso. Ao contrário, o calendário civil dissociou-se do religioso no momento em que janeiro tomou o lugar de referência como o início do ano administrativo. É fascinante que diferentes instituições mantenham os seus próprios calendários numa mesma sociedade, refletindo as suas tensões internas nesta discordância.

Não há muitos anos atrás, nas guerras de 1914 e de 1945, o inverno teve efetivamente um papel militar de extraordinária importância. Chamavam-lhe ironicamente o *General Winter*, porque ditava estratégias e o movimento das tropas. No mundo atual, março já não é o tempo de volta à batalha e à guerra. Com os novos armamentos de alcance global, o inverno é uma época tão adequada para defender ou agredir como outra qualquer.

¹² M.A. Durán, «Viaje a la Osa Mayor», em *Si Aristóteles Levantara la Cabeza*, Edições Cátedra, Madrid, 2000.

¹³ A origem da palavra abril e abertura é a mesma: ambas provêm do vocábulo latino *aprire*, que, por sua vez deriva do grego.

A SEMANA E OUTRAS UNIDADES MENORES DE CÁLCULO DE TEMPO

«A semana de trabalho romana era de oito dias. Quando os soldados romanos ocuparam o Egito, acostumaram-se à semana local, que era de sete dias, e quando regressaram colocaram-na em prática. Augusto e os seus sucessores permitiram esta prática que foi tornada oficial pelo Imperador Constantino, no ano de 321 d.C.»¹⁴

Foram os egípcios que impuseram ao mundo mediterrânico o agrupamento temporal que em latim se chamaria *septimana*, dando a cada dia o nome consecutivo dos sete astros que mudavam de constelação. O planeta Saturno, o mais afastado da terra, regia o sábado; e o mais próximo, a Lua, o lunes (palavra espanhola para segunda-feira).

Os mesmos planetas e pela mesma ordem foram utilizados para nomear os dias da semana por povos tão distantes como os sabeus, hebreus, persas, índios antigos e tibetanos. A semana é a mais estável das unidades temporais de vários dias, entendendo-se por semana o agrupamento de sete dias. No entanto houve semanas de cinco dias (na União Soviética, entre 1929 e 1930), de seis (depois da reforma de 1931 e até 1940, igualmente na União Soviética), de nove dias (entre os lituanos, antes de adotarem o cristianismo), de dez dias (no antigo Egito e no calendário da França revolucionária), e inclusivamente de treze e vinte dias (entre os mayas).

Ainda que atualmente se tenha expandido por todo o mundo a semana de sete dias, esta forma peculiar, de agrupar e dividir o tempo, teve de lutar contra outras conceções até se conseguir impor. Nem sequer existe um acordo para o dia reservado ao descanso, que, por motivos religiosos é celebrado ao domingo em alguns países, noutros à sexta-feira, noutros ainda ao sábado. Nos países da Europa Ocidental, o domingo tem sido um dia especialmente dedicado à oração mas os movimentos sindicais foram decisivos para que também se interrompessem as atividades laborais. Na agricultura e, sobretudo, na criação de gado, nunca se respeitaram rigorosamente as interrupções de trabalho dominicais, especialmente nas épocas de máxima atividade.

O próprio nome domingo é o resultado duma disputa de poder de diferentes crenças religiosas, que foram deixando a sua marca na denominação dos dias da semana. Línguas tão próximas culturalmente como o espanhol, o

¹⁴ <geocities.com/Athens/Troy/1277/costumbres.-es.wikipedia.org/wiki/semana>.

francês, o português e o inglês, que pela sua origem cabem num mesmo e minúsculo recanto do mundo, refletem, no entanto, as suas diferenças no significado e origem dos nomes de cada dia. Assim, *lunes* parece foneticamente muito diferente de *Monday*, mas o seu significado é idêntico: em ambos os casos significa o dia consagrado à Lua. Ao contrário, os portugueses não consagraram este dia a nenhum astro; limitaram-se a ordená-lo cronologicamente por referência ao domingo e chamam-lhe *segunda-feira*. *Martes* também mantém, no castelhano, a sua antiga invocação astrológica como dia consagrado a Marte, igual ao *mardi* em francês. Os portugueses conservam a designação em função da sua posição ordinal, terça-feira, e os ingleses não o dedicam a Marte mas sim a *Tiw*, um deus do Panteão nórdico.

Nem os nomes, aparentemente neutros, dos planetas surgiram livres de contaminações lendárias. Cada um dos planetas foi, à sua vez, consagrado ou identificado com um deus da mitologia grega e romana, e a simbiose entre astronomia e mitos é tão estrita que, na comunicação do dia a dia, não pode separar-se uma da outra. Ainda que o Império Romano tenha sido cristianizado, muitos vestígios das antigas crenças pré-cristãs sobreviveram na linguagem.

Para não alargar excessivamente a narrativa dos resquícios lendários entre os prosaicos e solidamente estabelecidos nomes dos dias da semana, diremos somente que, em espanhol, *miércoles* relembra Mercúrio, ainda que eufemisticamente signifique ‘merda’. Mercúrio, o mensageiro dos deuses de pés alados, identifica-se com o astro que se move com mais rapidez pelo céu; o ano da sua órbita é apenas de oitenta e oito dias terrestres. *Jueves* dedica-se a Júpiter, e *viernes*, a Vénus (também chamada *Veneris*). O sábado, que os franceses e os ingleses dedicam a Saturno, seguiu uma complicada transição linguística para chegar a adotar a forma que hoje conhecemos para o português e o castelhano. Como explica a Real Academia da Língua, a sua origem mais imediata é o latim bíblico *sabbatum*, mas os romanos não o inventaram, apenas aderiram ao nome que já os gregos lhe atribuíam. Por sua vez, estes tomaram-no do hebreu *sabbát*, e estes do acádio *sabbatum*, que significa descanso. Quanto ao domingo, originariamente *dies solis* o dia do Sol, terminou como *dominicus dies*, o dia do senhor. Ainda que não tão explicitamente como em português, também em espanhol estão ordenados cronologicamente; mas há duas cronologias e não apenas uma. Na semana civil, *lunes* é o primeiro dia da semana e o *domingo* é o último. Na semana litúrgica, a ordem é a inversa, começando pelo domingo e terminando no sábado.

Hora deriva de *horai*, as deusas gregas que guardavam as portas do Olimpo, onde se realinhavam as estrelas e as constelações. Elas teciam o tempo e as estações¹⁵.

Se encontrar consensos sobre as horas é difícil, unificar os horários é ainda mais difícil. Em alguns países extensos, como a China, cabem quatro fusos horários e cada vez é mais frequente a interação entre pessoas situadas em diferentes fusos. Os acontecimentos televisionados, como os campeonatos de futebol, e a internet, popularizaram, à escala planetária, a coincidência em tempo real de horários locais diferentes. O ponto zero para unificar critérios é Greenwich, um observatório de Londres nas margens do Tamisa. Naturalmente, a eleição deste ponto zero é inseparável da supremacia política e tecnológica de Inglaterra no momento da sua adoção. O seu fuso horário serve pra delimitar a «hora zero», chamada *Greenwich Mean Time* (GMT), hora Z ou *zulu*. A partir daí o espaço divide-se em vinte e quatro zonas de quinze graus cada uma: doze a Este e doze a Oeste. A hora local responde universalmente às siglas do *Local Mean Time* (LMT) e depende do fuso horário a que corresponda, salvo algumas exceções, por razões políticas. Por exemplo, todo o território chinês responde ao mesmo horário civil, independentemente do seu horário solar. O *Universal Coordinated Time* (UCT), também descrito em espanhol pelas siglas equivalentes UTC, na Espanha, corresponde a uma hora a mais do que o horário de Greenwich. No verão ele é modificado para economizar energia, e desde as duas da madrugada do último domingo de março até às três da madrugada do último domingo de outubro tem de se acrescentar duas horas em lugar de uma.

As mesmas dificuldades de homologação que apresentam os meses e os anos poderiam apresentar-se para as unidades mais pequenas, porque cada cultura desenvolveu as suas próprias regras de fragmentação do tempo. O minuto deriva do seu nome latino *minutos*, ‘pequeno’. O segundo tem também etimologia latina, mas o DRAE proporciona uma definição, bem ampla, que não é etimológica, mas sim física: «Unidade de tempo no Sistema Internacional, equivalente à sexagésima parte de um minuto de tempo. Estabeleceu-se como 9.192,631.770 períodos da radiação, correspondente à transição entre os níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo de Césio 133» (sexta aceção).

O que permitiu a rápida homologação das unidades temporais pequenas foi a tecnologia dos relógios que, por sua vez, é consequência da paixão intelectual

¹⁵ Um artigo interessante sobre as novas formas de coordenação horária e um sentido do tempo diferente do representado por Cronos é o de Carsten Leopold Alis. «From God to Goddess: Horai management as an approach to coordinating working hours», *Time and Society*, 15 (1-111-2006), págs. 81-100.

por fracionar o tempo e medi-lo com precisão. Até ao primeiro terço do século XX os relógios individuais eram escassos; a maior parte das pessoas não os tinha. Em muito poucos anos popularizaram-se, e as rodinhas do seu mecanismo foram sendo substituídas pelas muito mais exatas pulsações do quartzo. Agora vendem-se relógios em qualquer rua do mundo, mas somente as grandes marcas comerciais lutam por associar o seu nome aos antigos critérios de distinção. As réplicas chinesas vendidas nos mercados são tão eficientes e baratas que os relógios se tornaram brinquedos, complementos utilizados pela cor da corrente ou pela marca.

A negociação sobre as unidades de medida do tempo não se limita aos calendários e às grandes datas. A socióloga Iris Niemi, do Instituto Finlandês de Estatística e coordenadora dum estudo comparativo sobre um Inquérito ao Uso do Tempo, promovido em toda a Europa pelo Eurostat, descreveu as vicissitudes e os conflitos árduos e desanimadores por que passaram os membros da comissão metodológica antes de desenhar um questionário comum. Não apenas sobre os conteúdos ou formas de amostragem, mas sobre algo aparentemente tão inócuo como os intervalos da aplicação das observações. A comissão estava praticamente dividida em duas metades: entre os que propunham intervalos de quinze minutos e os que preferiam cinco minutos. Com a sessão preparatória encalhada, ela voltou a fluir apenas quando o presidente, um homem acostumado a discussões semelhantes, encerrou o assunto dizendo: “A metade a favor de cinco minutos e a outra metade a favor de quinze? Está claro que teremos intervalos de dez minutos!”. E esta foi a solução arbitrada, que não agradava a nenhum dos assistentes, mas, mesmo assim, mediava todos. Os investigadores que posteriormente fizeram uso do Inquérito ao Uso do Tempo em cada um dos países da União Europeia, não pensaram se outra unidade de medida teria sido melhor ou pior, simplesmente acataram-na.

Como em todas as decisões, a unidade eleita tem consequências sobre os resultados da observação¹⁶. Os interessados em atividades muito breves podem perder o interesse pelos estudos fundamentados em intervalos de dez minutos e preferirem iniciar os seus próprios estudos, ao invés de lidar com os incómodos das formas comuns. Por exemplo, num curso de verão recente sobre estes temas, comentou-se o caso duma agência especializada em publicidade de tabaco: tinham patrocinado um projeto de investigação mas, ao comprovar que com estes intervalos os gráficos iriam refletir mal o tempo dedicado a fumar um cigarro, perderam o interesse pelo assunto.

¹⁶ Melinda Milis, “*Providing Space for Time: the impact of temporality on life Course Research*”, *Time and Society*, 9 (1-111-2000), págs. 91-127.

Nas páginas seguintes, o problema de eleição das unidades de medida será traçado com frequência. Uma vez utilizam os ciclos da vida, noutros os quinquênios e os anos, e noutros ainda, as unidades mais frequentemente citadas são as horas e os minutos. O sistema sexagesimal é incômodo para analisar grandes bancos de dados e ocasiona erros e perdas de tempo, por isso alguns estudos foram substituídos pelo sistema decimal para somar minutos. O resultado é, às vezes, desconcertante, porque não estamos acostumados com horas expressas em frações superiores a sessenta¹⁷. Confiamos que esta simples intenção de simplificar as unidades temporais não termine como a anteriormente citada reforma do calendário proposta pela assembleia Nacional da Revolução Francesa, que hoje em dia apenas se recorda através do ensaio de Marx intitulado *O 18 Brumário*¹⁸ e por uma forma sofisticada de cozinhar a lagosta¹⁹.

¹⁷ Nos inquéritos sobre os usos do tempo realizados pelo CSIC, as informações são obtidas nas unidades habitualmente utilizadas pelos entrevistados (dias, horas, minutos, entre outras), mas são convertidas automaticamente ao sistema decimal no processo de cálculo. O mesmo ocorre com os dados provenientes de outras fontes, para facilitar a comparação.

¹⁸ *O 18 Brumário* de Luis Bonaparte é um texto de Karl Marx sobre o golpe de Estado de Luis Bonaparte em 1851, e trata dos segmentos sociais que intervieram na luta política.

¹⁹ A lagosta à Thermidor é cozinhada com champignons e trufas, e possui esse nome em honra à peça de teatro Thermidor, de Victorien Sardou (1891).

3. TEMPO DAS CRIANÇAS

A INFÂNCIA DAS NOSSAS VIDAS

Diz o Dicionário da Língua Espanhola que a infância é «o período da vida humana desde que se nasce até à puberdade»; e como segunda aceção: «o conjunto dos meninos de tal idade». No entanto, para definir as crianças o DRAE limita a idade até aos sete anos e não até à puberdade. Curiosamente, infância deriva do latim *infans*, ‘aquele que não pode falar’, o que, para se ajustar a esta condição, não nos levaria mais longe do que os dois, três anos. Ainda que a infância tenha uma base biológica, também se constrói socialmente. A menarca (primeira menstruação das meninas) adianta-se progressivamente quando as condições de nutrição e socioeconómicas são melhores, ainda que a comparação internacional ponha em relevo diferenças que não podem dever-se somente a estas variáveis. As mudanças hormonais que anunciam a puberdade iniciam-se por volta dos nove anos nas meninas e por volta dos onze nos meninos. Mesmo que a infância não seja um período homogéneo, os critérios de classificação dependem, sobretudo, do objetivo com que se faz a classificação. Os critérios médicos utilizados para construir os indicadores sanitários tomam como marcos as vinte e quatro horas seguintes ao parto, o período de lactância, os primeiros cinco anos de vida (por se tratar do período em que há mais doenças infantis) e a puberdade. Mas os critérios legais podem impor – e assim foi noutras épocas – que as crianças recém-nascidas e não registadas possuam um estatuto diferente, provisório, respetivamente aos que ultrapassam este período e esta formalidade. Com critérios religiosos, no cristianismo têm existido, tradicionalmente, dois marcos importantes, o batismo e a comunhão, ainda que ambos tenham sofrido grandes variações históricas relativamente à idade em que ocorrem. Noutras organizações representativas, a circuncisão tem um papel social e religioso de grande importância e, igualmente, em algumas culturas, atribuem-se motivações morais à prática da mutilação genital nas meninas. Os judeus transformam os meninos em membros da sua comunidade adulta quando completam treze anos, e as meninas aos doze.

A adolescência ganhou importância social na medida em que o período da juventude se alargou. Não tem importância alguma nas sociedades em que as crianças se fazem adultas muito cedo e incorporam de imediato as tarefas de procriar e trabalhar.

Atualmente, os principais critérios de classificação das crianças são escolares. A educação infantil divide-se em dois períodos: dos zero aos três anos e dos

três aos seis. No primeiro ciclo os objetivos da educação são os de desenvolver o movimento e o controlo corporal, facilitar as primeiras manifestações de comunicação e da linguagem, revelar-lhes o ambiente que as rodeia e conseguir que assimilem as regras elementares de convivência e de relação social. Para o segundo ciclo fixam-se como objetivos que elaborem uma imagem positiva e equilibrada de si mesmas, que aprendam a usar a linguagem e a conhecer as características físicas e sociais do meio em que vivem.

Os *menores* são os que ainda não alcançaram a idade em que se lhes reconhece plena capacidade social e política. Em Espanha, atualmente está fixada nos dezoito anos, mas em 1943 estava fixada nos vinte e um. Noutras épocas foi ainda inferior e, no entanto, em certas zonas de África tal reconhecimento ocorre aos treze anos. Segundo o censo de 2005, há 7 646 054 menores que se repartem aproximadamente por grupos de dois milhões por cada faixa de cinco anos.

O dado mais importante sobre a infância na Espanha atual é a diminuição do número de crianças e o seu nascimento resultar dum planeamento voluntário; e o segundo é o aumento do número de crianças vindas de fora na companhia dos seus pais, ou nascidas em Espanha mas de mãe estrangeira. Quinze em cada cem nados-vivos, em 2005, são filhos de mãe estrangeira, mas o número é ainda mais elevado se se acrescentarem as mães que obtiveram nacionalidade espanhola recentemente por casamento ou residência.

Olhando o futuro, convinha refletir que a infância da nova geração de espanhóis será ou já foi muito diferente da dos atuais adultos.

CINCO LAVADEIRAS E O COMEÇO DE UMA LINHA DE INVESTIGAÇÃO

«Quantas fraldas suja diariamente uma criança pequena?»²⁰

Madame Curie descobriu o rádio quase por mera casualidade. São muitas as descobertas que acontecem por casualidade, ainda que, como disse Vargas Llosa, seja preferível que a inspiração, ao chegar, nos encontre sentados à mesa a trabalhar. A casualidade não faz mais do que precipitar a queda da maçã no momento oportuno, quando tudo está pronto para que o

²⁰ Num mini-inquérito que fiz sobre esta questão, sem quaisquer pretensões de representatividade, a média encontrada foi de seis fraldas.

acontecimento se observe e interprete. Salvaguardando as distâncias com Curie, Vargas Llosa ou Newton, tenho de dizer que me caiu no colo, sem o desejar nem o esperar, a economia não monetária e o trabalho não remunerado. Foi pela ocasião do nascimento do meu terceiro filho, quando, no dia a seguir a regressar da clínica a casa, o menino ficou com uma diarreia muito intensa que nos obrigou a chamar o médico de urgência. Na prática, fiz cinco máquinas de roupa num só dia, com a roupa que se sujou. Pensei que o meu caso não era isolado, até porque naqueles anos nasciam em Espanha mais de seiscentas mil crianças e era estatisticamente previsível que em todas as famílias, ao longo dos seis primeiros meses de vida da criança, em algum momento houvesse a necessidade de prestar serviços imediatos com grande consumo de tempo.

Foi no dia seguinte àquela urgência, no meio da luta com montanhas de lençóis, lençóizinhos, saias, touquinhas, camisolas, forras e plásticos sujos, que decidi iniciar um diário onde descreveria todos os consumos de tempo imprescindíveis que se realizavam em minha casa para dar resposta à vida quotidiana. Para mim era incompreensível que na Faculdade de Economia, onde lecionava na altura, se concedesse mais importância analítica ao nascimento de ovelhas e vacas do que a crianças, e dispuséssemos de melhor informação periódica sobre as toneladas de carvão que se extraíam do que sobre o esforço e tempo que era necessário aplicar para manter em condições de funcionamento normal, isto é, de bem-estar médio, a vida dentro dos lares.

A natalidade tem caído muito em Espanha, nascendo, neste momento, por ano cerca de quatrocentas mil crianças (segundo o Censo de 2005, há 428 836 crianças num ano), duzentas e cinquenta mil a menos que na época em que nasceu aquele meu filho. No entanto, quatrocentas mil crianças ainda são muitas, e temos muito pouca informação sobre quanto tempo é necessário dedicar, em média, a uma criança recém-nascida nos casos normais, sem falar nos casos especiais.

Existe uma escala bastante conhecida, utilizada especialmente para estudos de distribuição de pobreza, que se chama Escala de Oxford. Consiste em ponderar a renda *per capita* dos lares em função do número e idade dos membros que os compõem. A filosofia subjacente é que quando uma lâmpada ilumina uma habitação na qual cabe mais de uma pessoa, o custo de iluminar um ou de iluminar três, cinco ou mais é o mesmo. Para calcular a renda *per capita* dum lar, a Escala de Oxford não divide a renda por igual entre todos os habitantes desse lar, seja qual for a idade dos seus componentes, mas a

partir de uma ponderação do adulto chefe de família, que é igual a um, valorizando progressivamente menos cada um dos adultos mais velhos e aplicando-se também uma redução para as crianças. Esta é a Escala de Oxford que, em resumo, vem dizer que um lar composto por duas pessoas vive melhor que outro com a metade da renda e uma só pessoa, porque se produz uma economia de escala. Também diz que o consumo das crianças é menor que o das pessoas adultas. Ainda que os efeitos de lâmpadas e outros bens materiais compartilháveis sejam corretos na Escala de Oxford, quando se trata da prestação de serviços resulta exatamente no oposto. Especialmente, o tipo de serviços não remunerados que se prestam nos lares, dedicados a proporcionar cuidados a crianças, doentes e idosos.

Quem quer que tenha observado um lar por dentro sabe que a segunda pessoa pode disfrutar de uma diminuição no tempo necessário para a limpeza dos móveis ou dos espaços coletivos, mas de maneira alguma aceitaria a ideia de que o tempo que requer uma criança ou uma pessoa de idade muito avançada é o mesmo que necessita para cuidar de alguém de idade intermédia.

Uma vez que o que me interessa investigar são os problemas e os recursos que estão ligados à disponibilidade de tempo, desenhei uma escala complementar e, em certa medida, antitética à de Oxford, a que chamei Escala de Madrid. A Escala de Madrid é útil para medir a quantidade de tempo que consomem e produzem diversos grupos sociais e para fazer previsões baseadas nas mudanças demográficas. Nela, as crianças menores de quatro anos possuem uma pontuação dobrada comparada à população de idade intermédia (dos dezoito aos sessenta e cinco anos) e os indivíduos entre cinco e os catorze anos recebem um ponto e meio²¹.

As crianças que nascem hoje nos lares espanhóis são crianças eleitas, no sentido de que a maioria foi chamada ao mundo pelos seus pais. Hoje temos poucas crianças, mas as poucas que temos são geralmente muito bem cuidadas e acompanhadas. A produção de crianças é cada vez mais cara em Espanha, tanto em termos relativos como em termos absolutos. Durante séculos, as crianças trabalhavam quase que a partir do momento em que eram capazes de prestar um serviço. Os meninos executavam tarefas como cuidar de uma cabra a levar o gado aos pastos e a beber no rio; e as meninas tinham que tomar conta dos irmãos mais pequeninos, vigiar o fogo, apanhar

²¹ M.Á. Durán, “*El trabajo no remunerado y las familias*”, em “*España 2015: prospectiva social e investigación científica y tecnología*”, L. Cruz (ed), Fundación Española Ciencia y Tecnología, Madrid, 2005, págs. 196-220.

lenha, e continuam, ainda hoje, a executar tais serviços em muitos países em desenvolvimento. Não é apenas a quantidade de bens e serviços que as crianças consomem que as torna caras, mas os anos de trabalho que têm de renunciar em casa para que se preparem. Isto é, a infância, a juventude e os primeiros anos da vida adulta em que ainda não foram incorporados no mercado de trabalho.

Durante os anos em que as crianças e os adolescentes dependem economicamente dos seus pais, a quantidade de bens que consomem e de serviços que recebem multiplicou-se exponencialmente. Poderia supor-se que a redução do número de crianças fez diminuir a quantidade de trabalho dedicado coletivamente ao seu crescimento, mas não ocorreu assim, muito pelo contrário. De crianças que apenas assistiam a poucos anos de escola, durante a infância, e, em seguida, começavam de imediato a trabalhar ajudando os seus pais, até chegar aos jovens de hoje, que frequentemente não incorporam em pleno o mercado de trabalho até terem atingido mais de trinta anos, passaram apenas poucas décadas, mas foram acompanhadas de uma autêntica revolução social.

As crianças também se tornaram mais caras num outro sentido. O custo da oportunidade é agora maior para as suas mães do que era há uns anos atrás, quando por não estarem incorporadas no mercado de trabalho, a sua relação com este não era afetada por causa da maternidade.

TESOUROS COM DENTES

«O gasto médio por pessoa e mês é de 720 euros»²²

A senhora que me ajudou durante vários anos a tomar conta dos meus filhos costumava dizer que as crianças eram *tesouros com dentes*. Com isso ela resumia a antiga e ambivalente experiência do campo em relação às crianças. Por um lado queridos e desejados e, por outro, temidos por serem bocas para alimentar em épocas de escassez.

Que os pais amam os seus filhos, não tenho a menor dúvida. E que durante séculos tiveram mais filhos do que desejavam, também não duvido. É perceptível a redução do número de nascimentos por todo o mundo ao mesmo tempo que a estabilidade da população foi garantida e as mulheres tiveram acesso à escola e à sua independência legal e económica. Mas, por mais interessante

²² Encuesta Continua de Presupuestos Familiares, INE, 4.º trimestre, 2005.

e necessária que seja, não é a questão da queda da natalidade que desejo comentar, e sim a da condição de *tesouros com dentes* atribuída às crianças. E, dado que concordo que são tesouros, vou focar-me no assunto mais prosaico dos seus dentes.

Nas sociedades rurais, com crises frequentes de sobrevivência, a fome tem sido uma ameaça muito real, e a escassez de alimentos matou mais pessoas do que as guerras. É impossível ler a literatura europeia sem que a fome e o medo apareçam por todas as partes. Mesmo hoje, excelentes textos literários autobiográficos são publicados (refiro-me a *Las cenizas de Angela* e *Lo es*, de Frank McCourt) onde a fome aparece como cenário de fundo da vida quotidiana e dos contextos bélicos, em países hoje tão prósperos como a Irlanda ou os Estados Unidos. Não obstante, as crianças urbanas nos países desenvolvidos raramente passam fome. Podem ser mal alimentadas, obesas, mas a fome não é um problema que preocupe os seus progenitores. Entre outras coisas porque ajustaram o número de filhos que possuem ao que acreditam que podem e devem ter.

As crianças foram e continuarão a ser tesouros. Mas hoje os dentes que assustam os pais das crianças, nos países desenvolvidos, não são os que mordem o pão, antes os que mordem o tempo.

De acordo com o Inquérito de Pressupostos Familiares (4.º trimestre 2005), o gasto médio por lar é de 6 242 euros por trimestre e de 2 165 euros por pessoa. Por mês, cada pessoa gasta em média 720 euros. Este valor inclui a parte proporcional de grandes gastos como a compra da casa ou do automóvel. Em geral, a opinião acerca da situação económica demonstra tranquilidade, já que quase metade diz não ser um momento mau para assumir gastos importantes, exceto com habitação. Não obstante, as taxas de natalidade continuam muito baixas e a proporção de crianças face à população total diminuiu.

De acordo com o Inquérito aos Usos do Tempo, do INE, 16% das pessoas maiores de dezoito anos dedicam parte do seu tempo a cuidar das crianças em dias úteis. Para as mulheres, a proporção é de 20%, sendo quase o dobro da dos homens, que se situa nos 11%. Aos fins de semana as mulheres reduzem ligeiramente a frequência de dedicação, aumentando umas décimas na frequência despendida pelos homens. Relativamente à quantidade de tempo dedicada ao cuidar das crianças, as mulheres gastam, em média, quase o dobro do tempo dos homens durante a semana, ainda que ao fim de semana eles aumentem ligeiramente e elas o reduzam.

Por detrás destes números escondem-se alguns factos que talvez não sejam tão evidentes: é que o trabalho do cuidar recai apenas em uma de cada seis pessoas adultas. Não é distribuído, concentrando-se num núcleo reduzido de adultos com responsabilidades familiares. Porém não são situações permanentes, mas sim rotativas. Uns cuidam hoje, outros cuidaram antes, e outros cuidarão amanhã. Contudo, são cada vez mais aqueles que nunca cuidaram dos seus próprios filhos, porque não os têm.

A definição de cuidar é muito variável. Segundo o *Diccionario de la Real Academia de la Lengua*, é «a solicitude e atenção para fazer algo bem», assim como a ação de «assistir, manter e conservar». Se as definições são variáveis as medições refletem a variabilidade do que se mede. Em comparação com outros inquéritos, o do INE, ao qual me tenho referido, apresenta resultados mais detalhados, incrivelmente detalhados. Por se tratar dum inquérito magnífico em muitos aspetos, entre eles o de usar uma metodologia homóloga à de outros países europeus e de dispor de uma amostragem tão ampla que permite cruzar muitas variáveis e estabelecer muitas comparações, utilizei a fundo os seus dados. No entanto, precisamente no que se refere aos usos do tempo no cuidar, convém usá-lo com precaução uma vez que se refere ao que os questionários chamam «atividade principal», e o cuidar é frequentemente uma atividade difusa, invisível, facilmente eclipsada das memórias e substituída por outras atividades mais concretas e físicas, que deixam um lastro de transformações. Lavrar, dar aulas, cozinhar ou dizer missa são atividades mais concretas, reconhecidas e individualizáveis. Porém, quem sabe onde começam e terminam os cuidados com outra pessoa? Se aquele que cuida também lê o jornal, ou assiste a um programa de televisão, ou reza, ou passa a roupa, ou cozinha, provavelmente dirá, a quem lhe pergunte, que durante este tempo leu, viu televisão, passou a roupa ou cozinhou. Apenas quando as perguntas forem mais diretas, mais reiteradas, se recordará que enquanto lia, via televisão, passava a roupa ou cozinhou estava cuidar de alguém.

O tempo que as mulheres dedicam, durante a semana, a tomar conta de crianças, (o conjunto de todas as mulheres, e não apenas as que têm filhos), segundo o mesmo Inquérito aos Usos do Tempo, do INE, é uma hora diária, enquanto os homens gastam vinte minutos. Somando-os ao longo da semana, este valor chega a quase onze horas para a média das mulheres e a três horas para a média dos homens. Somando todas as semanas do ano, as mulheres dedicam aos cuidados com crianças quinhentas e sessenta e duas horas, enquanto os homens dedicam cento e cinquenta e oito horas por ano. Entre umas e outros há uma diferença anual superior a quatrocentas horas,

onde caberiam muitas outras atividades que não se podem compatibilizar. Horas de descanso, de trabalho pago, para cuidar de si mesmas, para praticar desporto, para estudar ou participar em atividades políticas ou de devoção religiosa. Quatrocentas horas de diferença são muitas horas e, quem sabe, talvez seja uma das razões pelas quais as taxas de natalidade continuam tão baixas. Se o trabalho com o cuidar não se reparte, não haverá crianças.

MÃES SOLTEIRAS E OUTRAS NOVAS FORMAS DE FAMÍLIA

«Em 1975, de cem crianças que nasciam, duas eram filhas de mães solteiras. Em 2006, eram uma em cada quatro»²³

O estado civil é uma forma de vida. A sua influência não é decisiva em algumas atividades, ainda que, por se associar à idade, e esta com o nível de estudos e rendimentos, pareça estar sempre relacionado com tudo. Mas no que se refere ao cuidar das crianças, a situação familiar é uma variável de primeira linha.

Os conceitos de família evoluem constantemente. A própria etimologia da palavra família deriva do latim *famulus*, “servente” ou “escravo”, e, durante séculos o seu significado principal foi o “conjunto de escravos e empregados de uma mesma pessoa”. Embora este sentido seja arcaico, há não muitos anos ainda era possível escutar esta definição. A voz familiar, habitualmente usada para se referir aos parentes consanguíneos ou afins, no espaço eclesiástico tem outro significado, a do pajem ou eclesiástico que vive com o bispo e o acompanha²⁴.

Em 2006, a nova forma familiar que ocupa o olho do furacão mediático e legislativo é constituída por um casal do mesmo sexo. Segundo o Inquérito da Saúde e Hábitos Sociais, do INE, de 2003, (dados publicados em julho de 2004), 3,9% dos homens e 2,7% das mulheres tiveram, ao longo da sua vida, alguma relação homossexual, ainda que não necessariamente estável ou que tenha constituído um casal. Entre os homens, 1,1% tiveram apenas relações homossexuais. Embora seja uma proporção pequena, a realidade é provavelmente maior que o declarado.

Há outros dados fornecidos pelo Censo de 2005 que ainda não foram digeridos pela sociedade espanhola. Uma em cada quatro crianças nascidas

²³ Instituto Nacional de Estatística, *Movimiento Natural de Población*, dados para Espanha e dados europeus.

²⁴ *Diccionario Crítico Etimológico* da Coraminas.

em 2005 é filha de mãe solteira. Ou, para dizê-lo com terminologia atual, de mãe “sem papéis” matrimoniais. Noutros países da Europa esse valor chega a 55%, o que não significa, no entanto, que não saibam quem é o pai ou que não possuam uma estrutura familiar estável. De facto, nos países do norte da Europa, quase metade das crianças vêm ao mundo sem que os seus pais se tenham oficialmente casado e a taxa de natalidade é bastante mais alta que a nossa.

Em Barcelona, a proporção de crianças nascidas de mãe solteira é de 28%. Em Madrid, 26%; em Santa Cruz de Tenerife, 41% e em Las Palmas, na Gran Canária, 46%. Por outro lado, o Censo de 2001 mostrou que havia perto de trezentos mil lares monoparentais (constituídos por um adulto e um ou mais menores de idade), dos quais 79% pertencem a mulheres. Para cada homem que exerce a sua responsabilidade sem partilhar o lar com outro adulto, são 3,68 mulheres que o fazem.

Algumas províncias espanholas já alcançaram as médias nacionais de nascidos de mães solteiras, que, há alguns anos, nos parecia incrível noutros países, embora em toda a Europa se tenha registado um aumento, e em países como a Suécia estes níveis superam a metade dos nascimentos. Assim, em França, a proporção é de 46%; no Reino Unido 42%; em Portugal 29%; na Islândia e nos Países Baixos 32%; na Áustria 35%; na Noruega e na Suécia 51%. Na realidade, a linguagem cria muitas confusões porque a maioria destas mulheres estão casadas em estrito sentido terminológico, já que compartilham casa com o pai do seu filho. Noutros casos, muito menos numerosos, há o modelo que os americanos apelidam de LAT (*Living Apart Together*), casais que convivem parcialmente, mas possuem casas independentes. Com a facilidade crescente das comunicações, o aumento da mobilidade territorial e a reconstrução de relações estáveis após divórcios, esta forma de casal espacialmente separada, anteriormente tão popularizada pelos marinheiros, (embora sem muito boa reputação), está a converter-se numa possibilidade real para franjas cada vez maiores da população. Não formam lares no sentido em que os define o Censo ou dificilmente constituirão unidades de coexistência, mas formam famílias no sentido que o discurso popular lhe concede, sem necessitar de regulamentos administrativos ou registo oficial da relação e dos afetos.

Por serem atividades mais concretas e parceladas, os perfis que resultam do inquérito do INE são mais pronunciados, com contrastes maiores do que no inquérito CSIC. Contudo, o sentido geral dos dados, a sua estrutura, são os mesmos. Quem mais toma conta de crianças são os casados ou aqueles

que convivem no mesmo lar, e os que tomam menos são os viúvos. Separados e divorciados ocupam um lugar intermédio entre solteiros e casados na dedicação de tempo ao cuidar das crianças nos dias úteis; mas, neste ponto, a situação de homens e mulheres é muito diferente. Enquanto os homens divorciados se parecem com os solteiros, as mulheres divorciadas parecem-se mais com as casadas.

Uma das variáveis de controlo usada sistematicamente nas análises sociológicas é o tamanho do lar. Como expressão do caminho trilhado pela evolução da família nos novos tempos, o número de lares unipessoais aumenta constantemente, embora ainda não tenhamos chegado, em Espanha, à proporção alcançada em alguns países escandinavos, onde se aproxima dos 40%. Os lares unipessoais são uma pedra de toque nas imagens tradicionais da vida familiar e afetiva ligada às pessoas com quem se vive, com as quais se divide o espaço. Se se pergunta sobre o tempo destinado ao trabalho do cuidar a resposta é diferente, dado que importa se este trabalho se limita às pessoas que vivem na mesma casa. Porque a realidade é que se toma conta dos que estão dentro de casa, mas também daqueles que estão fora. E cada vez haverá mais filhas que cuidam dos seus pais, e pessoas mais velhas que ajudam a cuidar dos seus netos. Mesmo que vivam em casas separadas.

A diferença entre estar sozinho e ser solitário é muito característica da era em que vivemos, com pessoas menos limitadas geograficamente ou forçadas a ser sociáveis do que em épocas anteriores recentes. Praticamente, no mesmo período, foram produzidas duas obras de sucesso para explorar os limites e as conexões entre ambas as experiências: o livro de Carmen Alborch, *Solas* (1999) e o filme *Solas*, de Benito de Zambrano (1999), que levou ao estrelato a atriz María Galiana. Nos dois inquéritos a que antes me referi, os dados sobre o tempo dedicado ao cuidar de crianças nos lares unipessoais são diferentes. No inquérito do INE são de um rotundo zero, como se fosse uma atividade proibida ou desconhecida para aqueles que não coexistem com crianças, irmãos ou netos, ou simplesmente amigos ou vizinhos. Zero para os homens, zero para as mulheres. Ao contrário, no inquérito do CSIC aparece um número modesto, mas claramente perceptível, de pessoas que cuidam de crianças com as quais não vivem: cinco minutos para a média dos homens e um quarto de hora para a média das mulheres, durante os dias úteis da semana. Logicamente, é um número pequeno comparado com o tempo que dedicam ao cuidar de crianças aqueles que vivem nos lares pluripessoais, que por parte das mulheres chega a 0.74 horas, quando se trata de lares de quatro ou mais pessoas, no inquérito do

INE, e a 2,48 no do CSIC. Mas o valor deste número pequeno é que desvenda a conexão entre as pessoas, apesar da distância e da independência domiciliar. Há homens divorciados que tomam conta dos seus filhos num dia da semana; irmãs independentes que ajudam os cunhados ficando com os sobrinhos depois da saída da escola de modo a que os seus pais possam ir a um funeral ou a um casamento. E, principalmente, muitas avós que resistem a abandonar a casa onde viveram toda a vida e onde guardam as suas memórias, que se mantêm independentes, mas que lhes dedicam muitos e bons momentos. Por isso alegro-me pelo facto do Inquérito CSIC iluminar estas redes subtis de afetos, com uma boa pitada de estatística, que se não se observam de perto poderiam facilmente passar despercebidas.

O TEMPO DO CUIDAR

INE: “Os homens dedicam 0,16 horas por dia, durante os dias da semana, a cuidar das crianças, e as mulheres dedicam 0,48 horas.”

CISC: “Os homens dedicam 0,37 horas por dia, durante a semana, a cuidar das crianças, e as mulheres dedicam 1,56 horas”²⁵

Com estes números tão díspares que nos proporcionam dois respeitados inquéritos, começarei a minha reflexão sobre o cuidar das crianças e o valor do tempo a ele dedicado.

Não é fácil chegar a um acordo sobre o que significa cuidar. Há cuidados físicos imediatos, como limpar o nariz ou dar banho a uma criança, que têm uma duração precisa e podem ser medidos com exatidão, ao menos pelo tempo que levam a fazer. Porém, há outros cuidados que são intangíveis, mais mentais e afetivos do que físicos, e que, inclusivamente, se podem prestar à distância. A linguagem reconhece esta variabilidade com um rico vocabulário que se acrescenta ao cuidar: «ser responsável por», «estar ciente de», «tomar conta» e muitas outras expressões similares.

Em comparação com outras línguas como o inglês, o francês ou o italiano, o «cuidado» espanhol é muito menos físico e mais mental. Nas análises comparativas internacionais nem sempre se comparam exatamente as mesmas coisas, nem mesmo quando os dados procedem de inquéritos homologados e que usam os mesmos questionários e as mesmas palavras.

²⁵ INE, Inquérito aos Usos do Tempo; CSCI, Inquérito ao Uso do Tempo, 2003. Faz parte integrante do projeto de investigação “*El uso del tiempo: integración en el análisis de la estructura social y económica*” financiado pela Comisión interministerial de Ciencia y Tecnología (2002-2005) e dirigido por María Ángeles Durán Heras.

O uso da linguagem tem uma dimensão pedagógica e política porque ao utilizá-la cria-se realidade, redefine-se e reinventa-se. Essa riqueza de matizes traz consigo uma dor de cabeça para os investigadores empíricos, que prefeririam uma definição simples, fácil de observar e consensual no meio científico. Contudo, as ações humanas são bem mais complexas, e nem mesmo o mais profundo e exigente dos observadores pode simplificar a realidade sem correr o risco de a desvirtuar. O investigador pode apenas perguntar escolhendo algumas palavras em detrimento de outras. E o entrevistado, além de ter o direito de se recusar a responder, tem a prerrogativa de interpretar a realidade sobre a qual relata. Se o cuidar foi feito como uma atividade contínua de vinte e quatro horas, porque até mesmo enquanto dormia se considerou cuidador, essa é a sua visão do tempo dedicado e ninguém tem autoridade para o corrigir.

Entre os dois pontos extremos da visão do cuidado, que, no mínimo, leva a confundir-se com ações físicas e, no máximo, com a disponibilidade, encaixam-se uma infinidade de situações intermédias que os inquéritos favorecem direta e indiretamente pelo modo como se formulam as perguntas, pela linguagem utilizada, pelos exemplos e instruções dadas aos entrevistadores e até mesmos pelos logotipos e identificação inconsciente do entrevistado com o que interessa para as entidades que promovem o inquérito. Se se trata de um inquérito geral, as atividades do cuidar têm uma quota de tempo reduzida. Se o inquérito for uma monografia ou direcionado para a vida quotidiana, a quota de tempo aumenta. Se se pede ao entrevistado que anote num papel o que fez de dez em dez minutos, será tentado a ver as árvores em lugar da floresta. Mas se lhe for perguntado o tempo que dedicou no dia anterior, provavelmente a soma de todas as atividades dará um resultado superior a vinte e quatro horas.

Alguns investigadores sentem tal mal-estar perante a falta de coincidência dos números que procuram ocultar os dados. Mas isso é um erro porque são precisamente essas faltas de coincidência, esses imprevistos, aquilo que mais ajuda a entender o significado do que está por detrás de cada número.

As crianças são um produto sazonal que atinge o seu pico no início do verão. Do verão da vida, claro, não do calendário. A maioria dos adultos não tem filhos pequenos, ou por serem jovens demais ou porque há muito deixaram de o ser, portanto, o tempo dedicado a cuidar das crianças está concentrado entre os trinta e os trinta e nove anos. O mesmo vale tanto para homens como para mulheres.

Como os inquéritos do INE e do CSIC medem coisas diferentes, o gráfico que representa o resultado é muito diferente. No inquérito do INE, que possui uma maior proporção de atividades concretas, é proporcionalmente alto e estreito, com um perfil que lembra o dos *morros* do Rio de Janeiro. As mulheres jovens dedicam pouco tempo e as de mais de cinquenta anos dedicam praticamente nenhum, mas na idade de dedicação máxima (de trinta a trinta e nove), o seu tamanho é dez vezes maior do que na idade mais jovem, e três vezes maior que no grupo anterior, ou no imediatamente seguinte. Assim, proporciona a imagem de uma atividade sazonal, concentrada num curto período de tempo no ciclo da vida.

O inquérito do CSCI produz um gráfico com a forma característica da curva de Gauss, como uma montanha polida e arredondada pela erosão do tempo. A base desta montanha não é tão baixa nas extremidades, como no gráfico do INE, nem no começo e nem no fim, especialmente na que representa o cuidar executado por mulheres: cuidam tanto as jovens quanto as idosas. Talvez não sejam cuidados tangíveis, talvez não deem banho nem amamentem; mas cedem o seu tempo, e é assim que percebem e transmitem a quem pergunta. A idade de dedicação máxima também é de trinta a trinta e nove anos de acordo com o inquérito do CSCI, idade que coincide com o maior número de crianças pequenas em casa. Em média, o conjunto de mulheres dessa faixa etária dedica às crianças quase quatro horas por dia (3,82) durante os dias da semana, duas vezes mais que as mulheres dos grupos de faixa etária de cinco anos a mais e a menos. Este número refere-se ao conjunto das mulheres, mas se limita às que efetivamente cuidam de crianças, o tempo dedicado é de 5,51 horas diárias para o conjunto das mulheres e 6,80 horas no grupo das que têm entre vinte cinco e vinte e nove anos.

São idades cruciais para o mercado de trabalho e para as carreiras profissionais. Também são idades fundamentais para a carreira política, e também seriam para a carreira dentro das organizações eclesiais, caso houvesse. Parte do cuidado, especialmente a parte mais material e tangível, pode ser substituída ou delegada, mas o conjunto de cuidado requerido por uma criança não pode ser reduzido²⁶. Não é à sua custa que as soluções podem ser encontradas, nem à custa de que todo o seu cuidado recaia sobre a mãe com a desculpa de que ela o “trouxe ao mundo”, “faz melhor” ou “este é o seu destino”.

²⁶ Cuidar de crianças é diferente do resto das tarefas domésticas quanto às variáveis com as quais se associa, concluem M. Deding e M. Lausten num detalhado estudo empírico realizado com casais com filhos, na Dinamarca. As teorias que explicam isso não funcionam bem para todos os casos e, dependendo da atividade em questão, a mesma pessoa age conforme um modelo ou outro. *Journal of Time Use Research*, vol.3, num.1 (2006), págs. 28-48.

Aos sábados e domingos, o padrão de cuidados de crianças muda porque as escolas não abrem e, em muitos casos, os pais também não vão trabalhar. Segundo o inquérito do INE, o tempo dedicado quase que se triplica relativamente aos dias de trabalho, tanto por parte dos homens como das mulheres. De acordo com o inquérito do CSIC, que mede mais o cuidado geral do que as atividades concretas, os homens efetivamente aumentam muito este tempo mas as mulheres não o aumentam de forma considerável. O cuidar das crianças está concentrado, evidentemente, nos lares onde vivem crianças, que constituem 27%, segundo o inquérito do INE. O tempo de dedicação às crianças é quase idêntico nos lares onde existem três crianças ou uma, verificando-se apenas três minutos de diferença, que correspondem a um ligeiro aumento de tempo dedicado por parte das mulheres e a uma ligeira descida por parte dos homens. Numerosos estudos prévios já tinham sinalizado o mesmo que mostra este inquérito do INE: que geralmente a implicação dos homens no cuidar de crianças se reduz em lugar de aumentar quando se passa de uma para mais crianças. Nos dias de semana, não chegam à metade os homens que vivem em casas com adultos e crianças que dizem parar para tomar conta destes. Entre as mulheres o número é maior, mas mesmo no caso de haver três ou mais filhos chegam a 70% as mulheres que dizem dedicar parte do seu tempo para cuidar deles. Isso deve-se a uma interpretação extremamente restrita do conceito de cuidar? Deve-se ao facto de deixar esta atividade nas mãos de instituições educacionais, trabalho doméstico e outras ajudas não remuneradas? De facto merece uma investigação mais aprofundada, já que os resultados parecem bastante parcós.

O Painel de Lares da União Europeia, comumente conhecido por Phogue, foi aplicado em vários países europeus durante uma década e permite uma comparação internacional. Em Espanha há dados disponíveis desde 1994 até 2001, por meio de oito ondas ou ciclos. A partir de 2004, iniciou-se outro inquérito, o das Condições de Vida, que o substituiu parcialmente. Segundo esta fonte, entre os homens que realizam atividade, o mais frequente é dedicar ao cuidado de crianças menos de vinte e quatro horas por semana, enquanto entre as mulheres apenas 12% dedica esta quantidade reduzida de tempo, e o mais frequente é que dediquem entre quarenta a sessenta horas semanais. É de ressaltar que 29% das cuidadoras diz dedicar mais de sessenta horas semanais, dedicação muito absorvente que apenas 4% dos homens manifesta. Se se considera que quarenta ou mais horas são uma jornada completa (ainda que possa ser simultânea com outras atividades), quase seis em cada dez mulheres que cuidam de crianças pertencem a esta

categoria. Espanha ocupa um lugar intermédio no conjunto dos países europeus na quantidade de tempo dedicado pelas mães²⁷.

Apesar do cuidado se concentrar nas mulheres casadas, não são as únicas. Solteiras, divorciadas e viúvas também cuidam de crianças. E das casadas, a maioria não cuida de crianças; apenas uma em cada cinco o faz. Com largos períodos de pré e pós maternidade, a antiga associação entre mulher casada e aquela que cuida dos filhos está a diluir-se.

O EQUILÍBRIO INSTÁVEL DA CONCILIAÇÃO

Ainda que parir com dor fosse o castigo anunciado pelo anjo na expulsão do Paraíso, as mulheres nunca se livraram de partilhar a carga imposta a Adão: a de ganhar o pão com o suor do seu rosto. Apenas muito poucas foram capazes de escapar ao trabalho e, nos poucos casos em que o conseguiam, tratava-se mais da reconversão noutras obrigações que do perdão destas. Hoje fazem-nos rir as explicações biológicas que algumas prestigiadas autoridades intelectuais da Antiguidade, como Aristóteles, davam para justificar a divisão do trabalho por sexos. Mas deste tema ocupei-me detalhadamente noutro lugar (veja-se *Si Aristóteles levantara la cabeza*, Ed Cátedra, 2000) e não vou agora comentá-lo. Também não quero trazer à colação, salvo de passagem, que na tradição moral espanhola se depositou uma ênfase extraordinária na função produtora das mulheres, na sua obrigação moral de se dedicar plenamente à produção material de bens. Um livro maravilhoso do ponto de vista literário, *La perfecta casada*, de Frei Luis de León (1583), foi, durante séculos, o melhor exemplo desta imagem esforçada e laboriosa das mulheres exemplares.

O que mudou, nos tempos recentes, foi a posição económica e do mercado em relação ao *domus* (o lar romano, que continua a denominar o espaço doméstico). Esta mudança relativa de posições, relacionada com as inovações tecnológicas e com a produtividade, foi o que mudou o sentido económico e social dos lares. A busca de um local de trabalho fora do lar não é mais do que a transformação moderna do hábito milenar de produzir bens e serviços para a casa, a que as mulheres já estão acostumadas.

A conciliação entre o trabalho e a vida familiar requer dividir o tempo entre um e outra, e por isso se adiam etapas (o casamento, a procriação, a formação

²⁷ Jutta Joesch e Katharina Spiess, «European's mother's time spent looking after children», *Journal of Time Use Research*, vol.3, num.1 (2006), págs. 1-27.

e o trabalho), delegando-se atividades noutros familiares ou no mercado ou nos serviços públicos ou se reduzem ou eliminam outras atividades (descanso, ócio, formação, etc.). Atualmente (EPA, 2.º trim. 2006), sete em cada dez mulheres casadas, com idades entre os vinte cinco e os cinquenta anos, são ativas.

São tantos os fatores que intervêm na busca do equilíbrio ótimo entre a vida familiar e o mercado, que se torna muito difícil incluí-los a todos simultaneamente num quadro de análise. As teorias que explicam a decisão final tendem, por vezes, a ancorar-se numa interpretação excessivamente economicista e assumem que a escolha recai sempre sobre o que proporciona maior utilidade à pessoa ou à família; mas esta opção esquece que nem sempre os interesses do indivíduo e da família vão na mesma direção. Apesar de não explicar tudo, a vantagem comparativa e o custo de oportunidade esclarecem, pelo menos, parte do resultado final. No extremo oposto, a teoria do *doing gender*, geralmente uma forma menos enfática de nos referirmos ao patriarcado, sinaliza a importância das construções externas e dos modelos culturais impostos aos homens e às mulheres, independentemente das suas habilidades e desejos. Ambas as teorias, e outras intermédias como a da especialização, ajudam a compreender o que acontece, mas a atuação depende de múltiplos fatores circunstanciais e exógenos, tais como as políticas públicas e o apoio da rede familiar extensiva, sendo a capacidade preditiva, de cada uma delas, moderada²⁸.

As mulheres que hoje cuidam de crianças em Espanha têm um nível de estudos mais elevado do que em qualquer outra época da História; nunca houve tantas licenciadas e diplomadas a cuidar dos seus filhos. Na segunda metade do século passado, o protótipo das mulheres espanholas eram as donas de casa, que tinham a sua condição de trabalho no seu bilhete de identidade identificada com as siglas S.L., «sus labores». Mas hoje, não. Continuam a ser um grupo muito numeroso, mas não é a opção a que aspira a maioria das jovens e as de idade intermédia²⁹. Nem no inquérito do INE nem no do CSIC, são as donas de casa as que mais tempo dedicam ao

²⁸ Gary Becker é o maior representante da interpretação liberal e económica das decisões. Recebeu o prémio Nobel da Economia em 1992 precisamente por levar a microeconomia ao domínio da conduta externa do mercado, entre outras, às decisões familiares.

²⁹ Nos últimos anos desenvolveu-se muito a investigação sobre conciliação entre a vida familiar e o trabalho, entendendo-se por trabalho uma gama ampla de atividades que incluem a vida política. Por solicitação da Cortes Generales [*Parlamento Espanhol*] e a pedido da Rede Europeia de Comissões Parlamentares para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres dos Estados-Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (RCIO), elaborei, em 1999, "*Informe sobre conciliación de la vida familiar e política*", em que colaboraram M. Sineau, M. Threlfall, S. García Díez, A. del Re, D. Vaiou, Z. Georgiou, J. Astelarra, A Garrido e J. Iglesias de Ussel.

Há trabalhos excelentes de outros investigadores espanhóis como Constanza Tobío, Teresa Torns e María Bustelo. O tema da opção entre tempo para a família e tempo para o emprego é um dos que recebe mais atenção dos autores nas revistas *Time and Society* ou no *Journal of Time Use Research*.

cuidado de crianças, devido à sua idade média. As que se encontram desempregadas dedicam e/ou dizem dedicar mais tempo do que as que possuem emprego ou se consideram donas de casa, sendo este outro pequeno dado, aparentemente de pouca importância, que indica uma situação de tensão e nos deveria fazer refletir e adotar medidas. Um ciclo de crescimento económico ainda não conseguiu erradicar o problema do desemprego feminino. Cuidar das crianças impede as mulheres de conseguir entrar no mercado de trabalho? Será que irá continuar assim por séculos e séculos? Em qualquer dos casos, a proeza da geração mais jovem não é pouca: para além do emprego, as mulheres empregadas dedicam, em média, 1,56 horas diárias ao cuidar das crianças (CSIC), o que perfaz um total de 7,80 horas por semana, entre segunda e sexta-feira. Os homens empregados dedicam apenas 0,52 horas diárias, acumulando 2,60 horas semanais à sua jornada laboral.

Como em qualquer atividade que se concentra num grupo reduzido, os números médios que apresentei até agora são um pouco enganadores. São úteis para obter uma perspetiva macroeconómica ou macrosocial, mas é preciso complementá-los com informação mais específica sobre os grupos que realmente desempenham a atividade analisada. No cuidar das crianças não cabem meios-termos. Ou se cuida ou não se cuida, mas raras vezes os que o fazem se limitam a cinco minutos. Quando os dados não se referem ao conjunto da população, e apenas aqueles que exercem a atividade de cuidar, o inquérito do INE oferece um resultado quase cinco vezes superior ao da média, e o do CSIC três vezes maior. Segundo este último, as mulheres casadas ou em coabitação conjugal que cuidam de crianças nos dias de semana dedicam-lhes 5,62 horas diárias. As que estão empregadas, 4,78 horas, o que equivale a uma jornada semanal de 23,90 horas entre segunda e sexta-feira, que significa mais de meia jornada em termos laborais.

Outro inquérito mais recente, EPA (Encuesta de Población Activa), do primeiro trimestre de 2006, publicou os resultados dum módulo especial sobre conciliação. Quicá o dado mais interessante não se refere ao que se faz, mas antes ao que se desejaria fazer: 14% dos trabalhadores que têm filhos e cuidam deles desejariam trabalhar menos horas para lhes dedicar mais tempo. Mas também existe, ainda que minoritária, uma posição oposta: 3% dos trabalhadores que cuidam desejariam poder dedicar menos tempo ao cuidar e mais ao emprego. Como era previsível, esta resposta regista o dobro da frequência nas mulheres face à dos homens, não por uma atitude mais negativa relativamente ao cuidar, por parte destas, mas sim porque são elas quem maioritariamente o assume. De qualquer modo, as

expressões de desejo são sempre circunstanciais: deseja-se e deixa-se de desejar em função de conjunturas que poderiam mudar. Por exemplo com mais serviços, mais ajudas económicas, mais flexibilidade ou com outras formas de distribuição de horários.

A queixa sobre a escassez de serviços de cuidado de crianças é, predominantemente, feminina. É pouco provável que os homens coloquem este tema na sua lista de prioridades numa negociação individual ou coletiva, porque não os afeta na primeira pessoa. Já para as mulheres, ao contrário, pode fazer pender a balança no momento de decidir manter o emprego ou ser demitida. Outro problema, a fim de construir opinião e confiar nos dados, é que, quando a consulta é realizada entre trabalhadores, corre-se o risco de não escutar a opinião dos mais afetados, precisamente a daqueles que tiveram de abandonar o mercado de trabalho e dar-se por vencidos perante as dificuldades insuperáveis que a conciliação entre os filhos e o emprego lhes apresentava.

As pequenas ajudas atualmente disponíveis para a conciliação não deixam de ser isso, ajudas ou reforços, mas o seu papel de válvula de escape, em muitas ocasiões, permite que o conflito seja mantido dentro de limites toleráveis. A disponibilidade de dias livres por maternidade/paternidade ou para assuntos próprios é uma dessas válvulas de escape. 15% das mulheres empregadas e 9% dos homens, o que em conjunto significa 11% dos empregados, fazem uso desta possibilidade. Provavelmente é um tema que os responsáveis pelos Recursos Humanos das empresas terão de incorporar nas suas agendas. A menos que contratem apenas trabalhadores *blindados* para a vida familiar, uma espécie de robôs sem afetos profundos ou eunucos afetivos, no futuro, será uma situação cada vez mais frequente para a qual haverá que encontrar soluções para que as emergências de uns e outras não interfiram seriamente no funcionamento do conjunto da empresa.

Outra válvula de escape de crescente importância é a flexibilidade de horários. Segundo o EPA, 81% dos que trabalham por conta própria creem que poderiam modificar o seu horário de entrada e de saída do trabalho pelo menos uma hora para conciliar melhor os horários com os seus filhos. Mas esta possibilidade percebe-se que é mais reduzida, apenas 46%, para os trabalhadores por conta de outrem, que constitui a forma mais comum de emprego. Não me parece que tornar-se empreendedor ou empresário para resistir ao intenso período da maternidade/ paternidade seja uma solução ao alcance da maioria.

Por ora, a responsabilidade do cuidar dos filhos está claramente inclinada para o lado das mulheres. A metade dos homens, contra apenas 12% das mulheres, confia esta responsabilidade ao seu cônjuge. A desproporção é evidente, mas a leitura mais interessante não é a das cifras que acabo de mencionar, antes as do seu inverso. Como se arranjam os maridos de mulheres empregadas para desempenhar uma tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres? O que os fez decidir aceitar esta inovação na divisão do trabalho por sexo? Isso afetou o seu relacionamento afetivo, consolidando-o, prejudicando-o, ou não teve nenhum efeito visível? E quanto à metade dos homens que não respondem com o tradicional “disso quem cuida é a minha mulher”, estão satisfeitos com as soluções que encontraram? Trata-se de uma situação excepcional ou já faz parte integrante da sua forma de viver?

Paradoxalmente, aqueles que mais falam que as mulheres deviam dedicar-se exclusivamente a cuidar dum rancho de filhos são aqueles que renunciaram a dedicar-se ao seu próprio rancho, envolvendo-se noutras atividades. Por isso, é difícil a situação das jovens mães, submetidas ao choque das expectativas entre o que querem para si e o que querem para os seus filhos. Por ora, a colaboração dos outros para resolver este problema é bastante retórica. E a única maneira que as mulheres encontraram para reduzir a dimensão da resposta a dar com o cuidar, que recai quase exclusivamente sobre si, foi reduzindo o número de filhos nos seus lares.

A CONTRIBUIÇÃO DAS AVÓS PARA A ECONOMIA ESPANHOLA

“Mais de um quarto dos trabalhadores com filhos recebe ajuda de outros familiares, para além do cônjuge.”³⁰

A renda *per capita* dos espanhóis tem crescido significativamente nos últimos anos, embora, paralelamente, os salários não a tenham acompanhado. O nosso crescimento deve-se, em grande parte, ao aumento dos lares onde ambos os cônjuges trabalham, ou os filhos que com eles vivem.

Não são muitos os trabalhadores, apenas um em cada cinco, que utilizam serviços especializados para tomar conta dos seus filhos enquanto trabalham, ainda que neste número não se incluam as escolas que abrangem a escolaridade obrigatória. O mais frequente é que seja o cônjuge a responsabilizar-se pelos filhos (uma média de 35%) ou que não seja utilizada nenhuma ajuda para essa finalidade. Mais relevante que este dado, ainda que menos interessante

³⁰ *Encuesta sobre el Tiempo del Trabajo*, ano 2000, publicada em 2003, pelo INE.

para o mercado porque não tem valor monetário, é o facto de mais de um quarto dos trabalhadores utilizarem a ajuda de “outros familiares”. Esses “outros familiares” costumam ser avós, irmãs, filhas e, às vezes, avôs, irmãos, filhos e uma longa lista de parentescos menos diretos, como tias, sobrinhas e primas. Sem o apoio desta rede extensa, não seria possível entender o funcionamento do mercado de trabalho espanhol, no qual a família proporciona a tranquilidade de um cuidado responsável e bastante flexível em horários e funções. Na classe média e baixa, muitas vezes, é a única forma de cuidado acessível.

Ainda não foi escrita a verdadeira história económica dos anos de desenvolvimento espanhol, no início da década de sessenta até à década de setenta. Há atualmente quase meio milhão de idosos com mais de sessenta e cinco anos (437 800) que cuidam de crianças diariamente, 6,3% das pessoas dessa idade; mas nos anos difíceis de desenvolvimento e emigração foram muitos mais. Apesar do inquérito não dizer que são os seus netos, pode-se imaginar que são, na maioria dos casos. Hoje, o mais comum é que lhes seja dedicado menos de vinte horas por semana, mas alguns dedicam muito mais tempo, em média, vinte e duas horas por semana³¹. Se nas férias tal tempo for o mesmo que no resto do ano, a dedicação anual chega a ser superior a mil e cem horas. Apenas 6% de idosos o fazem, mas, provavelmente, essa ajuda é crucial em muitos casos para que a próxima geração sobreviva no emprego. Ou sobreviva, simplesmente. Se as avós fizessem greve e parassem de cuidar dos netos e dos doentes graves, os seus efeitos sobre a economia nacional seriam muito mais decisivos do que a greve dos motoristas de autocarros ou dos controladores de tráfego aéreo.

Muito tem sido publicado sobre o papel das exportações, das reformas agrárias, dos polígonos industriais e das ondas de emigração. Mas ninguém ainda disse uma palavra (ou pelo menos não conheço quem o tenha feito) sobre a contribuição das avós para a manutenção das redes familiares e do património rústico. Sobre como ampararam netos e filhos mal-aventurados para que ficassem fortes e saudáveis para poderem encontrar um canto fora do seu lugar de origem: na França, na Alemanha, no País Basco ou na Catalunha, em Madrid e em todas as capitais provinciais que recebiam exilados da agricultura. A história económica é egoísta e ingrata. Espero que estas páginas, ainda que tardias, lhes sirvam como homenagem.

³¹ Phogue, 2001

4. O PARADOXO DO PRESUNTO DE YORK E DAS SARDINHAS

RITUAIS À MESA

Não é fácil entrar em acordo sobre o que significa comer bem, já que os alimentos e o processo material de cozinhá-los é apenas uma pequena parte do conjunto de atividades que rodeiam a alimentação.

Depois de uma época de languidez, o interesse pelo protocolo e pela etiqueta voltou a ganhar importância. Faz parte do currículo universitário e algumas universidades, como a de Alicante, possuem associações de investigação muito especializadas. As publicações recentes sobre protocolo, em editoras espanholas, passam de meia centena de obras, e entre elas existem as eminentemente práticas, mas também tão teóricas e de grande alcance como a intitulada *La forma y el ser en el protocolo, cerimonial, heráldica y vexilología*, de Felio Vilarrubias (Universidade de Oviedo, 2004). O subtítulo não tem menos ambição que o título principal: *Poder, identidad y globalización, 1945-2005*. Com os conceitos assinalados nesta primeira carta de apresentação, o leitor espera que o cerimonial se conecte com matérias filosóficas e psicológicas, já que *a forma e o ser* não podem apontar outros territórios. Mas também fica a saber que etiqueta e protocolo não ficam à margem dos processos gerais de globalização do último meio século, nem dos conflitos entre identidade individual e coletiva e, tampouco, a salvo das tensões entre as diferentes formas de poder.

A maior parte das publicações tem objetivos mais especializados e dirigem-se a um público que quer resolver, sem hesitação, os desagradáveis riscos de comparação social: etiquetas para a União Europeia, para as comunidades autónomas, para o exército, para as empresas, até para o clero. Também não faltam manuais para uso doméstico.

Algumas instituições conservam regras de protocolo muito rígidas, como a ordem dos assentos estabelecidos tradicionalmente, os trajes solenes e as condecorações, as fórmulas de juramento e o palanque no alto, acima dos convidados presentes. No dia 4 de fevereiro de 1992 assisti a uma exposição oral sobre rituais à mesa, como motivo da entrada de Carmelo Lisón na Real Academia de Ciências Morais e Políticas. O seu discurso de receção tinha como título «A imagem do Rei. Monarquia, Realeza e poder ritual na Casa d'Áustria» e era uma análise sobre o modo como os rituais contribuíam, no século XVI, para criar a imagem do rei e, por extensão, a de todo o reino.

No meio de tão rigoroso protocolo, requerido, na ocasião, pela Academia, o discurso que chegava aos nossos ouvidos como História espelhava-se no presente que contemplávamos com os nossos próprios olhos.

Mais do que os rituais de entrada e saída nas cidades, de recepção de embaixadores ou de assistência aos ofícios religiosos, o que mais me chamou a atenção foi a referência aos rituais de alimentação, provavelmente por ser próxima a uma atividade quotidiana que se vive em todos os lares. Para produzir o efeito da dignidade real e representar a condição quase divina do rei, o protocolo da Casa requeria um pesadelo de procedimentos minuciosos, hierarquizados, em que intervinham dezenas de pessoas com papéis rigorosamente divididos.

Quem tomou a decisão de refinar e tornar mais rigorosa a etiqueta da Corte de Castela foi Carlos I (V da Alemanha), a fim de que o príncipe Felipe, logo rei como Felipe II, se pudesse mover com destreza nas cortes europeias. Impôs-se o estilo da Corte de Borgonha de 1548, ainda que, como em toda a importação cultural, o resultado final tenha sido uma mescla, uma mestiçagem entre diferentes tradições de origem castelhana, aragonesa e, inclusive, papal. Reproduzo alguns parágrafos de Lisón Tolosana, obtidos numa descrição das comidas solenes do rei, que ocupava mais de três páginas dos seus discursos:

...foi na refeição onde a inovação de Borgonha alcançou o seu máximo refinamento e esplendor, pois não importava tanto o que se comia, mas a forma estilizada que a rodeava. O corpo de chefes dispunha de cinco pessoas (padaria, frutaria, adega, armazém e cozinha) e mais trinta oficiais, pelo menos, todos especializados nalgum setor de comida ou bebida. O mordomo semanal inspecionava a cozinha pela manhã e verificava com o escudeiro o que se preparava para a mesa real. (...)

Descobertos e sem espada, colocavam-se em marcha processional segundo esta ordem: o guarda com quatro soldados de cada nação, o arrumador de sala com a sua varinha, o padeiro, o preparador de mesa, o chefe da padaria e os seus ajudantes, o fruteiro e o memorizador; preparavam todos a mesa, cada um de acordo com o seu papel. (...)

O mordomo e o escudeiro cuidavam do asseio e da ordem meticulosa do cerimonial. Postos os pratos sobre a mesa e feitas as salvas novamente, o semanal avisava o rei que a comida estava na mesa. (...)

Enquanto isso, o aparador descobria os pratos para que S.M. indicasse quais desejava; o acomodador do Palácio esperava com uma poltrona nas mãos e um joelho apoiado na terra; o prelado maior bendizia a mesa e depois os maceiros colocavam-se aos dois lados da mesa para que os presentes não dificultassem o serviço. (...)

Sentado o único comensal à mesa, tinha na sua direita o padeiro e por perto o mordomo semanal com o seu bastão na mão. A uma indicação do monarca, a comitiva marchava de novo para a cozinha, a fim de trazer segunda bandeja. (...)

À noite o jantar era mais complicado porque continha o serviço de jantar com velas. (...)

Se a refeição era solene, os tambores e trombetas colocados perto da escada principal tocavam quando se colocavam os talheres reais, ao trazer as bandejas e enquanto S.M. comia (...).

Se a rainha acompanhava o rei na refeição, todos os serviços eram dobrados, participando também os meninos da rainha. [...]

Ainda que os antropólogos tenham de ser observadores finos, o seu verdadeiro trabalho não é tanto o de ver, antes o de interpretar. Nada é casual, tudo tem sentido. Até o acaso, pouco depois de acontecer, se transforma e integra o conjunto do que foi simbolicamente vivido. Por isso, na complicada etiqueta que apenas esbocei, Lisón encontrava sinais de aliança, de tensões, de projetos políticos de largo alcance, de visões do mundo e do reino.

Cada etiqueta tem um significado próprio, e novas formas sociais requerem novas maneiras de organizar o cerimonial, incluindo o quotidiano da refeição. Mas, ao contrário do que as pessoas pensam, o cerimonial não é exclusivo das monarquias, das cortes eclesiásticas ou dos mais modernos presidentes de governo. Há cerimoniais simples que utilizamos todos os dias, gravados na forma de saudar pela manhã ou de nos despedirmos à noite, de iniciar cartas ou de gravar a lembrança de um falecido nos epitáfios dos cemitérios. A falta de cerimonial é, em si mesma, uma das possíveis respostas ao problema que Carlos V queria resolver de forma eficaz para o seu herdeiro, uma forma diferente de interpretar as relações entre iguais e desiguais, amigos ou desconhecidos, pais e filhos, mulheres e homens, representantes e representados.

Para fundamentar a sua análise, Lisón utilizou uma enorme quantidade de documentos históricos. O tema da etiqueta e do protocolo à mesa foi bem acolhido, e tanto antes como depois deste clássico foram publicadas várias contribuições interessantes. Xavier Domingo publicou, em 1988, *De la olla al mole* (Ed. Cultura Hispânica), que tem tanto de estudo antropológico como de gastronomia e de boa literatura. Javier Marías dedicou páginas ácidas e muito divertidas ao narrar o espetáculo das *high table* nos *college* ingleses da melhor linhagem, onde ainda se mantém a pompa medieval dos velhos professores *single* no jantar das sexta-feiras (*Todas las almas*). Em

tom académico realizou-se uma análise das bodas reais de 1615 entre Bourbons e Habsburgos, da qual é autor José María Perceval, intitulada *Fiesta, cerimonia, rito. Opinión pública y publicidad en el siglo XVIII* (Departamento de Periodismo, Universidade Autónoma de Barcelona); e outro estudo, de Alonso Fernández de Córdoba Miralles, intitulado *La corte de Isabel I. Ritos y ceremonias de una reina, 1474-1504*, (Dyckinson, Madrid, 2002). Ainda que, sem dúvida, a mais divertida e clara, para o leitor que não procura uma profundidade académica, seja a obra de María Emilia González Sevill *Ala mesa com los reyes de España. Curiosidades y anécdotas de la cocina de Palacio* (Ed. Temas de Hoy, 1998). Entre outras coisas, este livro foca mais o quotidiano e sublinha que os grandes cerimoniais se reservam para as chamadas *refeições solenes*. As *refeições perante a Corte* ocupavam um lugar intermédio no ritual, enquanto as *refeições privadas* eram muito mais informais e livres. Ainda que centrada nas refeições palacianas e mais atenta aos conteúdos do que à forma e significado dos rituais que as acompanham, María Emilia González também dedica a sua visão curiosa aos mosteiros e outras cozinhas tradicionalmente bem providas.

A literatura sobre o protocolo à mesa e sobre boas maneiras e usos de cortesia em torno da bebida e da comida relaciona-se com outro tema literário, esse infinitamente mais abundante, sobre o modo de se transformarem para que fiquem mais apetecíveis. Há somente uma geração atrás, o livro de cabeceira da maioria das mulheres que queriam aprender a cozinhar era o manual da *Sección Femenina*. Atualmente, é apenas um entre as centenas que ocupam as estantes das livrarias e bancas de revistas. Há livros para solteiros, para divorciados, para doentes, para os que querem emagrecer. Para nostálgicos, para maníacos por condimentos, para muçulmanos e judeus, para vegetarianos, para gulosos. Para os que têm pressa e para os que somente usam o wok ou o micro-ondas. Coleções inteiras dividem-se por nacionalidades, ou pelos elementos que elas contêm, ou pelo papel dietético dentro do conjunto das refeições. Agora que a fome desapareceu da mesa dos que podem ler, a letra impressa desperta o interesse por novos sabores e por produtos e apresentações inovadoras. A literatura e a fantasia misturam-se com o receituário, seguindo os passos de alguns cultivadores recentes desta arte fronteiriça. Por exemplo, Álvaro Cunqueiro e José María Castroviejo, cujo livro clássico sobre caça e cozinha galegas foi reeditado, como homenagem, com o título *Viaje por los montes y chimeneas de Galicia*.

Entre as publicações mais recentes, é frequente uma referência ao que está escrito, dando por certo que o leitor ou leitora se está a iniciar nas artes da culinária, procurando encontrar cumplicidades na sua ignorância. Uma

ignorância reconhecida com escasso sentimento de culpa, que produz mais alegria temporal do que urgência em remediá-la. Alguns destes títulos desenfadados que se exibem agora nas prateleiras de novidades são *Cocina para inútiles* (Chema Ferrer Cuñat, 2006), *Libro de cocina para chicas que no aprendieron gran cosa...* (Nicole Seeman, 2006) ou *Prueba esto y cástate conmigo* (Raphaele Vidaling, 2006).

Como exercício interativo, seria bom parar a leitura neste ponto e recordar o que cozinhamos e as formas diferentes de sentar à mesa, tratando de entender por que o fazemos. Não nas mesas dos outros mas na nossa própria mesa. Supondo, claro, que a tenhamos. Mesa para um ou mesa numerosa. Mesa única, sem comensais, ou mesa de bancos corridos na cantina da empresa, sem ordem definida, que se agrupa pela regra implícita das afinidades seletivas³².

A cozinha e a sala de jantar, nas suas versões ampliadas ou reduzidas correspondentes (despensa, *office*, armários, salão e adega, nas versões ampliadas; mesas desmontáveis, *kitchenettes* e espaços multiusos, nas versões mais reduzidas) são os cenários quotidianos de representação do mundo, através da prosaica tarefa da alimentação e reposição de forças. Nos lares espanhóis há uma tendência crescente para a redução do tamanho do espaço habitável, e a sala de jantar praticamente desapareceu dos projetos dos novos imóveis, pelo menos na sua antiga versão de uso único. A sala assumiu uma boa parte das antigas funções, desdobrando-se para receber ambas. Mas é na cozinha que se concentram as novas maneiras de viver no espaço e de economizar tempo para outras atividades. Com cada vez mais lares constituídos apenas por uma pessoa, com a necessidade de percorrer longas distâncias nas cidades que impossibilitam voltar para casa para as refeições durante o dia, e com horários distintos para cada um dos membros da família, que sentido teria a velha cerimónia familiar da refeição conjunta, com a ordem pré-fixa dos assentos e da forma como os pratos são servidos?

A externalização da comida cresce sem parar, ao mesmo tempo que aumenta o número de restaurantes e bares. E de máquinas de autosserviço. Dentro de

³² Algum dia tratarei este tema com maior atenção, porque guardo várias pastas cheias de material para um livro que ainda não finalizei; seria uma reflexão sobre o modo como usamos, conhecemos e capitalizamos afetivamente o espaço. Só terminei a primeira parte, que se refere ao espaço público, uma obra conjunta com Carlos Hernández Pezzi e publicada pelo Conselho Superior da Ordem de Arquitetos, com o título *La ciudad compartida* (Conselho Superior da Ordem de Arquitetos da Espanha, 1998). Enquanto esse momento não chega, continuo a ampliar as minhas pastas com apontamentos e recortes sobre o uso dos espaços privados e o interior da casa, tratando de analisar no nível espacial o que já fiz no nível económico em *De puertas Adentro* (Ministério da Cultura, 1988).

casa, a economia de tempo e a falta de protocolo refletem-se no uso do Duralex, das toalhas de plástico e dos guardanapos de papel. Entretanto, a loiça grande é um dos artigos que nunca falta na lista de presentes de casamento. Bonitas loiças para doze comensais, em fina porcelana, que os amigos e familiares presenteiam divididas em quotas se o preço ultrapassou o orçamento de um só. Mas ninguém usa loiça boa nos dias da semana, porque não há com que nem para quem enchê-la. Ninguém senta à sua mesa doze comensais, a não ser nos dias muito específicos em que as famílias se juntam precisamente para celebrar o ritual da reunião, para representar sobre o cenário da sala (às vezes também é necessário utilizar o corredor, retirando as poltronas para obter espaço) a cerimónia da sua própria existência³³. No resto do ano, a loiça dorme esquecida no aparador ou no lugar de exposição ao qual chamamos vitrina. Bem organizada por formas e tamanhos, a loiça boa não se estraga porque os dias passam por ela inutilmente, sem sair da sua prisão. E, entretanto, como demonstra o largo espaço que lhe é destinado nos grandes armazéns, continuam a ser parte do equipamento e do enxoval em quase todos os lares. Não do equipamento material, claro.

As loiças são compradas pela sua condição de signos, de símbolos. Ainda que pareçam objetos, cada uma das peças que a compõem são sobretudo sonhos, indícios. Indícios do que queremos ser (a grande família, o tempo pausado e disponível) e que já não somos.

«SELF-SERVICE» E RESTAURANTES DE LUXO: O CUSTO DE COMER FORA DE CASA

O tempo é um bem escasso e com o desaparecimento das famílias extensas desaparecem também as comidas que requerem uma preparação muito trabalhada e que consomem muito tempo. Estas formas elaboradas de cozinha são apenas compatíveis com grandes desigualdades sociais ou com famílias tão numerosas que possa proceder-se a uma divisão interna do trabalho e um ou vários dos componentes do grupo se dediquem quase que exclusivamente a cozinhar. Muitos alimentos que noutras épocas foram característicos dos grupos mais pobres, hoje converteram-se em luxos. Há alguns anos convidaram-me para comer arepas caseiras, na Venezuela, e contaram-me que estes bolos de massa recheados foram inventados nos fogões mais humildes, para aproveitar os restos de comida das casas

³³ A memória e o seu culto muitas vezes tomam por instrumento as celebrações familiares: memória individual, memória da família e memória de unidades sociais maiores. Veja-se Alexis McCrossen, «Sunday Marker of Time, setting for memory», *Time and Society*, 14 (1-III-2006), Págs. 25-38.

principais. Hoje, as arepas preparadas industrialmente sobrevivem, mas as caseiras tornaram-se raras devido à quantidade de tempo que a sua preparação consome. Quem me contou isto dava arepas de presente, feitas pela sua própria mão, no Natal ou noutras festividades especiais. Com as arepas dava de presente o seu tempo, e quem as recebia apreciava o simbolismo de um presente único e pessoal. Hoje, felizmente, nas sociedades democráticas ocidentais atenuaram-se muito as diferenças de classe e, por outro lado, há cada vez menos famílias numerosas. A cozinha muito elaborada mantém-se nos lares, por tradição, nalgumas datas marcadas, mas a maioria das receitas que consomem muito tempo deixaram de ser confeccionadas ali, vindo de fora, de alguns restaurantes.

Como indicador do processo de externalização da cozinha em relação aos lares, é possível lembrar que em Espanha existem 11.850 hotéis, 9.813 cantinas, 8.439 campings, 60.148 restaurantes e 192.853 bares (INE-Dirce)³⁴. Num país com uma indústria turística tão poderosa, com cinquenta e cinco milhões de turistas anuais e uma média de seis estabelecimentos de comida e bebida por cada mil habitantes, não surpreende ninguém que o mesmo produto (por exemplo, dois ovos fritos, um café com leite ou uma garrafa de água mineral) custe dez vezes mais num lugar do que noutro. Tomando como unidade de medida a garrafa de água com 300ml ao preço de um armazenista, e comparando-o com o seu preço num hotel de cinco estrelas, o salto é aproximadamente desse calibre, dez vezes mais caro, sem que o produto em si tenha mudado. Porém, naturalmente, o segundo caso inclui os custos de transporte, armazenamento e serviço, além dos impostos. O cliente não paga pela água engarrafada, mas pelo lugar e pelos serviços adicionados. Com o café ou a água mineral amortizam-se os custos com o edifício, quadros, decoração floral, mas, sobretudo, paga-se a disponibilidade do camareiro que atende a chamada.

Apenas os aeroportos são um mistério na explicação do preço, porque não se consegue entender as razões pelas quais um croissant e um café expresso, num copo de plástico e de pé, custam três vezes mais do que em qualquer lugar da mesma cidade a que serve esse aeroporto. Porém, as concessões são um tema à parte que retomarei noutro momento.

Em muitos locais de trabalho existem restaurantes para os empregados: às vezes os empregados da mesma empresa atendem-nos, e outras vezes são serviços concessionados. Frequentemente são subsidiados e os preços são

³⁴ *Directorio Central de Empresas* (Dirce), Instituto Nacional de Estadística, 2005.

uma forma encoberta de salário em espécie. O subsídio é direto (pagam em dinheiro aos contratantes, distribuem cheques gourmet ou um bônus aos empregados) ou indireto (os contratantes não pagam aluguer pelos locais, têm preferência sobre a concessão de outros contratados, etc.) Nos centros realmente grandes é raro que haja somente um restaurante ou uma cantina. Diversos tipos de pessoal costumam usar locais e horários diferentes e, com frequência, o conteúdo das ementas e o tipo de serviço também são diferentes. A cortininha dos aviões, na classe executiva, popularizou esta hierarquia culinária, que atravessa quartéis e mosteiros, fábricas e bancos, universidades e órgãos institucionais.

Na ementa do self-service de um local de trabalho pode-se conseguir um menu razoável de dois pratos e sobremesa por quatro ou cinco euros. Bandejas de plástico, água da torneira, luz artificial e a obrigação de recolher os restos e deixá-los nos lugares dispostos para tal, são as razões habituais do valor mais baixo. Naturalmente, trata-se do menu do dia, embora ofereça três ou quatro opções para cada prato. Ementa à carta ou não existe, ou os seus preços são muito superiores.

Um nível acima, os mesmos locais de trabalho costumam oferecer uma alternativa possível, às vezes disponível a todos e às vezes limitada por algumas condições. Ao invés de quatro ou cinco euros, o preço do menu sobe para onze ou doze. Em lugar de melamina, as mesas exibem toalhas de tecido, em lugar do self-service, há empregados de mesa que anotam e servem pelo menos o prato principal. Por se tratar de um número de clientes menor, a economia de escala não funciona, e as diferenças substantivas da ementa nem sempre justificam a diferença de preço. O que a explica, largamente, é a quantidade de tempo necessária para servir comida, paga com salários a preços de mercado. Os seus utilizadores pagam oito euros diários de diferença na comida principal do dia por usarem um lugar mais refinado que o refeitório comunitário da empresa, onde o bem mais importante não é o próprio local (embora, naturalmente, costume desfrutar de melhor luz e melhores móveis), nem sequer a comida (que às vezes é melhor e às vezes não), mas sim o tempo de trabalho remunerado que o acompanha e que, exatamente pelo seu preço, o torna seletivo. Por outras palavras, tal como hoje destacam as críticas gastronómicas quando estabelecem tabelas e pontuações, a qualidade da comida é só um dos índices que definem a categoria dos restaurantes: um avental bem engomado e uma *savoir faire* no atendimento trazem tantos pontos à classificação final do restaurante quanto o perfeito grau de cozimento da pescada.

Assim como todos os produtos básicos têm variabilidade de preço finita, os serviços que podem ser adicionados a uma comida não têm limites: desde o serviço mínimo no balcão até à mais luxuosa parafernália a que me referi anteriormente, a propósito dos rituais à mesa. Há alguns meses convidaram-me para jantar num restaurante na moda, La Broche, que anuncia, na sua publicidade, o menu de degustação por 75 euros e o menu completo por 100. São preços meramente orientadores, por baixo, dado que o menu não inclui vinhos, e um menu de tanta categoria deveria acompanhar bebidas do mesmo nível, mais ou menos uma para cada sabor ou tempo de jantar. Em suma, a fatura que me pareceu vislumbrar tirava o fôlego a qualquer um, batendo todos os recordes que até então tinha visto. Contudo, proporcionalmente à coreografia do restaurante, não era assim tão caro. Além disso, os sabores pareceram-me excelentes, embora somente com a ajuda da ementa me tivesse conseguido situar em que altura estava do extensíssimo menu a desfrutar. Mais do que um *maître*, necessitávamos de um tradutor de experiências novas às velhas experiências gustativas, que nos permitisse estabelecer comparações. Ainda mais inovadora do que os pratos era a sua apresentação em ritmo cadenciado, em pequenos pratos para cada uma das porções, que apareciam e desapareciam sobre a mesa como por arte de magia. Talvez não fossem tantos assim, porém a mim pareceu-me que aqueles empregados e empregadas, muito jovens, todos vestidos de cinza/preto sublinhando a restante decoração totalmente branca, não eram empregados, mas bailarinos que se moviam sobre um cenário de ballet ou de ópera. Um dos quatro comensais que jantavam naquela mesa deixou cair o guardanapo, mas antes de atingir o solo, já um novo e limpo guardanapo aparecia ao lado do seu prato, sem pressas nem sobressaltos.

Qualquer pessoa que tenha o hábito de comer em cafetarias, bares e restaurantes está familiarizada com a presença de diferentes clientes, de acordo com a categoria do estabelecimento. A maioria das mulheres come em sua própria casa e, enquanto o faz, serve a mesa da família. Não é uma situação tão drástica como em alguns países islâmicos, onde as mulheres servem os pratos mas comem mais tarde, depois de todos terem terminado, embora permaneçam alguns vestígios remanescentes disto. Também é certo que a hora da refeição em família proporciona a muitas mulheres o momento de orgulho profissional em que se reconhece a maestria e qualidade do seu trabalho, comprovando o poder de saciar a fome e de organizar a convivência em torno da repartição dos alimentos.

Os clientes dos hotéis e restaurantes com muitas estrelas, durante a semana, são quase todos homens. Há poucas mulheres, e a proporção melhora apenas

nos dias feriados ou de festa. Em qualquer cafeteria é possível prever a percentagem de clientes do sexo feminino, de acordo com o preço e o número de estrelas. Quanto mais estrelas, menos mulheres. É claro que as mulheres possuem estrelas no bolso, (leia-se salários e cartões de crédito corporativos), que lhes permitiriam consumir produtos de cozinha de alta qualidade. Mas elas têm a capacidade de reproduzir essa qualidade inexchangeável nas suas próprias cozinhas e de presenteá-la às pessoas com quem partilham a sua vida. Embora muitas vezes nem se dão conta disso.

Voltando a colocar os pés na terra, os menus subsidiados nunca custam menos de quatro euros, e em Espanha é comum fazer-se duas refeições principais (almoço e jantar) e duas secundárias (pequeno almoço e lanche). Há pouquíssimos restaurantes de cinco estrelas: a maioria possui apenas uma (61%) ou duas (38%), e os de três estrelas não chegam a 1%, mas muitos restaurantes acreditam que os seus serviços são banquetes ao invés de serviços rotineiros de alimentação. Os nutricionistas aconselham que se tome um pequeno-almoço reforçado e que se adiante a hora do jantar, mas sem reduzir o número de refeições. Se contarmos o jantar como três quartos de comida e o pequeno-almoço e o lanche como um quarto cada, poderíamos estabelecer que o nosso gasto diário habitual com alimentação equivale a 2,25 vezes a refeição principal, o almoço. Se tomarmos como referência o menu ao qual me referia (4,5 euros) e outro não subsidiado, num restaurante popular (7,5 euros), falamos de uma soma de gastos com alimentação que vai de 10,12 euros por dia no caso do restaurante subsidiado até 16,87 euros para o não subsidiado, usando sempre estabelecimentos populares e menos conceituados. Os outros estabelecimentos nem foram usados para os cálculos que estamos a fazer agora. Também não podemos tomar como referência a alimentação paga pelos funcionários quando viajam. De acordo com o grupo ao qual pertencem, varia de 30 a 55 euros dia, e os funcionários ainda ficam com a percepção de que estes valores não cobrem todos os gastos.

Por mês, estes cálculos levam-nos a movimentar um gasto com alimentação de 303,75 euros por pessoa, caso esta coma sempre num restaurante subsidiado, a 506,25 euros, no caso dum não subsidiado. Não obstante, contamos com preços homogêneos, quando, na realidade, os menus de almoço, de segunda a sexta-feira, são muito mais baratos do que ao jantar ou em dias feriados, exatamente porque o custo salarial é mais alto nos horários não habituais do mercado de trabalho. Numa família composta por quatro membros, o preço médio quadruplica-se, o que equivaleria a gastos com alimentação entre 1.215,00 euros por família, no caso do restaurante mais barato e parcialmente subsidiado, e 1.518,75 euros, no caso do não

subsidiado. É evidente que falta desenvolver um setor de mercado que ofereça refeições razoáveis, compatíveis com dietas equilibradas e a preços acessíveis. Ou teremos de mudar para o estilo *lunch* de marmita e micro-ondas, tão comum em países com rendimentos superiores aos nossos.

Uma família de quatro pessoas que queira alimentar todos os seus membros sem se preocupar com comprar, cozinhar, limpar e servir refeições, não pode fazê-lo por menos de 1.500,00 euros mensais, mesmo que procure os estabelecimentos mais baratos do mercado; e se conseguir um lugar onde pode fazê-lo por 1.200,00 euros, será, muito provavelmente, porque beneficiou de um financiamento indireto da sua alimentação, que é outra maneira de aumentar os seus vencimentos reais.

Se as famílias não podem pagar os referidos 1.500,00 euros mensais, ou se algum dos membros gasta mais da sua parte proporcional com refeições fora de casa, os restantes terão de se reajustar ao que lhes fica disponível. A receita é simples: para chegar ao mesmo resultado, é necessário partir de mais atrás no processo de raciocínio e colocar em forma de tempo de trabalho na cozinha o que não pode ser investido em dinheiro.

TEMPO DE COZINHAR

“Segundo o Instituto Nacional de Estatística 43% dos homens e 88% das mulheres cozinham nos dias de trabalho. Os homens que o fazem dedicam-lhe uma média de 0,81 horas e a mulheres 2,04 horas»

Estes são os dados do Inquérito aos Usos do Tempo (2003) do Instituto Nacional de Estatística, referentes à população com mais de dezoito anos e expressos em horas e centésimos. Outros inquéritos fornecem valores mais altos e há variações por região, mas mesmo assim são um bom ponto de partida para uma reflexão sobre o tempo que se gasta na cozinha. Cozinhar não é somente cozer os alimentos, mas ocupar-se de tudo o que envolve a cozinha, incluindo a compra e armazenamento dos alimentos, cozinhar no estrito sentido e a limpeza dos materiais utilizados.

Não é fácil concordar sobre quanto tempo é dedicado ao ato de cozinhar, porque nas compras de supermercado tanto se colocam no carrinho cenouras como lâmpadas elétricas ou collants, sendo obviamente difícil decidir, com exatidão, que parte do tempo dedicada às compras corresponde exatamente aos alimentos; o mesmo acontece ao levantar a mesa, não

havendo uma linha clara que distinga entre o tempo dedicado à manutenção da casa e aquele que foi gasto a limpar os utensílios da cozinha.

Também é inexacto o tempo investido em cozinhar alimentos. Há donas de casa tão eficientes que parecem equilibristas de circo, capazes de cozinhar e fazer outras dez tarefas ao mesmo tempo; e outras ou outros que quando dizem ter acabado de cozinhar deixam para trás tamanha desordem que demoram o dobro do tempo normal para organizar e limpar a cozinha. Mas, diferenças individuais à parte, o mais difícil para estimar o tempo de cozinhar é a diferença de critério entre cozinhar ativamente e passivamente. Fritar ou descascar batatas faz parte da cozinha ativa. A primeira, porque é rápida e requer supervisão direta; a segunda, porque, a não ser que se tenha um robô ou as batatas sejam compradas descascadas, ocupa ambas as mãos e deixa livre somente a cabeça (o que não é mau) e a língua. Alguns/umas compatibilizam o ato de descascar batatas e outros vegetais com longas conversas telefônicas, mas são a minoria, e a tecnologia dos telefones móveis sem fio está pouco presente nas cozinhas.

No entanto, o forno e os longos cozimentos tomam muito tempo daquilo a que chamamos cozinha passiva, que seria compatível com outras atividades. Nesses casos, quanto tempo é realmente dedicado à cozinha? O tempo que dura o processo ou tempo em que se está a manipular o cozinhado? A resposta é complicada e poderíamos começar por dizer que depende. Depende de quem conta a história, de como se faz a pergunta e de muitas outras coisas. Nisto assemelha-se a muitas outras atividades que possuem diversas facetas e todas são, a seu modo, verdadeiras.

Tendo em vista os resultados dos inquéritos, a primeira questão que chama a atenção no ato de cozinhar é que se trata de uma atividade à qual é dedicada muitíssimo tempo ao longo do ano, porque não diminui nos finais de semana nem nas férias. É uma atividade na qual participam os ativos aposentados, estudantes e desempregados. Os homens dedicam-lhe um pouco mais de tempo aos sábados e dias feriados do que nos dias úteis da semana, enquanto entre as mulheres acontece o contrário, embora as distâncias entre uns e outras continuem a ser muito grandes.

Os homens que moram sozinhos dedicam em média 1,97 horas diárias à cozinha enquanto as mulheres dedicam um pouco mais, 2,27 horas. Não tendo mais pessoas em casa, tanto uns como outros têm de se organizar sozinhos e, ao invés de morar só, se mora com outra pessoa, o efeito é totalmente diferente para homens e para mulheres. Os homens reduzem a

sua participação média para 1,29 horas e as mulheres aumentam-na para 3,60 horas. A partir de três pessoas, as mulheres já quase não aumentam o tempo dedicado à cozinha, em parte porque aumenta também a necessidade de fazer outras tarefas, e em parte porque é mais provável que o ato de cozinhar seja repartido entre várias pessoas. Porém, os homens continuam a diminuir a sua participação quanto maior for o agregado familiar.

Embora o grau de participação dos homens na cozinha esteja a aumentar, a mudança ainda não é muito perceptível entre os jovens; as mulheres menores de vinte e quatro anos dedicam-lhe, diariamente, uma média de 1,45 horas a mais do que os homens com a mesma idade. A diferença continua a ser muito grande, embora não tanto quanto entre as mulheres e os homens de idade madura (60 a 64 anos), anterior à reforma, onde elas deixam um espaço de quatro horas e meia por dia para fazer outras tarefas quando não se ocupam da alimentação.

Como em tantas outras áreas, incluindo o trabalho profissional, o estado civil afeta diretamente as tarefas culinárias. Os homens solteiros gastam pouco tempo na cozinha, menos de uma hora por dia. Na sequência estão os casados, que dedicam quinze minutos a mais, e os viúvos, com quase duas horas. As mulheres solteiras não ficam, não querem ou não podem ficar livres da cozinha: dedicam-lhes duas longas horas, mais do dobro que os solteiros. As casadas dedicam à cozinha, entre compras, preparação e limpeza, quase quatro horas diárias, três vezes e meia mais do que os seus parceiros. Não um a um, é claro, mas no conjunto dos casados/as. Em geral, trata-se de uma inversão de tempo, muito rentável, comparada com a alternativa de levar toda a família a comer em restaurantes e cantinas.

Os mais parecidos entre si, na relação com a cozinha, são os viúvos. A necessidade assim os obriga, e são muitos os homens que aprendem tardiamente a cozinhar para a sua sobrevivência. Entre outras coisas, é uma forma de adquirir independência perante outros familiares ou perante a possível ajuda assalariada. Um bom número de mulheres, casadas e viúvas, continua a cozinhar para os filhos, pais ou netos, que não moram na sua casa. Fazem as vezes de “paladar”, o restaurante familiar, com serviço de mesa e conversa incluídos. Também oferecem frequentemente a modalidade rápida do *catering*, pronto para levar para casa, num *tupperware*, e melhorar os menus, excessivamente rápidos e sem graça, dos filhos, ou o orçamento apertado e o cansaço frágil dos seus próprios pais.

Não parece que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho traga consigo uma grande redução do tempo dedicado à cozinha. Entre as que se

autodefinem como donas de casa e as que têm um emprego, o tempo dedicado à preparação dos alimentos reduz-se apenas numa hora diária, continuando a ser mais de três horas para as que possuem emprego. Inclusive entre os desempregados, os homens dedicam menos de metade do tempo que as mulheres. O custo de oportunidade e a possibilidade de comer fora de casa ou contratar ajuda remunerada reflete-se bastante bem, embora não seja determinante, na redução gradativa do tempo dedicado pessoalmente à cozinha pelas mulheres de melhor nível de rendimentos e estudos.

A externalização do custo de cozinhar através da contratação de ajuda doméstica remunerada afeta muito as mulheres e muito pouco os homens. Nos lares com alguma ajuda doméstica, as mulheres dedicam uma hora e meia diária a menos à cozinha do que as que não a possuem, não tanto pela ajuda no ato de cozinhar mas mais por se alimentarem no local de trabalho.

Geralmente, salvo em ocasiões especiais, os homens cozinham para si mesmos e as mulheres para a família toda. Dito por outras palavras: as mulheres “ajudam” mais e “investem mais” na cozinha, mesmo não sendo as cozinheiras oficiais dos seus lares. E os homens, que “ajudam” e “investem” pouco quando não são os responsáveis pela sua alimentação, aumentam consideravelmente a sua dedicação quando não há outra pessoa que o faça. Quiçá, noutras atividades domésticas a rentabilidade não seja tão visível e imediata, na cozinha, ela reflete-se no bolso e na saúde. Talvez o contrário seja ainda mais certo. O que se reflete rapidamente no bolso e na saúde é o efeito nocivo da ausência de cozinhar ou da má alimentação.

De qualquer maneira, falando de cozinha, as médias estatísticas são um pouco enganosas. Quase todas as mulheres (95%, de acordo com CSIC) dedicam diariamente algum tempo à cozinha, logo, as médias não variam muito; mas quanto aos homens, somente os que moram sós se ocupam séria e diariamente com os alimentos. Desde que morem em lares com duas ou mais pessoas, metade deixa de se preocupar com a alimentação.

Os fins de semana são uma invenção propagandística. Não se deixa de trabalhar, somente se muda o objetivo. Embora no calendário laboral se considere os sábados como dias de descanso, isto não se aplica à cozinha, pelo menos para as mulheres. Em média, a alimentação consome aos sábados 3,04 horas das mulheres e 1,14 horas dos homens.

O sociólogo australiano Duncan Ironmonger costuma dizer que a cozinha é a principal indústria do seu país, e não se refere à cozinha hoteleira, mas

à mais modesta, produzida nos lares. Em Espanha acontece o mesmo: o tempo dedicado anualmente à preparação de alimentos é enorme, porque se inicia numa idade precoce e continua até idades muito avançadas. Não se trata somente da preparação de pratos principais ou de cuidadosa elaboração, mas de aquecer congelados e de preparar refeições rápidas como pequenos-almoços ou aperitivos.

De acordo com o Inquérito aos Usos do Tempo do INE, durante um ano os homens dedicam em média 127 horas para preparar alimentos, e as mulheres 657 horas. A cada 13,28 anos, os homens gastam nesta atividade o equivalente a um ano de trabalho completo. Já as mulheres fazem-no com maior rapidez, a cada 2,57 anos.

Se utilizássemos o Inquérito sobre ao Uso do Tempo do CSIC (2003), que oferece resultados um pouco mais elevados, concluiríamos que todos os anos dedicamos ao ato de cozinhar o triplo do tempo que dedicamos à agricultura e quase o mesmo que dedicamos à indústria.

O PARADOXO DO PRESUNTO DE YORK E DAS SARDINHAS

Provavelmente não sabe, mas as sardinhas são muito mais caras que o presunto.

Não digo naturalmente pelo preço de mercado mas pelo preço em tempo. Vi em alguns anúncios recentes que o presunto ibérico de bolota, com denominação de Guijuelo, se vende ao preço de 299 euros por unidade de peça de sete a oito quilos, o que, se me não enganei nas contas, equivale a 37,36 euros o quilo. Claro que há outros mais baratos e os comuns são mais baratos do que os de *pedigree* completo. Por peça, o quilo de presunto de Jabugo chega a custar 6.500 das antigas pesetas. Outros fabricantes oferecem peças a vinte euros por quilo, com o osso incluído.

Talvez seja um pouco exagerado comparar sardinhas com o presunto de Jabugo, que alcançou a categoria de joia gastronómica, mas à partida as sardinhas frescas são muito mais caras que o presunto de York. Se no supermercado cobram oito euros por quilo de presunto York (dois e dois são quatro, como costuma dizer-se) entende-se que se trata de um excelente presunto. Mas se nos cobram quatro euros por um quilo de boas sardinhas frescas, damos por adquirido que comprámos um produto barato, pelo menos mais barato que o presunto. Isto é o que sempre nos disseram

economistas e contabilistas, mas há um dado surpreendente que parece contrariar estas conclusões. Nesta altura é muito fácil encontrar presunto de York nos menus turísticos, nas dietas dos hospitais e em todo o tipo de menu institucional, como nos colégios, residências e centros de idosos.

A razão pela qual o presunto de York se impôs na dieta das instituições não é apenas, (e isso não o negaremos), porque é nutritivo e saudável, mas sobretudo porque é muito barato. O presunto de York é hoje a comida mais típica dos novos pobres, dos pobres do tempo. E para comer sardinhas é preciso ser-se rico, rico em tempo. Qualquer um pode ir ao supermercado da esquina, inclusive ir à loja dos chineses que fica aberta até tarde, ou ao VIPS, para comprar uma embalagem de York às fatias, com/ sem sal, com/sem aditivos, com/sem oferta. O risco é mínimo, porque vem embalado num plástico transparente, com o peso exato, hoje igual a ontem, e submetido a controlos sanitários industriais. O presunto York não mancha, não cheira mal, subdivide-se e guarda-se facilmente. Ao contrário, apenas a um comprador medianamente experimentado é que podemos confiar a arriscada compra das sardinhas, porque nem toda a gente distingue as que estão frescas e gordas das que não estão. As sardinhas cheiram imediatamente mal, sujam, são incómodas de armazenar e deixam rasto por onde quer que passem.

Digo isto com pena, pois tal como o famoso «Señor Don Gato» da cançoneta infantil, que ressuscitou só com o odor das sardinhas depois de ter caído do telhado, sou uma fervorosa defensora da sua qualidade organolética. Conheço apenas de ouvir falar da época do seu máximo prestígio, quando durante a guerra e no pós-guerra as pessoas suspiravam por este manjar, onde apenas algumas sardinhas no fogo bastavam para exalar os seus deliciosos aromas, sem necessidade de maiores complementos. E se havia uma humilde batata ou um ovo, convertiam-se também em manjares, bastando um simples contacto com a gordura deste magnífico peixe, mesmo que o orçamento ou o racionamento não permitissem a utilização de azeite. Ainda hoje as sardinhas fazem parte da festa em muitos ambientes de praia e de ar livre, recordando umas deliciosas que comi numas férias, na Foz, terra galega, pela despedida de um curso universitário, assadas em espetos, na praia de Motril. Mas na minha cozinha, não.

Não posso dar-me ao luxo de comprar sardinhas frescas. Como para mim, o seu alto custo em tempo torna-as inexequíveis para muitas pessoas de classe média. O tempo para as ir comprar à peixaria ou ao mercado de produtos frescos e a obrigação de as consumir imediatamente são superiores

aos meus recursos e à minha capacidade de planificação. Não posso pagar o tempo de limpar o lastro que deixam no forno, no micro-ondas, na fritadeira ou nos filtros do exaustor. Nem nos guardanapos ou na toalha.

Cada vez mais se proíbe nos lares o consumo destes peixes cheirosos, apesar do conselho dos nutricionistas e dos seus elogios ao fator Omega. Nos apartamentos urbanos, o cheiro da cozinha escapa por debaixo da porta ou pela janela do vizinho, invade os corredores e chega sem freio à carpete da sala e às cortinas do quarto, onde permanece até os impregnar completamente. Dois dias depois e nem o melhor exaustor nem a mais potente técnica de absorção de cheiros conseguiram que aquele odor desapareça por completo.

Testei o quanto me custa realmente colocar na mesa uma travessa de sardinhas e outra de presunto. O preço real do presunto aumenta pouco, com os cinco minutos do meu tempo, sobre o preço que paguei por ele no supermercado. Por isso se torna mais barato quando comparado com as sardinhas, que triplicam o consumo de tempo necessário. As sardinhas são a melhor demonstração de que os preços do mercado não coincidem com os preços reais que os consumidores pagam.

Recentemente foi publicada a notícia de que as lojas galegas estavam a vender caixas de 25 quilos de sardinhas por 18 euros. O processo comercial encarece-as muito até chegar ao cliente, até 350%, mas o seu consumo nos lares continua tímido. Os das embarcações em lugares como Portosín, Ribeira ou Sada preocupam-se porque o preço da sardinha não aumenta, e sentem saudades de épocas passadas quando, ao se aproximar a festa do começo do verão, pelo São João, chegavam a custar sete vezes mais. Problema de comercialização à parte, e apesar dos seus fãs incondicionais, não me surpreenderia se o preço da sardinha continuasse a cair no mercado destinado ao consumo familiar. A menos que alguém nos convença – e isso agora parece pouco provável – de que o cheiro das sardinhas é tão chique quanto um Dior, temo que não falte muito para que conheçamos somente as sardinhas processadas secas ou em lata, rentáveis à base de velocidade, ferramentas e salários industriais. Ou na versão moderna, com temperos exóticos como o *roll-mop*, vinagres de maçã e mostarda ou pepinos do norte. Acabo de ver nas minhas supersalsichas, sardinhas semelhantes às de Frankfurt, cada vez mais parecidas ao presunto York com o qual as comparava, no sentido de que já não é necessária qualquer perícia para as comprar. Agora vêm embaladas de fábrica, podem ser conservadas no congelador e não mancham nem deitam cheiro.

Outro destino possível, para as sardinhas, é que sejam incorporadas nas ementas sofisticadas dos gurus da alta cozinha. Farão com elas bolhas, *mousses* deliciosas, fumados artesanais ou molhos “aromatizados”. Mas este salto para a sofisticação não pode acontecer tão rapidamente, dado que se trata de um peixe ainda abundante, e o público demora a reconstruir os seus esquemas económicos. Em primeiro lugar não aceitariam bem que por um produto tradicionalmente barato começassem a cobrar-lhe somas astronómicas. Nem sequer se sentariam à mesa se ele fosse servido com decorações minimalistas e apresentado numa ementa que transpirasse referências literárias.

FOGO LENTO

Um amigo asturiano disse-me uma vez que o segredo do delicioso arroz doce que fazia a sua sogra estava na grande quantidade de leite que absorvia e no tacho deixado ao lume muito brando durante a noite inteira. Desconheço o grau de dedicação que a sogra depositava na sobremesa mas, provavelmente, não se preocupava em vigiá-lo.

A grande maioria dos pratos tradicionais de legumes como o cozido ou o ensopado, não levam muito tempo de preparação ativa, mas passam muitas horas a serem cozinhados no fogão³⁵. Esse era um dos primeiros propósitos do qual estavam encarregadas as meninas de seis ou sete anos: substituir as suas mães na vigilância do tacho, enquanto as mulheres trabalhavam fora de casa ou faziam outras tarefas que necessitavam de maior experiência. Hoje, os legumes são de variedades mais macias e frequentemente são vendidos no mercado, preparados para diminuir o tempo de cozimento. Os legumes em conserva e as verduras congeladas estão a impor-se no mercado porque permitem o consumo imediato e uma grande economia de tempo. A periodicidade quase desapareceu graças aos congeladores, e os lares têm seguido a mesma evolução pela qual já passaram os restaurantes e locais de alimentação institucionais. Por exemplo, a sopa fresca hoje é praticamente desconhecida pela maioria dos estabelecimentos, ao ponto de alguns restaurantes de La Rioja, que mantêm a forma tradicional de preparação dos alimentos, receberem a classificação de monumentos cultural-arqueológicos e não somente gastronómicos.

³⁵ O movimento *slow life* está a começar a desenvolver-se como resposta ao ritmo excessivo de vida. Uma das suas bandeiras principais é o *slow food*. Wendy Parkin, «Fast Subjects and slow living» *Time and Society*, 13 (1-IX-2004), págs. 363-382.

Recentemente, é possível perceber a incorporação das saladas à gama dos produtos perecíveis embalados a vácuo para prolongar a sua duração, num tratamento semi-industrial que diminui o custo real bem como os tempos de limpeza e de lavagem. Uma rede de restaurantes tão popular como a *Rodilla*, que conquistou a sua fatia de mercado propondo sanduiches rápidas de pão de forma como alternativa às mais pesadas e calóricas sanduiches, acaba de incorporar ao seu logotipo publicitário as saladas: saladas a peso, ou conservadas em taças individuais, que podem ser comidas *in situ* ou levadas para casa, prontas para serem consumidas.

Na economia convencional, os bens que serão transformados em alimentos nos lares são considerados de consumo final. O mesmo tratamento recebe o grão-de-bico em azeite, as latas de tomate natural e as laranjas ou os filetes. Classificar deste modo os alimentos provavelmente é correto para o mercado, porque não voltam a ser vendidos. Porém, frente ao bem-estar real de um país, supor que todos os alimentos requerem o mesmo grau de processamento é um erro monumental. Quando escuto algumas estimativas da produção dos lares na Contabilidade Nacional, em que tudo é medido pelo mesmo e único nível de consumo final dá-me um ataque de riso. Riso conceptual, é claro. Como se para os restaurantes e hotéis fosse imprescindível diferenciar entre zero, um, dois, três, quatro e cinco estrelas (haverá, talvez, ainda mais?) e os lares formassem uma massa uniforme, sem variações na complexidade e riqueza dos serviços produzidos. Simplesmente, comparando a qualidade da cozinha na casa da minha mãe com a minha própria, teria que dividir por cinco o valor do produto. E suponho que a transição geracional produz resultados ainda piores noutros novos lares.

Se o arroz doce cremoso dos asturianos deve tanto ao seu ritmo lento, temos de falar do tempo de preparação de outro prato de grande transcendência nacional: a *paella*. A minha sogra era uma grande cozinheira de arroz e as melhores *paellas* que experimentei na vida a ela as devo. Porém, a sua estimativa dos custos de produção era totalmente diferente da minha. Ela costumava dizer que a *paella* levava somente vinte minutos, “mal cozida e bem repousada”, e que os que estivessem à mesa deveriam esperar pela chegada do prato e nunca o contrário. “O arroz só é colocado quando as pessoas começam a *picar* [os aperitivos] e a salada, para entreter a espera”. A primeira vez que vi a minha sogra fazer *paella* compreendi que os famosos vinte minutos não podiam estar mais distantes da realidade. Na verdade ela começava a preparar a *paella* no dia anterior, começando por matar um coelho e deixando-o ao ar. O fígado, dizia, dava um toque especial à base do guisado. Até aí nunca tinha ouvido semelhante coisa, mas mais tarde encontrei-a repetida numa receita de alto gabarito.

Para preparar o fogo, que naturalmente era sobre uma lareira aberta no chão e alimentada a lenha, não se usava apenas um tipo de madeira, mas vários. Sustentava sobre o tripé a grande frigideira metálica, iniciava o fogo com gravetos de madeira resinosos e bem cheirosos a pinho e, ocasionalmente, avivava-o nalguns pontos com maçarocas secas de milho.

Pelo menos uma hora e meia antes do momento de colocar o arroz (estou a falar de refeições de festa, claro, não das do dia a dia) começava a preparação dos refogados e condimentos, e ao seu redor trabalhavam as filhas ajudando a picar as verduras e a debulhar as vagens. Não tinha em conta – esse tempo não contava – que parte dos produtos eram produzidos ou colhidos por si própria, e que algumas verduras como alcachofras, tomates ou pimentões já os tinha conservado antes, em frascos, na época em que abundavam ou da sua colheita. Mais do que cozinhar a *paella* a minha sogra, empoleirada no seu banquinho baixo, perpetuava um ritual familiar antiquíssimo. Sobre o vapor que subia da frigideira, estendia o braço, fechava o ar na mão e levava-a até ao nariz: “está doce”. E corrigia o ponto do sal.

Anos depois da sua morte, vi no Japão ritos religiosos nos quais o vapor possui um papel sensitivo e simbólico. Também ali apanham punhados de ar quente e sussurram palavras. Por vezes a fronteira entre um rito familiar e um rito religioso é impercetível. Ambos são manifestações de afeto e bons desejos. Doce, doce. Em memória da minha sogra e de tantas outras mulheres que expressaram o seu carinho e a sua esperança no futuro cozinhando para mim e para os meus.

5. O ESTRANHO CASO DOS CAMARÕES NO CHÃO

DA PUREZA DO SANGUE À HIGIENE

“O Teatro das Maravilhas foi composto pelo sábio Tontonelo debaixo de tais paralelos, rumos, astros e estrelas... e nenhuma pessoa pode ver as coisas que nele se mostram se tiver alguma raça pecadora, ou não tenha sido procriado por pais legitimamente casados; se foi contagiado por essas duas tão antigas doenças, diga adeus à visão das coisas jamais vistas ou ouvidas, ou ao meu teatro.”

(Cervantes, O Teatro das Maravilhas.)

Na história do infante Dom Juan Manuel sobre os três burladores e o rei mouro, o conde Lucanor pede opinião ao seu conselheiro Patronio sobre um negócio que lhe propuseram, na condição de guardar segredo sobre o assunto. Antes de ouvir os detalhes, Patronio relata-lhe a história de três burladores que quiseram enganar um rei mouro fazendo-se passar por tecelões de um tecido maravilhoso que somente era visto por aqueles que eram realmente filhos de quem tinham por pai. O rei tinha-lhes dado ouro, prata e seda, e uma grande sala na qual se fecharam para tecer e costurar o traje. Nem os serviçais nem o valido se atreveram a dizer que não viam nada, e o rei estreou o traje com uma grande festa e percorrendo a sua cidade a cavalo. Todos se calaram, assentindo ao engano por medo de não serem filhos de seus pais, até que um criado negro, a quem não importava de quem era filho, se aproximou do rei e lhe disse: “Ou estou cego ou estás nu.”³⁶

A história de Dom Juan Manuel é um antecessor claro de *O Teatro das Maravilhas*, onde Cervantes zomba dos preconceitos da pureza de sangue dos seus conterrâneos. Era um segredo não pronunciado que não somente o povo, mas toda a nobreza, tinha relações de parentesco com famílias judias. A própria Coroa de Castela se tinha relacionado por casamento com os ricos banqueiros Henríquez. A isto alude com “*o que fosse contagiado por essas duas tão antigas doenças*”. As personagens principais da obra são dois patifes, Chanfalla e Quirinos, que logram ludibriar os lavradores ricos prometendo que veriam tesouros e coisas maravilhosas “*jamais vistas nem ouvidas*” no teatro que tinham montado no povoado. A condição para ver tais maravilhas era não ser ilegítimo nem proceder de raça pecadora; a primeira condição é a mesma da história de Dom Juan Manuel e a segunda foi adicionada por Cervantes porque era essencial na vida diária da época na qual vivia. No lugar do criado negro, que ocupava o lugar mais humilde entre os serviçais do rei, quem se atrevia a dizer em voz alta que não via

³⁶ Don Juan Manuel, El conde Lucanor, publicado pela primeira vez em 1335, conto num. XXXII

nada no teatro era um campesino inocente e pobre, também ele o último na escala social do seu povoado e sem nada a perder.

Se do Conde Lucanor e dos zombadores do teatro de Cervantes ficam poucas lembranças, a história de Andersen, *O Rei está Nu*, tem o mesmo argumento e tornou-se popular no mundo todo. Como metáfora continua a ser profusamente usada com os mais variados propósitos, e é provável que Andersen se tenha baseado em fontes anteriores, que terão circulado durante séculos entre continentes, porque a vaidade e o medo de dizer o que se pensa são universais. O que torna *O Teatro das Maravilhas* diferente e inequivocamente espanhol é que Cervantes usa a ironia para criticar uma realidade próxima, que dói na própria carne: as estritas regras de hierarquia, impostas pelos cristãos velhos, para preservarem o seu acesso restrito aos cargos mais bem pagos. A pureza de sangue deu expressão ao conflito entre cristãos velhos e novos, tendo-se iniciado em Toledo, no século XV, motivada pelo aumento de impostos para iniciar uma guerra contra Aragão, tendo a culpa sido atribuída aos cristãos novos de origem judia. Com a oposição inicial dos reis e do Papado, mas favorecida pela Inquisição, os certificados de pureza de sangue serviram para impedir, durante três séculos, o acesso dos que não os possuíam aos cargos de responsabilidade no clero, no exército e no seio dos funcionários reais.

Os processos de registo de pureza de sangue necessitavam de provas e testemunhas até à quarta geração de ascendência paterna e materna. Eram causa de inabilitação não somente as questões religiosas (como ter antecedentes judeus ou muçulmanos, ou terem sido condenados por heresia), mas outras circunstâncias civis como terem desempenhado trabalhos mecânicos, usura ou comércio, ter participado em duelos desonrosos ou ser filho de solteiros. Muitos registos foram retocados e circularam publicações semiclandestinas (os chamados «*livros verdes*») com os nomes da alta nobreza relacionada e descendente de famílias judias, especialmente banqueiros. A partir das reformas que tiveram lugar no século XVIII, a pureza de sangue foi perdendo força no plano legal, embora ainda estivesse presente na mentalidade e nos costumes³⁷.

Entre a obsessão a obsessão pela pureza do sangue e a higiene não havia nenhuma ligação. Os espanhóis dos séculos dourados eram sujos e cheiravam

³⁷ Arturo Pérez-Reverte trouxe para a atualidade a época de Felipe IV e os documentos de pureza de sangue com o seu romance *Limpieza de Sangre*, da saga do Capitão Alatriste. Para a traduzir noutras línguas, o título teve de ser modificado para *Las Hogueras de la Inquisición*, porque não evocava nos leitores as imagens adequadas ao seu conteúdo.

mal, embora não fossem piores que os outros europeus. Por exemplo, diz-se de Santa Teresa de Jesus, uma das mulheres mais interessantes da história espanhola, que o seu apreço pela limpeza tinha um traço do passado de conversão da sua família. O hábito de tomar banho e as práticas de limpeza pessoal eram um dos indícios que a inquisição considerava para abrir um processo por práticas judaicas ou heréticas.

Durante a conquista da América, o cheiro de suor a cavalo dos espanhóis surpreendia ingratamente os indígenas, que usavam roupas limpas e tinham o costume de tomar banhos frequentemente³⁸. As cidades europeias eram muito sujas, com problemas de drenagem, pavimentação, esgotos e depósitos de lixo. Paris, Veneza, Edimburgo ou Sevilha eram conhecidas pela sua sujeira e fedor, apesar de serem cidades ricas e belas³⁹.

A demanda por higiene foi promovida pelos higienistas, um movimento social e sanitário surgido na Europa no século XVIII, e que em Espanha se desenvolve no século XIX⁴⁰. Curiosamente, a descoberta ocasional do cloro, em 1773, contribuiu decisivamente para a superação do mau cheiro das cidades. Eles propunham a melhoria da salubridade pública e das condições de vida nos lares, principalmente através da luta contra a sujeira e a superlotação⁴¹. O duche, um complemento sanitário hoje considerado equipamento básico, só foi inventado em 1872.

Da perspectiva do século XIX, parece impossível que somente um par de séculos antes, a sujidade material das ruas e das casas tenha ocasionado, anualmente, milhares de mortes, e que, ao mesmo tempo, se concedesse tanta importância à pureza da linhagem.

A LIMPEZA AMBIENTAL E O MOVIMENTO ECOLOGISTA

“Os 40% da superfície queimada da União Europeia correspondem à Espanha”⁴².

³⁸ José Sánchez, *“Los europeos ante una estética olfativa indoamericana”*, Tonos, Revista Electrónica de Estudios Filológicos, núm. XI.

³⁹ Francisco Muñoz Roldán, *La vida cotidiana en el Siglo de Oro*, Editorial Sile, Madrid, 2004.

⁴⁰ O termo higiene deriva da filha de Esculápio, que tinha este nome; significa “saúde”.

⁴¹ Alain Corbin, *The foul and the fragrant: odor and the French social imagination*, Papermac, Londres, 1996.

⁴² Relatório Anual do *European Fire Forest Information*, publicado pela Comissão Europeia em 31 de julho de 2005, difundido pela Europa Press. O Relatório Anual de 2003 dizia que “os incêndios em Portugal e Espanha foram responsáveis por 77% da superfície queimada no Mediterrâneo”.

A ecologia e a economia possuem a mesma origem: ambas vêm da palavra grega *oykos*, “a casa”. A economia foi, no princípio, a boa administração do lar e a ecologia refere-se ao cuidado com a casa comum, o espaço que todos habitamos.

Durante séculos, a humanidade tem modificado o meio ambiente através da caça e das culturas, assim como através dos regadios, desflorestação e extração mineral. Mas, em conjunto, houve mais adaptações à natureza do que verdadeiras modificações.

Parte do atrativo intelectual da ecologia radica exatamente na sua visão do tempo, ainda que muitos ecologistas não tenham consciência disso. Ao contrário de outras formas de capitalismo mais cegas e míopes, a ecologia tem uma visão muito consciente do tempo a médio e longo prazo, dado que se preocupa com os efeitos de ações sobre a natureza a que a maioria das pessoas estão alheias, por terem uma visão do mundo a curto prazo. A quem importa que a cada ano o gelo da Antártida derrete mais se, além de distante, o facto ocorre num ritmo tão lento que não vemos as suas consequências? A resposta que os ecologistas dão a esta pergunta é diferente da resposta do resto dos cidadãos, porque para eles o tempo tem um significado diferente e o distante está mais próximo do que para os demais. Essa capacidade de antecipar o que vai acontecer e as consequências do que estamos a fazer agora sobre o tempo futuro tem pouca relação com os elementos biológicos da natureza. É uma atitude intelectual e antropológica que produz resultados quando aplicada à natureza, mas também produz resultados quando aplicada a outros campos. Com isto, estou a tentar dizer que alguns tipos de pensamento conduzem quase que inevitavelmente à consciência ecológica, e que não basta gostar da biologia ou da natureza para gerar uma consciência ecológica, se esta também não for acompanhada de uma conceção flexível e aberta das sequências do tempo.

A possibilidade de modificar profundamente o estado natural da Terra apresentou-se apenas a partir do século XIX, à medida que o progresso tecnológico permitiu que as sociedades mais avançadas intervissem massivamente nas condições físicas e biológicas do seu meio ambiente e do dos países com que mantinham relações de ocupação ou de intercâmbio. Ao longo do século XX, o resultado disso foi uma modificação constante da água, do ar, dos recursos subterrâneos e das espécies animais e vegetais. É previsível que no presente século o impacto da tecnologia se estenda às zonas até agora inexploradas, como as profundidades marinhas e os imensos espaços do exterior da Terra, cuja exploração acaba de começar.

A tecnologia é um poderoso instrumento, mas o seu uso depende da ideologia que a dirige. A preocupação com os efeitos nocivos do mau uso da natureza é relativamente recente, e para isso foi necessária uma alteração de atitudes na relação homem-terra. Em lugar de propor uma relação de dominador-dominada, o movimento ecologista recomenda uma relação mais respeitosa, mais convencional. Nem todo o movimento ecologista é homogêneo, nem consciente dos seus próprios raciocínios, mas a linha argumental é clara: se não cuidarmos do património natural comum, todos seremos prejudicados. A dificuldade para transformar em prática os objetivos do movimento ecológico é considerável porque requer uma nova definição em termos de custos e benefícios. O que parece oferecer um benefício líquido pode converter-se em prejuízo se forem introduzidos ao quadro de análise os custos ambientais. E vice-versa.

Aníbal Pinto foi uma das primeiras vozes a denunciar as consequências antiecológicas de alguns tipos de desenvolvimento na América Latina, muito apegados à extração de matérias-primas. Ele denuncia que o desastre ecológico pode ser exportado, deixando limpa a própria casa e saturando a sociedade alheia. Mas, simultaneamente, saindo do nível das empresas privadas e tratando dos governos, é difícil rejeitar as fórmulas rápidas de criação de emprego e riqueza quando não há outras opções, ainda que se conheçam os efeitos negativos a curto e médio prazo. As fábricas industriais poluentes, que os países ricos rejeitam, são solicitadas pelos governantes dos países pobres em troca de empregos e investimentos em infraestruturas que trazem consigo, sem mencionar outros canais paralelos de transferência de fundos secretos, escondidos ou abertamente frutos de corrupção, que podem mas não alteram o sentido geral do argumento. Os filtros, tratamento de resíduos, estudos prévios de impacto, etc..., têm um alto custo económico, que faz com que empresas privadas desistam da implantação de muitos projetos em países desenvolvidos, mas isso não impede a sua transferência para áreas onde a necessidade de tais precauções é mais leve ou inexistente.

Às vezes, as vozes alarmantes dos ecologistas alcançam um tom apocalíptico mas, em geral, têm trazido ao século XXI uma nova forma de moralidade e consciência, lembrando que os recursos naturais são limitados e pertencem a todos. O seu principal problema é a dificuldade de transformar o discurso em ações concretas, sistemáticas e bem organizadas. Ou seja, para as transferir definitivamente do plano ético para o plano político.

Reproduzo, em síntese, um fragmento do sociólogo latino-americano Luis Vitale, que descreve aquilo a que chama “ecocídio, a morte do *oykos*”, e que bem se poderia aplicar a outras regiões do mundo:

O processo de industrialização-urbanização produziu um salto quantitativo nos índices de contaminação em cidades como Cidade do México, São Paulo, Caracas e Santiago. O desenvolvimento macrocefálico das cidades provocou um gasto energético exponencial; as indústrias contaminantes agravaram a crise ambiental, e a sua toxicidade afetou a camada de ozônio, com consequências imprevisíveis para os seres vivos.

Os nossos países latino-americanos começaram a tornar-se depósitos de lixo nuclear das transnacionais. A desflorestação prosseguiu num ritmo galopante, entre cinco e dez milhões de hectares anuais, sobretudo no principal pulmão de oxigénio do mundo: a Amazônia. Sem falar da contaminação dos mares e rios. As terras agrícolas têm sofrido grave deterioramento, ao intervirnos em quase todos os ecossistemas naturais com base em grandes fluxos energéticos provenientes do petróleo. A “revolução verde” deveria chamar-se “revolução negra”, pois tem reduzido a diversidade genética das culturas. Os chamados híbridos, quero dizer, novas plantas obtidas por meio de cruzamento de espécies, têm rendimentos elevados mas uma base genética estreita.

Para mitigar a acelerada degradação do planeta, os ecologistas propõem a chamada taxa ecológica, um imposto a ser pago por aqueles que contaminam. A ideia geralmente é bem aceite, mas na prática divide a opinião pública, derruba governos locais e provoca manifestações nas ruas. Definitivamente, faz aflorar um conflito de interesses entre o *aqui e agora* e o futuro, entre os que beneficiam imediatamente das atividades contaminantes e quem, por não perder nada com isso, exige moratórias e encerramento das instalações. Em Espanha, os temas ambientais mais urgentes são a água (e as suas consequências de secas, incêndios, transvases, desigualdade regional, etc.), os pesticidas e poluentes químicos, e os resíduos e riscos nucleares. Com a expectativa do encarecimento dos combustíveis, reabre-se a polémica sobre a energia nuclear.

Como observou a economista ambiental Elvira Urzainqui, até agora sujar foi de graça, porque os bens coletivos são utilizados para benefício privado⁴³; mas já é tempo da ecologia, já é hora de dedicarmos o nosso tempo presente a prevenir os danos irremediáveis dos recursos naturais para o tempo futuro.

⁴³ Agradeço a Elvira Urzainqui, investigadora do Conselho Superior de Investigações Científicas, as muitas reflexões sobre o meio ambiente que escutei nas sessões formais de trabalho e nas sessões informais de descanso do trabalho.

PROCESSO PELA SOMBRA DE UM BURRO

“Ao meio dia o chão do bar está cheio de papéis.”

Há tempos atrás a peça chamada “Processo pela sombra de um burro” fez muito sucesso em Madrid. O autor da obra é Friedrich Dürrenmatt, um suíço nascido em 1921 e falecido em 1990. Ela impressionou-me tanto que, apesar de a ter visto há algum tempo, não pude esquecer a consistência do argumento. Tratava um conflito entre dois vizinhos, e a tensão iniciava-se por um motivo tão fútil e aparentemente pouco importante como a qual dos dois correspondia, no contrato de arrendamento de um burro, a possibilidade de desfrutar da sua sombra. Na verdade, a sombra do burro era a desculpa para a manifestação do desconforto entre ambas as partes, e o conflito inicial ia aumentando na medida em que cada um deles recebia apoio de outras pessoas, grupos e instituições. No final, não se tratava já de um desentendimento entre vizinhos, mas sim de uma verdadeira guerra, um conflito de grande escala. Sobre o teto do palco projetava-se a sombra e o ruído dos bombeiros que participavam na contenda.

A obra voltou a ser apresentada em Madrid recentemente, na sala Guindalera, e a crítica interpretou-a de uma forma mais jurídica, mais apegada aos procedimentos da administração da justiça.

Não é essa a leitura que me desperta a atenção, mas sim a de como os elementos irrelevantes ocultam sentimentos profundos. E como, ao colocarmos sob questionamento coisas aparentemente sem importância, estamos a duvidar de um princípio básico muito bem estabelecido. Por isso dá trabalho tomar decisões ou mudar, porque o irrelevante é uma manifestação periférica, mas solidamente relacionada com os equilíbrios de poder subjacentes.

Talvez não seja possível ver a conexão à primeira vista, mas se recordo o processo pela sombra de um burro é porque estou a pensar nos caroços das azeitonas, nas beatas de cigarro e nas cascas de camarões que hoje, mesmo com as leis municipais que os proíbem, as pessoas continuam a atirar para o chão dos bares e cervejarias. Depois das leis municipais antitabaco, e apesar de todos os municípios procurarem fórmulas para reduzir o número de beatas de cigarro nas avenidas, a sujidade nas ruas aumentou. Os municípios procuram combinar medidas de dissuasão e de coerção, como o aumento de multas de seis euros, estabelecidas em muitos lugares, até 750 euros. O costume de sujar os espaços comuns está tão arraigado que contribuem para ele as próprias entidades públicas, dado que uma multa elevada

desperta ondas de solidariedade espontâneas; por exemplo, com um jovem de Málaga recentemente multado em 100 euros por atirar cascas de semente de girassol no chão da esquina em que estava tranquilamente sentado. Até recebeu a oferta de advogados para o defenderem *pro bono* junto da polícia local e do Conselho do Meio Ambiente.

Muitos estrangeiros que visitam Espanha espantam-se com estes costumes, a mixórdia de serrim, tampas de garrafa, guardanapos usados e resíduos que, em vez de serem colocados no lixo, formam um tapete debaixo dos nossos pés, enquanto conversamos animadamente com os nossos amigos e tomamos uma cerveja. Num curso de espanhol para húngaros encontrei este diálogo supostamente mantido entre dois estrangeiros que visitam o país e comentam os costumes espanhóis:

– O que menos me agrada é que ao meio dia o bar está muito barulhento e o seu chão repleto de papéis.

– Também me incomoda. A primeira vez que visitei Espanha fiquei surpreendido com isto, a quantidade de gente que havia nos bares em horas de ponta como o pequeno-almoço e o almoço e, sobretudo, as porcarias atiradas para o chão, o ruído, a televisão e os horários.

Ainda que tenha perdido força, o costume de atirar beatas de cigarro, embalagens vazias e cascas no chão está longe de acabar, e a pergunta que continua é se isso é apenas um mau costume higiénico ou se esconde por trás de si algo mais sério.

Nos serviços de hotelaria, mas também em muitos outros tipos de serviços, ao cliente é concedido o direito de sujar e acabar com o perfeito estado de organização das coisas, porque isso faz parte do serviço pago. Desde que ele pague o preço, este desordeiro não participa da tarefa comum de construção do conjunto: é um cliente. Se desaparecesse a possibilidade de sujar, a autoestima de quem suja, faz confusão ou gere mal o ambiente em que se encontra, diminuiria, uma vez que isto mostra exatamente o valor que dá a si próprio.

Como Dürrenmatt era autor de romances policiais de vanguarda, parece apropriado iniciar esta reflexão sobre a divisão das tarefas de limpeza como se fosse um romance policial, com o inspetor Maigret, ou outra personagem parecida, tratando de desvendar a intriga: quanto custa limpar a Espanha? Ou Barcelona? Ou La Coruña? E a sede da empresa, a fábrica, o barco, o hospital, o metro? Quem limpa e quem paga? E no interior das casas: quanto tempo se dedica a limpá-los, quem limpa e com que motivação?

As respostas a estas perguntas podem ser dadas de muitas maneiras, e há respostas rápidas e objetivas que parecem definitivas e deixam o caso encerrado. Não sabemos com exatidão a quantidade de tempo dedicado à limpeza das portas, e menos ainda quanto custa, porque isso se dilui numa infinidade de escritórios e instituições. Tanto as grandes empresas como as pequenas, as administrações públicas, as igrejas, as cooperativas e os clubes de futebol, todos dedicam parte do seu tempo para a limpeza das instalações. Em muitos casos os produtos e utensílios de limpeza não são contabilizados claramente, por estarem separados do trabalho, e nisto sobrepõe-se a provisão para pessoal permanente, terceirizado ou dos responsáveis pelos serviços gerais.

Apesar destas dificuldades, como amostra pequena e inconclusiva, é possível lembrar que o Município de Madrid, que em 2006 possui um orçamento de mais de cinco mil milhões de euros (5.337.013.010), tem uma secção denominada “Meio Ambiente e Serviços à Comunidade”, com um capítulo destinado a “produtos de higiene e limpeza”, ao qual se reserva 10.000 euros, e outro intitulado “limpeza”, a que se atribui a verba de 750.000 euros. As consignações para limpeza aparecem também noutros programas; por exemplo, a *Dirección General de Patrimonio Verde* destina à limpeza 25.397.163 euros, e transfere para outras empresas subcontratadas parte destas tarefas.

Os números deste município parecem colossais em comparação com outras instituições muito menores, quase residenciais, escolhidas aleatoriamente entre muitas que publicam oficialmente os seus orçamentos na abertura de concurso para contratação externa de serviços de limpeza para os seus escritórios. A escolhida foi a Subdelegacia do Governo de Palência, disposta a gastar em limpeza nada menos que oito milhões das antigas pesetas. Com isto cobriria o período de 1 de setembro de 2006 a 31 de agosto de 2008. O objeto do contrato são somente os escritórios da Subdelegacia, “situados no piso zero, entrada, alpendre, escadas principais, escadas interiores e escadas de habitação, por um período de dois anos.” Os valores que servem de base para a abertura do concurso são 49.008 euros, que divididos por dois resultam em 24.504 euros por ano. Equivale a dois salários anuais brutos de 12.000 euros cada um (os famosos «*mileuristas*», que se oferecem a tantos jovens recém-licenciados [ou geração mileuros]) e sobra pouco para produtos de drogaria ou utensílios. Não tenho a impressão de que a Subdelegacia da Palência, nem em qualquer dos muitos complexos administrativos similares de outras comunidades autónomas ou cidades, cujos orçamentos de limpeza são publicados no BOE, se produzam atividades

especialmente sujas ou contaminadoras. Com toda a certeza não há necessidade de recolher restos de alimentos, nem limpar duches ou desfazer fraldas de criança. E, no entanto, precisam de dois salários brutos completos para pagar a função de limpeza. A comparação leva-nos a considerar o velho problema da produtividade dentro e fora dos lares. É mais produtivo o trabalho destes trabalhadores de limpeza municipal ou daqueles que executam a limpeza doméstica, sem ganhar nada por isso?

Muitas vezes, uma resposta só serve para abrir caminho para uma nova pergunta de resposta ainda mais difícil, ou incómoda e arriscada, que nem quem pergunta e nem quem responde querem realmente equacionar. Por isso ambos preferem classificar o processo como bom e terminá-lo na primeira sessão. Usando a terminologia processual da sombra do burro, preferem não recorrer e acatam a tradição, aceitando o que há sem lutar pelo que poderia haver.

O TEMPO DEDICADO À LIMPEZA DOS LARES

“Não há de ser cara ou esbanjadora a perfeita esposa, pois não tem por que ser [...] já que, ao comer o pouco lhe é suficiente, por ter menos calor natural, e assim é muito feio que sejam gulosas ou comilonas. E nem mais nem menos no que toca ao vestir, a natureza a fez em parte ociosa, para que rompesse pouco, e em parte asseada para que o pouco lhe luza muito [...] ainda que a desordem em excesso e a vontade vã desnecessária sejam repreensíveis em todos os tipos de pessoas, nas mulheres, que nasceram para a submissão e a humildade, é ainda mais vicioso e condenável.”⁴⁴

Fray Luis de León fez eco, no século XVI, do que séculos antes disseram Galeno e de imediato reconheceram Aristóteles e os seus discípulos, sobre a teoria dos humores. No que se refere à limpeza, todos eles pensavam que não era uma condição individual, nem aprendida, mas apenas aperfeiçoada pela prática, porque a sua tendência de base lhes era dada pela natureza, desde o nascimento. Os homens possuíam uma natureza seca e quente, enquanto a das mulheres seria húmida e fria. Por isso era natural que as mulheres zelassem pela própria limpeza e pela sua conservação, bem como pela limpeza alheia.

A história demonstra como estão sempre muito entrelaçadas as ideias e os valores, o avanço tecnológico e a organização social. Em relação ao necessário

⁴⁴ Fray Luis de León, *La perfecta casada*, Espasa Calpe, col. Austral, Madrid, 1965, pág.41. Primeira publicação em 1583.

para limpar os lares atuais, retirando a higiene corporal de cada um, o Censo especifica que em Espanha existem catorze milhões de casas, com os seus correspondentes catorze milhões de lares para limpar e manter limpos. Além de catorze milhões de lares usados e habitualmente limpos, quase diariamente, há outros três milhões de lares secundários, usados aos fins de semana ou nas férias, e que se somam ao número de metros quadrados de solo, paredes, tetos, janelas, escadas, cozinhas, casas de banho, camas, garagens, armários e sótãos, que têm de ser mantidos limpos de sujidade, poeiras, e a salvo da humidade, do frio e do calor. E do ataque de mosquitos, ratos, baratas e outros hóspedes que não são bem-vindos.

O mais comum é que os domicílios, sempre segundo dados do INE, tenham cinco quartos e 80 metros quadrados de superfície, ainda que haja meio milhão que ultrapasse os 180 metros quadrados. Quanto mais ricos somos, mais espaço e mais objetos ocupam o espaço que temos para ser limpo.

No todo, exceto os hotéis e residências temporárias, que pertencem à outra ordem da economia monetária, os lares espanhóis têm de enfrentar a limpeza dos mais de um milhão de metros quadrados (1.134.720) que constituem as suas casas, isso supondo (o que nem sempre ocorre) que as partes comunitárias dos edifícios sejam limpas por outras pessoas, pagas para o efeito. Esses territórios de uso quotidiano são limpos diariamente em muitos lares, pelo menos as partes chamadas “húmidas” (cozinhas e casas de banho), que são as que mais se sujam. Se usarmos, para cálculo, somente metade da superfície limpa diariamente, como se todos os lares tivessem 40 metros de espaço principal, e a multiplicarmos pelos mais de catorze milhões de metros de lares e pelos trezentos e sessenta e cinco dias, o resultado diário equivale, se não me enganei, a mais de duzentos e seis milhões de metros quadrados limpos e em ordem (206.95.000).

Enquanto nas casas de segunda habitação, mais repartidas por todos os grupos sociais do que se poderia imaginar, graças à herança dos pais e avós de origem rural e a redução do número de filhos que competem pela herança, a limpeza não é feita diariamente, mas de uma só vez. É o que se paga por usar um espaço próprio num local diferente do habitual, que antes de ser desfrutado deve estar em condições de uso. Religar a água e a luz, arejar os quartos, comprovar que não houve assaltos nem avarias, repor o gelo e deixar o jarro da água a gelar, remover o plástico dos utensílios, chamar o gás porque a botija está vazia, fazer a cama com cobertores novos ou recolher os que foram deixados a secar na corda.

Se já dá tonturas apenas a menção de tantos bilhões de metros quadrados vazios, dá ainda mais tonturas imaginá-los cheios. Na verdade estão cheios, cheíssimos. Cheios de gente, de animais, de plantas, de comida perecível. De subtis recordações como o terço da avó, que já não é usado, mas que continua guardado, envolto em papel de seda, numa gaveta da cómoda, juntamente com fotografias antigas. De computadores que às vezes bloqueiam ou perdem a ligação à internet. De telemóveis que tocam na hora mais inoportuna, chamando justamente por aqueles que os esqueceram na mesinha de cabeceira. De faturas e recibos que temos de guardar para a declaração do Imposto de Renda. De produtos no limite da validade, de pequenas máquinas de costura utilizadas com urgência para costurar os botões da camisa, de caixas de ferramentas com um martelo e uma chave de fendas.

Os lares estão cheios de objetos que tornam a vida suportável, que expressam riquezas ou posição social. Nunca ouvi melhor definição do desenvolvimento económico que uma canção de Martírio intitulada *Sevillanas de los bloques*, que parodia o regresso a casa com as compras do supermercado, braços carregados de sacolas, diante de um elevador avariado e, ainda assim, feliz diante do espetáculo dos armários repletos, ou, como ela graciosamente canta “*los forleidis llenos a rebosar*” [os *Forlady* cheios, a transbordar]⁴⁵.

Não há tanta gente para limpar e organizar toda essa quantidade de metros quadrados e de objetos. Segundo o Censo, os lares mais comuns possuem apenas duas pessoas. Em seguida vêm os de quatro pessoas, mas os de cinco são muito poucos, quase inexistentes. De modo que têm de repartir a limpeza entre eles como lhes pareça mais oportuno, a menos que queiram e/ou possam pagar para que alguém de fora o faça.

O Inquérito sobre os Usos do Tempo, do INE, traz números relativos à questão da limpeza dos lares, ainda que, para evitar o excesso de detalhes, os números mostrados a seguir incluam não apenas a limpeza, mas também o trabalho de organizar a casa. Um em cada quatro homens e três em cada quatro mulheres dedicam parte do seu tempo à limpeza da casa nos dias da semana e, logo, a proporção é de três para um. Quanto ao tempo dedicado, os homens que limpam dedicam menos de uma hora, e as mulheres cerca de duas horas. Resumindo: se os homens têm uma participação de um terço e dedicam metade do tempo, significa que o conjunto das mulheres depende um esforço de tempo seis vezes maior que os homens para

⁴⁵ Forlady – marca de móveis de cozinha muito popular

manterem as suas casas limpas e organizadas, espaços privados em que todos nós baseamos as nossas vidas quotidianas.

Seria possível esperar que, com a incorporação massiva das mulheres na educação, onde alcançam níveis de qualificação tão bons quanto os dos homens, a distribuição do trabalho de limpar fosse feita de forma mais igualitária entre gerações jovens, mas isso não ocorre. Entre os que têm dezoito a vinte e quatro anos, o tempo dedicado, nos dias úteis, à limpeza e organização da casa, é cinco vezes maior para as mulheres do que para os homens. E para os homens não chega a dez minutos, enquanto para as mulheres ultrapassa meia hora.

Nas outras idades a desproporção é ainda mais volumosa, mas não surpreende tanto porque já se supõe com o efeito da divisão de trabalho entre os casais, e a influência, mais evidente quanto maior a idade, das formas tradicionais de vida. Da meia hora que as mulheres jovens dedicam, a entrega a este trabalho sobe em cada grupo e idade de modo contínuo, até chegar ao máximo (2,16 horas em média) entre as mulheres de sessenta a sessenta e quatro anos⁴⁶. Entre os solteiros, na sua maioria jovens, os homens dedicam-lhe 0,17 horas, enquanto as mulheres dedicam quatro vezes mais. Casar ou viver junto apenas aumenta a dedicação em cinco centésimos para os rapazes, mas para as mulheres supõe-se que passem a formar parte do grupo que dedica, em média, 1,88 horas diárias.

O divórcio e a separação redistribuem o trabalho de limpeza e organização do lar de modo muito diferente para homens e mulheres. A elas custa-lhes cinco vezes mais tempo do que a eles. Os viúvos, abundantemente nas idades maduras ou avançadas, também possuem posição diferente das viúvas, relativamente à limpeza do lar. Eles quase que duplicam o tempo médio que dedicam os casados, mas ainda assim não chegam a meia hora diária. Elas reduzem um pouco a quantidade de tempo em relação às casadas, mas mais do que triplicam o tempo dedicado pelos homens na mesma situação familiar.

Os homens que vivem sós dedicam um quarto de hora diário a limpar e organizar, enquanto as mulheres que vivem sós dedicam uma hora e meia. Quando não vivem sós, o tempo que os homens dedicam a limpar reduz-se

⁴⁶ Exceto quando outras unidades são expressamente mencionadas, todas as frações de hora referem-se a décimos e centésimos. Para converter centésimos em minutos, basta multiplicar por 0,6. Assim, 25 centésimos equivalem a quinze minutos, 50 centésimos a meia hora e 75 centésimos a quarenta e cinco minutos.

drasticamente, até quase desaparecer nos lares numerosos. Em contrapartida, para as mulheres é um tempo bastante estável, independentemente do tamanho do agregado: aproximadamente uma hora e meia por dia. A estabilidade da quantidade de tempo médio dedicada faz pensar que os níveis de qualidade na limpeza e organização do lar são bastante flexíveis, tanto por meio da partilha (ainda que não com os homens, como é possível perceber), quanto externalizando do lar ou subindo e/ou baixando as expectativas.

O nível de educação afeta muito pouco o tempo que os homens dedicam à limpeza. Sejam analfabetos ou doutores, o tempo médio dedicado à limpeza varia muito pouco: há apenas oito centésimos de variação entre o grupo de dedicação máxima e mínima. Em contrapartida, nas mulheres o impacto da educação (associado à idade) é muito visível, e quanto maior a sua qualificação, menos tempo dedicam a estas atividades. Em relação ao dinheiro ocorre o mesmo. Independentemente dos seus rendimentos, os homens têm encontrado fórmulas sociais que lhes permitem livrar-se de limpar. Para as mulheres, o aumento ou queda dos rendimentos reflete-se imediatamente e de modo contínuo na quantidade de tempo e porção da sua vida que vão dedicar à função. No nível de rendimentos mais baixo, a média é de 1,81 horas diárias, seis vezes mais do que os seus companheiros homens. No nível de rendimento mais alto, é cinco vezes maior que o dedicado pelos homens do mesmo nível económico, mas metade do tempo que as mulheres de rendimento mais baixo dedicam. Quando no lar se externaliza parte dos trabalhos domésticos, os homens reduzem a sua participação na limpeza em cinco minutos diários. As mulheres continuam a dedicar muito tempo (1,03 horas diárias) porque a externalização não é completa, mas ganham meia hora diária de tempo para outras atividades. Visto de outra forma, as mulheres que vivem em lares que adquirem alguma ajuda no trabalho doméstico, só conseguem reduzir, em média, meia hora de tempo diário dedicado à limpeza, organização e manutenção do lar que partilham com o resto dos seus familiares.

O descanso habitual das atividades remuneradas durante o fim de semana não se repete nas não remuneradas. Como ocorre noutras atividades domésticas, ao sábado e ao domingo aumenta o tempo dedicado à limpeza. Ou melhor, aumenta um pouco o tempo dedicado pelos homens e reduz um pouco o dedicado pelas mulheres. Nos lares que contam habitualmente com um pouco de ajuda, o tempo dedicado à limpeza aumenta aos sábados, porque o suprem com tempo próprio, não remunerado, a ausência do trabalho remunerado. No caso das mulheres, esse tempo aumenta quase um décimo de hora e, no caso dos homens, aumenta em média vinte e cinco centésimos, ou seja, quinze minutos.

Esta breve enumeração de valores diz bastante sobre quanto limpamos e quem limpa. Se quiséssemos seguir por esta linha de raciocínio para obter o valor do tempo dedicado à limpeza, multiplicaríamos as quantidades que já temos pelo número de habitantes maiores de dezoito anos e obteríamos a produção diária de horas de limpeza; e compondo-as pela semana de acordo com dias de trabalho e os sábados e domingos, com os acertos dos dias feriados que existem no calendário, não seria difícil obter a quantidade anual de horas consumidas nesta tarefa.

O ESTRANHO CASO DOS CAMARÕES NO CHÃO

Anteriormente referia-me às respostas tampão, que podem ser utilizadas para impedir que novas perguntas sejam feitas. Ainda que sejam respostas necessárias, e devem começar dessa forma, não são suficientes. O mal de perguntar é que se torna um passatempo e não há como pará-lo. Por isto se tem destacado, durante tantos séculos, o valor do silêncio e da obrigação de permanecer calados. Mas nem sempre o silêncio é um adorno, um enfeite. Nem nos podemos limitar a dar respostas empíricas e descritivas.

Na minha infância, era costume que os homens que fumassem atrasassem as beatas de cigarro para o chão, apagando-as com a sola do sapato. Entre a beata de tabaco e o caroço de azeitona há uma continuidade clara. Ambas são parte da mesma ação do trabalho de quem tem de recolher a sujidade do chão, porque o que suja e desarruma não espera encontrar um lugar sujo e desarrumado à sua volta, mas sim organizado e limpo. O guardanapo amarrotado e a beata no chão significam que quem os atira dispõe de poder sobre outros para que venham recolhê-los.

A luta pela limpeza, pela ordem dos quartos ou pela loiça arrumada, que ocorre frequentemente nos lares, tem dois aspetos separáveis: o primeiro é o da qualidade ou padrão exigido, e o segundo, mais importante e menos explícito que o primeiro, é o da sua distribuição.

Uma vez estabelecidos (ou pactuados, que é a versão mais realista dos mesmos) os níveis de limpeza, é necessário estabelecer novos pactos a quem responde e quais são as consequências para cada um se as outras partes não cumprirem com a sua contribuição. Ou, simplesmente, que isso não faça parte sequer dos assuntos em discussão que necessitam ser acordados.

Em *La dialética del amo y el esclavo* (na realidade Hegel dizia «servo»; Kojeve traduziu-o por um conceito ainda mais severo «escravo»), Hegel explicava que os seres humanos se tornam pessoas quando se relacionam com outras, no desejo de serem reconhecidas pelas demais e pelo modo como estas os tratam. A condição de amo ou de escravo não é biológica, nem jurídica, mas fundamentalmente psicológica, porque são modos de vida no mundo, atitudes da consciência. Ninguém é amo ou escravo em estado puro, mas todos podem empurrar ou ser empurrados numa ou noutra direção. Para qualquer pessoa, é difícil libertar-se de forma concreta de um destino de inferiorização socialmente imposto quando o meio familiar não o neutralizava vigorosamente. No âmbito público, a condição de cidadão inventa-se precisamente como superação da dialética entre amo e escravo. É cidadão quem pede para si, e reconhece nos demais, a condição simultânea de reconhecedor e reconhecido, de senhor que recebe e de servo que dá.

No âmbito privado e no interior dos lares, o ritmo de troca das relações internas nem sempre estabelece este paralelo com as trocas exteriores. Muitas vezes avança, e mesmo que as leis reneguem os direitos e o reconhecimento a alguns familiares, nas famílias efetivamente exercem posições de responsabilidade e poder consideráveis. Mas outras vezes os lares são redutos de inércia a que não chega a troca externa. As regras de cidadania não penetram nos muros espessos, e o dia a dia é vivido assimetricamente, em pleno conflito (ou aceitação frustrada, que é ainda pior) pelo direito a reconhecer-se e ser reconhecido. O que, para finalizar, é o mesmo que discutir por causa da sombra de um burro ou sobre quem apanha do chão o serrim e as cascas de semente de girassol ou dos camarões⁴⁷.

⁴⁷ Depois de escrever estas páginas, visitei cinco cervejarias com o fim de comprovar o que escrevi. Ou tinham acabado de ser varridas, ou desta vez as leis estão a surtir efeito.

6. TEMPOS DE SAÚDE, TEMPOS DE DOENÇA

O AUMENTO DA ESPERANÇA DE VIDA

“No último século a esperança de vida aumentou quase cinquenta anos em Espanha”⁴⁸

Nem mesmo os milionários podem comprar dias com mais de vinte e quatro horas. Neste sentido, o tempo é democrático, porque entre um e outro amanhecer todos nós dispomos da mesma quantidade de horas, do mesmo capital de tempo.

Já o que não é tão democrático no tempo é a quantidade de dias ou anos que recebemos ao nascer na forma da esperança de vida. A esperança de vida é o número de anos que vive em média uma população e, no começo do século XXI, nas sociedades desenvolvidas, tal esperança já alcança oitenta anos ⁴⁹.

Para a União Europeia dos Vinte Cinco, a atual esperança de vida dos homens é de setenta e cinco anos e a das mulheres é de oitenta e um anos. Nos países com problemas económicos graves e prolongados, a esperança de vida não alcança nem a metade. Na Grécia Antiga, estima-se que tal esperança era de apenas vinte anos e em Espanha, até 1900, ainda era de trinta e cinco anos. Num século, a quantidade de tempo de vida de que dispomos aumentou quase cinquenta anos, graças a um conjunto de circunstâncias positivas: melhoria da educação, das condições de trabalho, da tecnologia em geral, condições sanitárias e da distribuição de riqueza.

Em princípio, o aumento generalizado do capital de tempo de que todos dispõem é uma boa notícia, mas um assunto tão importante merece uma reflexão mais demorada. Não sabemos durante quanto tempo, nem em que ritmo, a nossa esperança de vida vai continuar a aumentar. Nem fizemos muita investigação sobre as consequências sociais, económicas e de tudo o que traz consigo o aumento do capital de tempo. O assunto já chamou a atenção sobretudo de escritores e cineastas, que trouxeram para o papel ou para o celuloide as suas fantasias sobre como serão as sociedades do futuro, uma vez que tecnicamente se pode controlar o envelhecimento dos órgãos

⁴⁸ Em 1900, a esperança de vida em Espanha era de trinta e cinco anos. Instituto Nacional de Estadística, *Movimiento Natural de la Población*. Fonte citada por Inda Idoia Gaminde, *Gerontología Social*, *anales@-cfnavarra.es*, suplemento 1.

⁴⁹ E. Robles González, F. García Benavides e J. Bernabeu Mestre, “*La transición sanitaria en España desde 1900 a 1990*”, *Revista Española de Salud Pública*, núm.2, março-abril de 1996.

vitais e, consequentemente, aumentar de forma considerável o tempo de vida de cada pessoa.

Parecem-me apaixonantes os números publicados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre os indicadores de sobrevivência em diferentes níveis de saúde. Não são números inventados, mas reais, e qualquer um por ter acesso a eles através da internet. Podemos representá-los graficamente mediante quatro linhas principais, que simboliza cada uma delas um nível de saúde: a primeira linha é verde e representa os que gozam de excelente saúde; a segunda é a linha amarela e representa os que desfrutam de boa saúde, mas sofrem de alguma doença crónica; a terceira linha, a linha vermelha, é a dos que sofrem de deficiência profunda ou têm problemas graves de saúde; e a quarta linha, a linha preta, é a fronteira dos que morrem. Se imaginarmos essas linhas sobre uma tela branca dum palco e assistirmos à sua evolução como quem assiste a um espetáculo de dança, contemplaremos o desenrolar de um drama à medida que aumenta a idade das pessoas. No primeiro ano de vida as quatro linhas estão unidas no intervalo, isto é, cem por cento da representação gráfica. A linha verde ocupa quase todo o espaço, não havendo lugar acima da linha preta, e as linhas amarela e vermelha são tão ténues que se fundem num só traço impercetível. Aos quinze anos, a linha preta continua quase colada ao teto, porque muito poucos morreram e quase todos continuam a dispor do seu capital de tempo; mas já se vê com clareza a separação entre as linhas, a zona sombreada que marca a distância entre os que simplesmente sobrevivem e os que o fazem sem qualquer incapacidade. Aos cinquenta anos, os indicadores de sobrevivência sem doenças crónicas e de sobrevivência com boa saúde já rolaram pela ladeira de uma diagonal até metade da imagem, numa queda constante e imparável. Aos setenta e cinco anos, um terço dos homens e 20% das mulheres desapareceram do cenário e o teto da imagem encontra-se vazio.

Comparativamente, parece que estes dados refletem melhores condições de vida das mulheres, mas não é de todo exato. Em contrapartida à sua maior sobrevivência, a proporção de doenças crónicas e incapacidades nas mulheres que sobrevivem é mais alta que a dos homens e a situação acentua-se aos oitenta e cinco anos, quando 70% dos homens já desapareceram do cenário, mas ainda restam 50% das mulheres. Das que restaram, mais de metade sofrem de deficiências.

Até aqui tratei apenas de números reais que poderiam ser refinadas com novos indicadores, ainda que, no essencial, tenha ficado bem retratada pelos números macro. Também podem ser desenhadas as linhas de sobrevivência

que correspondem a outras características sociais. No entanto, muito mais interessante do que os números dizem, é o que eles sugerem, ou nos incentivam a refletir. São números que nos convidam a pensar sobre o futuro e não somente sobre o presente. E que nos empurram para o debate sobre o que queremos que sejam e não somente sobre o que são.

Os gráficos publicados pelo INE terminam aos oitenta e cinco anos, mas nas projeções demográficas já se prevê que a esperança de vida para as crianças nascidas neste século chegará aos cem anos. Até onde crescerá a esperança de vida? Até onde queremos que chegue?

Nenhuma sociedade e nenhuma pessoa são tão ricas que possam propor alcançar simultaneamente todos os objetivos possíveis. Os pressupostos são sempre limitados, tanto os temporais quanto os financeiros. O que gastamos com estradas não podemos gastar com educação. E, dentro do fator sanitário e da saúde, o pressuposto também não é flexível, apesar de que as melhorias num campo se revertam indiretamente no outro.

A nível individual e a nível coletivo, é necessário estabelecer prioridades. Decidir o que preferimos. Por exemplo, decidir a proporção de gastos ou recursos que destinaremos à investigação médica e aos gastos com fármacos, à prevenção ou ao cuidado hospitalar. Voltando aos gráficos anteriores, temos que decidir se nos empenharemos em elevar a linha de sobrevivência ou a da boa saúde. A quantidade ou a qualidade do tempo.

As expectativas da população face ao aumento da esperança de vida são muito heterogêneas, mas o modelo desejado para o final do ciclo de vida também é. Ninguém duvida que teremos que sair de cena mais cedo ou mais tarde, mas alguns preferem a saída repentina, o desaparecimento de toda a população no último minuto de uma fronteira de tempo previamente estabelecida, enquanto outros preferem um desaparecimento mais lento, que minguie as populações pouco a pouco. Atualmente é muito difícil falar tranquilamente sobre estes assuntos. De forma inconsciente, a brusquidão das transações associa-se a perda, face ao que é esperado (a morte obrigatória, o acidente), e não à conquista de novos tempos acrescentados. Inclusive, quando se discute sobre se seria desejável terminar o capital de tempo/ vida sem atravessar a etapa transitória da velhice/ incapacidade, os partidários do salto brusco são uma minoria. Preferem modelos imaginários que incluam a velhice, a despedida lenta, mesmo que comece mais cedo.

Se efetivamente a esperança de vida se prolongasse muito, todas as etapas vitais se deslocariam. Se em épocas anteriores a juventude durava pouco mais do que a infância e hoje se alonga, inclusive administrativamente, como para classificar os filhos como dependentes no IRPF e noutras ações da Administração Pública, até por volta dos trinta anos, no futuro é possível que se continue a estender paulatinamente até aos quarenta ou até mais tarde.

De toda a maneira, o indicador chave não é a esperança de vida, mas antes a esperança de vida em condições de capacidade e boa saúde. Os demógrafos acostumaram-nos a falar de pirâmides populacionais, porque tradicionalmente a representação da estrutura de idades da população tinha a forma aproximada de um triângulo. Atualmente, em Espanha, ela já não possui a forma de uma pirâmide, mas de um diamante. Ou, se se preferir, de um cogumelo com o pé mais estreito do que o seu “chapéu”.

Numa população com forma de pirâmide, aqueles com idades intermédias têm que cuidar de muitas crianças e poucos idosos. São poucos os que chegam à idade de se aposentar. Contudo, numa população em forma de cogumelo ou diamante, há mais idosos do que jovens. A produtividade do tempo vendido ao mercado, nas idades intermédias, tem de ser elevadíssima, se a população que ainda não ingressou no mercado de trabalho, e a que já se aposentou, for mantida à custa dessa parte da população. Se as pessoas pagam contribuições ou poupam entre os vinte e os sessenta e cinco anos, e a esperança de vida é setenta e cinco anos, cada trabalhador terá que produzir, durante quarenta e cinco anos, um excedente que permita mantê-lo e manter aqueles que dependem dele durante trinta anos (vinte anos antes e dez depois da sua vida laboral). Para cada ano de trabalho tem que ser garantido um extra de 0,77 anos. Mas se não conseguir emprego até aos vinte cinco anos, se se aposentar com sessenta e cinco anos e viver oitenta e cinco, em quarenta anos de trabalho tem que conseguir um excedente para si e para os seus dependentes que cubra quarenta e cinco anos. Ou seja, para cada ano de trabalho, 1,12 anos extra de cobertura. E caso a esperança de vida suba para cem anos, se a idade de aposentação atual se mantiver, a produtividade terá que ser tão elevada que cubra 1,37 anos extra para cada ano trabalhado.

Sem dúvida, a produtividade pode melhorar muito se existirem inovações tecnológicas e melhorias organizacionais. Também podem produzir trocas de benefícios e redistribuição de riqueza, que possam melhorar a situação dos que se encontram fora do mercado de trabalho. Contudo, não se

vislumbram, em Espanha, grandes mudanças no sentido da melhoria da produtividade nos últimos anos. E, relativamente à distribuição, que não seria improvável no mercado interno, parece, entretanto, mais urgente e necessária a nível internacional que a nível nacional.

A ÚLTIMA FRONTEIRA: TEMPOS DE DEPENDÊNCIA

“Um em cada três cuidadores de doentes dependentes devido a Infarto cerebral recebe tratamento médico para a depressão”⁵⁰

Com o aumento da esperança de vida, aumentam os anos que vivemos com boa saúde, mas aumentam também os que vivemos com doenças e incapacidades. Se a saúde se medisse com uma escala, dando cinco pontos à saúde excelente e zero à que está muito mal, até aos vinte cinco anos obteríamos quatro pontos, e até aos cinquenta e quatro, em média, três e meio. A partir dessa idade a nossa pontuação vai-se reduzindo progressivamente até chegar abaixo dos três pontos para as mulheres com mais de setenta e cinco anos (mantendo-se, para os homens, próximo dos três pontos).

Por cada pessoa doente, que não pode valer-se a si própria, são necessárias uma ou várias pessoas que lhe prestem o tempo necessário para satisfazer as suas necessidades: não apenas para prover o dinheiro para pagar gastos imprescindíveis, mas também o tempo necessário para a higiene, a alimentação, o transporte até aos serviços de saúde e a execução de prestações médicas. A quantidade de tempo de que necessita cada doente é variável, mas em casos graves ou de incapacidade severa pode ser muito grande, podendo chegar a mais do que apenas uma pessoa sozinha poderia garantir, em dedicação exclusiva.

Se aqueles que cuidam dum doente são assalariados, o seu tempo de dedicação vem fixado num contrato ou acordo coletivo. Se aqueles que cuidam não cobram dinheiro pelo seu trabalho nem os une uma relação laboral, a dedicação é flexível, contudo, em muitos casos estende-se por diferentes graus de disponibilidade pelas vinte e quatro horas do dia, incluindo feriados e períodos de férias ⁵¹.

⁵⁰ M.Á. Durán, “Informe sobre el impacto social de los enfermos dependientes por ictus” (Informe ISEDIC), Ed. Luzón, Madrid, 2004

⁵¹ Michael Bittman, Kimberly Fisser, Patrice Hill e Cathy Thomson, “The main cost of care” *International Journal of Time Use Research*, vol.2 (outubro 2005), págs. 54-66. Trata-se de um estudo metodológico detalhado sobre a duração do tempo despendido com o cuidar

Algumas doenças não são graves do ponto de vista médico mas são gigantescas do ponto de vista da quantidade de tempo que consomem. Entre elas, as constipações e gripes, cólicas intestinais, as luxações, cefaleias e dores cervicais. Ainda que em muitos casos as doenças leves apenas consumam tempo de descanso do próprio doente, noutros casos geram consumo de tempo para outras pessoas também, sobretudo se se trata de crianças. Segundo o Inquérito Nacional da Saúde 2003, uma em cada dez pessoas reduz a sua atividade a cada quinze dias por causa de alguma doença, com uma média de duração de sete dias. Isto equivale a que cada pessoa não se encontre completamente bem de saúde uns dezoito dias por ano.

Nem todas as doenças requerem que se fique de cama, apenas metade das que afetaram as atividades e, por isso, duram menos tempo, cerca de quatro dias e meio. Em média, cada adulto passa 5,85 dias por ano de cama por motivos de doença, e durante esse tempo, provavelmente, alguém garante as suas necessidades quotidianas.

Para além das doenças, uma em cada dez pessoas sofre algum acidente (queda, intoxicação, acidente de trânsito, etc) ao longo do ano e, na maioria dos casos, necessita de recorrer a um centro de saúde ou mesmo a um hospital (86% dos casos). Para todas estas consultas, o habitual é ser assistido por várias pessoas que acompanham e se encarregam do doente, interrompendo subitamente as suas próprias atividades.

Como já assinali, a saúde piora com os anos. Entre os sessenta e cinco e os setenta e cinco anos, uma em cada cinco pessoas está doente ou muito doente. E a partir dos setenta e cinco, a uma de cada sucede-lhe o mesmo. As mulheres morrem mais tarde, mas acumulam mais doenças. Entre os sessenta e cinco anos e os setenta e nove anos, três em cada dez pessoas sofrem de uma incapacidade séria, e esta proporção eleva-se a mais de uma de cada duas pessoas com mais de oitenta anos.

A necessidade de cuidado por parte dos demais ocorre especialmente no começo e no fim da vida, ou seja, na infância e na velhice.

Nos inquéritos ao uso do tempo não é fácil separar o tempo consumido pela doença do tempo dedicado a outras atividades, como limpar ou cozinhar, das quais os beneficiários tanto são o doente como o resto dos membros do agregado familiar. Segundo o Inquérito sobre os Usos do Tempo, do INE, nos dias da semana toda a população adulta dedica uma média de cinco minutos para ajudar os membros adultos do lar, o que se transforma numa

hora e meia se contarmos quem efetivamente desenvolve esta atividade (4,65% da população adulta). Cinco minutos não é uma grande quantidade de tempo, mas uma hora e meia por dia, numa amostra mais restrita, é uma quantidade importante quando se soma o tempo de todos os que desempenham a atividade do cuidar. Significa milhões de horas diárias.

Segundo o Panel Europeo de Hogares (INE), 5,5% da população que cuida de adultos (homens, 2,3%; mulheres, 8,4%), permite fixar a quantidade de cuidadores num milhão e meio de pessoas. Entre eles há trezentas e cinquenta mil pessoas maiores de sessenta e cinco anos, e segundo esta fonte, estas dedicam-lhe muito tempo, sendo o mais frequente que dediquem ao cuidar mais de sessenta horas semanais.

Segundo o Inquérito sobre o Uso do Tempo do CSIC, que define o cuidar de forma mais ampla, a dedicação no conjunto da população é de quase quinze minutos por dia, e os que efetivamente o fazem constituem 9,45% do total da população adulta.

Ao contrário de outras atividades, nos agregados de somente duas pessoas esta atividade pratica-se mais que nos de maior tamanho, porque corresponde, em maior proporção, a habitações de pessoas idosas. As mulheres dedicam mais tempo a cuidar de adultos do que os homens, mas enquanto com os homens se trata de um processo crescente, e os que mais cuidam são mais velhos, com as mulheres não acontece o mesmo. Se nos referirmos a atividades restritas, quase físicas, como as medidas no inquérito do INE, a partir dos sessenta e cinco anos as mulheres dedicam um pouco menos tempo a cuidar, provavelmente porque parte das pessoas (cônjuges) dos quais cuidavam antes vieram a falecer.

Cuidar é cansativo e caro. Entre aqueles que necessitam de assistência pessoal por causa de uma doença, somente sete em cada cem recebem essa assistência de instituições públicas. A grande maioria recebe assistência pessoal de outras pessoas da sua família. Em 84% dos casos, a palavra família oculta uma mulher da própria família: esposa, filhas ou a mãe do ou da doente.

É claro que nos próximos anos, a doença e a dependência associadas á velhice vão-se converter numa questão de primeira importância política. Até agora, cuidar dos doentes dependentes tem recaído sobre as donas de casa que somam esta obrigação às obrigações domésticas restantes; mas esta solução não será possível no futuro. Haverá menos donas de casa porque as mulheres de meia-

-idade estarão incorporadas no mercado de trabalho e, para elas, abandonar o seu emprego traria consigo a pobreza e o isolamento. Também não haverá com quem repartir o cuidar, porque a geração seguinte é menor que a anterior. Além disso, a mesma longevidade fez com que a geração de cuidadores potenciais se tenha distanciado espacial e psicologicamente da geração anterior. E, como muitos casamentos têm ocorrido depois dum divórcio, os laços que unem os novos cônjuges aos pais dos seus pares têm pouca solidez.

O desafio social, económico e político da dependência é extraordinário, e quanto mais depressa forem tomadas medidas para lhe fazer frente, melhor. Será necessário redistribuir a carga entre homens e mulheres, entre a geração intermédia e os jovens. Serão necessários mais serviços públicos e privados, que criarão mais postos de trabalho; mas pagar estes serviços não é barato. O Estado não tem receitas próprias, e se não aumentar os impostos públicos, não pode oferecer mais serviços. Se as Administrações Públicas oferecem mais serviços para alguns, neste caso para os doentes dependentes, tem que diminuí-los para outros. Ou aumentar os impostos.

O mesmo acontece com os planos e orçamentos privados: se quisermos melhorar a cobertura dos serviços no futuro, não haverá outra maneira se não começar a financiá-los quando ainda é possível poupar, isto é, vários anos antes de surgir uma doença ou invalidez.

O preço do cuidar é variável, tanto pela quantidade como pela qualidade. Nas grandes cidades, num apartamento, numa residência privada, se não for subsidiado custa mais de três mil euros e, caso se acrescentem serviços de recuperação, cama para acompanhante, etc., este preço pode subir indefinidamente. Nas residências da Previdência Social o custo real é ainda mais alto que na média das privadas, mesmo que não seja cobrado, porque os trabalhadores são mais qualificados e têm uma estrutura sindical mais forte.

Em comparação com um salário de dois mil euros, falta um salário e meio para cobrir os gastos de internamento numa residência não subsidiada. Em relação aos que recebem cuidados em casa, a estimativa do valor do cuidar é ainda mais difícil do que a de quem o recebe em troca de dinheiro. Como uma amostra, eis aqui algumas das respostas obtidas no inquérito a cuidadores de doentes dependentes por infarto cerebral à pergunta de quanto custaria substituí-los:

- Mais de dois mil euros por mês.
- A que vem para a acompanhar cobra dez euros à hora.

- Só em salários custaria seis mil euros mensais
- Dez mil (pesetas) por noite.
- Pois, veja, em turnos de oito horas... Domingos e feriados à parte... E tendo que fazer a gestão do rendimento, ir ao banco, e tudo isso... precisariam de cinco pessoas...
- Não sei, mas se quer saber, não precisa mais do que ir aos hospitais, às residências, e averiguar quanto custam...

OS HOMENS TÊM MUITA FORÇA, MAS SÃO FRÁGEIS

Em 2005, segundo os dados do Censo Municipal, nasceram em Espanha 210.131 meninos e 195.556 meninas. Uma diferença de quase quinze mil meninos; e, dito de outro modo, cento e sete meninos por cada cem meninas. Agrupados por quinquênios, os meninos menores de cinco anos superavam em sessenta mil as meninas da mesma idade. E o mesmo acontecia entre os de cinco a nove anos, os de dez a catorze e os de quinze a dezanove. Com ligeiras variações anuais, para as quais ninguém dispõe de uma boa explicação, a tendência geral é muito clara: nascem sete meninos a mais em cada centena de meninas.

Mesmo assim, a partir dos quarenta anos, os homens escasseiam e já não alcançam a proporção de um por uma. A situação só piora com o passar do tempo, e ao chegar ao grupo dos veteranos maiores de oitenta e cinco anos, restam 244.189 homens perante o dobro das mulheres (571.564). O Censo também mostra alguns dados interessantes sobre a resistência de homens e mulheres, ainda que não se trate tanto de resistência biológica ou escolhida, mas mais da resistência social e obrigatória: há três vezes mais lares de mulheres com mais de sessenta e cinco anos a viver sozinhas (1.043.471) do que de homens em situação semelhante (315.466).

As razões pelas quais existem mais lares de mulheres sozinhas em idade avançada são várias. A primeira é que as mulheres têm mais longevidade, tanto por causas biológicas como sociais. A segunda razão é que os homens costumam ser uns anos mais velhos do que as suas cônjuges, o que faz com que tenham mais probabilidades do que as mulheres de estarem acompanhados nos últimos anos de vida. E quanto à terceira, é que as mulheres resistem melhor à condição de solidão que os homens porque foram preparadas para produzir as condições materiais de bem-estar no seu ambiente doméstico.

A fragilidade dos homens, como a sua força, tem uma base biológica dificilmente modificável. Entre os abortos espontâneos que não podem ser atribuídos a causas sociais, são mais frequentes de meninos que os de meninas. Mesmo assim, os fatores sociais também são decisivos, como prova de que nem sempre as mulheres tiveram maior longevidade do que os homens, nem sempre sobreviveram aos seus esposos, nem sempre lhes foi possível continuar a viver nas suas casas, de modo independente, após enviuvarem.

Se a situação das mulheres mudou tanto, não há razões para pensar que a relação atual de fragilidade/ força dos homens será mantida para sempre, no futuro. As suas mortes excessivamente prematuras são, sem dúvida, um preço muito alto que pagam em troca de serem como são e de viverem como vivem. Mesmo assim, creio que se um mágico lhes oferecesse a possibilidade de viver mais anos em troca de perder a força, (e digo mágico porque nenhum médico pode fazer semelhante oferta, por enquanto), a maioria diria que não. Mas isto é agora, e o futuro é muito distante. É possível que muitas coisas inalteráveis mudem no futuro, ainda que nos dê vertigens só de pensarmos.

Atualmente, só posso dizer que me dá tristeza os números desequilibrados dos homens que morrem. Os que morrem por fragilidade congénita dos seus cromossomas, quando estes lhes dão um tamanho e um peso maiores. Os que morrem por causa das guerras, dos acidentes, das emigrações, da necessidade de demonstrar que são fortes.

Os Censos só publicam dados asséuticos, limpos de contaminações afetivas, mas eu vejo os buracos na representação das pirâmides e imagino as histórias dos que se foram cedo demais sem deixar substitutos. E sinto falta deles.

“NEGRA MARÍA” E AS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL

«Bruna, bruna,/murió María/ y está en la cuna./ Se fue de día,/ sin ver la luna»

[Negra, negra,/ morreu Maria/ e está no berço./ Foi-se de dia/ sem ver a lua]

Há uma canção que sempre me fez chorar. Chama-se *Negra María* e tem letra de Homero Manzi e música de Lucio Demare. Foi composta em 1942 e continua a ser cantada desde então. A canção de Manzi e Demare não é uma música de

fundo que possa ouvir distraidamente, sem interferir no que faço. Assim que se iniciam as primeiras notas, toda a minha energia se concentra num só ponto de recordação, comove-me e pede-me explicações. Acompanho o desfiar das estrofes contraída, transbordando de sentimentos. Porque ao princípio narra uma história doce, cheia de cor. Quando Maria nasceu a sua mãe imagina-lhe um destino formoso e ao alcance da mão. Ao dar-lhe as boas-vindas, a mãe não augura para a sua filha um lugar de presidência numa grande companhia, nem de professora ou caixa de supermercado. Conforma-se com que o tempo passe sem tropeções e que lhe conceda os anos necessários para bordar o traje branco que abrirá, para ambas, a porta da ilusão. E quando Maria estrear o seu vestido e seja a rainha do baile, o triunfo e a alegria de Maria serão a alegria e o triunfo da sua mãe. Só lhe resta sorrir para a vida e esperar. Esperar que amadureçam os olhos grandes, a pele morena e os dentes brancos que a menina herdará. Esperar que Maria aprenda a mover-se com elegância, e que a mãe ensine tudo o que pode uma mãe ensinar a uma filha. Tanto e tão pouco.

*Bruna, bruna
nació María.
Nació de día,
y está en la cuna.*

*Tendrá fortuna,
bordará la madre
su vestido largo.*

*Y entrará a la fiesta
con un traje blanco
y será la reina
cuando María
cumpla quince años.*

*Te llamaremos Negra María,
Negra María, que abriste
los ojos
en Carnaval.*

*Ojos grandes tendrá María,
Dientes de nácar,
color moreno.*

*¡Ay! qué rojos
serán sus labios,
¡Ay! qué cadencia
tendrá tu cuerpo!*

*Vamos al baile,
Vamos, María...
Negra la madre,
negra la niña.
Negra...*

*Cantarán para vos
las guitarras
y los violines
y los rezongos
del bandoneón...*

*Te llamaremos Negra María
Negra María,
que abriste los ojos
en Carnaval.*

A segunda parte de *Negra María* é triste. O Carnaval já não promete, a mãe já não sonha. A pequena Maria não teve tempo de sorrir para a vida, de aprender, de dançar. Como tantas crianças que continuam a morrer hoje, antes de crescer, de abrir os olhos.

*Bruna, bruna,
murió María
y está en la cuna.
Se fue de día
sin ver la luna.*

*Cubrirán tu sueño
con un paño blanco.
Y te irás del mundo
con un traje largo
y jamás ya nunca,
Negra María,
tendrás quince años.*

*Te lloraremos,
Negra María.
Negra María,
Que abriste los ojos
en Carnaval.*

*¡Ay! qué triste fue
tu destino,
ángel de mota,
clavel moreno.*

*¡Ay! qué oscuro
será tu lecho!
¡Ay! qué silencio
tendrá tu sueño!*

*Vas para el cielo,
Negra María...
Llora la madre,
duerme la niña.
Negra...*

*Sangrarán para vos
las guitarras
y los violines
y las angustias
del bandoneón.*

*Te lloraremos,
Negra María,
Negra María.
Cerraste los ojos
en Carnaval.*

Se trago para aqui a canção *Negra María* é porque me pergunto muitas vezes como é que o investigador se pode sentir à margem do que estuda. Em Espanha, as taxas de mortalidade infantil no primeiro ano de vida, para cada mil nados vivos, são de quatro e meio para os rapazes e três e meio para as raparigas⁵². Na África Subsaariana são cento e dois. Em cada ano morrem onze milhões de crianças menores de cinco anos por causas que se poderiam evitar, e entre os Objetivos do Milénio encontram-se a redução a um terço da mortalidade infantil antes do ano de 2015.

Talvez seja possível que não se envolva demais se a investigação for na área da Física, da Química ou da Matemática. Mas como é possível não se envolver quando o que se investiga se centra em matérias tão próximas de cada um de nós como a História, a Economia ou o direito? Ou a Sociologia e a Medicina? Raras vezes o conhecimento é neutro e só apresentá-lo enquanto tal é já uma tomada de posição. O conhecimento é sempre circunstancial, partindo de alguém para alguém. É possível fechar os olhos e vê-lo, centrando-se num ponto intermédio do processo; mas não será por ele que a investigação deixará de possuir uma direção, construída para atingir uns objetivos e não outros.

⁵² Agradeço a Diego Ramiro, demógrafo e companheiro do Conselho Superior de Investigações Científicas, por me ter fornecido os números mais recentes, relativos ao *Movimiento Natural de la Población* (2004), sobre este tema. O Objetivo do Milénio é baixar a probabilidade de morte de crianças nos primeiros cinco anos de vida para menos de 90 em cada 1.000.

7. ASSIMETRIAS DO SONO

SUÉCIA E ESPANHA: ASSIMETRIAS DO SONO

No começo de junho de 2006 assisti, na sede do CLACSO (Centro Latino-americano de Ciências Sociais) de Santiago do Chile, a uma reunião de peritos em análises do uso do tempo, e que concentrou uma meia centena de participantes. Entre eles estava o sociólogo e estatístico sueco Klas Rydensdam, que foi responsável pelo estudo sobre o futuro Banco de Dados Europeu nesta matéria. O Banco de Dados ainda não funciona, mas está já muito avançada a preparação e desenvolvimento de programas informáticos para que possam ser utilizados por investigadores de todo o mundo. Como exemplo do tipo de consultas que se poderiam fazer no futuro, na sua apresentação, este orador fez surgir diante dos nossos olhos, como um mágico que tira rosas e lenços da sua cartola, todo o tipo de tabelas e gráficos sobre os usos do tempo correspondentes aos países europeus. A facilidade (previamente ensaiada, é claro) com que as complicadas matrizes se compunham em poucos minutos sobre a tela branca em que projetava o PowerPoint era tão atrativa que a audiência se inclinava para a frente, e se sentava na borda dos assentos. Será realmente possível que, no futuro, os utilizadores possam aceder gratuitamente a dados complexos, cujo custo de produção hoje em dia os torna inacessíveis para a maioria das universidades e dos centros académicos?

Com um cuidadoso doseamento das emoções, quando o primeiro impacto começava a ser assimilado pela plateia, o orador mudou de compasso. Da exposição de dados gerais sobre todos os países europeus que participaram no Inquérito sobre os Usos do Tempo passou para a comparação restringida a países, entre os dois que, suponha, mais poderiam interessar a audiência. Pelo facto de não existirem inquéritos equivalentes na América Latina, elegeu, por proximidade, a Espanha. E, sendo sueco e estando previsto que o banco de dados seja sediado em Estocolmo, o orador escolheu como país de contraste a Suécia. Com os novos programas informáticos, a conversão de números em gráficos não gera nenhuma dificuldade naqueles que dominam os programas adequados. As representações gráficas de dados possuem uma interessante componente estética, para além da sua utilidade na facilitação da compreensão imediata dos fenómenos que descrevem. Os novos *softwares* permitem uma busca constante de formas expressivas, porém, muito desiguais na sua qualidade didática e estética. Algumas são aborrecidas, incompreensíveis e repelentes. Outras, uma delícia.

Neste caso, a tela encheu-se subitamente de silhuetas de cores que recordavam vagamente os perfis acidentados da Cordilheira dos Andes. Mais do que isso, o que os gráficos nos recordavam naquela tela eram aquelas pequenas garrafas cheias de areia colorida em que a estratificação compõe desenhos caprichosos, com picos e vales que se sobrepõem mas que nunca se confundem. A esse tipo de representações chamamos *ritmos de atividade*, e o espectador percebe de relance quantas pessoas fazem a mesma atividade, em cada momento, ao longo do dia. Para aqueles que desejarem ver uma versão prévia, basta aceder ao site oficial do INE (www.ine.es), e na divulgação à imprensa da apresentação do Inquérito sobre os Usos do Tempo encontrará – ainda que apenas para Espanha – as areias coloridas e as cordilheiras.

O orador não dispunha de muito tempo para a sua apresentação por isso concentrou-se apenas em dois ou três pontos-chave, a fim de captar a nossa total atenção, depois de ter atraído a sua. E então surge o que verdadeiramente me interessou da palestra – além da promessa de, em breve, virmos a ter acesso a este paraíso dos investigadores, que são os grandes bancos de dados –, os dados por ele escolhidos para serem apresentados aos outros investigadores. Em Espanha, quando pensamos nos países escandinavos, o que mais nos desperta a curiosidade é o modo como conseguiram os altos níveis de igualdade, tanto social como entre homens e mulheres. Poderia esperar-se, *sensu contrario*, que o orador escolhesse dados extraordinariamente desequilibrados de distribuição do trabalho remunerado e não remunerado em Espanha. Mas não. O que atraiu a sua atenção e nos expôs foi a disparidade de horários de sono entre os países. Enquanto uma boa parte dos espanhóis está a jantar ou a terminar, tranquilamente, as suas atividades do dia, a maioria dos suecos já dorme. E quando os suecos se levantam para ir trabalhar, muitos espanhóis ainda continuam na cama a dormir. Como se fosse pouco, na cordilheira espanhola do sono há um monte pequeno, mas perfeitamente identificável, a meio do dia, que corresponde à *siesta*, a pausa que Cela definiu como *ioga ibérico* e cuja invenção atribuímos a São Isidro⁵³. Agora a NASA investiga novas formas de descanso para os seus astronautas porque a falta de gravidade lhes provoca insónias e, quem sabe, talvez a *siesta* venha a ser reivindicada como um hábito saudável. Hoje, esse hábito é tão exótico para os suecos que nas suas linhas de sono não podem ser visualizadas, nem mesmo ligeiramente, referências entre o momento da manhã em que se levantam e o momento, ao final do dia, em que se deitam. Estas são as assimetrias de percepção,

⁵³ A *siesta* tem a sua origem na *hora sexta* latina, entre as doze e as quinze horas.

motivo pelo qual dois investigadores diferentes não escrevem sobre o mesmo ainda que trabalhem com dados idênticos.

AS HORAS DE SONO

Pelo que se pode ver nos gráficos do ritmo de tempo do inquérito do INE, mais de 90% dos espanhóis maiores de dez anos ainda estão acordados às dez da noite, e a hora de deitar está muito concentrada entre as onze e a meia-noite. A hora de acordar também está altamente concentrada pouco antes das oito da manhã.

O que o inquérito chegou a questionar foi a ideia generalizada de que os espanhóis dormem pouco, comparativamente com o resto dos europeus. Frequentemente se afirma que os espanhóis dormem quarenta e cinco minutos diários a menos que o resto dos europeus, e que uns 30% sofrem de distúrbios de sono, apesar de apenas um sexto destes doentes ter sido diagnosticado. Contudo, se compararmos os resultados, parece que apenas os franceses dormem mais do que nós, tanto os homens como as mulheres. Ou, pelo menos, é o que dizem os entrevistados de cada país. Além de dormirmos alguns minutos a mais, diferenciamo-nos ainda num outro ponto, em relação aos restantes países: enquanto nos demais as mulheres dormem mais do que os homens, na Espanha elas dormem menos. Não é uma diferença que vá pesar por si mesma, porque se trata apenas de três minutos diários, mas é chocante que seja a única exceção europeia.

Por idade, a curva de sono toma a forma de um U. Os menores de vinte e cinco anos dormem em média nove horas e seis minutos por dia (incluindo crianças maiores de dez anos), mas a partir dessa idade o tempo de sono reduz-se de forma brusca para se recuperar, lentamente. A partir dos sessenta e cinco, idade que coincide com a reforma para quase todos os homens e para algumas mulheres, o tempo de sono cresce muitíssimo. Se os de quarenta e cinco anos dormem em média oito horas por dia, os de mais de sessenta e cinco dedicam ao sono quase uma hora e meia a mais: 10,03 os homens e 9,44 as mulheres. Estes números não coincidem com o que geralmente se escuta das pessoas mais velhas, que acordam cedo e que já não dormem mais. Mas a diferença deve-se provavelmente a que o inquérito codifica como dormir todo o tempo passado na cama, salvo por doença, e pode-se ficar na cama por muitos outros motivos para além do sono. Quando não há necessidade de levantar para ir trabalhar, a cama pode ser o lugar mais agradável para descansar. Ou, simplesmente, para não apanhar frio ou se desentender com os demais.

Aos fins de semana dorme-se mais meia hora que nos dias de trabalho e, em algumas circunstâncias reduz-se o tempo destinado a dormir. Entre outros, o bárbaro costume de fazer barulho, que atinge, em Espanha, verdadeiros níveis de praga, e para o qual contribuem de modo igual particulares e autoridades municipais responsáveis por obras, tráfego e festejos. Outras causas são mais sociais e têm que ver com a disponibilidade de tempo e a necessidade de o alocar a fins alternativos. Por exemplo, há uma relação inversa entre tempo dedicado a dormir e o orçamento familiar: quanto mais se ganha mensalmente menos se dorme. E os que vivem nas grandes cidades dormem menos do que aqueles que vivem em pequenas cidades, vilas ou aldeias. A população ativa dorme muito menos que os reformados e pensionistas, e os empresários dormem menos do que os seus assalariados. Também dormem menos os que têm filhos pequenos: quem sabe a isto se refere o velho ditado «parir embeleza e criar envelhece», porque os filhos pequenos acordam com fome e as mães (e os pais) jovens sofrem com esta falta de descanso.

O SONO PERDIDO

A muita gente parece que dormir é uma perda de tempo. No entanto, os médicos da especialidade advertem para os riscos de dormir pouco. O Dr. Eduard Estivill, da Unidade de Sono da Clínica Dexeus, diz que:

Dormimos para viver. O processo do sono é um estado ativo em que se produzem estados metabólicos, fisiológicos e hormonais para que o nosso corpo se recupere e funcionemos durante o dia.

De modo semelhante se manifesta o Dr. Joaquín Durán, chefe da Unidade de Sono do hospital Txagorritxo, de Álava: «O sono restaura o sistema imunitário e a memória». Apesar de tais recomendações, ainda há muita gente que preferiria dormir menos e usar esse tempo para outras coisas. Por exemplo para se divertir, ou para estudar, ou mesmo para progredir na sua profissão. Um artigo publicado recentemente na internet chamou-me a atenção, justamente pelo modo claro com que o seu autor expressava a sua vontade de dormir menos, ainda que estando muito consciente dos riscos que corria. Ele pretendia usar o programa *Uberman* que, em sua opinião, permitiria que dormisse somente três ou quatro horas por dia, desde que fossem as horas mais profundas e reparadoras do sono, a chamada fase REM. A sua ideia era dormir várias vezes ao longo do dia, entre dez a trinta minutos, economizando o tempo gasto nas etapas intermédias. O tempo acumulado de seis ou sete sestas curtas somaria cerca de três ou

quatro horas por dia, esperando que isso bastasse para suprir as necessidades básicas de sono. Mais do que o propósito de dormir pouco ou as bases científicas em que se apoiava, o que chamava a atenção no seu artigo era a determinação com que abraçava este seu propósito, dizendo claramente que queria fazê-lo para melhorar a sua vida econômica e profissional. Repetindo as suas palavras, os riscos não o assustavam, ainda que reconhecesse que «os efeitos podem ser danosos, mas estou disposto a tentar para aumentar drasticamente a minha produtividade».

Não deveria surpreender-nos que o sono seja às vezes sacrificado para atingir objetivos mais ambiciosos ou mais profundos. Velar é uma atividade muito humana, e desde a antiguidade que velam os doentes e os mortos. Os cavaleiros também velavam as armas, oferecendo o sacrifício do seu sono na noite anterior à batalha. E, nas ordens religiosas de disciplina rigorosa, o sono é interrompido regularmente, não uma, mas várias vezes, para as orações coletivas noturnas.

Em geral, há muito mais defensores dos efeitos benéficos do sono do que os seus detratores. Cervantes atribui a loucura de D. Quixote ao facto de dormir pouco, absorto como está pelos livros de cavalaria e, por meio dele, não faz outra coisa se não expressar um temor popular solidamente estabelecido, tanto em relação ao excesso de livros quanto à falta de sono.

Se falasse a partir da minha experiência pessoal, diria que o tempo de sono é, realmente, um tempo ganho. É um descanso necessário, uma pausa na consciência que, de imediato, volta mais clara e mais enérgica. Preciso de dormir oito horas, e, abaixo desse limite, o meu corpo protesta. Se dormir menos de seis horas, não apenas me sinto doente física e psicologicamente, mas o meu sistema imunológico começa a lançar avisos urgentes para descansar: pequenos catarros sem causa aparente, herpes que aparecem sub-repticiamente no nariz e nos lábios.

E, no entanto, depende. Como em todo o ser humano, *soma* e *psique* formam um conjunto unitário em que cabem mais exceções do que as previstas. Normalmente, como disse, durmo oito horas, mas tenho-me adaptado aos horários que a vida me impõe ou me oferece. Quando era criança e, mais tarde, quando era jovem estudante, levantava-me e ia dormir cedo. Essas eram as regras da minha casa de família numerosa, que me pareciam naturais e eficazes. Quando me casei e, sobretudo, quando comecei a ter filhos pequenos, os dias tornaram-se curtos demais, cheios de obrigações urgentes e variadas a que tinha de atender. Apenas a noite

me garantia tempo sem interrupções, e o meu ciclo de sono mudou. Reduziu-se muito e as primeiras horas da madrugada converteram-se em horas de trabalho intenso. Tudo o que tenho escrito desde 1967, data do meu casamento, escrevi durante a noite, acompanhada do silêncio e da tranquilidade de saber que tinha à minha disposição várias horas à frente. Algumas vezes pensei que sou como os altos-fornos (a propósito: os altos-fornos ainda existem, ou a nova tecnologia energética já os substituiu?), que levam tempo a acender mas, uma vez alcançada a temperatura adequada, mantêm-se, num elevado ponto de concentração e resistência, muito tempo sem se apagarem.

Um artigo ou um livro fascinante têm sobre mim mais efeito que duas chávenas de café. Se tenho nas mãos um trabalho ou uma leitura que me dá prazer, o mundo ao meu redor desaparece e não vejo outra luz que a das ideias que vão surgindo, pouco a pouco, sobre o papel branco, ou a partir das letras negras desse livro. É um encantamento temporal, uma forma menor de êxtase, que de imediato compensa todo o esforço.

Os anos em que me preparei para concorrer à cátedra foram duríssimos para o meu organismo. Não sofria fisicamente pelo esforço, mas o meu corpo ia anotando todas as perdas, todos os desgastes. Acima de tudo, os ataques contínuos de insónia. Tinha instalado um pequeno escritório na cave da casa, na verdade era mais um *basement* estilo americano, onde a luz natural entrava por um pequeno pátio afundado no jardim. Levei para lá uma cama improvisada, e essa foi a minha casa dentro da casa comum. Como mãe de família e com filhos pequenos, era muito difícil blindar o dia de interrupções. Precisamente por isso, porque o tempo durante o dia também estava ocupado com outras atividades, às quais não podia nem queria colocar uma barreira completa, o horário noturno do sono era duplamente precioso, o único realmente disponível.

O concurso atrasou-se, face ao calendário previsto. Chegámos a setembro sem que fosse marcado e o verão tinha-se diluído sem descansar, encerrada naquele esconderijo monástico com livros e programas. Durante os meses em que me encerrei engordei muito, e estava esgotada por falta de sono. Pesquisámos o que ainda tinha vagas para férias organizadas nas várias agências de viagens e fomos parar a uma espécie de hotel *resort* na Roménia, nas margens do Mar Negro. Durante uma excursão a Kiev, na Ucrânia, desmaiei e cheguei a temer que estivesse muito doente. De regresso fiz um *check up* e, felizmente, mais não era do que fadiga acumulada pelo stresse e privação de sono a que me tinha sujeitado. Daquele esforço

demorei muito tempo a recuperar e além do mais foi aparentemente inútil porque não obtive a posição a que aspirava.

Quando faço um balanço daqueles anos duros, no prato dos deveres não cumpridos colo em primeiro lugar a falta de sono. De imediato seguem-se os carinhos que não pude dar ou receber e a bela luz do sol que apenas viram os meus olhos cercados por papel.

8. O GRANDE ENGARRAFAMENTO DA QUARTA-FEIRA SANTA

A MALDIÇÃO DE SÍSIFO

“E vi Sísifo que suportava dores fortes, levando uma enorme pedra nos braços. Fazia força apoiando-se com as mãos e os pés e empurrava a pedra para cima, até ao topo, mas quando ia ultrapassá-lo, uma poderosa força fazia-o voltar outra vez e rolava de volta ao vale a despidorada pedra. Mesmo assim, ele empurrava-a de novo com os músculos tensos e o suor deslizava pelos seus membros, e a poeira caía pela sua cabeça”. (Homero, *Odisseia*, XI, 593.)

Sísifo tem uma boa iconografia e uma má interpretação. É fácil imaginá-lo a carregar a sua pedra numa longa subida e, a seguir, a descida da pedra, rolando pela ladeira abrupta até ao chão, e a repetição estéril do esforço no qual consiste exatamente o seu suplício. Para que a imaginação reproduzisse a cena com facilidade, contribuíram, sem dúvida, algumas pinturas célebres. Polignoto pintou o mito nos frescos de Delfos, e ainda se conservam ânforas gregas com este motivo. No Museu do Prado está em exibição um dos quadros mais famosos dedicados à memória de Sísifo, um óleo de grandes dimensões pintado por Ticiano em 1548. Mas nesta representação, feita por encomenda com a finalidade de servir de exemplo, o corpo formoso e forte de Sísifo não está retratado com simpatia, antes com uma leve vergonha dissimulada. De modo muito mais atrativo, mais estilizado e romântico foi Sísifo representado pelo pintor Frank von Struck em *Sísifo no Inferno* (1920).

Ignoro se foi esta última versão do torturado Rei de Corinto que motivou Albert Camus a escrever, em 1942, o seu ensaio *Le mythe de Sisyphe*, mas podia muito bem tê-lo sido.⁵⁴ Camus descreve com precisão a sua musculatura, a tensão dos ombros e dos pés, os restos de barro agarrados às mãos. Ainda assim, o seu ensaio tem contribuído para que o mito de Sísifo se instaure na cultura contemporânea como uma metáfora do absurdo, e com algumas interpretações com as quais não concordo.

As mitologias antigas têm tantas versões das razões pelas quais Sísifo foi condenado para toda a eternidade a subir e deixar cair a pedra, que o mais provável é que cada um eleja a primeira versão que lhe chegue aos ouvidos, ou que, se por acaso toma contacto com mais do que uma, acabe por escolher aquela de que mais gosta. É que Sísifo, dependendo de quem se

⁵⁴ Albert Camus, *Le mythe de Sisyphe*, Gallimard, Paris, 1942.

escute, foi o protótipo do rei sábio e prudente (como Homero disse), ou então que os deuses o condenaram por ser um bandido e um assaltante de viajantes. Não vou aqui discorrer sobre a sua habilidade para estar no lugar oportuno no momento certo, o que lhe terá permitido observar o rapto da ninfa Egina e vender, mais tarde, essa informação em troca de água para o seu reino; nem o modo como conseguiu prender a morte (Tanatos); nem como urdiu uma artimanha para conseguir voltar dos infernos para desfrutar do sol, do mar e do calor da sua terra. A única coisa que agora me interessa sobre Sísifo é a maldição, ou o trágico destino, que o condenou a fazer e desfazer de forma constante o seu caminho, a suportar inutilmente o esforço de subir e voltar a descer.

A diferença de Penélope, outra figura literária empenhada em fazer e desfazer a sua obra, em desmanchar de noite o que teceu durante o dia, é que Sísifo não o faz voluntariamente, não escolhe ir e voltar continuamente. Mas suporta e sobrevive. O castigo de Sísifo é menos cruel que o de outras personagens das narrativas antigas, condenadas a resistir ao seu tormento, como Prometeu, sendo a identificação com o indivíduo maior e mais próxima.

O nome de Sísifo tem sido utilizado para encontros intelectuais e revistas literárias, mas a metáfora desse célebre mito assenta que nem uma luva às deslocações diárias que se fazem nas grandes cidades, cada vez maiores e mais exasperantes, mais caras e inúteis. Ir e vir em cada dia de trabalho é arrastar uma pedra pela montanha acima, para repetir a mesma trajetória no dia seguinte.

Segundo Camus, teríamos de imaginar um Sísifo feliz, porque «o mero empenho em alcançar o topo basta para preencher o coração de um homem»; porém não creio que o coração de um homem, nem o de uma mulher, se preencha pela proximidade dum topo de qualquer montanha que se é obrigado a escalar. Se o ir e vir do quotidiano deixa de ser um suplício é porque a sua condição instrumental é clara, porque conduz ao lugar desejado. Uma vez que a condição instrumental de deslocação está reconhecida, evidentemente que pode ser aligeirada, reduzindo-se distância e tempo, ou processar-se em melhores condições. Um transporte previsível, seguro e limpo não se parece com outro em que falem estas condições essenciais. E, se for acompanhado de boa companhia, comodidade e outros confortos extra, pode chegar a ser muito tolerável, até mesmo agradável. O transporte quotidiano nas grandes cidades é um esforço estéril, um desperdício com alto custo individual e coletivo. E quanto aos engarrafamentos, são efetivamente buracos por onde se escoo o tempo, os buracos negros que atraem, absorvem e fazem desaparecer o tempo da nossa vida quotidiana.

O caminho pode ser uma aventura e de desfrute, mas não quando vai acompanhado de uma carga enorme, como a que Sísifo suporta. Se os pequenos deuses fizessem as pazes com ele, talvez substituíssem a condenação de arrastar a pedra daqui para lá e nos submeteriam somente à obrigação de apresentar resultados, independentemente do tempo e horário que tenhamos empenhado para obtê-los.

O TEMPO DE TRANSPORTE NAS GRANDES CIDADES

*“Mais de vinte e cinco por cento dos que trabalham estão descontentes com as distâncias que têm de percorrer para chegar ao trabalho”.*⁵⁵

Cada vez nos movemos mais e consumimos mais recursos de todo o tipo de transporte. Recursos de tempo, de dinheiro, de gasolina que emite partículas tóxicas, do ar que contaminamos, de metros quadrados de solo que antes foi fértil e que nunca mais voltará a ser, da água que sujamos e que dificilmente voltaremos a reciclar.

Somente nos mês de maio de 2005, mais de 291 milhões de passageiros utilizaram o transporte urbano em Espanha, e 187 milhões o interurbano. Em relação ao mês homólogo do ano anterior, houve um aumento de 5% na proporção de utilizadores de autocarros escolares regulares, o que confirma a crescente tendência de que as crianças estudem em escolas mais distantes do seu lugar de residência e necessitem, portanto, de ser transportadas pelos seus pais ou por algum outro sistema regular de transporte, público ou privado. Também demonstra que a tarefa de acompanhar as crianças ao colégio não pode ser assumida pelos pais, ou mais propriamente pela mãe, como tem sido tradicionalmente e, todavia, continua a ser.

Por outro lado, o uso de transporte urbano regular, com fins laborais, diminuiu mais de 1%, o que não é um indicador de aproximação entre a residência e o local de trabalho, mas apenas de que o parque aumentou bem como do crescente desencontro entre os serviços de transporte dos bairros periféricos, onde se encontram as novas zonas residenciais, e os locais de trabalho. Atualmente já há três vezes mais crianças que usam o transporte escolar do que os empregados que usam o transporte regular da empresa⁵⁶.

⁵⁵ INE, Paineleuropeu de Domicílios, 2001. Publicado em 2005

⁵⁶ INE, Estadística de Transporte de Viajeros, maio de 2006.

Em *El derecho a la ciudad*, Henri Lefebvre apresenta a cidade como um bem coletivo, e os preços do terreno expulsam para a periferia os que têm menor poder de compra⁵⁷. Provavelmente, não temos consciência, em Espanha, do preço que estamos a pagar pelo novo modelo de urbanização, mais parecido com o anglo-saxão, que repercute em tempo diário e no dinheiro que custam estas deslocações. Certamente, não são apenas elementos económicos que fazem com que as pessoas vivam nos arredores, mas também elementos estéticos e de qualidade ambiental. Mas os económicos são decisivos, no sentido de que o metro quadrado é mais barato na periferia do que no centro da cidade.

Há diversas maneiras de estabelecer o preço pago pelas deslocações diárias. Por exemplo, as empresas e as administrações locais têm diferentes parâmetros, de acordo com as comunidades e categorias laborais. Os sindicatos reclamam frequentemente reajustes salariais devido às subidas do combustível, mas isso não impede que se pague pela quilometragem dos funcionários, por exemplo, 0,23 euros na Catalunha e 0,15 euros em Valência. Logicamente, os sindicatos de Valência reclamam que os valores devem ser iguais, subindo-os para 0,23 euros. Se aplicarmos o mesmo preço usado pela administração central com os seus funcionários, por cada deslocação de serviço em viatura própria, o subsídio estimado é de 0,19 euros por quilómetro feito. Não se refere às deslocações urbanas habituais, antes aquelas que se realizam por necessidades de serviço. Não obstante, supondo que alguém viva a trinta quilómetros do seu trabalho e faça diariamente 60 quilómetros, poderíamos estimar que os seus gastos diários em transporte rondariam os 17,40 euros. Se realizar esta deslocação vinte e cinco dias por mês, pensando que ao sábado não teria de se deslocar, isso custaria mensalmente 239,40 euros, quase quarenta mil pesetas, na antiga moeda. Ainda que, naturalmente, a utilização do abono para transporte subsidiado seja muito mais barata e possa ser usada para outras deslocações que não apenas de trabalho.

Segundo o Painel dos Domicílios da União Europeia (Phogue), mais do que um quarto dos que trabalham (27%) estão descontentes com as distâncias que tem de percorrer para ir trabalhar. A queixa é mais frequente entre os assalariados, do que entre os empresários e os trabalhadores independentes, o que é explicável porque os últimos têm mais possibilidades de decidir o lugar em que sediam a sua atividade. Mesmo assim, um quarto diz estar completamente satisfeito com esse aspeto. Entre os empresários e os trabalhadores independentes, 30% diz estar plenamente satisfeito, contra apenas

⁵⁷ Henri Lefebvre, *El derecho a la ciudad*, Península, Barcelona, 1969.

19% dos assalariados com contratos sem termo e 17% dos assalariados com contratos de trabalho a termo certo⁵⁸. Entre ambos os extremos situam-se o resto dos trabalhadores, que não dão especial importância ao tema, nem positiva nem negativamente.

O Inquérito aos Orçamentos Familiares é uma caixa de surpresas no que se refere ao gasto dos lares em transporte. Alguns dados coincidem com o esperado, como por exemplo que a proporção de encargos com transporte é máxima nos lares de empregados por conta de outrem e mínima junto de pensionistas. Os primeiros, porque têm de se deslocar para o local de trabalho mas os seus encargos são menores do que os dos empresários e dos trabalhadores independentes; e os segundos, porque ainda que os seus encargos sejam baixos reduzem-se muito o número de deslocações feitas. Também acontece, como é previsível, que os lares com maior orçamento, destinam uma maior proporção ao transporte, porque na maioria destes vive mais do que um habitante que necessita de se deslocar. O que não encaixa com a ideia habitual de que as grandes cidades são muito caras em transportes é o dado de que nas capitais de província se dedica uma proporção menor do orçamento familiar ao transporte (7%) do que em municípios com menos de dez mil habitantes (13%).

Isto obriga a repensar o significado de «viver em grandes cidades», já que os critérios administrativos não coincidem com os vivenciais. As grandes cidades levam anos a deslocar a população jovem até aos centros metropolitanos, e é precisamente esta população que mais se desloca e a que tem de percorrer maiores distâncias para ir diariamente de casa para o trabalho. Em todos os inquéritos a variável “rural” e “urbana” tem perdido o sentido que tinha tradicionalmente e produz resultados confusos. Novas classificações têm que ser pensadas. Em todo o caso, é sempre estimulante encontrar resultados que não se ajustam às nossas previsões e nos forçam a novas investigações para os entender.

AS DESLOCAÇÕES DIÁRIAS INEVITÁVEIS

“Os jovens dedicam diariamente mais de uma hora e quinze minutos em deslocações”⁵⁹.

⁵⁸ Sobre o significado da escassez de tempo e a sua relação com as bases materiais da vida quotidiana (acessibilidade a zonas residenciais próximas, definição de escolas, pagamento de auxílio para o cuidado com as crianças e problemas com transportes), veja-se Helen Jarvis, «Moving to London Time: household co-ordination and infrastructure of every day life», *Time and Society*, 14 (1-III-2005), págs. 133-154

⁵⁹ Inquérito sobre o Uso do Tempo, CSIC, 2003.

Com a gasolina a 80 dólares o barril, ou descobrimos outras fontes de energia ou no futuro próximo teremos que pensar em formas de organização que não exijam percorrer grandes distâncias diariamente⁶⁰. As distâncias urbanas podem levar, caso se mantenha o esquema de ordenamento do território que agora temos, a modificações nos horários. Por exemplo, à concentração de trabalho presencial em apenas dois dias semanais. Nos locais de trabalho qualquer redistribuição de tempo presencial traria modificações consideráveis sobre o desenho da arquitetura, porque se potencializariam mais as zonas comuns e menos os escritórios. Já há alguns arquitetos especializados neste tipo de desenho para estes centros de trabalho. No entanto, provavelmente encontrará resistência por parte de alguns sindicatos e outras organizações, que têm pavor da falta de coesão do movimento associativo quando os trabalhadores estão territorialmente mais dispersos e com menos condições de se verem diariamente. Os trabalhadores que podem desenvolver trabalho a partir de casa, sem se submeter a um horário de trabalho fixo, não seriam distribuídos por igual e poderiam gerar-se conflitos entre eles. É possível que os sindicatos reajam com suspeição, pelo menos no início, perante tais medidas.

Segundo o Inquérito ao Uso do Tempo (CSIC), como média, os espanhóis maiores de dezoito anos consomem 0,84 horas diárias, nos dias de trabalho, em trajetos que não têm que ver com as tarefas domésticas e que, na sua maior parte, correspondem a deslocamentos laborais. Tanto as mulheres, como os homens, com menos de vinte e quatro anos empregam exatamente o mesmo tempo em transporte não relacionado com as atividades domésticas, mas a partir dessa idade os homens aumentam essa quantidade e as mulheres diminuem. Perante quem tem emprego a diferença não é muito grande entre homens e mulheres: os homens dedicam-lhe 1,29 horas e as mulheres 1,13 horas. No seio dos estudantes, inclusivamente, o tempo que as mulheres dedicam é superior (1,36 horas) ao dos homens (1,28 horas). Contudo, as mulheres que se ocupam unicamente das tarefas domésticas apenas dedicam um quarto de hora diário a deslocamentos por estes motivos, uma quantidade quase cinco vezes menor do que a das mulheres que possuem uma ocupação profissional⁶¹.

A zona onde moram é um problema para as mulheres que vivem em grandes cidades. Se vivem em zonas residenciais ou em cidades-dormitório levam

⁶⁰ Outro fator que pode modificar a necessidade de deslocação é o avanço na tecnologia de informação, que permita transportá-la sem que os utilizadores tenham que se deslocar. Veja-se Zygmunt Bauman, «Time and space reunited», *Time and Society*, 9 (1–XI–2000), págs. 171–185.

⁶¹ Agradeço a Francisco Muñoz Escalona, economista e investigador do CSIC, as muitas discussões sobre o conceito e métodos de medição do custo de transporte e deslocamentos.

demasiado tempo a chegar aos locais onde há empregos. Os serviços de transporte são mais radiais que centrais e as viajantes consomem tanto tempo para chegar ao seu ponto de destino que praticamente se torna impossível pagar essa fatura horária. Ao contrário, os homens, proporcionalmente, possuem mais carro próprio ou usam o único que a família tem, o que lhes permite utilizar vias rápidas. Se as câmaras municipais, ou os responsáveis regionais, pretendem aumentar o acesso de mulheres ao mercado de trabalho, necessitam de criar estratégias de transporte que o facilitem.

A mobilidade é uma condição essencial da civilização contemporânea, e quando não se torna imprescindível deslocar-se por motivos laborais, realizam-se deslocações por outros motivos. Os que têm emprego, tanto homens como mulheres, reduzem ligeiramente o tempo dedicado aos trajetos ao sábado, ainda que menos do que se poderia esperar.

O sábado e o domingo proporcionam a possibilidade de disfrutar de deslocações no carro da família bem como a oportunidade de o fazer com outros membros da família. O tempo médio dedicado a transporte por causas domésticas ao sábado é semelhante ao dos dias de trabalho, mas distribui-se por homens e mulheres de modo mais semelhante. Os menores de vinte e quatro anos aumentam alguns minutos o tempo médio dedicado ao sábado, tanto nos homens como no caso das mulheres. Ao contrário, os restantes grupos etários diminuem o tempo dedicado a deslocações. Uma vez que em muitos empregos não se trabalha ao sábado, a estabilidade e a quantidade de tempo de deslocação deve-se a atividades de lazer e as relacionadas com atividades familiares. Junto dos homens ocorre uma diminuição, mas entre as mulheres sucede o contrário: todas aumentam o tempo dedicado a deslocações não relacionadas com o trabalho doméstico, seja qual for a situação familiar: as casadas, as separadas, as divorciadas, as viúvas.

Ao tempo dedicado às deslocações por razões de trabalho e de lazer há que, obviamente, acrescentar o tempo para deslocações que impliquem execução de tarefas domésticas. Nos dias de trabalho, segundo o INE, dedica-se um terço de uma hora. Aos homens corresponde um quarto de hora, e para as mulheres, cerca de meia hora. Aos sábados reduz-se bastante esta média, por parte das mulheres. E aos domingos ainda mais: dedicando-lhe apenas uns sete minutos. No entanto, os homens gastam, em média, aos sábados e domingos, um pouco mais de tempo que as mulheres, já que os que vivem sozinhos e trabalham durante a semana, preferem guardar certos assuntos para resolver ao fim de semana; os outros conduzem frequentemente a família nas deslocações que esta faz, colocando-se ao serviço das atividades

domésticas que requerem carro, como as compras nas grandes superfícies comerciais.

FILAS, LISTA DE ESPERA E OUTROS BURACOS PELOS QUAIS O TEMPO SE ESCOA

“Segundo o Departamento de Transportes do Reino Unido, o valor médio de cada hora perdida em atrasos por condutor de automóveis é de vinte e seis libras (uns trinta e oito euros); um passageiro dum veículo privado, dezanove libras; passageiros de comboio, trinta e sete; passageiros de metro, trinta e seis; ciclistas, dezassete; e caminhantes a pé, vinte e sete”⁶².

Pelas filas e pelos engarrafamentos pagamos todos um altíssimo preço, e nem sempre temos consciência de quanto nos custa esta má gestão. O problema aparece em todos os âmbitos da vida quotidiana através da burocracia, mas é especialmente conflituoso nas relações que estabelecemos com as entidades que têm um enorme poder face ao cidadão individual, que não se pode ignorar, tanto nas grandes empresas como na Administração Pública. Há uns anos foram famosas as filas na antiga União Soviética. Os cidadãos faziam longas filas diante de diversas portas e pelos mais variados motivos, parecendo querer formar parte da paisagem.

Em Espanha, as filas popularizadas pelos meios de comunicação, em anos recentes, são as dos guichets para atribuição de vistos e outros trâmites relativos a imigrantes, mas também não são pequenas as que se formam para obtenção de passaportes ou na Segurança Social. Há filas que são habituais e refletem, evidentemente, uma dotação escassa ou uma ineficiência do modo de gerir os serviços; mas também há filas que aparecem de modo conjuntural, em épocas em que a procura dos serviços aumenta exponencialmente relativamente à procura que habitualmente têm. De certo modo é uma justificação, mas não devia sê-lo, uma vez que é previsível que estes picos de procura ocorram.

As filas têm uma imagem física e presencial, mas há outras filas não presenciais como as listas de espera ou as demoras na obtenção de respostas a solicitações. Seria pouco realista e injusto não reconhecer que, em Espanha, a gestão do tempo tem melhorado muito, sendo rara a empresa ou centro público que não dispõe de alguns pequenos aparatos para distribuir mais eficazmente as filas e para anunciar, através de monitores, a posição

⁶² Departamento de Transportes do Reino Unido.

em que está disponível o serviço, para que aqueles que esperam possam também fazer as suas previsões relativamente ao tempo que ainda terão de esperar.

Contudo, mais caras que as demoras nos guichets são as associadas a trâmites legais, que alcançam a classificação de pesadelo, sempre que intervêm vários organismos públicos ou de administração territorial, onde cada um defende os seus critérios, as suas normas e, em suma, as suas quotas de poder. Recentemente estive nas filas do IRPF na Agência, nas filas de ambulatório da Segurança Social e aguardei pelas demoras na concessão de autorizações de alvará para pequenas obras em prédios urbanos. Também me coube aguentar as demoras para a instalação de ADSL e para cancelar um telemóvel. Por sorte, não sofri pessoalmente pelo atraso enorme e injusto que acarreta a lentidão da Administração da Justiça, e cruzo os dedos para que não tenha que passar por isso. Além de cruzar os dedos, queria por em prática o velho conselho de «a Deus rogar e com um cacete dar» e juntar-me a um movimento de cidadãos que trate de reconquistar o tempo perdido nestas mil servidões quotidianas. Guichet único, responsabilidade com rosto e provedor do utente. Por algum lado se tem de começar.

O engarrafamento mais monumental que sofri na minha vida foi na véspera do Dia de La Almudena, em novembro, tentando chegar à urbanização onde vivia nos arredores de Madrid, na direção Oeste. Os engarrafamentos perseguiam-me, fosse por onde fosse; o motorista de táxi fazia todo o possível para os evitar, quando os via à distância, mas acabávamos sempre em becos sem saída, cada vez mais complicados. Quando já tinha perdido a ligação com o autocarro da minha localidade, pedi-lhe que tentássemos chegar à Praça de Espanha, dando uma volta pela estrada que segue junto ao complexo desportivo da Cidade Universitária, perto de Manzanares. Esperava que estivesse mais livre, mas continuámos a encontrar mais e mais engarrafamentos. O autocarro também não chegou, porque estava preso no tráfego, e mesmo tendo saído do escritório a meio da tarde acabei por chegar a casa de madrugada.

Sem chegar a este extremo, perdemos tempo todos os dias nos pequenos ou grandes congestionamentos. Pondo de lado o facto de os filhos estarem crescidos, que foi decisivo, a minha determinação de voltar a Madrid, abandonando uma casa muito agradável na periferia, com boa vizinhança, espaço e muitas outras qualidades, deveu-se à escassez de meios de transporte público. Há pessoas que desfrutam do facto de conduzirem, mas eu não gosto e prefiro aproveitar o tempo das deslocações para fazer outras coisas, como ler o jornal. De onde vivia antes, para chegar a Madrid tinha

de apanhar o autocarro do próprio condomínio, que era agradável e quase familiar, mas pouco frequente. Demorava meia hora até à Praça de Espanha onde apanhava outro autocarro até à Porta de Alcalá, apanhando um terceiro autocarro para subir a Velásquez até à Joaquín Costa. Alternativas também não evitavam os transbordos e, irremediavelmente, gastava uma hora e meia pela manhã e outro tanto à tarde. Quando perdia o autocarro do condomínio, o seguinte demorava mais uma hora e, em alguns casos, até duas horas e meia.

Lembro com horror os telefonemas para o escritório, quando estava prestes a sair, porque uma demora de cinco minutos significava perder o autocarro e ter de esperar pelo seguinte em qualquer uma das cafetarias próximas. Também me lembro, aliviada, de me ter livrado deles, dos momentos em que o autocarro avançava lentamente Gran Vía acima, tropeçando, com as paragens, em cada semáforo. Dava-me um nó no estômago enquanto olhava nervosamente para o relógio pensando: “Ainda chego a tempo”. Se cruzássemos vários semáforos sem parar, desaparecia o nó, mas geralmente na zona de Red de San Luís, no cruzamento com Montera e Hortaleza, convergia uma multidão de carros das laterais, que têm prioridade, e na proximidade da Sepu voltavam os congestionamentos que tornavam o trânsito muito lento. A partir da última paragem na Gran Vía até à Praça de Espanha vi muitas vezes a traseira do autocarro interurbano a virar à esquerda até à encosta de São Vicente, sentindo a desolação de ter perdido o meu escasso tempo.

Agora vivo em Madrid, num espaço muito bem localizado e com todos os serviços básicos à distância de uma caminhada. Nem um só dia lamentei a perda da casa agradável na velha periferia. Ao menos agora, as duas ou três horas diárias que ganho de tempo pesam mais na balança que o ar sujo, a manhã sem pássaros e o barulho constante do trânsito. Mas digo *por agora*, porque ainda estou em lua de mel com as vantagens do centro. No futuro veremos.

FÉRIAS SEM RELÓGIO

Ao contrário dos tempos rígidos dos dias de trabalho, os feriados e os dias de férias são tempos sem relógio. Tempos em que se tem mais liberdade para decidir o momento certo para realizar atividades bem como para subverter os horários habituais das refeições e das saídas. Uma das férias mais agradáveis de toda a minha vida foi uma semana que passámos num pequeno hotelzinho na Foz (Lugo), sem nada para fazer, sem nenhum

compromisso social ou familiar para cumprir. Foram férias sem relógio e sem chaves. Contudo, mesmo nos feriados ou nas férias, o relógio e a estruturação do tempo exigem mais comprometimento do que inicialmente poderíamos pensar. Num país com tão escassa admiração pela pontualidade, algumas festividades têm fama de ser muito pontuais: por exemplo, as corridas de toiros começam sempre com uma requintada sujeição à hora fixada. Também são características dos dias festivos as celebrações religiosas que, além de serem pontuais servem ou, pelo menos, têm servido para organizar os horários de domingo.

O contrário das férias sem relógio que acabo de descrever, são outras em que o horário e as atividades assumem tal ritmo que requerem mais energia e precisão do que os tempos habituais dedicados ao emprego. O filme *Si hoy es martes, esto es Bélgica* parodiava com muito humor este novo tipo de férias em que mal terminam uma visita os viajantes são forçados a subir para o autocarro ou a apanhar o avião em busca de uma nova experiência. Como diz o título do filme, basta uma consulta ao calendário ou ao programa para permitir saber o lugar que se está a visitar.

A duração das férias depende da capacidade de produzir excedentes no tempo de trabalho. Somente quando o excedente é alto se pode retirar tempo e recursos para pagar o tempo de não trabalho, de feriado escolar ou de férias. E mais ainda, é necessário prever deslocações para fora do lugar de residência habitual. O desenvolvimento de novas formas de transportes tem mudado o estilo das férias. Há somente cinquenta anos a Espanha possuía uma pequena frota de veículos, as estradas eram más, portanto, as deslocações tinham de render mais com temporadas mais longas. Logo, era comum o verão em família e as deslocações em grupo, com famílias muito mais numerosas e com maior número de crianças do que agora.

Das férias de três meses, que de qualquer forma só foram típicas para uma pequena parcela da população, restou somente a recordação. São comuns para os estudantes, mas cada vez há menos pessoas adultas que possam usufruir mais de um mês de férias.

A diferença entre hoje e ontem está tanto nas férias dos homens, como das mulheres. Com uma proporção crescente de mães de família incorporadas no mercado de trabalho, a distorção entre o tempo de férias dos filhos e das mães é resolvida pelo mínimo denominador comum, isto é, pelo lado mais curto. Ainda não foi encontrada uma solução satisfatória para a disparidade entre o calendário das crianças e dos adultos. A tendência é a redução do tempo

de férias das crianças, ou, ao menos, a sua dedicação a atividades reguladas, proporcionadas pelo próprio sistema educacional ou pela administração pública para mitigar os efeitos do desencontro de calendário entre as duas gerações.

As instituições privadas têm descoberto um filão na oferta de serviços educacionais e de lazer que resolvam esta zona mal coberta pelo encerramento dos colégios e dos centros educacionais. Alguns pais utilizam a fórmula de férias em épocas separadas para cobrirem as longas férias dos seus filhos, mas esta solução tem muitos custos para o deleite das férias da família. Como tantas outras coisas, a geração anterior, e especialmente as avós, tem um papel decisivo nas famílias de classe média e de orçamentos baixos que não querem deixar os filhos sozinhos em casa, ou a brincar na rua, enquanto os pais cumprem o seu horário de trabalho e também não podem pagar acampamentos, escolas de campo ou cursos de idiomas no exterior. Em Espanha não é formalmente proibido, mas em muitos países é crime deixar crianças menores de doze anos sozinhas em casa. Os vizinhos, os irmãos maiores, os familiares e amigos de todo o tipo contribuem para resolver o problema, e os centros escolares também ajudam frequentemente, oferecendo atividades que, na verdade, prolongam o calendário escolar, ainda que sejam mais lúdicas do que educativas.

O que parece ser a tendência do lazer e descanso, em Espanha, é a segunda casa, como opção residencial mais agradável do que a morada principal para a época de férias. Mas, nestes casos, a segunda morada tem que estar suficientemente perto da casa principal para ser compatível com a continuação das atividades laborais do pai ou da mãe. Esta vertente de aproveitamento da segunda morada tem mais importância económica do que parece, porque influi no desenvolvimento urbanístico da periferia das grandes cidades.

Em relação ao modo de distribuir os dias de férias, a tendência atual é o fracionamento, sem sequer usufruir, de modo seguido, dos trinta dias de descanso anual que o Código do Trabalho prevê. É cada vez mais frequente que os alugueres das casas de férias sejam feitos por quinzenas, ou mesmo por semanas. Ainda que o verão continue a ser a época de máxima utilização do tempo de descanso, os períodos em que é possível usufruir de férias estão a ampliar-se e a expandir-se em muitos locais de trabalho, o que permite aos seus empregados dividi-las e usar a primeira quinzena de janeiro para desfrutar das férias que não tinham sido gozadas no ano anterior. A reserva de alguns dias para as férias no inverno, primavera ou outono passou a ser

uma prática habitual, que no caso dos funcionários foi institucionalizada pelos famosos dias de férias extra chamados “moscosos” em honra do ministro que legalizou a prática dos dias para resolver assuntos particulares.

Restam poucos Rodriguez, esta personagem que, por ter de permanecer no seu emprego enquanto a família estava de férias a viajar, assumia uns hábitos aos quais não estava acostumado, e se protegia da curiosidade alheia sob o anonimato de um nome tão comum. Não há outra figura popular equiparável, mas, atualmente, os novos estilos de férias também produzem situações e personagens novas. Agora são os turistas estrangeiros, os que percorrem a pé o Caminho de Santiago, os surfistas com as suas pranchas grandes e os aposentados do Imerso que dão cor à paisagem e comprovam os novos tempos. Além disso, têm os reféns das companhias aéreas, claro.

São novidade as férias com os filhos anteriores do cônjuge, nas famílias reconstituídas por um segundo matrimónio, e as dificuldades para adequar horários e os tipos de férias entre casais que se formaram em idades maduras e que possuem uma longa história de hábitos de responsabilidades familiares com as suas respetivas famílias prévias. Pela dificuldade de combinar os horários e preferências, as férias extensas para o conjunto das famílias são cada vez mais raras. Uma casa de férias comum não significa o mesmo que desfrutar das férias em família; está mais próxima de uma oferta de um cheque hotel do que de férias realmente partilhadas; geralmente é apenas o lugar onde se dorme ou que serve de apoio às férias aparte, especialmente entre os filhos jovens que planificam as suas próprias férias, mas intercalam uns dias, no começo ou no final, no lugar onde estão os pais.

O GRANDE ENGARRAFAMENTO DA QUARTA-FEIRA SANTA

Se o grande congestionamento da quarta-feira Santa me interessa, não é somente porque ilustra o problema da coincidência de preferências de datas fixas, mas porque a quarta-feira precede, inevitavelmente, a quinta-feira; e na quinta-feira Santa celebra-se, na fronteira com Portugal, a 325 quilómetros de Madrid, uma bela e familiar festa que não quero perder. Neste dia juntamos entre oitenta a noventa membros da família Duranes, num prado de Villamiel, próximo do povoado onde os meus avós viveram durante anos. Na primavera a Serra Gata é de uma formosura de riachos e erva crescida, e para ali vão familiares dos quatro cantos de Espanha e alguns até do exterior, a fim de visitar os descendentes do meu avô. Cada qual leva um cesto e uma toalha, estendida sobre o solo ou sobre as rochas, e toda a gente

partilha o que houver. Alguns primos e irmãos, habitualmente distantes fruto dos seus vínculos laborais, veem-se apenas nesta data.

O valor que damos à romaria familiar é proporcional ao medo da estrada durante a semana santa. Entre Madrid e o prado de Villamiel são mais de trezentos quilómetros mas não é menos do que têm de percorrer os que vêm de Gijón, Barcelona, Orense ou Cartagena. A tensão e o risco da estrada são maiores para os que são obrigados a trabalhar até quarta-feira, mas todos têm a estrada em mente enquanto esperamos que o mais atrasado chegue. Quando passa a magia do encontro anual de gerações, começa a ganhar corpo a apreensão da volta, o temor da caravana de automóveis ancorados pela estrada. É a espada de Démoles, imprevisível, que pende uma lâmina finíssima sobre as nossas cabeças; e a razão por que muitos, ainda que quisessem ficar mais alguns dias de férias, apressam o seu regresso e entram na fila do caminho na tarde de sexta-feira ou no sábado pela manhã. Sem tempo para impregnar-se melhor do odor dos arbustos ou realmente descansar da viagem de ida, todos os anos se repete a debandada mais cedo e o lento retorno posterior. É um tributo que pagamos por coincidir no tempo e no espaço, e a nossa própria e indesejada contribuição para o grande congestionamento da quarta-feira santa e do domingo de Páscoa.

9. OS COMPRADORES DO TEMPO

QUATRO INQUÉRITOS PARA MEDIR O TRABALHO E UM CORAÇÃO PARA OS ENTENDER

Sobre nenhum outro tema há tanta informação, tantos dados, como sobre o trabalho⁶³. O trabalho foi esforço físico, mas hoje é, sobretudo, a cessão de tempo para transformar objetos e produzir serviços. Apenas uma pequena parte do trabalho, se por trabalho se entende o que diz o *Diccionario de Uso del Español*, de María Moliner, é trabalho remunerado; mas a confusão terminológica entre trabalho e emprego é de tal calibre que nem a própria Constituição se livra dele.

Trabalhadores são quase todos, mas uns fazem agora o trabalho de estudar e esperam cobra-lo mais tarde, quando se empregarem. Outros não conseguem que lhes comprem o seu tempo, e só quando tornam muito explícita a sua determinação de o vender é que lhes chamam desempregados; ao contrário, são trancados na cela dos inativos e fazem recair sobre eles este nome tão desagradável que cheira a vagabundagem e a falta de independência. Mais de metade do tempo de trabalho é dado, ou, para ser mais precisa, trocado a longo prazo.

Existe um mercado muito ativo de palavras que lutam para se impor umas às outras. Às vezes não dispomos das palavras adequadas, nem de força para as inventarmos. Sobre os nomes do trabalho ocupei-me já noutros escritos e não vou repetir-me; trarei apenas à colação que cada língua dá ao trabalho o nome que quer e pode. Assim, o nosso *trabajo* deriva, alterada a fonética e não apenas foneticamente, de uma espécie de potro de tortura com três patas a que os romanos chamavam *tripalium*. Os ingleses dão uma preciosa aceção ao vocábulo labor, utilizando-o também para nomear o trabalho sangrento, sujo, arriscado, doloroso, criativo e fundacional do parto.

Diante da superprodução de palavras, leis, números e teorias sobre o emprego, pouco sabemos sobre o que deveria importar-nos, que é o trabalho completo em todas as suas formas. Se pedir que os ministérios, as direções gerais e as confederações sindicais se ocupem de todo o trabalho e de todos os

⁶³ Quero agradecer ao Instituto Nacional de Estadística a melhoria no acesso às suas fontes através da internet; aos meus colegas de Sociologia do Trabalho na Universidade Complutense de Madrid e da Universidade Autônoma de Barcelona, pelo seu constante estímulo e convite ao diálogo, ainda que não os cite individualmente, estas páginas devem muito aos seminários em que participei em ambas as universidades.

trabalhadores é demasiado, podiam, ao menos, reduzir o alcance das suas representações terminológicas, chamando-se simplesmente ministérios, confederações sindicais, ou o que quer que seja, do emprego. Seria bom que a iniciativa para a integração de todos os trabalhadores no mercado partisse de si mesmos e as fronteiras fossem alargadas em lugar de empurrar os excluídos para fora dos seus domínios, em busca das suas próprias fronteiras. Melhor seria uma única teoria, uma única organização, uma única luta, do que várias frentes diferentes e antagónicas.

Dito isto, quero ressaltar que o emprego é muito importante. Aquele que tem emprego não somente se emprega por si e para si (ainda que assim seja às vezes), mas também se emprega através dos outros (os que pagam a sua formação ou as suas viagens ao estrangeiro) e para os outros (os que o esperam em casa, os que recebem serviços públicos ou pensões graças ao excedente que o seu emprego produz). Ainda que o trabalho pareça uma condenação divina e o suor da testa acompanhe a perda do Paraíso, Adão fez-se homem a trabalhar. O *Homo faber* e o *Homo sapiens* percorreram juntos os caminhos a partir das longínquas margens da nossa Eva mitocondrial. O trabalho criou as ideias, a técnica e a organização social; e pelo trabalho e pelos meios de o aplicar (a terra, o capital, as ideias) se produziram conflitos e alianças planetárias.

Dizia que há mais dados sobre emprego que sobre nenhuma outra coisa, e assim é porque o trabalho se vende no mercado e todos necessitamos de conhecer o número e o tipo de vendedores de tempo, como o número e as qualidades daqueles que o compram. As estatísticas são o seu espelho e, como todos os espelhos, é necessário ter cuidados na sua colocação pois se se corta metade não nos veremos de corpo inteiro. Como árbitros ou homens bons, inventaram-se os juízes do trabalho, os inspetores, os técnicos em gestão e um amplo “outros”, que ocupam um lugar quente à sombra dos que recebem o seu salário e o relativo resguardo do vaivém das ondas de mercado. Vaivém relativo porque a Administração Pública não deixa de ser mercado, por muito que se reja por regras formais de acesso ou garanta o salário até limites impensáveis para outros assalariados.

Digo no título que esta epígrafe discorre sobre inquéritos, e é verdade. Para medir o tempo de emprego vendido dispomos de muitos e bons inquéritos, que medem o esforço produtivo externamente. Não vou observá-las todas, apenas as principais. Nas próximas páginas analisarei os resultados mais interessantes do Inquérito à População Ativa (*EPA –Encuesta de Población Activa*), tesouro informativo que ultimamente acompanha com presentes

extra a dádiva da sua publicação, destacando-se com “módulos especiais” sobre temas monográficos que o inquérito habitual não poderia incorporar. Revisitarei também os dados do Phogue, um inquérito de nome encriptado, como a maioria dos acrónimos em uso, um pouco eufónica pela impossibilidade de juntar um «p» com o «h» mudo que lhe sucede. Phogue apenas significa *Panel de Hogares de la Unión Europea*, e ainda que os últimos dados tenham sido lançados um pouco atrasados, tem a vantagem de permitir a análise das trajetórias, de ver o que acontece às pessoas concretas com o passar dos anos e não somente com os conjuntos, como ocorre no EPA. Outro inquérito mais pequeno, o do Uso do Tempo do Trabalho, pormenoriza alguns aspetos que nem o Phogue nem o EPA iluminam. E, finalmente, a estrela que inspirou este volume, o Inquérito aos Usos do Tempo (*EET – Encuesta de Empleo del Tiempo*), dedica muitas e interessantes questões tanto ao trabalho como ao emprego. Como sucede com as estrelas, a luz do EET ficou um pouco empalidecida na constelação laboral do INE (Instituto Nacional de Estatística) e não é o único astro que resplandece na manhã de informação estatística. Apesar de ocupar o segundo posto, logo após o EPA, o Inquérito aos Usos do Tempo possui um papel muito discreto mas não o podemos ignorar. Ficar-me-ei por aqui e não procurarei outras fontes nesta ocasião. Comparadas com tantas brilhantes *primas donnas*, os outros inquéritos menores e exploratórios não têm nada a acrescentar. Mais do que estrelas, pareciam uma dessas lanternas que nos salvam do apuro quando ocorrem apagões à noite, mas são esquecidas em qualquer canto quando restabelecem a corrente elétrica ou o sol nasce.

Com os quatro inquéritos mede-se muito bem, mas não se entende. Os dados por si só não explicam; apenas dão precisão ao que já foi interpretado ou, na melhor das hipóteses, deixam para trás explicações insuficientes e forçam a busca de ideias novas. Propositadamente, não usei as palavras que se esperaria que acompanhassem o verbo *entender*. Não queria juntar ao entender o trabalho com novas e mais elaboradas palavras, como *interpretação* ou *análise*, nem localizá-lo corporalmente através da metáfora da cabeça ou dos pés frios. O trabalho entende-se com o coração e, com o coração, mais do que com o estômago, se decide. É assim que se projeta o trabalho de amanhã, a partir do de hoje. E com o coração – o que não quer dizer sem a cabeça – se resiste a jornadas longas e à falta de jornadas. Com o coração apertado se recebe o anúncio de despedimento e o mesmo coração alvoraçado transmite, a cada poro, a alegria pelo culminar e o êxito dum trabalho.

OS COMPRADORES DE TEMPO

O Inquérito da População Ativa é um filão de notícias que se abre em cada três meses. Com uma larga continuidade (desde 1964), e com uma base de amostragem de fazer inveja a todos os investigadores que, por razões orçamentais, têm que se contentar com amostras esqueléticas, oferece informação muito ampla sobre uma infinidade de temas laborais⁶⁴. Para levá-la por diante é necessária a colaboração estatística de 65.000 famílias, que oferecem dados sobre os membros maiores de dezasseis anos de cada agregado familiar. Na prática, das 65.000 famílias com que teoricamente conta o estudo produz-se uma redução a 60.000, mas isso não impede que continue a ser uma base de dados monumental.

Como o seu nome indica, o inquérito dirige-se à população ativa. A população ativa é a que tem emprego (ainda que seja parcial) e a que está à procura (ainda que se encontre desempregada). No segundo trimestre de 2006, que é a data mais recente com dados disponíveis por agora, a população ativa era formada por 21,5 milhões de pessoas, que são os vendedores potenciais do tempo. Desses, 19,6 milhões estão empregados e o resto está à espera de conseguir emprego, mas temporariamente excluídos.

Empresas e empresários não são o mesmo; o empresário é apenas o piloto da organização empresarial. O ciclo da vida das empresas e dos empresários também não coincide, necessariamente: às vezes são obras fugazes, criadas e desaparecidas com rapidez, mas, noutros casos, consolidam-se e sobrevivem durante gerações à morte ou mudança de dono. Para os empresários, é essencial a visão do porvir, a previsão do que vai acontecer ao seu redor e o que resulta da combinação de trabalho, produtos e capitais que coordenam. As suas atividades são orientadas a curto, médio e longo prazo e, se predominar um ou outro período de visão, assim serão afetadas as decisões. Segundo o EPA, os compradores de tempo são três milhões e meio, ainda que num sentido restrito somente os empregadores, cerca de um milhão de pessoas, comprem tempo alheio. Os outros definem-se mais por contraposição aos assalariados, que são os vendedores líquidos de tempo, do que pela sua capacidade de comprar tempo. De facto, a categoria ocupacional denomina-se “trabalhadores por conta própria” e, além dos já citados empregadores, inclui os empresários sem assalariados ou trabalhadores independentes, os membros de cooperativas e os que trabalham em negócios ou empreendimentos

⁶⁴ Veja-se a metodologia junto ao Instituto Nacional de Estatística, *Encuesta de Población Activa* (EPA), www.ine.es.

familiares sob a categoria de *ajudas familiares*. Também a Administração Pública é uma grande compradora de tempo, que contrata 15% dos trabalhadores empregados. São trabalhadores com um nível de qualificação mais alto do que a média e, como acontece em todo o sector dos serviços, há mais mulheres do que homens.

Os compradores de tempo contratam apenas a quantidade de trabalho que consideram benéfica para a sua atividade, dentro das margens de flexibilidade que a lei lhes permite bem como a sua própria capacidade organizativa. Desde há vários anos, os compradores de tempo não encontram em Espanha todo o tempo de trabalho de que necessitam, e importam grande quantidade de outros países. São os imigrantes, chegados para responder a esta chamada silenciosa e raramente organizada. Sem que a natalidade tenha contribuído para isso, o Censo de 2005 põe a descoberto a existência de mais quatro milhões de residentes registados do que o Censo de 2001, um crescimento de 10% que é espetacular nas idades mais jovens e médias onde se concentram a maioria dos imigrantes.

O Inquérito da População Ativa é um teste político e, seja qual for o partido que governa, os seus resultados submetem-se a um escrutínio detalhado. Noutros temas, os resultados podem variar sem que as instituições políticas, económicas e sindicais se sintam julgadas; mas em temas laborais, não. Toda a gente quer que cresça o emprego. Ninguém quer o desemprego. Por este motivo, os resultados apresentam-se com uma celeridade e uma periodicidade impensáveis para outras fontes, e são acompanhados por indicadores comparativos relativos ao trimestre e ao ano anteriores. As notas de imprensa ocupam-se mais das análises conjunturais que estruturais.

Em comparação com a mesma data do ano anterior, este ano criaram-se 907.500 empregos; dito de outro modo, os compradores de tempo convenceram outras tantas pessoas para que lhes vendam o seu tempo. A taxa interanual de crescimento da ocupação mantém-se igual à do ano anterior, próxima dos 5% (4,9%).

Os vendedores de tempo podem fazê-lo diretamente a um empresário ou indiretamente a um comprador coletivo que o compra através dos seus produtos e serviços. Estes últimos são os trabalhadores autónomos e independentes. Durante o ano em curso, o que aumentou foi o número de assalariados, que cresceu inclusivamente mais do que o número de empregos (912.000). Isto significa que alguns empresários e trabalhadores autónomos têm deixado de vender o seu tempo aos clientes, de bom grado ou porque

não puderam manter-se, para o oferecer ao comprador em troca de um salário ou de outra forma de pagamento.

OS VENDEDORES DE TEMPO

*“Em média, cada trabalhador vende mil quinhentas e vinte e nove horas por ano aos vendedores de tempo”.*⁶⁵

O acordo entre compradores e vendedores de tempo raras vezes se produz de modo espontâneo; a relação entre uns e outros está mediatizada pelas suas respetivas organizações e pelas exigências legais a nível internacional, nacional, regional, sectorial e local. As convenções coletivas e os contratos individuais são a expressão concreta destas relações complexas.

Segundo o Inquérito dos Usos do Tempo do INE, um em cada dois homens e uma em cada três mulheres maiores de dezoito anos trabalham nos dias úteis. Para uma maior precisão, teríamos que dizer que são 55% dos homens e 31% das mulheres. Também teríamos de acrescentar o termo “profissionalmente”, para não cair no mesmo erro, tantas vezes relatado, de confundir trabalho e emprego.

À primeira vista, estes números colidem um pouco com os do Inquérito da População Ativa, onde se estima a taxa de atividade dos homens em dois terços. Ainda assim, não há contradição entre uma e outra; apenas se trata de diferentes índices que medem coisas diferentes. A taxa de atividade refere-se aos que trabalham ou procuram emprego, enquanto que, neste momento, me refiro ao trabalho efetivo. Além do mais, o Inquérito sobre o Uso do Tempo não mede a situação da pessoa por um longo período, nem como esta se define, mas sim o que a pessoa fez no dia anterior e em várias escalas ao longo do ano, que incluem os feriados e as férias. Em todo o caso, este é o resultado para os maiores de dezoito anos, mais baixo do que podemos imaginar para os homens da sociedade espanhola, já que quase empatam os que trabalham e os que não trabalham. São tão numerosos os que estão em estado pré ou pós mercado de trabalho, ou os que estão a descansar, como os que estão no momento de plena entrega de tempo ao mercado.

Por ano, a média de horas de trabalho contratadas de cada trabalhador é de 1 529, segundo a CNAE-93 (Classificação Nacional de Atividades), das quais 1 479 são efetivas. Segundo a COM-94 (específica do sector dos serviços),

⁶⁵ INE, Inquérito sobre o Tempo de Trabalho em Espanha 2000, fevereiro de 2003.

são 1 591 horas contratadas e 1 543 efetivas. Segundo o Inquérito sobre o Tempo de Trabalho do INE (informação publicada em 2003), o número de horas anuais não realizadas mas remuneradas, por trabalhador, é de 49,4%, sendo que a maioria corresponde a baixas por doença. A ausência laboral por maternidade equivale anualmente a 4,6 horas por trabalhador, incluindo os homens, enquanto para as horas contratadas, mas não trabalhadas ou remuneradas, a média anual é de 1,4 horas por trabalhador.

Entre os que têm emprego, a média de tempo dedicado nos dias úteis é de exatas oito horas, mas os homens dedicam 20% a mais de tempo (8,63 horas) do que as mulheres (6,27 horas). Nos sábados, a percentagem dos que trabalham reduz-se para metade, e nos domingos reduz-se para metade da média apurada aos sábados. Os números são diferentes, mas as proporções são iguais para homens e mulheres.

Se a proporção de empregados, à primeira vista, parece baixa, ao contrário, a proporção daqueles que trabalham ao domingo choca com a ideia que temos do domingo como um dia dedicado ao descanso. Evidentemente, são muitos os estabelecimentos e atividades que estão abertos ao domingo e necessitam de trabalhadores para os manter em funcionamento. Para isso é necessário que 15% dos homens e 8% das mulheres tenham um horário pouco usual e em contracorrente. Em alguns casos são turnos obrigatórios, impostos, rotativamente, pelo local de trabalho, mas noutros casos são desempenhados por pessoal autónomo, (uma boa parte na hotelaria e nos transportes) ou foram escolhidos voluntariamente pelos próprios trabalhadores, uma vez que essa opção vem acompanhada de outras recompensas.

A jornada daqueles que trabalham ao sábado é um pouco mais curta que nos dias úteis (7,11 horas para os homens e 6,49 para as mulheres), e, aos domingos diminui um pouco mais, mas ainda acima da jornada média (6,43 e 5,99, respetivamente). É possível trabalhar-se ou não fora do calendário semanal ordinário, mas esta variação não afeta muito a quantidade de tempo trabalhado.

A menos que se trabalhe com micro dados, como tem feito o CSIC para analisar a população maior de dezoito anos, os dados publicados do Inquérito sobre o Uso do Tempo do INE referem-se a toda a população maior de dez anos, o que pode dificultar a compreensão dos números disponíveis através da sua página na Internet. Não obstante, as tendências são vistas com clareza, porque todos os grupos são afetados da mesma maneira. Segundo esta fonte, a imensa maioria de tempo vendido ao mercado de trabalho

acontece no emprego principal. Apenas 0,8% do tempo vendido ao emprego vai parar a empregos secundários. Entre os ocupados com educação de nível universitário o perfil de emprego é mais complexo, proliferando mais a acumulação de empregos principais e secundários. Entre os homens há 10% nesta circunstância e 2% entre as mulheres. Isso não se deve somente ao tipo de trabalho que realizam, mas também ao sector para o qual o fazem. As jornadas médias são mais curtas no sector dos serviços, que concentra muitos universitários, do que na construção e na indústria; daí que os universitários tenham maior probabilidade de acrescentar alguma ocupação acessória à sua ocupação principal.

OS QUE NÃO CONSEGUEM VENDER O SEU TEMPO

O desemprego é uma palavra maldita na história do trabalho. Ainda hoje, mitigada pelos muitos avanços do Estado Social, a simples ameaça de desemprego levanta temores e ansiedade na população dos países desenvolvidos. Ainda está muito viva a memória de épocas em que quem não tinha outra coisa para vender, além da sua capacidade de trabalho, se via condenado à fome e a todo o tipo de sanções quando perdia o seu emprego. O desemprego está associado ao conflito social, à perda de raízes, ao sofrimento íntimo pessoal e, naturalmente, à distribuição inadequada dos bens de produção.

O desemprego significa o mesmo na Europa e em África ou na América Latina: nem se distribui de igual modo, nem possui a mesma incidência ou os mesmos efeitos. Contudo, apesar de tudo, continua a ser um problema e é, em Espanha, demasiado elevado. Para além dos recursos redistribuídos pelo Estado para sustentar os desempregados, a instituição que se ocupa basicamente de resolver este problema é a família, que redistribui internamente os recursos monetários e não monetários. O desemprego dos chefes de família (utilizo propositadamente este velho termo em desuso para sublinhar o efeito; de outro modo poderia passar despercebido, sob o eufemismo de «pessoa de referência») é somente 6%. Contudo, o dos seus cônjuges ou companheiros (na imensa maioria dos casos, as suas esposas) é de 8,73%, e dos seus filhos e/ou filhas de 14%. A EPA faz referência a outra categoria de desempregados residentes nos lares, qualificando-os como «outros parentes», cuja taxa de desemprego é intermédia entre a dos filhos e a do/a cônjuge. A não ser porque os dados o assinalam explicitamente, não nos recordaríamos que os lares oferecem muitas vezes refúgio a familiares que não têm casa própria e que permanecem temporariamente na casa dos irmãos, tios ou cunhados, enquanto procuram emprego.

Não é necessário muita imaginação, nem ter conhecido de perto, para prever como são as relações familiares, os apoios, os conflitos e as estratégias de sobrevivência nos lares em que o desempregado é o pai; ou quando é a mãe que decide sair da sua antiga condição de inativa à nova, mais militante e amarga, de desempregada. Ou como os planos de independência dos filhos e filhas retrocedem quando aceitam – às vezes, depois de temporadas de acesso ao emprego e independência espacial e económica, ou inclusive depois de uma época de independência familiar fraturada pelo divórcio – as regras frágeis e os disputados metros quadrados do lar paterno.

Uma condição fronteira entre desemprego e emprego que tem causado e continua a causar imensas polémicas é a do trabalho a tempo parcial. A maioria dos trabalhadores vende o seu tempo integralmente, acima de trinta horas por semana. Quase dezassete milhões de pessoas se encontram nesta situação. Mas há um grupo que não segue essa corrente (2.413.900 pessoas) e vende somente a metade do seu tempo. Neste grupo, as mulheres são quase três vezes mais numerosas do que os homens (1.888.600) e a pergunta a ser feita é se o fazem por vontade própria ou porque não têm outra opção.

Tradicionalmente, em Espanha, o trabalho a tempo parcial tem uma imagem muito negativa. Os sindicatos têm-se-lhe oposto de modo muito duro, com medo de enfraquecer o movimento dos trabalhadores, e os empresários também o têm rejeitado porque os custos fixos de tais empregados – quase o mesmo dos trabalhadores a tempo inteiro – na prática, encarece o preço/hora do assalariado.

Sem dúvida, o trabalho a tempo parcial arrasta expectativas negativas para o futuro do trabalhador, se este não fizer os seus descontos por inteiro para a segurança social, porque, a longo prazo, a sua participação será insuficiente e estará próximo da pobreza. Mas as alternativas não devem ser produzidas somente entre a jornada de trabalho a tempo parcial ou a tempo inteiro, mas também entre o desemprego e o trabalho a tempo parcial. Como em tantas outras situações, os mais prejudicados são os que têm menos possibilidade de se fazerem ouvir, e os desempregados, ou pior ainda, os inativos despedidos da sua função, não têm canais de expressão e pressão comparáveis aos que têm emprego.

Muitas mulheres preferem o emprego a tempo inteiro: mas também são muitas as que não têm outra possibilidade real para além do trabalho a tempo parcial, se quiserem conciliar o trabalho e a família. Noutros países, são as mulheres as principais defensoras do trabalho a tempo parcial, com

todos os seus inconvenientes mas também com as suas vantagens. E se os países que têm taxas de incorporação das mulheres ao emprego muito mais altas que nós defendem esta fórmula, provavelmente vale a pena não a demonizar excessivamente e ver o modo como podemos implantá-la causando o menor prejuízo possível.

O emprego a tempo parcial também se perfila como uma nova fórmula para as aposentações tardias e progressivas, permitindo a continuação no mercado de trabalho dos maiores de sessenta e cinco anos.

Por agora ficam os números para análise: há dois milhões de trabalhadores que, por razões diversas, vendem somente metade do seu tempo. E, entre eles, as mulheres são três vezes mais numerosas do que os homens. A tendência sublinha ainda que esta variedade de dedicação profissional está a aumentar.

VARIAÇÕES SOBRE O TEMPO DE TRABALHO: TURNO, HORÁRIOS E TEMPORÁRIOS

“Há 1.506.900 homens e 1.035.000 mulheres que trabalham por turnos. Entre eles, 278.000 trabalham por turnos sete dias na semana.”⁶⁶

Temos geralmente a ideia de que cada posto de trabalho está ocupado por um único trabalhador que se dedica a esse emprego em trabalho a tempo inteiro, mas a realidade é bem mais complexa. Desde o século XIX, o trabalho por turnos começou a implantar-se na indústria com a finalidade de aumentar a produtividade das máquinas e das instalações. No século XX, o aumento geral da produtividade no trabalho permitiu reduzir consideravelmente a jornada de trabalho mas, ao mesmo tempo, fez aumentar as expectativas sobre a disponibilidade contínua dos serviços. Não somente diários, mas também noturnos, e não apenas nos dias úteis, mas também nas férias e nos dias feriados. Também tornou possível o trabalho à distância ou teletrabalho, teoricamente mais flexível, mas, na prática, mais longo que os horários convencionais.⁶⁷

A maioria dos trabalhadores vende a sua disponibilidade de tempo por unidades mensais, mas existem outras periodicidades: semanais, diárias,

⁶⁶ Instituto Nacional de Estatística, Módulo Especial 2004 sobre Organização e Duração da Jornada de Trabalho, Inquérito à População Ativa.

⁶⁷ Bárbara Steward, “*Changing times: the meaning, measurement and use of time of teleworkers*”, *Time and Society*, 9 (1 – 111 – 2000), págs. 57-74.

por horas e inclusivamente por unidades menores. A fórmula de trabalho por peças ou empreitada não é habitual entre os que trabalham para terceiros. Na prática, há pressões para converter em independentes e autónomos os trabalhadores que prefeririam ser assalariados e que trabalham apenas para uma empresa ou instituição. Deste modo, a instituição tem menos responsabilidades, que são transferidas diretamente para o trabalhador. Outra variedade de tempo de trabalho é a sazonal ou descontínua.

A maioria dos assalariados que trabalham por turnos tem um turno fixo, sem variação de horários. Os turnos são frequentes nos estabelecimentos com grande disponibilidade horária ao público, como as unidades hospitalares e hoteleiras, que começam cedo e acabam tarde. A proporção de mulheres entre os trabalhadores que trabalham por turnos é bastante elevada, quase metade (41%). Há turnos matutinos, vespertinos e noturnos, assim como jornadas de segunda a sexta-feira, de segunda a domingo, para além de outras formas menos usuais.

Os protestos pelo efeito desestabilizador dos turnos rotativos, ainda que não sobre os fixos, têm sido tradicionais entre os assalariados, especificamente pelo efeito nas relações familiares e sobre o sono. Tais turnos são frequentemente desempenhados pelos trabalhadores mais jovens, pelos menos antigos ou que não foram promovidos na escala interna da instituição ou da empresa. Em muitos países, as mulheres estão proibidas pela legislação laboral de trabalhar nos turnos da noite, assim como os aprendizes. Embora hoje não tenham o mesmo significado que noutras épocas, a questão dos acessos e transportes continua a gerar conflitos. E, inclusivamente, há trabalhadores que preferem estes turnos porque geralmente são mais bem pagos, já que obtêm o mesmo salário por menos tempo, libertando maior quantidade de tempo diurno para outras atividades.⁶⁸

A organização do tempo de trabalho afeta a qualidade de vida. Em 90% dos casos, o trabalhador tem horários fixos de entrada e de saída. Os trabalhadores assalariados sofrem mais restrições neste sentido que os independentes e os empresários. Na indústria, na construção e no artesanato, os horários são mais rígidos que nos serviços e nas forças armadas, mas em todas as partes os postos de maior nível toleram menor rigidez horária, ainda que mais dedicação de horas. Assim, abaixo dos empresários, mas próximos deles neste aspeto, os gestores, profissionais e técnicos independentes usufruem

⁶⁸ A simultaneidade é uma dimensão interessante da organização temporal, realçada pelo e-mail e pelos acontecimentos passíveis de serem televisionados.

de relativa autonomia. Por outro lado, os empregados administrativos têm uma proporção de horários fixos (94%) quase igual à dos operários qualificados. As mulheres têm menos flexibilidade laboral do que os homens porque entre elas há uma proporção menor de empresárias, gestoras e profissionais independentes.

Os trabalhadores podem influir indiretamente na organização dos horários através das organizações sindicais, da legislação e da opinião pública. Mas, individualmente, têm muito pouca liberdade para decidir a sua jornada de trabalho e o seu horário. Em 95% dos casos é o empresário ou o local de trabalho quem fixa os horários. Nos restantes 5% o interessado fixa-o por mútuo acordo com o empresário. Finalmente, há um pequeno grupo de assalariados (184.000) que decidem por si mesmos os seus horários, apesar da sua condição de assalariados.

Para o futuro, as tendências não são claras. Por um lado, são constantes as campanhas para que sejam proibidas as jornadas de tarde-noite, que em Espanha são mais frequentes do que nos outros países. Com estas medidas horárias, das quais o seu porta-voz em Espanha é Ignacio Buqueras, tenta-se racionalizar a organização temporal das instituições, suprimir tempos mortos e, em geral, aumentar a produtividade no emprego. Além disso, espera-se que estas medidas favoreçam a conciliação entre a vida familiar e profissional para todos, especialmente para as mulheres.

É certo que convém racionalizar os horários e suprimir pausas e tempos mortos, mas as vantagens de horários amplos e flexíveis são dignas de ter em conta. Todos os serviços relacionados com o emprego (transporte, comunicações, restauração, etc) entrariam em colapso se os horários de pico atuais duplicassem de intensidade. O espaço disponível na rua, nos pátios e/ ou nas restantes zonas comuns, tornar-se-ia insuficiente durante algumas horas, para mais tarde ficar vazio e parecer excessivo, a que se sucederiam os problemas de encarecimento e de insegurança, tão claramente perceptíveis nas *down town*, o centro das cidades americanas.

Há uma crescente insistência para que os centros comerciais continuem abertos em horários mais convenientes a novos clientes, que não podem visitá-los nos horários convencionais. O mesmo acontece com sectores em expansão, como as atividades educativas, de lazer e transporte, cujos horários não podem ser estendidos, a menos que haja trabalhadores dispostos a trabalhar após o horário normal. Quanto às mulheres, a conclusão prematura da jornada é, sem dúvida, uma vantagem, mas trata-se também de uma

possibilidade de recuperar horas não trabalhadas durante a semana ou no mês anterior, utilizando a faixa horária fora dos horários habituais.

Tão ou mais importante do que a organização quotidiana do tempo de trabalho é a sua estabilidade ou temporalidade. A taxa de trabalho temporário é de um terço de todos os assalariados e concentra-se nos jovens que entraram para o mercado de trabalho com novos critérios de flexibilidade e de eficiência.⁶⁹ O *emprego para toda a vida* é cada vez mais uma lembrança do passado, mantida, sobretudo, pelos funcionários. E, mesmo para este sector especialmente estável começam, inclusivamente, a surgir propostas de maior flexibilização nos postos de trabalho. Por agora não se vislumbra a perda de emprego, mas sim do destino. Esta situação, que muitos autores têm descrito nos outros países europeus, entra em conflito com os resultados de um estudo recentemente publicado por K. Doogan, no qual a evidência estatística mostra o crescimento do emprego de longa duração.⁷⁰

Sem dúvida, a maioria dos trabalhadores prefere um trabalho fixo porque lhe dá estabilidade nas suas restantes atividades vitais. A estabilidade tem sido um dos temas recorrentes da contestação social em França e noutros países, mas não se trata de uma opção precisa e sem nuances. Durante os anos em que era quase impossível efetuar demissões em Espanha, as taxas de criação de emprego eram baixas; e alguns países com legislação muito favorável ao trabalho temporário, onde na prática se garante aos compradores de tempo que somente comprarão o tipo e a quantidade que considerem oportunas, a taxa de desemprego é mínima, limitando-se ao chamado “desemprego rotacional”, necessário para que se produzam ajustes sem fricção por ambas as partes. O que a nível individual parece uma grande ameaça (o despedimento) pode tornar-se algo muito mais positivo no nível macroeconómico e, conseqüentemente, social, já que aumenta o emprego.

Se para todos é importante ter trabalho estável, para as mulheres é ainda mais importante do que para os homens, especialmente as jovens que querem conciliá-lo com a maternidade. Mas a proteção de algumas (as que já têm emprego e estão protegidas pela lei ou por convenções) tem jogado, frequentemente, uma influência negativa sobre as outras. Se os compradores de tempo calculam que as mulheres lhes saem mais caras ou lhes geram mais problemas, não as contratam. Daí o delicado equilíbrio das medidas que

⁶⁹ Depois de escrever estas páginas foi publicado a EPA relativa ao 2.º trimestre de 2005; a taxa de trabalho temporário continua a crescer e atingiu os 34,39%.

⁷⁰ Kevin Doogan, “*Long-term employment and the restructuring of the labour market in Europe*”, *Time and Society*, 1 – 111 – 2005; 14; 65-87.

favorecem o emprego feminino, que devem ter em conta, simultaneamente, os vários efeitos de sinais opostos.

Em qualquer caso, não podem minimizar-se as consequências do trabalho temporário sobre a qualidade de vida, e que se mais de um terço dos assalariados se encontra nesta situação isso indica uma mudança profunda nas regras do jogo. O emprego já não é um casamento com a empresa, mas, ainda que o fosse, os casamentos também deixaram de ser indissolúveis. A sociedade inteira tornou-se mais individualista e mais dinâmica, e as mudanças acontecem dentro das famílias, das classes sociais e territorialmente. Como não poderia ser de outra forma, também têm ocorrido mudanças nas relações de trabalho. Ainda que a taxa de desemprego em Espanha seja alta, em comparação com a média europeia, o pior dado do nosso mercado de trabalho não é o desemprego, mas a taxa de atividade, que alcança somente 58%. A dos homens não pode subir muito, mas a das mulheres é excessivamente baixa: 47,47%. No ano anterior, 744.200 pessoas tornaram-se ativas, e a maioria delas, 6 em cada dez, são mulheres. Isto indica o crescimento, lento, mas constante, da taxa de atividade feminina. Mesmo assim, as mulheres jovens que lutam sem êxito (com desemprego, subemprego e más condições de trabalho) por um posto de trabalho e, finalmente, deixam de fazer parte do grupo de desempregados, não se refletem nos índices de desemprego, mas nos de inatividade. Há inativos convictos, mas também muitos são resignados que atiraram a toalha, especialmente entre as mulheres. E isso continua a acontecer nos nossos dias, apesar de que nunca houve tantos jovens qualificados.

MUDANÇAS DE EMPREGO AO LONGO DA VIDA

“A idade média de aposentação é de sessenta e três anos. Dois em cada três trabalhadores aposentam-se antes dos sessenta e cinco anos.”⁷¹

Não se é ativo a vida inteira. Há idades em que o trabalho é proibido (antes dos dezasseis anos) e idades em que a maioria dos ativos deixa o seu emprego de forma voluntária ou forçada (depois dos sessenta e cinco anos).

Mesmo nas idades potencialmente ativas, muitas pessoas estão desempregadas porque não procuram ou não encontram emprego. A literatura sobre como o emprego constitui a identidade pessoal e a organização coletiva é bastante

⁷¹ Manuel Pimentel, “La edad de jubilación”, 8-X-2005, e “Nueva reforma de las pensiones”, 2-VI-2006, <http://blogs.periodistadigital.com/pimentel>.

rica, mas o que pretendo tratar agora não é o que consubstancia, o que se é por meio do trabalho, mas antes da perspectiva oposta. Como alguém se torna empregado e como deixa de sê-lo. A oportunidade para estas reflexões foi-me dada pelo *Panel Europeo de Hogares*, que permite comparar a situação dos trabalhadores nos anos de 1994 e 2001. Embora os números tenham mudado um pouco, a tendência continua a ser a mesma hoje em dia. Os principais resultados da comparação indicam o tipo de jornada e a condição dos ativos e inativos.

Atualmente, 10% dos trabalhadores têm jornada de trabalho parcial. Dos que agora trabalham a tempo inteiro há 8% que há sete anos trabalhava a tempo parcial e deixaram de dedicar poucas horas ao trabalho para passarem a dedicar-lhe muitas. No entanto, daqueles que agora trabalham a tempo parcial quase metade também o fazia em 1994. Isto revela bastante estabilidade na preferência pela jornada reduzida, e é interessante considerar as razões dessa estabilidade. Será porque essa é a melhor alternativa para o trabalhador? Ou será que uma vez iniciada a atividade reduzida, é difícil voltar ao trabalho a tempo inteiro? O quadro torna-se muito mais complexo se, além de compararmos os empregados atuais com os antigos empregados, compararmos também todas as situações laborais atuais com todas as situações laborais dos últimos sete anos.

Tomando como referência o momento atual, entre aqueles que hoje trabalham a tempo inteiro, há sete anos 19% estavam inativos. Havia também cerca de 14% de desempregados e uma pequena quantidade (2,6%) que desempenhava uma jornada de trabalho bastante reduzida; aqueles que provêm destas categorias são bem-sucedidos, pois conseguiram uma plena inserção no mercado de trabalho.

No entanto, entre aqueles que hoje desempenham jornadas de trabalho bastante reduzidas, a história laboral é muito diferente: tanto a proporção de desempregados quanto a de inativos já era o dobro entre aqueles que estão hoje incorporados no mercado de trabalho. Quanto aos que estão hoje inativos, três quartos já eram inativos há sete anos. A inatividade é uma situação em que muitas pessoas, especialmente as mulheres, passam a maior parte da sua vida, ou pelo menos tantos ou mais anos como ativas. A aposentação aos sessenta e cinco anos fixou-se na Europa nos anos quarenta, quando a esperança média de vida era de apenas cinquenta e cinco anos. No começo do século XXI, a esperança de vida aumentou quase vinte e cinco anos em relação a este período, mas a idade de aposentação não mudou, e inclusivamente muitos sectores económicos têm favorecido a aposentação antecipada,

tanto real quanto disfarçada por demissões improcedentes e negociadas. Naturalmente que os inquiridos não retratam a situação daqueles que não podem ser entrevistados porque morreram, e isso distorce um pouco o quadro; mas em relação aos que estão vivos e no momento da entrevista estão inativos, três quartos já eram inativos há sete anos atrás. Do restante, cerca de 17% eram ativos. Este número é quase igual ao daqueles que fizeram o caminho inverso, passando de inativos para ativos.

Um ciclo de trabalho médio, hoje, dura cerca de quarenta e dois anos, começando a trabalhar com vinte e dois e terminando com sessenta e três; sendo que cada sete anos amortizam um sexto da população ativa, o que coincide aproximadamente com a proporção indicada de novos inativos. Por fim, cerca de 8% dos atuais inativos estavam desempregados sete anos antes. Não é um número elevado, já que em 1994 a taxa média de desemprego era de 24% da população ativa. Se o valor fosse mais alto, seria possível concluir que o desemprego leva à inatividade, mas os dados não sustentam este argumento, e sim o contrário.

Dos atuais desempregados, 40% eram inativos. Não sabemos em que momento dos últimos sete anos os inativos se tornaram desempregados, mas pode ter sido recentemente. A passagem do tempo força parte da população a deixar o emprego e a aposentar-se, enquanto outros deixam a categoria de inativos para se tornarem desempregados ou empregados. Cerca de 40% de ex-inativos entre os atuais desempregados revelam uma mudança de atitudes, um aumento no desejo de trabalhar em relação a épocas anteriores, ao mesmo tempo que revelam um alto grau de dificuldade para consegui-lo. É evidente que o mercado tem dado emprego a muitas pessoas desempregadas e também tem incentivado muitos inativos a procurar emprego, sem poder satisfazer a todos simultaneamente.

O que este período ilustra pode continuar a acontecer no futuro, dado que há um grande conjunto de pessoas inativas, cada vez mais qualificadas e com atitudes mais favoráveis ao emprego, que podem deixar a sua condição de inativos e se entrarem no desemprego ou no subemprego como uma etapa inevitável no processo de integração plena ao mercado de trabalho. Simultaneamente, começaram as negociações para atrasar novamente a idade de aposentação, começando pela não obrigatoriedade de se aposentar aos sessenta e cinco anos para aqueles que pretendem prolongar o seu período ativo.

Por ter iniciado esta epígrafe referindo-me às relações entre identidade e trabalho, tenho de concluir referindo-me à escassa e bastante necessária

literatura sobre a relação entre o não trabalho, a identidade individual e as organizações sociais. E também devo salientar que não me refiro ao trabalho num sentido amplo, mas sim a essa forma particular que é o emprego.

Neste momento há cerca de quatro milhões de domicílios em que nenhum dos seus membros está ativo. Os aposentados vivem geralmente com outros aposentados, porque todos os membros do mesmo domicílio atravessam juntos o ciclo de vida. E se hoje são 3.794.100 os domicílios em que não vive nenhum ativo, no futuro ainda serão mais, devido ao envelhecimento da população e à melhoria da situação económica, que lhes permitirá viver de forma independente, sem ter de se integrarem nas casas dos seus filhos. Além disso, progressivamente, não terão filhos a quem se juntar.

Cada vez mais passaremos mais anos fora do emprego, ainda que os prazos de aposentação aumentem ou se tornem mais flexíveis, e teremos que aprender a viver com isso. Compreender que nunca mais voltaremos a trabalhar, a ter horários pré-determinados e férias com uma data fixa. Que não nos vão pagar horas extras, nem complementos de produtividade, nem receberemos ordens do nosso chefe ou discutiremos com os colegas. Que seremos, para sempre, alheios ao mercado do tempo, mas não alheios à vida.

O EMPREGO E OS NOVOS MODELOS DE FAMÍLIA

“Num em cada cinco domicílios ambos os cônjuges trabalham”⁷²

Segundo o *Encuesta Continua de Presupuestos Familiares*, (último trimestre de 2004), o número de domicílios em que tanto a principal pessoa de referência e o seu parceiro são ativos já é maior do que o modelo tradicional com um único ativo. As adaptações terminológicas que o INE teve que fazer são evidentes, e hoje já não se usam termos como “chefe de família” ou “cônjuge”, mas sim “pessoa de referência” e “casal”, ambos sem especificar o sexo. Isso significa que parte das “pessoas de referência” são mulheres, e esta é uma opção oferecida às famílias entrevistadas, decidindo qual o membro da família escolhido para ocupar tal posto nos formulários.

Os lares onde a pessoa de referência e o seu parceiro são ativos constituem 24,04% do total, e aqueles onde apenas a pessoa de referência ou o seu parceiro estão ativos correspondem a 22,83%. Para além disso, não é de

⁷² INE, *Encuesta Continua de Presupuestos Familiares*, último trimestre de 2004

todo insignificante o número de domicílios onde o único ativo não faz parte do casal principal (7,3%); ou onde existem dois ativos dos quais um não faz parte do casal principal (11,3%); ou ainda onde os membros do casal principal e algum outro membro da família são ativos (5,5%). Enfim, como já foi referido, nenhuma dessas categorias fragmentadas é tão numerosa quanto a das famílias onde não há ninguém ativo (26,27%).

Nem todos os ativos estão empregados, mas a diferença psicológica entre inativos e ativos é significativa. O inativo não está a lutar para entrar no mercado de trabalho, enquanto o desempregado sim. Os modelos tradicionais de família adaptam-se a sociedades com níveis de esperança de vida baixos e não são compatíveis com a alta proporção de inativos por idade avançada que hoje existe nos lares. Como se pode manter a autoridade do pai ou da mãe, em sentido estrito, em casas sustentadas pelos seus filhos? Ou como manter a tradicional divisão interna de papéis, quando o homem está aposentado e a mulher ainda está ativa? O afeto pode ser preservado, mas o poder e a autoridade perdem muito da base económica que os sustentava. Aqueles que não podem manter-se a si mesmos dificilmente podem exigir obediência dos seus sustentadores. E aqueles que têm que se ajustar ao emprego para se sustentar por si mesmos dificilmente prestarão obediência, submissão ou mesmo pedirão alguma vez permissão a quem não os mantém. Por mais que estes últimos o queiram.

A velha ideia da divisão do trabalho nos lares entre as atividades domésticas e externas, das quais respetivamente se ocupavam as mulheres e os homens, entrou em colapso. É uma imagem arcaica, que funciona como estereótipo, mas que não se adapta à realidade. Os telemóveis, faxes e portáteis romperam as fronteiras espaciais e temporais de separação entre família e trabalho, e afetam tanto homens como mulheres. Além disso, a proporção de domicílios com repartição tradicional de papéis é cada vez menor.⁷³ Nos domicílios em que não há ninguém ativo e, portanto, não se pode estabelecer a divisão tradicional do trabalho dentro e fora de casa, são mais de um quarto do total dos lares. Os domicílios onde todos os adultos estão desempregados são, felizmente, uma pequena proporção: 3%. Muitos lares independentes e afetados pelo desemprego desmoronam-se quando a incapacidade de pagar todas as despesas com o próprio trabalho se torna insustentável e voltam a viver na casa da sua família de origem. Este é o caso de muitos jovens e de algumas mães divorciadas ou separadas com

⁷³ Carol Kaufman-Scarborough, "Time use and the impact of technology: examining workspaces in the home", *Time and Society*, 15 (01-03-2006), págs. 57-80

crianças pequenas. Com a dissolução do lar, o dado estatístico da situação de emprego da pessoa de referência muda, mas não se resolve o problema.

A diferença entre ativos empregados dentro dos lares é importante para efeitos económicos e monetários, embora os desempregados possam estar a receber o seu rendimento por indemnização ou por subsídio. Se os lares são classificados por emprego efetivo, a distribuição é ligeiramente diferente da que apenas distingue entre ativos e inativos. Com a mudança de conceito, a proporção de lares que não têm nenhum membro empregado aumenta, constituindo 29,88% do total. As famílias com apenas um empregado, seja a pessoa de referência ou o seu cônjuge, passam a ocupar 26,11% do total e são – agora sim – mais numerosas do que os lares onde ambos os cônjuges trabalham.

Para efeitos sociais e, especialmente, inerentes à família, os ativos desempregados são uma bomba-relógio, uma fonte de constante tensão na luta para encontrar a vaga que o mercado de trabalho lhes nega. Portanto, a disparidade entre o número de lares constituídos por casais ativos (3.543.308) e com ambos os parceiros empregados (3.065.479) é relevante. Entre eles, há quase meio milhão de famílias de diferença, uma redução de 14% entre o primeiro e o segundo. Pode-se prever, sem risco de errar, que esse meio milhão de famílias sofre intensamente com essa situação e são o arquétipo dos lares modernos. Não aceitam as regras antigas e ainda não encontraram uma maneira de se adequar às modernas.

A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL PELO TEMPO DE TRABALHO

“Em menos de dez anos vieram para Espanha quatro milhões de imigrantes”⁷⁴

O número de empregados pode crescer ao mesmo tempo em que cresce o desemprego; para isto, basta que aumente o número de espanhóis que desejam trabalhar ou aumente o número de imigrantes que chegam a pedir emprego. O número de empregos cresce, e quase metade dos novos empregos é ocupada por estrangeiros. Durante o ano de 2005 houve um aumento de quase um milhão de postos de trabalho. A taxa de desemprego, isto é, a

⁷⁴ O Censo de 2001 dava uma população de 40.847.371. O Censo Municipal de 1 de junho de 2006 já dava uma população de 44.390.000, sendo que o número de estrangeiros domiciliados é de 3,88 milhões, ou 8,7% da população total.

proporção de quem procura emprego e não o encontra, relativamente aos ativos, continua fixada por volta dos 9%. No caso das mulheres esta taxa é o dobro da dos homens. Quanto aos estrangeiros, a sua taxa estimada de desemprego é 50% maior do que a dos espanhóis, 12,33%⁷⁵.

A proteção dos espanhóis ao desemprego é maior que a dos estrangeiros, tanto por questões estritamente laborais (contribuem por mais tempo para a previdência privada, têm uma menor proporção de emprego encoberto e informal, etc.), mas, sobretudo, porque dispõem de maior património acumulado e melhores redes familiares e sociais. Enquanto a taxa de criação de emprego continuar a crescer, a chegada de imigrantes será vista com bons olhos, especialmente pelos compradores do tempo. Não apenas pelos grandes empregadores, mas também pelos pequenos compradores de tempo sem regulamentação laboral (domésticas, empregados de mesa e de limpeza, trabalhadores rurais, etc.), ou situado à margem do mercado.

A mera presença de trabalhadores dispostos a trabalhar e acostumados a fazê-lo nas condições próprias dos seus países de origem é uma indução para a criação de empregos que se ajustam à sua oferta. Muitos empregos não seriam criados sem a sua presença; mas são empregos que não permitem viver com o nível de vida que a população espanhola considera necessário e, em parte, a escassez do seu salário é recompensada com a utilização intensiva dos serviços públicos. Educação, habitação e saúde são três sectores nos quais a população imigrante consome serviços públicos como forma compensatória dos seus baixos salários, e nos quais têm dificuldades em concretizar um consumo similar em qualidade e quantidade ao que a população espanhola concretiza no mercado privado. São frequentes os conflitos pela competição com a população espanhola no acesso às vagas escolares subsidiadas, habitação social e serviços médicos de urgência, porque as medidas priorizam situações mais frequentes entre os imigrantes do que entre os espanhóis (rendimentos baixos, monoparentalidade, carência de habitação própria e de pais com os quais continuam a residir, etc.).

O cenário que assusta os governantes e os sindicatos é o que ocorreria se esta tendência de crescimento mudasse de sinal e uma população precariamente estabelecida deixasse de poder recorrer aos empregos principais e secundários, formais e informais, que agora lhe permitem inserir-se, sem graves tensões, na estrutura produtiva. No primeiro trimestre de 2006, o

⁷⁵ Posteriormente à redação destas páginas foi publicada o EPA do 2.º trimestre de 2006, com a boa notícia de que o desemprego diminuiu em 98.000 pessoas e agora é de 8,53% da população ativa. No 2.º trimestre de 2006, 167.100 espanhóis e 125.800 estrangeiros encontraram emprego.

número de estrangeiros ativos cresceu em 181.800 pessoas (EPA, primeiro trimestre 2006). A sua taxa de atividade é de 76,28%, vinte pontos mais alta do que a dos espanhóis, mas isto deve-se em parte ao facto de que são os mais jovens, e há poucos com mais de cinquenta anos. De qualquer forma, não deixa de ser certo que a sua taxa de atividade é muito alta, e que em média trabalham uma hora por dia a mais do que os espanhóis.

Investigar as imigrações é hoje muito difícil, tanto pelo volume como pela rapidez e pelas condições especiais em que ocorre. Por um lado, a consciência dos espanhóis ainda mantém fresca a época em que nós éramos imigrantes, gerando uma simpatia espontânea com os que ocupam agora o lugar que antes nós ocupávamos. Moralmente, é chocante a ideia de que o capital se possa mover com liberdade e os trabalhadores não. Além disso, são a prova evidente de que temos progredido. Por outro lado, essa mesma identificação psicológica com o imigrante coloca barreiras ao desenvolvimento de atitudes xenófobas e racistas quando os focos de conflito se tornam públicos. Paradoxalmente, os terríveis acontecimentos do 11 M têm tido um efeito protetor para os imigrantes, ao menos ao nível das declarações públicas, pelo medo de desencadear uma revanche e uma hostilização de consequências imprevisíveis. Entretanto, a política de imigração tem sido incapaz de regular os fluxos, de estabelecer objetivos e de os fazer cumprir.

Os dados disponíveis sobre imigração têm melhorado, mas não são tão fiáveis como os que se referem a outros sectores da população. Evidentemente, os que entram como turistas não podem confessar nos formulários que a sua intenção é a de trabalhar, e os que trabalham informalmente não aparecem nas estatísticas laborais. Também não é fácil separar os residentes (por exemplo, os europeus da Costa do Sol) dos que exercem atividades económicas. Ao contrário, calcula-se que existam pelo menos meio milhão de registados que já não reside nos municípios a que aparentemente pertencem, porque mudaram de localidade ou apenas cumpriram os passos para algum expediente administrativo em que essa circunstância lhes era favorável.

O impacto dos imigrantes sobre a estrutura social tem sido inesperado e fortíssimo. Por exemplo, eles têm forçado uma mudança na estrutura do Inquérito à População Ativa, a fim de equilibrar a amostra por nacionalidades. As projeções demográficas situam a população espanhola para 2060 em cinquenta e dois milhões e meio de habitantes, mas não controlam suficientemente as mudanças induzidas pela imigração, as quais têm feito fracassar as projeções baseadas no crescimento natural. Ainda que ninguém conheça

com exatidão o seu número, estima-se que em 2006 há quatro milhões de estrangeiros residentes em Espanha. Provavelmente existe meio milhão de duplicados no Censo, compensados com o número de não registados e os que chegaram em data posterior ao seu encerramento. A tendência continua e o fenómeno tem tomado tais proporções que as autoridades espanholas têm pedido ajuda à União Europeia para controlar a situação. Entre o ano de 1998 e o ano de 2005, o seu número quintuplicou. A maioria tem entre vinte e quarenta anos, e a sua idade média é de trinta e três anos, dez a menos que a do conjunto da população espanhola⁷⁶.

Atualmente, a imigração está a feminizar-se. Segundo Carmen Moreno, diretora do INSTRAW⁷⁷, as mulheres constituem 49% dos fluxos migratórios totais, mas para o conjunto da América Latina as mulheres são a metade dos imigrantes, e em alguns países, como a República Dominicana, chegam a 85% dos que emigram. Frequentemente são dirigidas para trabalhos de conteúdo sexual, ainda que este seja um tema incómodo e raramente mencionado nos relatórios oficiais, tanto nos países de emissão como nos de acolhimento. Outros imigrantes vão ocupar postos como amas, e a maioria são donas de casa que deixam os seus filhos para trás, sob os cuidados de outra mulher. As crises agrícolas, o machismo e a poligamia são fatores que aceleram a emigração feminina.

A chegada massiva de imigrantes tem contido os preços do trabalho, especialmente nas classes mais baixas, tem melhorado as receitas da Segurança Social e permitido que as famílias de classe média e alta incorporem ou mantenham no emprego as mulheres mais qualificadas, criando postos de trabalho para os imigrantes nas áreas do cuidar, na primeira infância e com pessoas de idade avançada. Em termos sociais poderia dizer-se que é quase milagroso que quatro milhões de pessoas se tenham integrado num período tão breve de tempo sem que se produzam tensões mais graves.

A imigração é um fenómeno de duas faces: afeta o país que recebe e o país que envia. Se na Europa se fala na possibilidade de evoluir e construir o futuro em duas velocidades distintas, a disparidade de tempos multiplica-se ao incluir no marco de referência os países europeus. Além do movimento de

⁷⁶ Agradeço os números a Miguel Ángel Blanco, Diretor Geral de Estatísticas Demográficas do INE, que os expôs numa excelente conferência sobre a população ativa espanhola, no curso “Economia e População”, organizado pela Universidade de Oviedo, no verão de 2006.

⁷⁷ INSTRAW – siglas para o International Research and Training Institute for the Advancement of Women, das Nações Unidas

peessoas, a migração produz fortes movimentos financeiros. Num Congresso Internacional sobre os Direitos Humanos, ocorrido em abril do ano de 2006, a já mencionada Carmen Moreno informou que os países em desenvolvimento receberam no ano anterior 126.000 milhões de dólares em remessas estatutárias, o que equivale ao dobro da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Estas remessas são as quantidades que os emigrantes enviam às suas famílias de origem, e em muitos países têm-se convertido na principal fonte de financiamento, acima das exportações. Segundo o Banco de Espanha, no ano de 2004, o volume das remessas enviadas pelos imigrantes aos seus países superou três mil e quinhentos milhões de euros, o que nos situa num dos níveis mais altos do mundo, proporcionalmente ao tamanho da nossa economia. As remessas dos imigrantes é dinheiro que sai do país e afeta a balança de pagamentos.

Até agora, logicamente, as remessas têm sido mais estudadas do ponto de vista dos países que as recebem do que a dos países de onde são enviadas, porque se concentram muito territorialmente e cumprem uma função económica e social decisiva. A Confederação de Caixas de Poupança tem destacado o papel das remessas como mecanismos para a família de origem sobreviver às necessidades básicas e comprar casa e formação. Os envios são realizados habitualmente através de empresas especializadas, que têm preenchido um vazio na prestação de serviços ágeis de câmbio e envio para o estrangeiro. Nos últimos meses têm aparecido, em várias ocasiões, reportagens nos meios de comunicação sobre os procedimentos utilizados e as comissões cobradas pelos serviços. Tem surgido uma nova modalidade de remessas chamada Remessas Coletivas, que se podem converter num potente elemento dinamizador nas áreas de que os migrantes procedem. Em lugar de enviar recursos de forma fragmentada, fazem-no conjuntamente para financiar projetos específicos, tais como infraestruturas ou serviços sanitários e sociais.

Às vezes não são empresas formais, mas indivíduos ou instituições com outras finalidades, que gozam da confiança dos imigrantes que lhes confiam as poupanças. Não há dúvida de que se trata de um mercado crescente e importante de serviços financeiros, e que tanto os governos como as entidades bancárias têm interesse em participar da sua regulamentação e canalização. Por trás da concorrência internacional pelo tempo de trabalho, é inevitável que se produza também a internacionalização da concorrência pelo fruto financeiro em que o trabalho migrante se transformou.

10. UM LAR COM SARDINHEIRAS E UM CÃO

TEMPO DE JARDINAGEM: O VALOR DO INÚTIL

“Para satisfazer Amytis, ordenou que trouxessem três grandes pedras, com as quais edificaram terraços escalonados, os quais preencheram com terra e plantaram árvores e flores. Um engenho transportava água de um poço para os regar e, de imediato, as copas das árvores se tornavam visíveis fora das muralhas»⁷⁸

Ninguém sabe ao certo se os Jardins Suspensos da Babilónia existiram mesmo ou não, mas isso não impediu que durante dezenas de séculos cativassem a imaginação das pessoas, atribuindo-lhes um lugar entre as sete maravilhas do mundo antigo. Segundo algumas lendas, foi Nabucodonosor II, Rei da Caldeia, quem mandou construir estes jardins para oferecer à sua esposa Amytis, no século VI a.C.. Outras lendas situam a construção dos Jardins Suspensos no século XI a.C., no reinado da rainha Semiramis; mas muitas referências dos historiadores antigos sobre estes magníficos jardins não esclarecem as dúvidas sobre a sua existência. É uma história muito parecida com a de outros jardins lendários: os cordoveses da Medina de Zahara, também construídos com o principal motivo de agradar a uma mulher querida. As pirâmides com terraços da Babilónia eram um substituto das montanhas de que tinha saudades a princesa meda e, na Medina de Zahara, a flor branca das amendoeiras substituiria a neve das terras altas de Castela. Sobre a Medina de Zahara e a amante Zahar também temos poucas certezas, ainda que, neste caso, não há dúvida de que os jardins existiram e que foi Abderramán III, no ano de 936, quem iniciou a construção da cidade palaciana e a sua rede de canais e terraços ajardinados.

Se comecei o capítulo com tamanhos voos, foi para sublinhar que as flores podem alcançar a categoria de joias e que um jardim pode competir, sem complexos, com as obras faraônicas por um lugar na lista das maravilhas.

Hoje, a maioria das cidades possui jardins monumentais de propriedade pública e a lista de jardineiros e especialistas é bem conhecida através dos orçamentos municipais⁷⁹. Uma vez que o cuidado dos jardins públicos é pago, é possível

⁷⁸ Para a transcrição deste fragmento utilizei várias versões da lenda de Amytis que circulam na rede (a Enciclopédia Britânica *on-line*, www.us.geocities.com e www.wikipedia.org.) Entre outros, Estrabão e Diodoro Sículo documentaram os Jardins Suspensos embora haja pouca evidência da sua existência.

⁷⁹ Carmen Añón, Mónica Luengo y Ana Luengo, *Jardines artísticos*, Espasa Calpe, 2000; Carmen Ariza Muñoz, «Evolución histórica de la jardinería urbana», *Actas del Curso «Nuevas Visiones del Espacio Público y Privado»*, 1995, págs. 143-162.

calcular mais ou menos o seu custo e, a partir daí, inferir quanto valem. A manutenção do chamado “património verde” pela câmara de uma cidade de grande dimensão, como Madrid, requiere um esforço contínuo e importante. Para manter, melhorar e aumentar os parques, as zonas verdes e as zonas ajardinadas, os municípios têm de adquirir e renovar parcialmente a maquinaria, as infraestruturas e as ferramentas, além de produzir espécies vegetais, compostos e produtos fitossanitários. Para o ano de 2006, alguns dos grandes números do Município de Madrid, relacionados com plantas, resumem-se assim⁸⁰:

O CUIDADO COM O PATRIMÓNIO VERDE EM MADRID (2006)

Superfície de zonas verdes para reabilitar ou melhorar	100ha
Superfície de zonas verdes de conservação municipal	55.328.100 m ²
Produção de árvores	13.000
Produção de arbustos	300.000
Produção de plantas de flor	1.000.000
Arvoredo viário a conservar	270.000

No total, o orçamento destinado ao património verde é de 184.738.151 euros, cerca de 31% acima do orçamento de 2005.

Apesar de poucas rúbricas terem um crescimento semelhante, nunca se agrada a todos, e as árvores são um assunto sensível. A ameaça de corte em alguns passeios públicos emblemáticos levantou acaloradas polémicas.

Apesar de ter começado com os números do orçamento do Município de Madrid, não são os jardins públicos que me interessam neste momento, mas os privados. E não são os jardins grandes e monumentais, nem os enfeites nas ruas e praças, nem sequer as bermas e canteiros das estradas. O que quero abordar é um tema mais modesto e impreciso: o de trazer beleza aos lares através de plantas.

Para o cidadão comum, estes números descomunais causam vertigem. Comparados com os encargos de ajardinamento da Administração Municipal, os encargos nas nossas casas são uma ninharia. Mas se formos medir o esforço individual de tempo e dinheiro que cada um faz em casa para manter os seus vasos de plantas e multiplicarmos este valor pelos milhares ou milhões de casas em cada município, o resultado também será enorme, perdendo-se

⁸⁰ Orçamento Geral da Cidade de Madrid, 2006. De acesso público através da página oficial do município, na internet.

mesmo a sua conta. Gostaria que alguém me dissesse, para dar um exemplo, se os responsáveis pela economia consideram nos seus respetivos PIB regionais os jardins granadinos, as cercas ajardinadas toledanas ou os pátios sevilhanos e cordoveses. Suponho que não, ou muito pouco, apenas o que consomem em produtos sanitários, água, recipientes e expositores. No entanto, os pátios privados e familiares aparecem mil vezes fotografados nos folhetos turísticos, nas imagens atraentes destas cidades. Há associações de donos de pátios, concursos e festivais. As cruces de maio transformam as esquinas de Córdoba numa festa de cores e todos os bairros se vestem de gala.

Mas, quem diz Córdoba ou Sevilha, diz também Oviedo e Santillana del Mar. Ou qualquer outra cidade bonita. É tão verdade que as plantas acrescentam valor às residências, que alguns municípios, como o de Oviedo, quando reabilitaram um bairro antigo no centro histórico incluíram no processo de reabilitação o enfeite das fachadas com novas plantas. Para a inauguração das obras de reabilitação, este bairro do antigo Mercado de Fontán brilhou com os seus melhores adornos e todas as janelas e varandas foram enfeitadas de forma homogénea com plantas fornecidas pela câmara. Alguns anos após esta reabilitação já se notam as diferenças, pela dedicação de tempo de cada residente. A maioria das plantas ainda se mantém porque, uma vez realizado o esforço inicial e difundido o seu valor e beleza por todos os meios de comunicação, se gerou um ativo que vale a pena cuidar, mesmo que isso implique dedicar-lhe um pouco de tempo e alguma água. No entanto, algumas janelas mostram indícios de ausência de cuidados ou mesmo de negligência por parte dos seus ocupantes, já que todas as flores estão penduradas e com ramos secos, revelando um aspeto sujo e descuidado.

A MINHA MÃE GOSTAVA DE SARDINHEIRAS⁸¹

“...Azul, o mar ou o céu, alguns olhos. Vermelho, o hibisco, a sardineira tímida...”⁸².

A minha mãe dedicou muitas horas a cuidar de um pequeno jardim, um jardinzinho que nunca fez parte da Contabilidade Nacional. Naturalmente nunca frequentou a Mostra de Sardinheiras, que se ocorre em Siena no mês de maio; nem a exposição de sardinheiras de Savona em fevereiro; nem a ainda mais distante de Michoacán, no México, que se intercala em março, entre

⁸¹ Nota da tradutora: no original – gerânios, tipo de flor, com mais de 300 variedades, que em Portugal é comumente conhecida por sardinheiras.

⁸² Pablo Neruda, *Cantos cerimoniais*, Seix-Barral, Barcelona, 1995.

as duas anteriores. Mas ela gostava das sardinheiras e não consigo imaginar a sua casa em Cilleros, na serra de Gata, sem os vasos cheios de flores.

As sardinheiras da minha casa, em Madrid, não têm história, mas as da minha mãe tinham. Eram filhas e netas de estacas que lhe tinham sido oferecidas e ao seu próprio valor ornamental acrescentava o valor das recordações que traziam consigo. Eram recordações de outras pessoas, lugares e épocas. Ela não as chamava pelos seus nomes técnicos, mas cada uma tinha um papel perfeitamente identificado no conjunto do seu jardim (a sardinheira do canto, a da grade, a grande do centro, a recém plantada) tanto pela sua cor e forma, como pela relação personalizada que a mãe tinha com cada uma delas. Os vasos trocavam muito de lugar, segundo a sua resistência ao sol e ao seu estado de saúde. As incipientes ou que já tinham passado a sua época eram retiradas para uma zona menos visível, mas as que estavam no seu pleno esplendor de floração desfrutava-as ao máximo, colocando os vasos em lugar de destaque. Em épocas de muito uso do terraço e do jardim, ou de altas temperaturas, os vasos eram movidos de lugar, até duas vezes por dia, tanto para proteger as plantas como para delas desfrutar melhor. Na sua peculiar coreografia floral, a minha mãe levava as plantas para se lavarem e se purificarem com a água da chuva, colocando-as em círculo e nas escadas, protegendo-as nas pequenas sombras das árvores e paredes, e corria para abrigar as mais queridas ou frágeis quando, de repente, começava a chover granizo.

Na convivência com outras sardinheiras do jardim, as recém-chegadas eram inicialmente vistas com expectativa: eram raras, inovadoras, imprevisíveis. Como na descrição de um colunista italiano⁸³, conselheiro para assuntos de jardinagem, que transcrevo sem traduzir porque tem uma musicalidade tão bela que, se mudasse a fonética, perderia o seu encanto: *«Arrivó a casa, regalo di una zia di mia mare, una piantina di geranio un pó particolare, diversa del solito geranio che si vedava dalle nostre partí. Si trattaba del “geranio parigino...” . Le foglie erano simile a quelle dell’ edera per forma, ed i fiori legerissimi e numerosissimi»*.

O gerânio parisiense, cuja chegada lembra o colunista, é quase com toda a certeza a sardinheira-pendente, com as folhas de hera brilhantes e escuras e a inflorescência apertada em ramalhetes de cor explosiva. Como na casa da minha mãe, na casa do escritor foi bem-sucedido o desdobramento da

⁸³ Gostaria de citar o nome do colunista mas a sua página desapareceu da Internet depois de ter anotado a descrição, e não consegui encontrá-la novamente.

piantina prodigiosa através de várias estacas, e a segunda geração também brilhou num vaso de barro, um *vase*, com a sua melena de folhas. Duas estações mais tarde, aconteceu o que podia acontecer com a convivência: os insetos polinizaram as flores do recém-chegado, mestiçando o gerânio parisiense e convertendo-o numa nova planta do jardim: «*Dopo due stagioni, per la vicinanza con il nostri normali gerani, u colore de quei fiori cambiò e erano rosse e bianchi*».

Agora os catálogos oferecem mais de trezentas variedades de sardinheiras: anãs, grandiflora, perfumadas, de floração contínua ou concentrada. No último catálogo que recebi, havia nomes tão exóticos e atraentes como *Roi des balcons*, cor-de-rosa; *Lady Plymouth*, perfumada e de cor roxa pálida; *Le Richelieu*, de cor vermelha intensa. A partir de quinhentos metros quadrados, um jardim precisa de cuidados de um jardineiro profissional para a sua manutenção. O da minha mãe era menor e muito rústico, no sentido de que só havia espécies fortes, resistentes, capazes de sobreviver com pouco cuidado. Mesmo assim, exigia trabalhos mínimos de manutenção na primavera e no outono, e bastavam apenas poucos meses de abandono para que ficasse irremediavelmente danificado. Não somente pelo efeito da seca, ou do vento frio do inverno, como também pela pujança desordenada dos novos ramos, o peso das trepadeiras sobre os suportes e a invasão das telhas do telhado. A luta para manter sob controlo as ervas daninhas e arbustos era constante, e na concorrência com as plantas cultivadas elas ficavam sempre a ganhar.

O trabalho de manter um jardim é apenas isso, um trabalho de mínimos socorros. Acima desse nível, uma varanda ou um terraço admitem tanto trabalho quanto se queira. A minha mãe costumava dedicar - com a ajuda de outros membros da família - os primeiros dias das férias de verão para se ocupar profundamente com as plantas do jardim, melhorando em vários graus o nível modesto de sobrevivência em que resistiam à sua ausência. Arrancava folhas e restos de sardinheiras secas, já cheias dos frutos bicudos que dão nome à planta (pelargónio, que vem de pés largos, “cegonha”, porque o fruto faz lembrar a cabeça arredondada e o bico grande deste animal), fazia podas menores e retirava ervas daninhas, assim como fazia transplantes para os vãos mais evidentes. No resto do verão dedicava algumas horas diárias, com a colaboração do resto da família, que com grado entendiam a tarefa não como trabalho, mas como uma forma de contribuir para que a casa se tornasse mais agradável para todos.

AS SARDINHEIRAS E A CONTABILIDADE NACIONAL

A contribuição das plantas para o valor que os lares produzem anualmente para consumo próprio é muito difícil de ser medida. Podem constituir uma parte muito importante do capital, porque não é somente o domicílio, mas todo o território ao seu redor, que toma em consideração tal contabilidade para medir o patrimônio acumulado. Mas o terreno baldio, e sem vegetação, tem um valor muito distinto do terreno ajardinado. Os vasos com flores e folhas verdes são um dos produtos secundários mais agradáveis do jardim, um prolongamento até ao interior da riqueza natural das plantas ao ar livre.

Segundo o INE (Inquérito aos Usos do Tempo), 12% da população adulta dedica algum tempo a cuidar das suas plantas e animais. Os homens dedicam-se a essa atividade mais frequentemente (apesar de provavelmente ser para tratar de animais e não de plantas) e dedicam-lhes mais tempo (13% dedicam uma média de 1,55 horas diárias) do que as mulheres (10% dedicam 1,09 horas diárias).

O valor das plantas pode ser estimado com relativa facilidade pela comparação com o valor destas mesmas plantas nos viveiros. Por exemplo, há muitas árvores de tamanho médio cujos preços superam seiscentos euros e qualquer amante da jardinagem sabe quanto vai gastar num ano com a renovação de primulas, amores-perfeitos, sardinheiras, petúnias, cravos chineses e outras plantas de temporada que sejam comuns em jardins e janelas. Algumas plantas bem cuidadas, em plena produção, sem envelhecimento nem partes secas, requerem um trabalho diário considerável. No caso em que se utilizem serviços de jardinagem para cuidar do jardim a tempo inteiro, pode-se estimar o custo, mas a maioria das residências nunca contrata jardineiros de forma direta. Seria possível anotar o tempo que dedicam para regar, podar, transplantar, cortar folhas secas, proteger contra pragas, etc.; mas, de qualquer forma, não é fácil estimar o valor desta produção.

Excetuando os jardineiros, para quem essa é a sua missão e razão de ser, é bastante comum que os demais trabalhadores detestem plantas naturais e em troca prefiram as plantas artificiais. Não somente os trabalhadores a tempo inteiro, como também os que trabalham por algumas horas. A razão para isto reside na facilidade com que as plantas naturais morrem e o tempo imprescindível que têm de despender todos os dias para cuidar delas. É necessário sentir muito carinho e apreço pelas plantas para que compense lidar com elas ao invés de se ocupar com outras tarefas mais visíveis e,

muitas vezes, mais apreciadas, como a cozinha e a limpeza das outras partes da casa que, inevitavelmente, se sujam sempre. Ter plantas obriga a intensificar o ritmo do trabalho para realizar todas as tarefas diárias, no tempo disponível. Todavia, as plantas artificiais permanecem estáveis durante muito mais tempo e apenas consomem tempo de manutenção. É por isso que nos grandes hotéis de luxo, pouco a pouco, a decoração com plantas artificiais se tem vindo a afirmar e, em alguns casos, chegam a possuir grande beleza. No entanto, continua a ser um critério de qualidade o uso de plantas naturais nos arranjos florais.

Tradicionalmente, nos pátios e casas da Andaluzia há uma enorme profusão de plantas, embora a água seja um elemento caro de se obter. As plantas são colocadas de modo a que o gotejamento de um vaso sirva para regar o que está situado mais abaixo. Quando era estudante, uma amiga minha da faculdade contou-me que a sua avó tinha uma linda casa em Sevilha e que no verão designava uma pessoa exclusivamente para regar, em pequenas quantidades, as centenas de vasos que enfeitavam as paredes do pátio. Hoje esses cuidados podem ser parcialmente substituídos por modernos sistemas de gotejamento, mas a manutenção dos jardins, varandas e janelas, bem como os arranjos de plantas de interior, são muitas vezes tarefa dos próprios moradores das casas e não são realizadas de forma remunerada.

A decisão de ter ou não ter plantas é uma opção individual que compete em tempo com as demais produções de serviços, como a limpeza, o cuidado ou as relações sociais. A praga das borboletas arruinou muitas das sardinheiras que alegravam as varandas e mostrou o tempo perdido a trocar as velhas plantas por novos exemplares não contaminados e em proteger as novas plantas com tratamentos fitossanitários regulares. Apesar do cuidado, é inevitável que as plantas vivas morram de vez em quando, e tenham de ser substituídas por outras, do mesmo modo que envelhecem ou alcançam um tamanho que as torna incompatíveis com o lugar a que estavam destinadas. É triste o espetáculo das casas cujos donos se ausentam ou simplesmente não apreciam plantas e exibem floreiras cheias de arbustos secos durante anos e anos. Tão triste como as varandas que acumulam vasos vazios, à espera de serem renovados com plantas.

É difícil estimar em números a diferença de valor entre uma varanda com sardinheiras vivas e outra com sardinheiras de plástico. As sardinheiras são plantas relativamente novas na Europa; os primeiros exemplares entraram em 1710, procedentes da Cidade do Cabo, e tiveram o seu maior apogeu na era vitoriana. Por isso não existem referências às sardinheiras na literatura

clássica espanhola; apenas algumas citações de García Lorca como sinónimo de colorido arrebatador⁸⁴. De imediato se popularizaram maciçamente nos parques públicos e se criaram novas variedades híbridas. O que a sardineira ganhou em uso, perdeu em valor unitário. Atualmente comercializam-se, em cada ano, seiscentos milhões de plantas de *Pelargonium*, o verdadeiro nome da planta a que, popular e erroneamente, chamamos sardineiras, e este mercado internacional e nacional dá-nos uma pista para calcularmos o valor das sardineiras que colocamos nas nossas janelas. Nas Canárias e ao sul da Península há várias empresas especializadas nesta planta, que exportam os seus produtos para mais de vinte países em todo o mundo. Vendem-se, inclusivamente, em latas com as sementes e nutrientes embalados e prontos para resistir dois anos. Sem contar com o tamanho ou a época, o seu preço depende do tamanho e da raridade da variedade que se procura. Os *hortorum* são as sardineiras mais comuns; as *gitanillas*, ou sardineiras pendentes, de folhas de hera cobrem muros e paredes; as chamadas *Lolas*, com o coração de pétalas escuras e as folhas onduladas, resistem bem dentro de casa; as *tomentosas*, de folhas estreitas e ásperas ao tato, cheiram a menta e espantam os mosquitos.

Se as rosas e os cravos se compram nas floristas, a Contabilidade Nacional inclui-as no consumo dos lares e no Produto Interno Bruto. Mas se são cortados dos vasos da varanda são invisíveis, apesar de não acontecer o mesmo com as laranjas e peras que o dono do pomar leva para a sua mesa. Uma vez comprada, tanto faz a sardineira ser bem cuidada, ser deixada ao sol e sem água ou no frigorífico. A partir do momento em que o artigo foi comprado supõe-se amortizado e definitivamente consumido. Por isso o jardim da minha mãe não fazia parte do Rendimento Nacional. Ela quase nunca comprava as plantas já crescidas; tinha orgulho – e não havia outro remédio – de as conservar e reproduzir através de estacas e sementes. O dinheiro que podia dedicar às plantas era, principalmente, para substituir vasos de barro e mandar podar os ramos altos do limoeiro e da figueira, a que ela não chegava.

Se forem bem cuidadas, as plantas vivas multiplicam-se e aumentam o seu valor. A flor que mais se produz em Espanha é o cravo: trata-se de metade da produção de flor cortada. Andaluzia, Canárias, Catalunha, Múrcia e Valencia, por esta ordem, são as principais produtoras de cravos. Mas há outras flores, naturalmente. Um único mercado, o mercado de flores de

⁸⁴ Federico García Lorca, em *Amor de don Perlimplim com Belisa en su jardín*, diz que Belisa «se puso encendida como un geranio», <www.estudio24.com>

Mercamurcia, vende vinte e nove milhões de talos anualmente e, consequentemente, movimenta centenas de milhões de euros. Às flores tradicionais de jardins e varandas juntam-se, em cada ano, novas espécies exóticas, importadas de lugares distantes. As mais caras são as selvagens, porque a sua raridade as torna exclusivas e elegantes. Mas hoje são comercializados somente produtos selvagens. As flores do mercado são resultantes de um cultivo massivo, muito tecnológico, e situam-se no centro de ferozes concorrências internacionais. Alguns países produtores de baixo custo, com os quais dificilmente a Espanha pode competir, são Marrocos, México, Israel, Quênia e Colômbia. Entre as flores mais utilizadas pelas famílias espanholas estão as rosas, os crisântemos, a gipsofila, as que servem de complemento (também chamadas “mosquitinho”, não sei porquê), os lírios bulbosos, os gladiolos, as gerberas e os *limonium*, as *poinsetias* (*estrela-de-natal*) e as azáleas.

Embora o jardim da minha mãe nunca tenha feito parte da Contabilidade Nacional, ele produziu qualidade de vida e consumiu muitas horas de trabalho. É possível viver sem flores, mas quase tudo aquilo que consumimos também é dispensável e se reflete nas contas convencionais do comércio. No meu atual apartamento em Madrid não há nenhum jardim ou terraço, apenas janelas e uma varanda com uma floreira corrida. Tentei manter, embora um pouco minguada, a tradição das sardinheiras, mas não tenho sido capaz de reproduzir a partir de estacas, como tentei no início, todas as variedades que a minha mãe tinha em Cilleros. Pelo menos as minhas sardinheiras de loja e de escasso *pedigree* simbólico têm resistido bem ao calor do verão e às incertas geadas madrilenas. Algumas têm quase quinze anos e estão jovens, neste momento bem floridas, graças às podas da primavera. O que me dá mais prazer é que a minha filha, que inicialmente não parecia ter o dedo verde, assumiu espontaneamente a função de jardineira, cuidando da rega e dos fertilizantes. A varanda ainda é o lugar das sardinheiras, mas na janela dela o que mais abunda são os *Kalanchoe* ou flores da fortuna, outra planta resistente de flores diminutas e abundantes, que na minha infância não existia e agora é muito comum nos mercados.

Apesar da persiana quase baixa, vejo plantas através da abertura entre lâminas e apenas contemplá-las me alegria a visão. Se pretendêssemos estimar o valor das plantas desta janela com critérios convencionais, não seria nenhum, porque elas já foram amortizadas. Mas com outros critérios, elas possuem valor e geram utilidade. Se estimássemos o seu valor pelo tempo que custa mantê-las, ele seria elevado, com o acumular de minutos diários que os seus cuidados consomem. De qualquer maneira, parece-me

que o seu valor deriva exatamente de exigências, da companhia silenciosa que proporcionam ao lembrar-me que elas vivem na medida em que eu seja capaz de lhes dar atenção.

Tinha que mudar de lugar uma sardineira maltratada. Começou a crescer, alongando desnecessariamente o caule até à copa, recusando-se a florir. Medida no tempo, a sardineira murcha vale mais do que o arbusto que comprei ao mesmo tempo e que me custou praticamente o mesmo, porque tinha colocado nela mais fertilizante e mais mimos. Quanto ao arbusto, se se aguenta naquele lugar e não se degrada, dois meses depois da sua aquisição deveria valer os quatro euros iniciais que me custou, mais o equivalente a cerca de cento e oitenta minutos de trabalho, três horas certas, que são o resultado dos três minutos do meu cuidado diário, acumulados ao longo de sessenta dias. Ao preço de professora universitária, ninguém pagaria pela minha planta o que em tempos paguei por ela, nem mesmo aplicando tabelas mais baixas de remuneração. Tenho de concluir que valor e preço são conceitos desiguais? Ou que a sardineira e o arbusto me causam, diariamente, tanto prazer como me custa o tempo que lhes dedico?

Fico-me por aqui, pois tenho de ir regar as sardineiras da varanda que, essas sim, estão repletas de flor.

TRÊS RAMOS DE EUCALIPTO

O eucalipto pode ser comprado numa loja ou apanhado no campo durante o ano inteiro, mas apenas em dezembro tem botões de flores vermelhas. Se for bem seco, dura até à próxima temporada. Na entrada da minha casa há uma jarra de vidro com três ramos de eucalipto que me fazem lembrar o final do ano passado. Em cima da mesa de jantar há um prato preto, quase escondido por pinhas de Valsain e folhas de avelã dos jardins de La Granja. Não valem nada no mercado, porque as colhi do solo e secaram prensadas entre duas folhas da lista telefónica; mas têm muito significado. Num canto da sala, onde a luz mal chega e as plantas de verdade morrem, há um *Ficus variegata* de folhas de tecido, sobre um enchimento sintético coberto de seixos. Há também muitas outras plantas espalhadas por toda a casa. No momento de as contabilizar, tanto os ramos de eucalipto como o *ficus* vivo e o de tecido são difíceis de contabilizar porque há muito tempo que me esqueci do seu preço ou nunca o tiveram.

As sardineiras morrem e os arbustos resistem. Nascem novos ramos, crescem raízes a partir de uma simples folha que se deixe na água e, mesmo

que não alcancem o tamanho e os matizes dos melhores exemplares, desempenham o seu papel de companheiros bonitos e verdes com bastante eficácia. Estas e outras plantas têm muito mérito: salvam com decoro os lugares mais tristonhos, mantendo o seu viço vegetal e amigo. Apesar de tanto mérito, não são caros. O mercado não lhes agradece aumentando-lhes o valor pela sua condição de resiliência, quase heroica, de vegetais na sombra.

O que não há na minha casa na hora em que escrevo estas páginas são flores de corte. Precisamente pelo seu carácter efêmero, a flor cortada requer proporcionalmente mais condições do que as plantas com raízes; se somarmos o tempo para as comprar, manter em boas condições, limpar os recipientes e as remover quando se estragam, o resultado é uma considerável quantidade de tempo, muito mais caro do que o custo inicial da aquisição.

Li algures que, para os japoneses, não há nada mais triste e pouco elegante do que contemplar a agonia de uma flor. Com isso querem dizer que as flores devem ser removidas do campo de visão antes da sua decadência, que os arranjos florais têm que ser renovados constantemente para estarem sempre frescos. Um nível tão alto de exigências estéticas com estas plantas é coerente com a qualidade e o valor que os japoneses dão à arte floral, para a qual existem especialistas de enorme prestígio⁸⁵.

Medido por padrões japoneses, um arranjo floral é mais uma meditação filosófica do que uma reunião de folhas e flores. Ao *ikebana* chamam a “arte de flores vivas”, embora os seus arranjos possam envolver ramos secos, frutos, conchas marinhas e pedras. O chamado *ikebana realista* segue regras restritas e tradicionais do paisagismo; mas a partir do século XIX as bases filosóficas da arte floral receberam, como o resto da cultura japonesa, a influência da cultura ocidental, e dessa mútua influência surgiram outras correntes artísticas. Alguns *Ikebana*s seguem a corrente “*irrealista*” e organizam-se em torno de uma qualidade específica da planta principal, com a sua forma, cor ou textura. No Ocidente, a influência do *ikebana* sobre os arranjos de flores foi enorme, especialmente pela contraposição do valor da subtilidade face aos arranjos volumosos, arredondados, ao gosto sumptuoso francês. Mas a influência foi mais formal (poucas flores, estilização, naturalidade, colorido moderado) do que profunda. O *ikebana* foi inicialmente uma oferta de flores ao Buda, e a sua composição segue algumas regras fixas que exigem um certo treino prévio. Eles podem ser criativos e originais, mas não

⁸⁵ No ano passado reli várias vezes o livro de Michiki Rico Nosé, “*O jardim japonês moderno*”, Ed. Gamma, Barcelona, 2002. E ainda continua a surpreender-me.

são espontâneos, porque, embora os reinterpretem, têm que obedecer a criteriosos rituais. A harmonia cósmica reflete-se nos três ramos principais, que simbolizam o céu, o ser humano e a terra. As pontas dos três ramos desenham um triângulo imaginário na paisagem. De modo que, mais do que exibir flores, o *ikebana* é um discurso sem palavras que expressa ideias por meio da cor e da geometria.

Não saberia como avaliar as diferentes contribuições à produção doméstica entre um precioso *ikebana* e um arranjo vulgar. Obviamente, a linguagem das sardinheiras na minha varanda não passa de um sussurro quando comparada com tais profundidades.

CÃES, PAPAGAIOS E OUTROS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

“Em Espanha vivem treze milhões de cães, cinco e meio de gatos e mais de quatro milhões de pássaros”⁸⁶

Não sabemos quanto valem os animais de estimação que moram nas residências espanholas, mas em gastos de manutenção estima-se que cada habitante dedique anualmente à sua mascote mais de quinhentos euros, ainda que os números sejam muito heterogêneos.

O valor de um animal de estimação é difícil de estabelecer. Se as plantas requerem tempo é porque são seres vivos que se expandem constantemente, entram em conflito entre si e não respeitam a ordem que o seu proprietário desenhou para elas no início. O tempo que consomem é mínimo comparado com o que consomem os animais. Para os lares que produzem animais para venda e são incluídos na Contabilidade Nacional, como vacas, gansos e ovelhas, foram estabelecidos índices de amortização convencionais. Os cães rurais cuidam do gado e ajudam na defesa, os do cego servem de guia, e os dos bombeiros ou polícias também desempenham um ofício; mas os cães urbanos são difíceis de interpretar. Além de companhia, cumprem funções de representação dos donos, dizendo o que os donos dizem de si mesmos por meio deles.

Para termos uma ideia do preço de um cão basta olhar as revistas, onde lojas e particulares publicam os seus anúncios; mas ninguém sabe quanto vale um animal um ano depois de comprado. Poderia calcular-se o número médio de

⁸⁶ Números difundidos por Colpisa em 23-IX-2002, citando fontes da *Organización de Consumidores y Usuarios* (OCU)

anos que vivem os animais da sua espécie, mas a menos que este procedimento seja aceite pelos contabilistas, não passará de uma estimativa pessoal de quem propõe. Somente em Madrid, em junho de 2006 publicaram-se no *Segunda Mano* 2.684 anúncios de compra e venda, refletindo toda a variedade de raças e características. Entre as condições oferecidas estavam: “sem parasitas”, “vacinado contra a cinomose e parvovirose”, “garantia legal, etc. Ou “muito bonito”, “enrugadíssimo”, “miniatura”, “presente”, “filhote” ou “pedigree”. Entre os preços, existe uma gama tão variada que vai desde os 85 euros por um mastim sem atributos conhecidos até 1.200 euros por um Pomeranian de exposição. Em média há uma linha contínua de subida de tarifas nas quais se combinam o preço médio da raça com a idade e características de cada exemplar. Extraio apenas alguns exemplos: 1) Mastim, 85 euros; 2) Ratonero (Bodegueiro Andaluz), 150; 3) Pastor Belga, 225; 4) Pequinês, 250; 5) Teckel pelo longo, 290; 6) Shar-Pei, 350; 7) Yorkshire, 400; 8) Pastor Alemão, 450; 9) Rottweiler, 450; 10) Chow-chow, 450; 11) Bullterrier, 485; 12) Dálmata, 500; 13) Chihuahua, 550; 14) Bullterrier, 550; 15) São Bernardo, 650 euros.

Entre o primeiro e o último da lista que consultei, a diferença de preço é de catorze vezes; mas, provavelmente, os preços do mercado espanhol são baixos em comparação com os do circuito internacional de cães de competição. Em todo o caso, os cães chegam habitualmente a casa de cada um por outras vias além da compra, como por presente de algum conhecido que distribui entre os amigos os filhotes de uma ninhada, ou simplesmente porque se encontrou um animal perdido ou adotando por meio de uma instituição filantrópica (apesar de que se deveria dizer “filancanina”).

Também não são iguais os preços dos que querem vender (os que mais claramente expressam as suas expectativas) e os que querem comprar. Como amostra, face aos 900 euros previamente definidos para um *Golden* à venda, outro aspirante a dono de *Golden* anunciava o seu desejo com estas palavras: “*Compro filhote de Golden Retriever, com ou sem pedigree, por 200 euros ou um pouco mais*”.

Além da definição da raça, há três aspetos deste anúncio que lhe dão uma ternura difusa, dando vontade de o oferecer para que seja bem cuidado. Agrada do anúncio que o cão seja filhote, que o futuro dono não se mostre exigente com o *pedigree* e que o preço não seja definitivo, deixando uma porta aberta para a negociação. Insinuando, na verdade, que o primordial não será o valor a pagar, deixando em aberto a possibilidade de fazer um esforço para gastar até ao limite que o seu bolso permitir, admitindo que estaria disposto a pagar “*um pouco mais*” do que os 200 euros.

Fiquei sem saber o que aconteceu ao filhote e ao seu candidato a dono, se afinal entraram em acordo e até onde subiu ou baixou a negociação. E, sobretudo, fiquei sem saber quais foram as qualidades do cachorro golden que talvez o fizeram ser merecedor de maior estima que as 35.000 antigas pesetas em que inicialmente fora avaliado pelo comprador.

No mercado, os cães têm preços diferentes e existem exemplares de raças cotadas e com *pedigree* de alto valor; o valor da companhia não tem correspondência com o valor de mercado. O cinema tem reproduzido filmes que mostram até demais esta relação preferencial entre animal e o seu dono, ou, melhor dizendo, entre o dono e o seu animal. Estou a lembrar-me, sem ir mais longe, 101 dálmatas, onde se mostra de modo terno a diferença entre o valor da companhia dos cachorros dálmatas e o valor de mercado que têm as suas peles nas mãos da Cruela de Vil, a entusiasta de casacos de peles exóticas.

Os cãesinhos, os cães de rua, podem produzir tanto afeto e tanta companhia como o melhor e mais luxuoso dos cachorros cuidadosamente selecionado, pela sua perfeição, para ser vendido no mercado. Lembro-me agora de Bobby e Oliverio, dois cachorros muito diferentes. Quando morreu Oliverio os meus irmãos e eu, todos chorámos em Madrid. Éramos crianças e recebemos a notícia por carta. Quando o outro cachorro da casa mordeu uma criança da vizinhança que pulou o muro, soubemos do imenso desgosto da minha mãe, que queria sacrificá-lo. Porém, quando o cão de uns amigos, Trotsky, me mordeu, demorei muito tempo a curar-me do medo que me tinha causado, e ainda hoje sinto um certo mal-estar quando um cão desconhecido se aproxima, repentinamente, de mim. O Bobby é dos meus sobrinhos, e toda a gente diz que é tão pacífico, que se entrasse um ladrão em casa lhe mostraria os quartos e inclusive o lugar onde está o cofre. É um belíssimo animal que move o rabo e acompanha a presença dos amigos da casa com grande dignidade. No entanto, o consumo de tempo para cuidar de um cão obriga os membros da família a fazer reuniões para entrar em acordo sobre a divisão das horas de saída para passear. Um pequeno letreiro colado com íman no frigorífico serve de lembrete a quem compete cumprir cada uma das responsabilidades.

Gostaria que alguém me ajudasse a decidir qual é a contribuição de Bobby para a produção doméstica, ainda que talvez a sua companhia, ou, melhor dizendo, o valor da sua companhia, seja um mistério que se transforma de um dia para o outro, duplicando-se e dividindo-se segundo o humor dos membros do lar em que vive.

UMA PASSAGEM DE AVIÃO PARA MEI-HUA

O mercado é uma coisa estranha, e o mercado dos afetos é ainda mais estranho. O mesmo haveria de dizer do “antimercado”, o que se faz à margem do dinheiro.

Há alguns anos não existia em Espanha o mercado de bens para cães, mas hoje é um sector em expansão, do qual é possível ver amostras em todas as áreas comerciais. Existem presentes para cães, fotos com cães, casas para cães. Até há passeadores de cães, veterinários, cabeleireiros, cemitérios e, como sublinhou a Rainha Isabel de Inglaterra, psiquiatras especializados em tratamentos de cachorros.

Para os viajantes que mudam de cultura, o tema dos animais de estimação é muito chocante e discutível. Por exemplo, é comum que as famílias americanas que moram em casas com jardim tenham cães, mas não é tão comum entre os que moram em apartamentos grandes e pequenos nas zonas urbanas. As grandes cidades correm o risco de se tornarem depósitos de esterco de animais domésticos, porque muitos proprietários não respeitam as regras de higiene das autoridades locais e transformam cada buraco de árvore ou cada parede não residencial num lugar de excelência para urina e fezes. Há países onde possuir cães ou outros animais domésticos de estimação é considerado de mau gosto, ou é, inclusivamente, proibido por lei, porque competem pelo consumo de bens escassos para os quais nem sequer a população humana tem as suas necessidades mais básicas satisfeitas. Nesse sentido, ter um cão que consome carne é um sinal de imenso poder, porque se dá a esse animal o que muitas pessoas não conseguem comer.

Recentemente, os meios de comunicação deram a notícia de que uma associação norte-americana protetora de animais tinha pago a passagem de avião para trinta cães grandes chineses.⁸⁷ O motivo da sua viagem era libertá-los da sua morte iminente na china, onde, desde 2003, as raças de tamanho médio e grande são ilegais. A partir de trinta centímetros de comprimento e trinta e cinco de altura, os cães são proibidos. Alguns bairros de Pequim são ainda mais rígidos e a proibição alcança os que ultrapassam quinze centímetros de altura. Além disso, para possuir um cão é necessário cumprir alguns requisitos legais; entre outros, a quantidade é restringida a um por família e só o podem passear entre as oito da noite e as sete da manhã.

⁸⁷ IFAW e Liga Animal da América do Norte. Notícia datada nos meios de comunicação a 7-VII-2005.

O preço a pagar pela licença inicial (600 dólares) e a taxa anual (240 dólares) ultrapassa largamente a capacidade aquisitiva da maioria dos cidadãos.

Entre os cães salvos do sacrifício na China e os anunciados no *Segunda Mano* em Espanha não se pode estabelecer uma comparação. Somente a passagem de avião – ainda que se trate de viagens caninas – é mais cara do que os comerciantes pedem por eles aqui. O destino dos cães que chegaram a Nova Iorque era serem adotados gratuitamente por lares americanos, como animais de estimação. Também aqui o destino mais frequente dos cães vendidos é converterem-se em animais de estimação, porém, enquanto a maioria dos exemplares vendidos em Espanha é simples mercadoria no momento da transação, os cães chineses têm sido resgatados à sua condição de “antimercadoria”, do seu valor negativo, pela ação dos doadores distantes. Eles são resgatados pelos seus voluntários de tempo e dinheiro, e vão continuar a viver nos seus novos lares sem passar pelas regras do mercado.

11. RISO, FESTA, FARRA E OUTRAS EXPRESSÕES DO BOM HUMOR

Os inquéritos sobre o uso do tempo são ferramentas muito circunspectas e não entram nos estados emocionais, logo, não perguntam sobre os sentimentos dos entrevistados enquanto dedicam o seu tempo a uma ou a outra atividade. Por isso não sabemos com exatidão, se não por aproximação, o tempo que dedicamos em cada dia a sorrir, a aborrecer-mos ou a chorar.

O *Diccionario da Real Academia da Língua Espanhola* define o riso como o “movimento da boca e outras partes do rosto que denota alegria”. Também traz como segunda definição “a voz ou som que acompanha o riso” e, como terceira, “o que leva a rir”.

O riso possui muitas nuances, porque não é o mesmo sorrir delicada ou impercetivelmente que rebolar a rir (“rir com veemência e com movimentos descompassados”, com o risco de perder o compasso, do qual falava Berceo⁸⁸. O rir de modo tão desordenado até *cair, explodir ou rebentar*. Nestas três expressões coloquiais, mencionadas pelo DRAE, o riso é o agente que provoca a rutura com a normalidade, com a ordem. O normal é estar ereto e inteiro, mas rir muito e de forma desordenada acaba por partir aquele que ri, fazendo explodir o seu corpo como uma granada, arrancando-lhe pedaços que pareciam bem presos. *Descascar a rir* é ainda mais expressivo: o que ri muito e vai deixando escapar as camadas nas quais se envolve com a pele protetora da seriedade. E não referimos aquele que se urina a rir, que perde líquido e decoro, tudo ao mesmo tempo. Pior ainda, o que está morto de rir, incapaz já de nenhuma outra coisa que não seja a celebração do disparate, a contradição e a ironia. Ainda que este último conceito, levado pela arte da metáfora e em sentido figurado para outro território, deixa de ser o riso feliz e transforma-se em algo tão distinto como a inutilidade, o abandono ou a falta de uso.

A farra não pode ser individual como o riso (é prima irmã do riso mas não gémea). Ainda que daquele que ri se pense apenas que está louco, a farra é coletiva e está um grau acima do riso num desafio à ordem. Requer, como ponto de partida, o riso e o bom humor, mas também pede o alvoroço, o barulho e a folia. A farra identifica-se com as despedidas de solteiro, com o Réveillon, com altas horas da madrugada e com tablados de flamengo:

⁸⁸ Gonzalo de Berceo, *Milagros de Nuestra Señora*, edição crítica de C. García Turza, Publ. C. Univ., La Rioja, 1984. Publicação original de 1252.

muita música, volume alto, dança e – ainda que não seja imprescindível – muito álcool e muito sexo. E, talvez, mais coisas. Um domínio da Internet que se anuncia como <www.juerga.com> oferece imensa diversão e sítios «impactantes, atrevidos e excitantes». A farra, na era da Internet, já não é no local; na rede anunciam-se farras internacionais e contactos virtuais nos quais «a intensidade da noite quem a marca és tu».

A farra traz consigo a barafunda e o gozo, a folia e a algazarra, condições que arrastam consigo muito prazer, aos que nelas participam, e são difíceis de compreender – e de perdoar – a quem está à margem, especialmente se acontecem no piso de cima e são três da madrugada. Daí o sábio costume de convidar os vizinhos para se juntarem à farra, como medida diplomática de evitar confusões, o que, contudo, não impede, em muitos casos, uma declaração de hostilidades, ou mesmo a chamada dos representantes da ordem pública, para mediar o assunto e resolver, pelo menos, o nível dos decibéis.

Durante a farra a comunicação não se processa nos moldes habituais; impede-o o ruído ensurdecedor e as conversas sem nexos, aquela algaraviada em que todos falam e poucos conseguem entender o que o outro diz; mas a comunicação gestual e sensível funciona, ainda que não atinja níveis de sutileza requintada. Nos filmes, na sequência após a farra, os protagonistas não se lembram do que falaram ou fizeram, e nisso se baseia a força cômica de tantos enredos.

A *Fiesta* é outra coisa, mais formal e previsível. Ainda que se possa falar de *fiesta* com minúsculas, no sentido de uma celebração (a festa de aniversário ou uma reunião de amigos para se divertirem), e, inclusivamente, também se diz «fazer festas» aos carinhos com que se chama a atenção de uma criança ou um cão, a festa por excelência é a *Fiesta* com maiúsculas e faustuosa. Enquanto a farra desafia a ordem, a *fiesta* coroa-a. Não pode haver normalidade sem exceção, e se não houvesse festa os dias comuns acabariam. A *fiesta* sublinha o corte, faz uma pausa para voltar depois com maior regularidade, aprendido que foi o ritmo da alternância. Por isso as verdadeiras festas não são particulares, mas sim públicas, e as particulares que aspiram a tal estatuto impõem tanta cerimónia como as mais solenes da Igreja ou do Estado, inventando, se necessário, um ritual de costumes para lhe dar relevo. Nos dias de *fiesta* encerram-se escritórios e estabelecimentos públicos, e há diversões e espetáculos oferecidos pelas autoridades. O DRAE apresenta uma belíssima lista de variedades festivas: festas de guardar e de preceitos, fixas, móveis, simples, duplas, oficiais, nacionais, locais. Inclusivamente,

festas de armas, que os antigos adornavam com duelos e combates públicos para diversão dos convidados, hoje transformadas em algo tão rotineiro como os desfiles protocolares e a exibição de novo armamento.

A fórmula antiga da festa como espetáculo e como parte do contrato entre governantes e governados, que teve a sua expressão máxima no *panem et circenses* dos romanos, tem-se renovado sob novas formas. O aumento da produtividade permite que uma população crescente que não está a trabalhar e necessita de consumir o seu tempo, utilizando parte dele em festas. Mas a festa já não possui o antigo sentido de solenidade, de comemoração, ainda que se ofereça como mais uma mercadoria, consumível privadamente em qualquer momento do tempo e em qualquer espaço. Um excelente indicador da perda do sentido tradicional da festa, ligada à celebração de datas comemorativas, pode ser vista no modo como o Inquérito sobre os Usos do Tempo do INE não diferencia os domingos, nem sequer o final da semana, na sua apresentação de resultados, e os dias agrupam-se de segunda a quinta como inevitavelmente laborais, e os de sexta a domingo como um período extenso mais ou menos associado a um período festivo, mas suficientemente extenso para o diluir.

Não creio que el *panem et circenses* que Schopenhauer interpretou como pagamento eficiente dos imperadores romanos ao povo se possa aplicar hoje à maioria dos espetáculos. A separação entre domingo e dias úteis de trabalho é hoje muito menos clara do que era no século de Espártaco. Nem os dias úteis de trabalho são tão dolorosos nem os domingos tão entediantes, de modo que «pão e circo» não serão eficazes para neutralizar a necessidade dos primeiros e o desinteresse dos segundos. Não porque não tenhamos necessidades, dores, tédio e aborrecimento, mas porque eles são resolvidos de outro modo. Contra as necessidades e a dor, existe uma espécie de panem coletivo interpretado pelo Estado Social, fornecido nem em espécie e nem em cheques, mas na folha de pagamento, como pensão ou subvenção. É necessário muita discrição pessoal para decidir qual é o pão, qual é o objeto consumível de cada um. Quanto ao circo, continua a existir, mas transformado em espetáculo desportivo sem sangue. Os espectadores agora têm pouco motivo em participar pois já não decidem a sorte do vencedor e vencido com a inclinação do seu polegar.

O espetáculo moderno é social, mas ao mesmo tempo individualista. O que Debord chamava sociedade do espetáculo estende-se a múltiplos aspetos da vida, mas não requer coexistência no espaço, nas bancadas. O espetáculo pela antonomásia, o futebol, na sua expressão de campeonato e copa,

congrega presencialmente uns milhares de espectadores, mas a sua força social e económica advém dos espectadores ausentes, aqueles que se sentam em casa, no sofá, ou assistem num bar através de um grande *écran*. Não se trata de faltar o elemento festa: apenas que esta é difusa, fracionável, e não imediatamente acessível a todos aqueles que tenham dinheiro suficiente para a pagar. A indústria de produção de festas não para e as suas ofertas cobrem todos os dias do ano, todas as horas do dia. Uma indústria florescente à qual a globalização tem chegado mais rapidamente do que, para exemplificar, à indústria farmacêutica. O que é novo é o facto de o espetáculo se transportar para o âmbito doméstico, para as casas das pessoas. A pequena tela de televisão já ganhou esta corrida com grande vantagem.

O TEMPO QUE SOBRA

O DRAE dá-nos três definições de ócio. A primeira é «o fim do trabalho, inação ou total omissão de atividade». O prestígio que hoje em dia o ócio possui é um meio-termo entre a alta consideração que, por ele, os gregos e os romanos tiveram e o estigma que o acompanhou na idade média e, em geral, no pensamento cristão. Apenas os cidadãos livres poderiam ter ócio na Grécia, porque do trabalho material ocupavam-se os hilotas, os escravos. O ócio era uma condição prévia e necessária para alcançar formas mais elevadas de vida, atividades a que somente os melhores e os mais afortunados poderiam aspirar, como a abstração, o pensamento, a política e o encontro com a natureza. O ócio tem sido um hábito ridicularizado pela doutrina cristã, mais pela protestante do que pela católica. Max Weber, em *A Ética protestante e a Origem do Capitalismo*, estabeleceu uma conexão o sentimento de culpa, a procura de sinais palpáveis da preferência divina através do sucesso nos negócios (os que não são ócios) e o surgimento de formas de organização económica que trouxeram riqueza aos países onde a reforma religiosa triunfou.

A segunda definição a que recorre o DRAE encaixa-se melhor no uso atual do ócio: *é o tempo livre de uma pessoa*. O tempo livre só pode estabelecer-se por contraposição ao tempo não livre, o tempo vendido ou obrigado. Contudo, a liberdade é um assunto sério demais para o converter em critério de delimitação do ócio. As restrições sobre a disponibilidade do tempo têm muitas origens e não se devem unicamente ao emprego. O tempo de descanso, as deslocações, as necessidades pessoais, o estudo, tudo subtrai tempo ao tempo; mas não o privam necessariamente de liberdade. São atividades relativamente escolhidas, se não na atividade escolhida, pelo menos na sua

quantidade, no nível de importância que lhe atribuímos. Como se verá mais adiante, na análise ao Inquérito aos Usos do Tempo do INE, a disponibilidade atual de tempo livre é paradoxal, quase grotesca, porque segue praticamente na direção oposta ao ócio que os gregos e os romanos tanto valorizavam. Hoje dispõem de ócio máximo, se por isso se entende o tempo livre de obrigações contratuais, os doentes, os reformados e os desempregados; três categorias em que quase nada se pode escolher livremente. Mais, que de ócio, do antigo *otium*, se referem a tempo que sobra.

Quanto à terceira aceção de ócio, a de «diversão ou ocupação repousante, especialmente em atividades intelectuais, porque estas se assumem regularmente como descanso de outras tarefas», realmente coincide com a utilização atual do termo, mas fica-se pelo seu lado menos brilhante e menos ativo. Quando as tarefas requeriam esforço físico, o repouso era descanso e sinal de ócio. Mas quando as máquinas se encarregaram de substituir as ferramentas e promoviam a energia necessária, o ócio mudou de significado. Continua a ser uma interrupção de outras atividades, mas não necessariamente repousante. O desporto e o exercício físico é hoje uma forma massiva de descanso, quase uma obrigação moral imposta por prescrição facultativa para que o corpo recupere elasticidade a seguir ao castigo das horas sedentárias. Como a linguagem, é criativo e adapta-se a novas necessidades, o seu uso tem reclassificado o ócio através de dois adjetivos antitéticos: o ativo e o passivo. O ócio passivo parece-se mais com a terceira aceção do DRAE, salvo o facto de não se comprometer com o tema do humor. O ócio ativo transborda-o amplamente, desajusta-se na medida em que vai dando tempo para que surjam palavras novas que descrevam de modo mais certo esses tipos de atividades que cada vez consomem mais tempo.

VIDA SOCIAL E OUTRAS FORMAS DE TEMPO LIVRE

Ao desenhar o Inquérito aos Usos do Tempo, os investigadores confrontaram-se com um problema difícil dada a grande variedade de atividades que ainda não tinham sido classificadas, para além das relativas ao emprego e ao sono. Para dar resposta a uma procura social em crescimento incluiu-se um conjunto de perguntas relativas ao trabalho doméstico, que deram conta de um outro pedaço de capital de tempo inicial de 24 horas. Outro conjunto de questões em torno das «necessidades pessoais», como comer ou tomar banho, tocou, de novo, a questão do tempo que sobra, mas ainda permanecia um elenco de muitas atividades difíceis de agrupar que, segundo o critério poderiam inscrever-se num tipo ou noutro. Os agrupamentos finais são obra de uma

equipa de codificadores que uniram por afinidades o que cada entrevistado descreveu pelas suas próprias palavras, depois de uma minuciosa triagem, para selecionar, até quatro dígitos, os códigos ou chaves mais adequadas. Depois de estabelecidos os extensos e detalhados códigos, a necessidade de tabulação acabou por fazer desaparecer as atividades menos frequentes, assimiladas pelas mais próximas, e o resultado foi, inevitavelmente, traços grossos e poucas combinações nas tabelas publicadas. Ainda que sejam abençoadas, porque embora sendo poucas, significam muito.

Da diversidade de atividades que os ingleses descreveriam como *leisure* e que, muito simplesmente não coincidem com o nosso *ócio*, resultaram vários agrupamentos, mas todos muito artificiais. O primeiro, como veremos, inclui a vida social, diversão cultura e ócio passivo.

Sob a rubrica *vida social* há muitas atividades diferentes e algumas poderiam ser equiparadas com o que anteriormente descrevi como festa e farra, ou como hoje popularmente se descreve como «dar umas boas gargalhadas». Reunir-se com amigos, dançar, festejar, namorar, tomar um copo, sair, ir a uma farra, a um batismo ou casamento, ou acompanhar os amigos num enterro. Bom, este último pertence à rubrica vida social mas não é alegre nem faz rir, embora possa ser solene e festivo num sentido sacro. Jantares de cerimónia, relações públicas e reuniões de compromisso também não se encaixam, pois carecem de descontração e de graça, parecendo mais mornas que outras formas de relacionamento social.

A vida social é a *vida com os outros*, e quase todas as atividades da vida se fazem em companhia, mas entende-se por vida social as atividades cuja utilidade começa e acaba com companheiros e acompanhantes, no prazer ou na obrigação de partilhar a existência. Metade das pessoas tem vida social, um pouco menos nos dias úteis de trabalho (45%) e um pouco mais nos fins de semana. Se metade da população tem vida social há que perguntar quem são aqueles que não têm, aqueles que não ganham/ perdem o seu tempo com gargalhadas e funerais. O que surpreende é que, com as variáveis de análise habituais, não há nenhum grupo com grandes diferenciais que se destaque dos outros, o que sugere um bom indicador de integração social. Que os homens têm mais tempo para si e para cultivar relações fora do âmbito familiar, já o sabemos. Os dados não fazem mais do que confirmar isso, mas a diferença está mais na qualidade do que se faz, do que na quantidade. Frequentemente há empate nesta questão (50,2%), e por quantidade de tempo dedicado, apenas há um quarto de hora diário a favor dos homens. Aquilo a que cada um chama vida social é que já é outro tema, bem como a saber desfrutá-la ou submeter-se a ela, também.

A imagem frequentemente dramática, transmitida pelos meios de comunicação social, dos idosos que vivem muito isolados não corrobora com as médias estatísticas; isto é, as pessoas idosas, em média, não dão nem recebem menos companhia social do que as mais jovens, ainda que se possam verificar grandes concentrações de solidão em casos isolados. Têm mais tempo à sua disposição e podem gastá-lo mais na comunicação com os outros, ainda que vivam sozinhos. Contudo, os números são difíceis de interpretar, porque ninguém diria de si mesmo que o tempo que passa no seu escritório ou loja é dedicado à vida social, e, pelo contrário, há uma verdadeira e intensa vida social de relações amistosas e competitivas, inclusivamente amorosas, raras vezes de indiferença, por vezes de ódio, que se sobrepõem, como uma atmosfera, às estritas relações de produção e se convertem em verdadeiras relações humanizadas. É essa dimensão social do trabalho que perdem os aposentados e as donas de casa, *um modo de estar junto a outros* numa tarefa comum que pode ser mais gratificante e ter um sentido mais profundo do que o mero riso ou o horário fixo dos locais criados especificamente para os acomodar.

Os jovens e solteiros têm mais vida social mas os dados publicados no Inquérito não respondem à pergunta que todos pensam, com um sorriso malicioso, a propósito deste tema. No primeiro inquérito que se fez sobre os usos do tempo no CSIC essa questão era colocada, e na soma de toda a população gastava-se em média quinze minutos diários. Causou-nos muita chacota e gozo, e os problemas de dispersão e falta de veracidade em excesso ou em falta eram tão grandes que nos inquéritos posteriores não repetimos a pergunta. Pertence à intimidade e levanta tantas suspeitas e ocultação que, nas poucas ocasiões em que os institutos de estatística conduzem inquéritos sobre os hábitos sexuais, o fazem advertindo que os entrevistados não têm obrigação de responder⁸⁹.

Se há tempos atrás, por exemplo há 60 anos, a Espanha tivesse preparado um inquérito como aquele a que me referi há pouco, provavelmente, estaria prevista uma categoria que desapareceu: a de atividades religiosas. Nos dados detalhados divulgados pelo INE não aparecem separadas as atividades religiosas, e deduzo que elas estão incluídas na vida social; no entanto, a nota de apresentação que as resume diz que 7% dos entrevistados assiste a missa ou a celebrações religiosas de outros credos. Como todos os outros dados se referem a médias diárias, deve-se assumir que este também

⁸⁹ Segundo o Inquérito sobre Saúde e Hábitos Sexuais do INE, com dados publicados em 24 de julho de 2010, 24% dos homens e 56% das mulheres tiveram relações sexuais sempre com a mesma pessoa. Já 22% dos homens e 4% das mulheres tiveram mais de dez relações com pessoas diferentes.

seja, e que se trata de uma mistura de dias feriados e não feriados, férias e não férias. Segundo a mesma nota, em relação às mulheres, metade dos homens assiste a celebrações religiosas⁹⁰.

Concordo que a missa seja considerada uma atividade social, porque na sua própria terminologia é uma celebração e uma atividade obrigatória durante os dias santos. A imigração aumentou a religiosidade, mas não a católica, e sim a muçulmana e de outras igrejas cristãs. Para além do inquérito do INE, estudos recentes da Fundação Santa Maria indicam o crescente agnosticismo da população espanhola, o que não impede que a visita dos papas ocasione deslocamentos numerosas e grandes espetáculos, entendidos segundo a definição do DRAE como «serviços públicos celebrados num teatro, circo ou em qualquer outro edifício ou local onde as pessoas se reúnem para o apreciar».

O que não fica muito claro no inquérito é o tempo íntimo e privado dedicado à oração ou à meditação espiritual. Provavelmente não foi publicado porque a sua frequência era tão baixa que passaria despercebida, mas não se pode descartar a hipótese de existir uma espécie de pudor intimista que impeça o registo escrito. Se há sessenta anos os bispos presidiam a desfiles e a guerra se chamava cruzada, a expressão da religiosidade era inevitavelmente uma atividade pública, social e política, em que a forma ou invólucro coletivo tinham tanta ou mais importância do que o conteúdo. Hoje em dia não é assim, e é mais difícil medir o seu tempo noutras coisas, pois expressa-se por meio de atividades reflexivas que são menos ritualísticas e litúrgicas do que eram antes.

O modelo protestante de relação pessoal e direta entre o crente e a divindade tem ganho espaço na intermediação sacerdotal e, de modo difuso, mas aparente, há avanços evidentes de outros tipos de experiência espiritual, como o budismo zen. Se a isso forem acrescentados outros movimentos religiosos que espiritualizam a vida quotidiana e atribuem a categoria de oração a atos tão comuns como trabalhar ou apanhar o metro, é mais difícil compreender o pouco tempo dedicado a atividades religiosas e torna-se quase impossível registá-lo apenas sob a rubrica de vida social. Foi Teresa de Ávila que disse, há quase quinhentos anos, que *Deus caminha entre as panelas*. No final, poderíamos pensar que os tempos da cozinha, a que aqui dedicaremos outras páginas, estariam deslocados, e parte do que ali sobra corresponde, na realidade, ao que aqui falta.

⁹⁰ Jesús R. Marcos analisou o tempo dedicado diariamente às práticas religiosas no País Basco em 1993, 1998 e 2003. Ele manteve-se estável em torno de quatro minutos para as mulheres e dois para os homens. Vide *El empleo del tiempo en la C. A. de Euskadi*, www.eustat-es, Cursos de verão da UPV, 28-30 de junho, 2004

Que entretenimento e cultura andem juntas tem a sua graça, porque pode ser que sim ou pode ser que não. Não imagino que alguém que assista à representação de uma tragédia grega a possa classificar como diversão; mas já se viram associações mais estranhas. Ou um ou outro, ou ambas as coisas juntas, em todo o caso apenas 5% das pessoas dedica, em média, cerca de duas horas e quinze minutos. Os homens dedicam-lhe um pouco mais do que as mulheres, ainda que a diferença resultante seja escassa. Onde há diferenças é entre os dias úteis de trabalho e os fins de semana, momento este em que a taxa de frequência quase triplica (8%) face aos primeiros.

No ócio passivo participam 32% das pessoas com dez ou mais anos e consiste em não fazer nada de especial. Outros estudos contrapõem o ócio passivo ao ativo, mas a atividade é tanto física como mental, e algumas atividades como ler, ver televisão, são classificadas como ócio passivo, mas no estudo do INE são classificadas num grupo independente do ócio. Os que participam dedicam-lhe em média uma hora e um quarto diariamente, o que equivaleria a uns quarenta minutos diários para todas as pessoas se fosse repartido por igual.

A julgar pelas associações, o ócio passivo não é um bom indicador de felicidade, nem de saúde, nem de conforto. Ao contrário do dinheiro que se possui, ele diminui nos níveis com mais educação, sendo mais característicos dos inativos (35%) do que dos ativos (28%) e nas mulheres (33%) mais do que nos homens (30%). É quase a única atividade de lazer que é mais praticada nos dias úteis de trabalho do que nos finais de semana. Aos jovens e aos solteiros pouco interessa, mas os que possuem mais de sessenta e cinco anos e os viúvos dizem usá-lo no dobro da proporção dos primeiros. Como um dado curioso, a menor dedicação ao ócio passivo é dada pelos desempregados, e os empresários possuem taxas mais elevadas do que os assalariados.

Os jogos, hobbies e interesses artísticos estão no segundo grupo de atividades de ócio, de acordo com a classificação do INE. Sobre os jogos, Johan Huizinga escreveu há três quartos de século um livro maravilhoso chamado *Homo ludens*⁹¹. A data é irrelevante, porque, embora Espanha estivesse em plena Guerra Civil, o mundo ocidental vivia uma pausa tranquila e procuravam-se interpretações alternativas, ou pelo menos complementares, dos processos de formação das sociedades. Huizinga instalou o jogo como categoria de análise, em pé de igualdade com o *Homo faber*, homem/humanidade feitos

⁹¹ Johan Huizinga, *Homo ludens*, Alianza Editorial, Madrid, 1938, 1.º ed.

de trabalho. Se a imagem do jogo que temos é trivial, como uma atividade irrelevante, após a leitura deste clássico, é possível ver as coisas de outra forma. O jogo é um acordo sobre regras, um pacto, e quem não seguir as regras sabotará o jogo. Mas entrar no jogo exige uma mistura subtil de obediência às regras e fantasia. Os jogos ensinam a estabelecer pactos, organizar equipas, impor disciplina e dar castigos e prémios. A decidir sobre locais e horários, hierarquias e signos. O jogo ensina a marcar o território fora da realidade, a viver como se fosse fazer o que não costuma fazer e nem ser. Sobre o lamentável incidente que envolveu dois viciados em *Role Playing Games*, Arturo Pérez-Reverte fez uma acalorada defesa desse jogo, que, como toda a atividade criativa, pode servir de projeção para quem joga, tanto para o bem quanto para o mal. Ele pode ser pacífico ou conflituoso, talentoso ou vulgar. Alguns até são capazes de convertê-lo numa arte, “uma evasão legítima semelhante à felicidade”⁹².

Ou encontraram outras formas de evasão feliz, ou os adultos devem ter maus momentos, pois apenas 9% declara jogar. Quase só as crianças jogam (57%) e os jovens: se para menores de vinte e cinco anos, a proporção que diz jogar é um em cada quatro, no grupo de vinte e cinco a quarenta e quatro anos entra em colapso, e desce para 4%, sem recuperar. Apenas 6% dos homens casados joga. As mulheres jogam na metade da proporção dos homens. Ao jogo deve-se adicionar *hobbies* (8%), onde também se incluem jovens, solteiros e estudantes. Os ativos dedicam mais tempo a cultivá-los e em último lugar na classificação estão as donas de casa, tanto pela baixíssima frequência (1,2%) como pelo tempo limitado que lhes dedicam (0,57 horas) as poucas que os têm. Devemo-nos perguntar o que lhes aconteceu para perderem os *hobbies* que provavelmente tiveram alguma vez na vida, antes de ingressar nesse estado, e que substitutos encontraram, se é que encontraram, para ter essa evasão “parecida com a felicidade” a que, por meio de hobbies, não chegam.

O exercício físico, o exercício produtivo e as atividades relacionadas com o desporto (por exemplo o transporte) ocupam o terceiro grupo de atividades similares. O exercício produtivo é aquele que deduz ganhos económicos e afeta tão poucas pessoas (0,6%) que não vale a pena mencioná-lo, numa análise geral, tal como as atividades complementares se desvanecem no conjunto. No que diz respeito ao desporto e exercício físico, o agrupamento destas categorias produz resultados um pouco confusos. Fica claro que alguns praticam desporto e outros passeiam ou caminham. Se, para a saúde,

⁹² Arturo Pérez-Reverte, no *El País Semanal*, 26-VI-1994

é desejável e os médicos recomendam as duas variedades, socialmente são atividades muito diferentes. Aqueles que apenas passeiam e caminham mesmo apoiados no braço do acompanhante são muito mais numerosos do que aqueles que nadam, ou jogam basquete e, portanto, os valores médios soam um pouco estranhos.

Aqueles que mais tempo lhes dedicam e fazem exercícios mais frequentemente são os maiores de sessenta e cinco anos (53%). Em média, alguma forma de exercício é praticada por um pouco mais de um terço da população nos dias úteis, e um pouco mais nos fins de semana. No verão, mais do que no resto do ano, e são mais os homens do que as mulheres. Por idade, a distribuição tem a forma de U, com os máximos nos extremos: crianças e jovens numa extremidade e os com mais de sessenta e cinco anos na outra. Por estado de saúde, a distribuição é inversa, em forma de arco: aqueles com saúde muito boa ou muito má fazem um pouco de exercício, provavelmente porque os primeiros não percebem que precisam e os últimos porque não podem ou têm grande dificuldade em fazer esforço. São os intermédios, aqueles que sofrem de alguma doença crónica que não os incapacita, os que mais praticam exercício físico. Sob essa identificação, há muitos pacientes hipertensos com prescrição facultativa de caminhar uma hora por dia. Pouco a pouco tais práticas vão tomando força nos lugares e em estratos sociais onde antes não chegavam, o que é um bom indicador de que outras campanhas médicas poderiam dar frutos nos próximos anos. Mas, em todo o caso, não é uma razão para comemorar já. O grupo mais praticante, o dos homens inativos, não atinge 57%, o que significa que os 43% restantes não fazem exercício.

Em relação à prática de exercício físico, a disponibilidade de tempo influencia-a, e isso explica por que é mais comum entre os inativos, mas também promove hábitos coletivos (por exemplo, atividades desportivas organizadas nas escolas) e as normas culturais que lhe conferem prestígio ou os contrapõem moralmente com outras obrigações. Enquanto se corre, pula e brinca, quem assume as atividades e obrigações restantes? A diferença entre homens e mulheres neste ponto é, obviamente, cultural: na idade escolar quase não se verifica, mas entre os maiores de sessenta e cinco anos, para cada mulher que faz exercício há um homem e meio. Os que têm tempo comprometido pelo emprego fazem muito menos exercício do que os inativos (um terço para os primeiros e quase metade para os segundos) e os que trabalham em *part-time* menos ainda do que aqueles que trabalham a tempo inteiro. Alguns dados são curiosos: por exemplo, os assalariados do sector público fazem mais exercício que os do sector privado. Por grupos

profissionais, o mínimo absoluto, com grande distância do resto dos trabalhadores, ocorre entre os trabalhadores qualificados da pesca e da agricultura. O valor máximo, nas forças armadas e nos grupos técnicos, profissionais e cientistas.

Uma hipótese que sempre coloquei, e que por isso fiquei contente de a ver confirmada, é que viver em casas geminadas não acrescenta nada à prática de exercício físico. Em média, 41% das pessoas que vivem em apartamentos fazem exercício, contra apenas 37% dos que vivem em vivendas. Nem os homens nem as mulheres estão acostumados a fazer exercício, e a minha segunda hipótese é que não têm tempo porque o gastam a ir e voltar para casa, que, inevitavelmente, fica longe do local de trabalho e dos centros de serviço educacionais, comerciais e sanitários. Parte dessas moradias geminadas não é urbana, mas rural. Em todo o caso, os dados estão disponíveis e dão que pensar. Pessoalmente, penso que a imagem publicitária da família a fazer *jogging*, com uns jardinzinhos com pequenos muros ao fundo, é muito atrativa, mas pouco realista.

PRAZERES TRANQUILOS

Ao menos, em princípio, ler, ver televisão, ouvir música e rádio, são prazeres tranquilos, e constituem o quarto grupo de atividades de ócio analisadas pelo Inquérito aos Usos do Tempo do INE. Seis em cada dez pessoas, maiores de dez anos, ouve rádio ou escuta música, e dedicam a estas atividades, em média, uma hora e meia. Mas esse valor não pode estar correto, pois é muito baixo. O problema, como nas atividades do cuidar, é distinguir o que está a ser feito intensamente daquilo que se faz em sobreposição a outras atividades. Ouvir rádio é compatível com tudo, residindo aí a sua vantagem, que não atrapalha o ato de conduzir, de tomar banho, cozinhar, cuidar de doentes ou levar o cão a passear. Talvez o único com o qual não possa ser muito compatível é com a televisão, pois ambos são parcialmente a mesma coisa. Se, ao invés de perguntar “o que faz a tal hora?” tivesse sido perguntado “por quanto tempo ouviu rádio ontem?”, o resultado seria completamente diferente, parecido com o que reflete o EGM (Estudo Geral de Meios) e parecido com o que dizem sempre os que trabalham nessas cadeias, que têm milhões de ouvintes⁹³.

⁹³ Segundo o Estudo Geral de Meios de 2005, as cadeias de rádio têm sete milhões de ouvintes na parte da manhã, dois e meio à noite e outros tantos nos programas desportivos noturnos.

A televisão é a rainha do consumo de tempo: oito em cada dez pessoas veem TV todos os dias, um pouco mais nos dias úteis do que nos dias feriados. O tempo dedicado é altíssimo, três horas diárias. Os homens assistem mais a programas televisivos do que as mulheres e por mais tempo. Quanto mais estudos se tiver, ou maior for o rendimento, menos se vê televisão, especialmente porque os que têm um nível mais alto de estudos coincidem com os que têm rendimentos mais elevados, e, para ter tais rendimentos, eles têm que ter um emprego, o que reduz a sua disponibilidade de tempo. Esta associação negativa é mais frequente entre as mulheres.

Os ativos dedicam apenas duas horas e meia por dia à TV, enquanto os aposentados dedicam meia hora a mais. Ao contrário da imagem bastante difundida, as mulheres dedicam menos tempo do que os homens, independentemente do grupo ocupacional, da idade ou estado civil que esteja a ser comparado. Esta última condição, a familiar, associa-se com a idade e a disponibilidade de tempo, de modo que a classificação de telespectadores por estado civil se fica por esta ordem: máxima nos viúvos, seguidos dos casados, solteiros e, em último lugar os/as divorciados/as.

Finalmente, na classificação de atividades variadas está a leitura. Deixei-a para último por simpatia, por afinidade com aqueles que leem. A leitura é uma mescla de entretenimento, porque nela cabem os jornais e os romances, a Bíblia ou o *Financial Times*. Tudo conta desde que seja letra impressa. Não sei como resolveram no INE a classificação de tempo do uso de computador, que começou como uma atividade típica de estudo ou de trabalho e agora substituiu o correio (eletrónico, o *e-mail*) e está a começar a substituir a televisão e o vídeo, além do telefone e da imprensa escrita diária. Ou, inversamente, o telemóvel serve cada vez mais como correio de mensagens. Na verdade, ele não substitui os conteúdos, mas fá-los chegar de forma mais rápida.

Em cada dia, uma em cada cinco pessoas dedica tempo para ler, apesar de que podem não ser as mesmas pessoas: o conjunto é muito estável de segunda a domingo. As donas de casa são o grupo com menor índice de leitura (18%), porque sobre elas incidem todos os elementos dissuasórios; pouco tempo para si, idade avançada e nível de educação inferior ao dos homens da mesma idade.

Os que mais leem têm entre quarenta e cinco e sessenta e cinco anos, embora não me ocorra explicação para este facto. A faixa etária anterior, os de vinte e cinco a quarenta e quatro anos, tem em média um nível de

educação mais alto, o que nos levaria a supor que leria mais, e estaria enganada. Será que é porque têm maior proporção de crianças pequenas com quem repartem o seu tempo? Será que o seu esforço para se situar profissionalmente lhes deixa muito pouco tempo para outras atividades? Quanto aos idosos, há diversas boas explicações: eles têm menos hábitos por causa da sua trajetória anterior e menos dinheiro para comprar livros. Mas o caso dos jovens maduros é intrigante e fico com vontade de continuar à procura de dados que o possam justificar.

BÚSSOLA PARA A ANIMAÇÃO

O tempo é escasso, e o dedicado aos risos ainda mais. A concorrência entre alternativas é diária, ainda mais durante os finais de semana e as férias. Como decidir entre a enorme gama de possibilidades? Algumas pessoas necessitam de poucos estímulos externos; o seu mundo próprio interior os acompanha e lhes basta. Outras medem a sua autoestima, o que eufemisticamente chamam “cotação das minhas ações”, pela quantidade de convites que recebem para partilhar o tempo livre, e assim desenvolvem estratégias extremamente elaboradas para comprometer, com antecipação, todos os minutos dos seus dias livres. Como intermediário entre cada um e o seu capital de tempo, estão as entidades de oferta de serviços, todas elas competindo entre si, para captar a melhor quota possível do capital de tempo coletivo: a maior quantidade, nos melhores horários, para os utilizadores mais adequados. A concorrência estabelece-se entre entidades lucrativas e não lucrativas. Concorrem pelo tempo dos seus paroquianos as Igrejas; pelo tempo dos seus associados, os clubes desportivos; pelo dos seus sócios, os centros culturais; pelo dos seus militantes, os partidos políticos e associações cívicas. Todas estas entidades competem pela captação de tempo, por encontrar os doadores/ utilizadores mais adequados ao perfil dos seus objetivos. Num outro nível, competem as redes informais de amigos e parentes, que não produzem e consomem apenas vida social, mas medeiam o consumo de outros tipos de ócio. Isto, sabem-no bem as entidades lucrativas que se esforçam por criar espaços e horários especialmente aptos para acolher redes, incluindo a sua criação, facilitando a sua formação entre os adeptos, reforçando duplamente a fidelidade e a tradição.

Acima das redes informais de amigos e parentes, e acima das entidades não lucrativas, na batalha pela captação do tempo, disputam as entidades comerciais. Lutar e competir são o seu foco e, para isso, empregam todos os seus esforços, capacidade organizacional e recursos económicos. As que

captam clientes sobrevivem e as restantes afundam-se e desaparecem. Como estratégia de sobrevivência, tornam-se mais técnicas e fundem-se em companhias cada vez maiores, que homogeneizam os produtos de ócio que têm para oferecer. O cinema e as cadeias de restaurantes tomam a dianteira no caminho do mercado mundial, com Hollywood e os McDonald's a encabeçar. As vantagens da flexibilidade e do conhecimento do terreno dão lugar às iniciativas individuais ou de pequena dimensão, que, em conjunto, somam muitos estabelecimentos e postos de trabalho, mas os índices de rotatividade e fracasso das empresas familiares de ócio e restauração são altos. A tendência é para agrupar em centros lúdicos de grande dimensão, franquizados, que partilham gastos comuns de gestão de instalações, e oferecem quase permanentemente serviços de gama variada, para todo o espectro de gostos e idades.

Para se orientar entre a selva da oferta têm surgido novas ferramentas, muito mais sofisticadas do que os antigos *outdoors* e programas de festas. São os *guias del ocio*, pequenas brochuras semanais que selecionam lugares e atividades para evitar esse trabalho ao candidato a investidor de tempo. Ainda que existam guias que se proclamam independentes, são sempre financiados por alguém, e os anunciantes mandam. Agora os guias fazem parte do mobiliário dos quartos de hotel e dos átrios das estações e aeroportos, muitas vezes entregues conjuntamente com a restante informação turística; até as atividades gratuitas possuem, por detrás, um patrocinador que paga por elas e cobra o preço em visibilidade, aumentando a sua presença. Porém, mais do que o guia sobre o papel impresso, o que caracteriza o momento atual é o guia de âmbito nacional, acessível por internet, que acolhe simultaneamente a oferta de ócio em mais de cinquenta cidades. Ainda que não sejam frequentes, existem consumidores de produtos muito específicos que não se importam de se deslocar quilómetros para os conseguir; ou, ao contrário, há quem decide as deslocações tendo em conta a oferta de ócio que acompanha cada alternativa.

Para finalizar estas reflexões, tenho observado com olhos analíticos algumas páginas da internet⁹⁴ que até agora apenas tinha usado instrumentalmente, procurando uma informação específica. Além da publicidade destacada e da capa variável, a primeira página tem uma estrutura formal muito estável, dividida por temas e com janelas que permitem selecionar rapidamente o lugar que se procura. Digito Barcelona e aparecem-me seis grupos de atividades para escolher: cinema, teatro, espetáculos, restaurantes, noite e

⁹⁴ <www.guiadelocio.com>

arte. As viagens não aparecem como secção fixa, mas as entradas publicitárias acima indicam que as agências turísticas dão um apoio financeiro decisivo para o guia e chamam a atenção do possível cliente de modo coletivo, com a promessa implícita de uma oferta tão pessoal que se ajustará aos seus desejos, sem a necessidade de se apresentar como proposta organizada.

Começo por selecionar a arte, e o guia leva-me a uma escolha mais precisa, pedindo-me que escolha por género (mas ainda não sei que tipo de arte quero desfrutar), sala (caso tenha alguma preferência ou costume visitar um lugar em particular) ou segundo o tipo de exposição (e, neste caso, a sala é irrelevante, podendo coexistir com outras exposições que, para quem procura a informação, não interessam). Curiosamente, o que ilustra a capa é um quadro modernista do museu diocesano com nus na praia. Deixo por agora a arte, e vou aos espetáculos. A alternativa vai da música cubana com percussionistas ao jazz de piano, passando por *revivals* dos anos sessenta, boleros, músicas paradas, musicais e música de autor, de género indefinido, mas descrita como *fresca, de sonoridades novas*.

Em cinema, à primeira vista parece-me tudo conhecido e sigo para os teatros: teria que escolher entre um ballet de Julio Bocca, vários tablados de flamenco e uma tragédia em catalão, de autor norueguês, sobre o passado e o presente, a realidade e o desejo. Os restaurantes, a próxima alternativa, são decepcionantes. A bússola desorienta-me completamente, porque não aparece nenhum dos *chefs* que tem dado fama à cozinha catalã. Está claro que este guia não serve para orientar os que procuram por cozinha; a seleção que anuncia é a de restaurantes-espetáculo: estabelecimentos de aperitivos com música de fundo. Por fim, e não sem um certo susto, clico em noite, algo que até agora nunca tinha feito porque não sou boémia. O que o guia da noite oferece são locais de dança (*venha dançar salsa, a melhor dança...*) e encontros: os que apresentam a classificação de encontros têm sempre uma referência a casal, e nunca em maior número. Porém, para que aquele que procura não pense que terminou o que o *site* oferece, há uma parte com o título “ideias inclassificáveis” onde caberia qualquer variedade possível.

Depois de Barcelona, tento a sorte em Madrid. A capa repete a estrutura e a imagem da tela principal, neste caso trata-se de uma praia paradisíaca, num lago de águas azuis, que parece retirado dum fiorde norueguês. Madrid já tem praia, diz o anúncio, antecipando a breve abertura de um balneário urbano em Parla, um município de demografia galopante no sudeste da capital. A publicidade assegura que a praia conta com areia verdadeira, areia marinha; que a decoração de fundo e os potentes motores criam um fluxo

de ondas autêntico, com a vantagem de estar domesticado e o banhista nunca se arriscar a apanhar bandeira vermelha; e que, além disso, conta com uma vegetação exuberante e serviços extra de massagem e *jacuzzi*. Para aliviar a sensação irremediável de seca de que os madrilenos padecem, outro anunciante oferece rápidos artificiais e a imaginação solta-se, pensando em águas que pulam e salpicam espuma branca no meio das terras secas.

A parte de leão conduz-nos ao parque de diversões, com as suas ofertas ao ar livre tão apropriadas para os meses com bom tempo. Até agora nunca tinha pensado na diferença semântica entre programação de espetáculos e o Parque de Diversões, mas o nome diz tudo: neste último não se trata de se juntar para assistir e tornar-se espectador, mas para participar de atividades atrativas. Não é a mesma coisa, ainda que pareça, assistir aos equilíbrios do equilibrista que sobe na mesma carruagem da montanha russa. Ao contrário dos locais dispersos da cidade, o Parque é, em si mesmo, uma pequena cidade, um território temático rodeado, que concede cidadania e liberdade de circulação durante umas horas em troca de moedas e uma senha, frequentemente gravada como uma tatuagem leve sobre a pele do braço. De repente, dá-me uma enorme vontade nostálgica de escapar para o país dos sonhos e invento lembranças de coisas que nunca vi. Se agora pudesse, deixava de escrever e desaparecia entre gente que ri ou que sorrindo se assusta com a vassoura da bruxa e a máscara de um ogre. Por um momento acreditei que tinha voltado a ter dez anos.

Continuo com a oferta lúdica da minha cidade, que diz garantir-me “ritmo, humor e alegria”, Oferece-me ópera, zarzuela, cinema, e todas as entradas semelhantes às que apareciam para Barcelona. Mas o que captou verdadeiramente a minha atenção e tocou a minha imaginação, foram as duas promessas impossíveis de cumprir: o mar de ondas suaves e o regresso ao paraíso da inocência.

Para terminar o périplo procuro, de seguida, no mesmo guia uma pequena cidade como Segóvia. Não sei se segóvia encaixa bem num guia do ócio, porque a cidade em si mesma é um espetáculo e destino massivo para ociosos. Quem conhece Segóvia sabe do cenário que engloba o seu aqueduto, da tensão dramática entre o verde-escuro de Navacerrada e as planícies amareladas de Castilla la Vieja. Não falta luz e som para lembrar que o rio Águeda e as pedras da fortaleza de Alcázar ali dialogam há séculos. As ruas estreitas por detrás da catedral, as torres românicas, as primeiras andorinhas, a praça baixa de San Lorenzo e as profundezas da Fuencisla oferecem a toda a hora uma atração gratuita ao turista. Talvez por

isso o guia não as mencione, pressupondo que são sobejamente conhecidas, ocupando-se unicamente do efêmero.

A capa e as secções do guia são iguais para qualquer cidade, mas umas estão mais cheias e outras mais vazias. Quando digito teatro, o guia responde-me que não há. Em cinema, a mesma oferta de outras partes; algo para crianças, muita coprodução, algumas aventuras e outro tanto de terror e de mistério. A oferta de arte não é muito grande, mas parece diferente. Há uma exposição intitulada “Desfazer a Pintura” que capta a minha atenção: não chego a descobrir se o visitante recebe um martelo e uma faca ou se a exposição trata de uma reconstrução filosófica, com visita guiada ou livro de instruções. Como não tenho tempo para averiguar, fico com o nome do lugar, que até tem uma certa graça: a pracinha das Belas Artes. Outras duas exposições levar-me-iam a mundos opostos: no Antigo Museu da Bruxaria prometem múmias, relíquias, fórmulas mágicas e venenos. Em Turégano, o Museu dos Anjos continua a aguardar a minha chegada, repleto de formosas criaturas celestiais. De forma surpreendente, a noite do ócio segoviana apresenta-se com um tal grau de precisão que parece uma agenda ou catálogo de drogaria, pelo menos na primeira parte: requer que sejam definidos claramente os critérios de busca, optando por seguir o nome do lugar, o estilo ou a região. Oferece variedade de lugares eróticos, para gays e lésbicas e para despedidas de solteiro. Quanto aos restaurantes, o guia apresenta uma pousada digna da cidade, uma pousada requintada e moderna que oferece cama e mesa aos que vêm de fora para visitar a cidade, ignorando os que nela vivem. Os critérios de busca são por tipo de cozinha, preço e região. Porém, além disso, como tributo ao seu papel de cidade complementar, oferece ainda um critério de classificação que noutras cidades ou noutros guias não teria tanta importância, fazendo-nos saber se abrem aos domingos, se admitem clientes de última hora, se servem para fora, ou se têm restaurante ao ar livre com jardim ou terraço.

Termino por agora esta incursão nas possibilidades do ócio. Leva muito tempo a atualizarmo-nos sobre as ofertas disponíveis para gastar o tempo, e não estou muito segura de que a minha bússola para a animação tenha o íman a funcionar muito bem. Talvez o seu norte magnético necessite de uma correção manual, ou do boca-a-boca infalível do que gostaram aqueles que têm a mesmas preferências que eu ou o mesmo ritmo de tempo.

12. O ANO EM QUE AS MULHERES DEIXARÃO DE SER VIVÍPARAS

A EXPULSÃO DO PARAÍSO

Na capela Brancacci, em Florença, há um fresco de Tommaso di Giovanni, geralmente conhecido por Masaccio, intitulado *A expulsão de Adão e Eva do Paraíso Terrestre*. Masaccio pintou-o pouco antes de morrer, em 1428, encomendado pelo rico comerciante que deu o seu nome à capela. O Estilo é decididamente renascentista, enquanto outros frescos da capela, pintados simultaneamente, ainda correspondem ao estilo gótico. Não apenas pela perspectiva, mas, acima de tudo, pela aceitação definitiva do nu e pela semelhança das personagens de Adão e Eva com as pinturas e esculturas clássicas, a obra é completamente moderna. O limiar que separa o Mundo do Paraíso é uma porta de pedra branca que se abre para uma paisagem amarelada; Adão contrai o estômago tomando fôlego e Eva solta um grito de dor, que antecipa a expressão que, séculos mais tarde, Munch immortalizaria. Um restauro realizado em 1988 devolveu a cor original à capela, que sofreu um incêndio no século XVIII. Agora brilha a pele dos nossos primeiros pais sobre um fundo de céu esplendorosamente azul.

O destino de Adão e Eva no mundo, convertido num caminho estreito entre paredes escuras, ainda não parece ser totalmente mau, na representação de Masaccio, e sobre as cabeças dos expulsos está um anjo de túnica avermelhada que levanta para o céu uma afiada espada. Exceto pela barreira física, não se pode perceber se entre o espaço em que são expulsos e ao que chegam há diferenças no esplendor, porque para além da porta fechada, nada se vislumbra do Paraíso perdido. Como parte do restauro contemporâneo, além de se devolver a luz e a cor à pintura, desapareceram as grinaldas de folhas que cobriam as partes íntimas de ambos.

Num outro lugar não menos conhecido do que a capela Brancacci, a Capela Sistina, no Vaticano, Michelangelo também deixou como legado uma pintura excepcional com o tema do pecado original e a expulsão do Paraíso. Michelangelo pintou Adão e Eva atléticos, e a árvore do Paraíso, onde se enrola o homem-serpente que oferece a tentação, está coberta de folhas. Mas o Paraíso não parece um lugar atrativo: apenas pedras e rochas onde Eva se senta e apoia o seu corpo com ar de prazer. Adão, de pé, é um titã loiro que levanta as mãos para agarrar o fruto cobiçado. A próxima cena mostra o casal de fundadores fugindo sob a ameaça do anjo, que põe a

lâmina da espada no pescoço de Adão. No minuto que separa as duas sequências, ambos envelheceram dez anos. Continuam atléticos mas os seus rostos estão contraídos como reflexo da desgraça e ambos se encontram agachados sob o peso do medo.

Em Madrid, no Museu do Prado, o ângulo superior esquerdo do quadro de Fra Angelico, intitulado *A Anunciação*, também mostra Adão e Eva no momento em que têm de abandonar as árvores floridas e os frutos fáceis do paraíso. Adão e Eva são, neste caso, dois jovens, com os pés descalços, cabelos quase albinos, mas não estão nus e sim cobertos com túnicas rústicas. Mais uma vez, o anjo vermelho abre as asas como um pássaro, mas neste caso parece muito mais amável do que os anteriores e indica-lhes o caminho para que cumpram a ordem de expulsão. Adão e Eva saem do Paraíso juntos, quase abraçados, enquanto um leva as mãos à cabeça e o outro as junta num gesto mais próximo de uma oração do que de um desafio.

O que têm em comum as três pinturas é a representação da perda de um passado dourado e o começo de uma etapa de dificuldade e pena. Em suma, o começo do tempo humano. Como castigo, Adão terá que conseguir o pão com o suor do seu rosto e Eva irá partir com dor.

Desde que a expulsão, que os três pintores representam, ocorre, supõe-se que se passaram milhares de anos, mas durante este tempo, os homens aprenderam a voar e a trabalhar com ar condicionado, enquanto as mulheres continuam a dar à luz com dor. Os homens podem descer ao fundo do mar, mas as mulheres continuam a dar à luz com dor. Os filhos, os netos e bisnetos de Adão agora podem ver com instrumentos científicos o que está a acontecer a mil, cem mil ou um milhão de quilómetros de distância e pisam a Lua. Mas as mulheres continuam a dar à luz com dor.

TEMPO DE CESARIANAS

Nos finais de semana não nascem crianças. Somente os que mostram um forte desejo de apressar o seu nascimento podem nascer nestes dias de descanso; porém, por menos tímida que seja a sua manifestação de desejo de nascer, nascerão na sexta ou na segunda-feira.

Há séculos que a palavra cesariana se usa para descrever os partos não vaginais, em que o feto é retirado por intervenção cirúrgica do ventre da mãe. O seu nome tem uma etimologia confusa, já que é atribuído a Júlio

César, que nasceu por este procedimento. Na verdade, é mais provável que tenha uma origem anterior, relacionada com o verbo latino *caedere*, que significa “cortar”. A frase em latim *a matre caesus* significava “cortado da mãe” e descrevia essa operação. A lei romana chamada *lex caesarea* exigia que este procedimento fosse feito nas mulheres grávidas moribundas para salvar a criança. Seja qual for a sua origem, a lenda foi permanecendo e, ainda hoje se recorda César de cada vez que se pratica uma cesariana.

Como aponta um relatório recentemente publicado pela SESPAS, em Espanha são feitas mais de cem mil cesarianas por ano, e a opinião pública tem dúvidas se são ou se há abuso da prática. O que não há dúvidas é que o ritmo de crescimento das cesarianas parece incontrolável. Nos países desenvolvidos, a taxa de cesarianas é de 10 a 15% do total de partos, mas em alguns países como os Estados Unidos, o número chega a 23%. No Canadá é de 21% e, no Reino Unido, 20%. Em Espanha, a tendência crescente de utilização de cesarianas está bem comprovada: em 1985, apenas dez em cada cem nados vivos nasciam por cesariana, enquanto em 1996 o número subiu quase para o dobro.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que uma taxa de cesarianas de 15% seja adequada, mas atualmente em Espanha os registos apontam para 25%, ou seja, um em cada quatro bebés. Há diferenças significativas na frequência com que são utilizadas as cesarianas, em diferentes tipos de centros de saúde e inclusive em diferentes centros da mesma unidade administrativa, como públicos e privados. Alguns centros têm um número record de cesarianas, chegando a atingir os 43% dos partos atendidos. A este número é necessário acrescentar os 18% que utilizam fórceps, o que indica um elevado grau de manipulação ou intervenção no processo de nascimentos.

Nos centros de saúde públicos, para cada cesariana são feitos 4,8 partos vaginais, mas nos centros de saúde privados esta proporção é somente de 2,9; são muito mais frequentes as cesarianas em centros privados do que em públicos. Embora toda a gente esteja de acordo quanto aos números não há tanta unanimidade na interpretação dos factos. Entre as explicações mais frequentemente utilizadas é a de que aumentou a idade média das mães e que, além disso, são na sua grande maioria primíparas, originando um maior risco nos partos. Há também uma maior proporção de grávidas com partos múltiplos, assim como mulheres que já realizaram uma cesariana em partos anteriores. Os ginecologistas recomendam cesarianas nos casos de *distócia*, ou seja, quando o trabalho de parto é muito prolongado e deixa o bebé e a

mãe exaustos, ou quando há sofrimento aparente, tanto fetal como materno. Também é recomendado em casos de placenta prévia, nascimentos múltiplos ou pelo grande tamanho do feto. Mas mesmo com todas estas recomendações e explicações parece ser totalmente justificável o grande aumento do número de cesarianas em Espanha e no resto do mundo desenvolvido.

Os defensores da cesariana dizem que ela é mais segura tanto para a mãe como para o filho. Os críticos dizem que o período de recuperação é mais longo e alguns remédios não podem ser usados porque a mãe levou demasiada anestesia. Além disso, também se perde o contacto natural, especialmente durante as primeiras vinte e quatro horas em que a criança tem que ficar longe da mãe, sob observação. As endorfinas, sem a passagem da criança pelo canal, deixam de a beneficiar e também se destaca como um elemento negativo o facto de, por não passar pelo canal, os pulmões da criança não se contraem e não facilitam a sua respiração posterior. Mas não há dúvida que os dados sobre a taxa de sobrevivência são mais elevados após este tipo de operação cirúrgica.

Se foi dado à cesariana o nome de uma personagem tão brilhante como Júlio César, é de destacar que, apesar de ter nascido por este procedimento, ele sobreviveu, e não apenas ele, também a sua mãe, o que apenas poderia ser explicado pela sua extraordinária condição sobre-humana. A primeira cesariana de que se tem notícia, em que a mãe sobreviveu, ocorreu em 1500 e, ainda em 1865, os registos da Grã-Bretanha e da Irlanda mostravam que a mortalidade das mães, nestes casos era de 85%. Os elementos que facilitam a sobrevivência são a assepsia e os antibióticos, além das transfusões de sangue e o aperfeiçoamento das técnicas de sutura e incisão. A anestesia é outro elemento-chave que contribuiu para tornar possível a cesariana, já que a dor terrível da incisão tornava impensável a sua prática, a menos que, como dizia a lei romana, as mulheres estivessem moribundas.

O que me interessa destacar agora é a relação entre a maldição bíblica proclamada pelo anjo no momento da expulsão do Paraíso e o atraso na aplicação das técnicas de redução da dor no parto. Não é que tenham sido negados às mulheres os avanços médicos já mencionados, que também não existiam para o resto da população, mas na verdade não terão sido promovidos nem convertidos num objetivo prioritário, com toda a celeridade possível. Ainda hoje o grau de sofrimento e a falta de liberdade que muitas mulheres experimentam na gravidez e no parto não está em consonância com a evolução técnica obtida noutros aspetos da vida social e não se pode dissociar essa dor desnecessária da condição subordinada das mulheres.

Enquanto a ciência não estiver ao serviço de todos e as mulheres não participarem ativamente nas decisões dos programas de investigação que querem apoiar, continuarão submetidas às maldições antigas, que as mantêm afastadas de outras formas de vida a que poderiam aspirar. Atualmente, o número de mortes nos nascimentos por cesariana é três vezes maior do que por partos vaginais, mas é uma proporção que continua constantemente em queda. E os partos normais não são comparáveis com os que são feitos por cesariana, porque estes últimos são praticados em casos de risco muito maior do que os partos vaginais, como quando as mães sofrem de doenças cardíacas ou outros problemas médicos.

Uma vez que tenha ficado bem estabelecida a tendência crescente de que os nascimentos devem ocorrer em ambientes médicos, é inevitável questionarmo-nos sobre o que acontecerá no futuro, caso este processo se continue a intensificar e a expandir. As razões a favor da tecnicidade nos processos de nascimento são, a meu ver, muito mais fortes e de maior peso do que as razões contra, embora existam lógicas suspeitas em alguns casos a respeito da utilização abusiva das tecnologias disponíveis.

Um debate interessante atualmente em foco é a cesariana eletiva ou programada, realizada antes que se entre em trabalho de parto e sem responder a razões médicas, mas à solicitação expressa da mulher grávida. Como a cesariana tem implicações médicas e económicas, levanta-se o debate sobre se é uma medida opcional que deve estar à disposição de qualquer mulher que a solicite ou se é uma exceção que unicamente deve ser utilizada por razões médicas e não por questões subjetivas ou económicas.

No sentido oposto vai o debate suscitado pela associação *El Parto es Nuestro*, que reclama para as mulheres um papel mais importante na tomada de decisões sobre como pretendem desenvolver a sua gravidez e, acima de tudo, o seu parto.

O que confunde ou obscurece os números de aumento de cesarianas não é tanto a suspeita de que as mulheres são cada vez mais incapazes de dar à luz naturalmente, mas que se trata de uma atividade lucrativa, tanto direta como indiretamente, e mais cómoda para os profissionais envolvidos. Os honorários dos profissionais e a rentabilidade das instalações gerais dos centros hospitalares aumentam nos casos de cesarianas em comparação com os partos vaginais. Daí o receio de que esta prática se estenda por razões espúrias ao interesse da mãe e da criança.

O ANO EM QUE AS MULHERES DEIXARÃO DE SER VIVÍPARAS⁹⁵

O tempo de gestação é previsível desde os tempos antigos. Os antigos ginecologistas estimam que dure duzentos e oitenta e três dias, começando a contar a partir do primeiro dia da última menstruação. No entanto, a gravidez é um processo biológico que os seres humanos inevitavelmente convertem num processo social, distinguindo entre o momento da ovulação, da fecundação, da nidação e do parto. A polémica sobre a distinção entre fecundação e a nidação teve e tem grandes consequências sociais, moras e políticas. Em diferentes períodos históricos, estes limites temporais serviram para definir conceitos tão importantes como o da vida humana e, conseqüentemente, para concretizar, interpretar e aplicar as leis que regem tudo o que está relacionado com o risco, a ameaça ou a morte de seres humanos vivos.

Uma boa prova da importância dos preconceitos de género na formação do pensamento ocidental está na teoria aristotélica de que o tempo de nidação para os fetos do sexo masculino é de quarenta dias, enquanto o tempo de nidação dos fetos do sexo feminino é o dobro, oitenta dias. O enorme prestígio intelectual de Aristóteles fez com que muitas das suas ideias fossem acolhidas pela igreja cristã e transformadas em leis civis em todos os territórios em que o cristianismo serviu de inspiração legal. Por exemplo, o aborto tinha consideração distinta, dependendo se o feto abortado fosse menino ou menina, exatamente porque, se tivesse ocorrido, no caso das meninas, antes de oitenta dias, não havia atentado contra a alma, mas apenas contra um corpo inanimado.

Até hoje, nem a cultura nem a tecnologia têm influenciado esta fronteira natural dos duzentos e oitenta e três dias de gestação, mas é razoável perguntar-se quanto tempo levará para que esta etapa seja alterada e quais serão as consequências sociais desse encurtamento⁹⁶. Se as cesarianas levaram cerca de dois mil anos para se converterem numa prática comum, não devemos supor que demorarão outros dois mil anos a implementar-se novas modalidades de nascimento, já que a velocidade da mudança tem

⁹⁵ Vivíparos são animais “cuja fêmea tem filhos na forma de fetos bem desenvolvidos, por exemplo, os mamíferos” (DRAE). Sobre a biologização das mulheres e a criação das classificações científicas dos mamíferos ocupei-me com bastante seriedade e um pouco de humor no ensaio “*Femina sapiens, homo testicularis*” dedicado a Linneo. Ele foi publicado na coletânea de ensaios sobre Ciências e Letras intitulada *Si Aristoteles levantara la cabeza*, editorial Cátedra, 2000

⁹⁶ Atualmente o período de gestação e de lactação é refletido na legislação laboral e têm considerável importância económica. Qualquer modificação poderia gerar mudanças em cadeia por toda a vida social. Ver Christal Tobler, “*Procreation time. Pregnancy and Chilbirth in EC Sex Equality Law*”, *Time and Society*, vol.5, núm3 (1996), págs. 363-383.

sido exponencial nas últimas décadas. A forma de parir mudou mais nos últimos vinte anos do que nos dois mil anteriores. Se esta velocidade de mudança se aplica às tecnologias relacionadas com o nascimento, não levaremos muito tempo para substituir as atuais formas cruéis de parto por formas menos cruéis e dolorosas. A monitorização, os controlos periódicos e a vigilância médica da gravidez já proporcionaram às mulheres nascidas após a Segunda Guerra Mundial uma grande melhoria no modo de levar por diante uma gravidez, em comparação com o que foram as condições de gravidez, gestação e parto das mulheres de épocas anteriores. Com o planeamento utilizado em quase todos os nascimentos nos países desenvolvidos e com taxas de crescimento de 25% de cesarianas, podemos concluir que chegou uma nova era para a tecnologia, não somente da reprodução, mas também da chegada ao mundo.

Provavelmente as mudanças serão introduzidas, como já se está a fazer, para resolver situações graves de risco para a mãe ou para a criança. O que os romanos chamavam *lex caesariae*, de alguma forma, será implementada como protocolo obrigatório em todos os hospitais materno-infantis, quando houver sinais de risco para a criança ou para a mãe. Mas, sucessivamente, a tecnologia colocada à disposição e aperfeiçoada para os casos extremos começará a ser opcional para outros casos em que não haja perigo real de morte, e acabará por ser mais uma opção à disposição das mulheres grávidas.

É também previsível que o período de maturação intrauterina da gravidez se reduza progressivamente. Não tanto pela linha da clonagem, que sem dúvida avançará noutros campos da vida animal, mas pela antecipação do final da gestação em condições intrauterinas. À medida que as mulheres disponham de possibilidades reais de terem filhos sem a necessidade de os carregar no seu ventre durante as quarenta semanas da gestação normal, começará a ser frequente que a gestação comece de modo intrauterino mas, chegando a um ponto em que a tecnologia seja capaz de a completar, sem riscos para a mãe nem para a criança, continue sob vigilância médica em condições externas à mãe. O tratamento médico e a prevenção de doenças intrauterinas ganharão uma importância que ainda não possuem, porque ainda não é possível intervir no interior do útero.

A confiança na ciência e na tecnologia não pode ser cega, mas condicionada. Embora o destino coletivo da humanidade dependa do que formos capazes de fazer com o conhecimento e, portanto, devemos apostar decididamente na promoção da investigação, os problemas do mau uso da ciência não são triviais. A generalização da ecografia permitiu conhecer antecipadamente o

sexo das criaturas que vão nascer, e o resultado foi uma brusca descida no nascimento de raparigas nos países onde, por tradição cultural, valorizam negativamente o sexo feminino. Não é novo este resultado, porque antes ocorria infanticídio uma vez nascidas, mas agora faz-se num contexto sanitário e assético. Como amostra, este exemplo é suficiente para resfriar algum impulso de submissão excessiva à ciência para desenhar o futuro. É bom tomar precauções e não perder o norte dos objetivos para os quais se deseja avançar.

Mas, uma vez assinaladas as cautelas, o argumento tem que ir em direção ao apoio à ciência, sem restrições. Entretanto, as mulheres possuem uma necessidade de conhecimento maior do que os homens para se tornarem o que podem ser, além do que já são. Nisso consistiu o lento caminho da humanidade, desde os tempos mais remotos. Mas acontece que a biologia e a medicina não são neutras, mas construídas por encomenda, como qualquer outro bem social. E só investigará os campos em que haja pressão social para obter novos conhecimentos e resolver problemas considerados importantes.

Não sei quanto tempo demorará até que este tipo de práticas se implementem, mas não tenho nenhuma dúvida de que lá chegaremos. É paradoxal a enorme expectativa, levantada na Espanha, em torno das descobertas que mostram vestígios dos nossos distantes ancestrais, nas profundezas de Atapuerca, e que não se levante uma expectativa semelhante sobre como serão os nossos descendentes. O caminho da evolução dos homens e das mulheres de Atapuerca até nós tem sido lento, porque eles só podiam influenciar-se a si mesmos; mas a humanidade do século XXI pode, para o melhor e o pior, influenciar poderosamente o seu próprio destino, incluindo o destino biológico. Por isso, creio que não falta muito para que chegue o dia em que um parto humano vivíparo se torne notícia, e não o contrário.

EPÍLOGO

O que as páginas anteriores mostram com clareza é que o tempo é um fator económico de primeira magnitude. O consumo de tempo, principalmente o tempo para o cuidar, é um custo de produção essencial nas economias modernas, ainda que poucas vezes seja incorporado nas análises económicas por se tratar de um bem consumido fora das relações de mercado que se concretizam num preço pactuado.

Enquanto a análise económica for tão parcial como agora se tem verificado, circunscrita às atividades monetárias que se produzem, no mercado, não se entenderá o funcionamento do conjunto da economia, que inclui as atividades monetárias e não monetárias, os intercâmbios monetários e os não monetários.

Para ilustrar esta realidade económica fora do mercado tem sido realizada uma análise detalhada do consumo de tempo que requer atividades tão essenciais na sociedade contemporânea como o cuidar das crianças, a limpeza, a preparação de alimentos, o transporte e a atenção a pessoas dependentes e/ou doentes.

Como todas as economias, a economia do tempo é uma economia política. Não se produz em abstrato, no vazio social, mas através de sujeitos que fornecem o seu próprio tempo à produção de bens e serviços e que consomem o seu próprio tempo bem como o alheio. A divisão do trabalho não se realiza em condições reais de liberdade de escolha e existe uma luta subterrânea para melhorar as condições de venda no mercado de trabalho da própria força de trabalho, deslocando para outras atividades que não beneficiam do progresso tecnológico nem da organização coletiva. Estas páginas mostram as bases do grande pacto social que dá coesão à sociedade espanhola, muito mais estável e profunda que os epidémicos pactos realizados entre partidos e outras formações políticas para a gestão dos assuntos públicos: é o pacto de cessão do tempo de cuidado entre gerações que articula o passado com o presente e o futuro, tornando viáveis os outros pactos de menor alcance. Ao pacto de gerações soma-se o pacto entre homens e mulheres, que vincula profundamente o âmbito público com o privado.

O carácter político mais importante nos nossos dias não é a quebra ou renegociação dos pactos territoriais, ou a formação de coligações parlamentares, por mais que ocupe um lugar de destaque entre os meios de comunicação

e comova a opinião pública. O que realmente está a construir uma nova sociedade é a quebra e lenta formação de um novo pacto social nas relações entre os homens e as mulheres, ou entre mulheres e homens, se se quiser refletir melhor a ordem de urgência nas iniciativas de mudança. Conjuntamente, também se está a criar um novo pacto sobre direitos e deveres dos pais em relação aos filhos e dos filhos em relação aos pais e outros familiares. Uma redefinição silenciosa e profunda, que alcança aspetos tão substanciais como o nascimento e a morte, ou o convite para a entrada e saída nas humanas fronteiras do tempo.

A ciência e a tecnologia têm um papel chave na definição das condições em que se pode realizar o novo pacto social; por esta razão, mais a título de ilustração do que de exposição exaustiva, analisou-se, com detalhe, um pequeno ponto no imenso panorama de mudanças propiciadas pelo avanço científico e tecnológico: o do tempo necessário (em função da terminologia disponível) para produzir um ser humano dentro do útero materno. É apenas uma pequeníssima fração das múltiplas mudanças que se aproximam nos próximos anos, e destaca os ritmos e prazos seculares que temos aceitado como impossíveis de ser alterados (por exemplo, os duzentos e oitenta e três dias de gestação na abóbada materna) se podem converter, num futuro não muito distante, numa simples lembrança.

Se este livro fosse um manifesto, ele terminaria com uma frase enérgica, que incitasse a mobilização de todos/as os/as que se sentem expropriados do uso do seu tempo. Algo como “Expropriados do tempo, uni-vos!”. Mas como não é um manifesto, por mais que tente contribuir para a inovação nos modos de usar e redistribuir o tempo com algumas páginas reflexivas, de ritmo lento, que adicionam subtileza e profundidade à análise, ainda que sigam ao largo da intensa carga política. Nem todo o trabalho não remunerado é imposto; existem inúmeras atividades que transbordam dos limites do necessário ou obrigado e se convertem em presente, em arte e em jogo.

Junto às dimensões económicas e políticas do tempo, não poderia faltar neste ensaio um olhar complementar sobre a dimensão histórica e psicológica. Os modelos de distribuição e sentido do tempo que agora vivemos não existiram sempre nem em todas as partes, e a lembrança do seu histórico melhora as possibilidades de enfrentar as mudanças convenientes. Em relação ao modo subjetivo de viver o tempo, convém lembrar o modo como boa parte da população espanhola, 53% segundo o Inquérito aos Usos do Tempo do INE, não sente agonia por falta de tempo. Os que concentram esta sensação angustiante de escassez são a população jovem/ madura, entre

os trinta e cinco e os cinquenta anos, que têm que conciliar atividades tão absorventes como a formação e manter uma nova geração com o início e consolidação da sua vida profissional.

As mulheres sofrem especialmente a agonia da falta de tempo, que afeta uma em cada três mulheres contra um em cada quatro homens. Quase a título de anedota, lembraremos que o grupo social mais stressado por este motivo é, precisamente, o das mulheres com título universitário que se encontram a preparar ou a terminar o doutoramento. Mas as mulheres sentem com maior ansiedade os problemas de falta de tempo não tem nada a ver com a genética nem com peculiares idiosincrasias femininas. Deve-se à acumulação de papéis e expectativas sobre obrigações socialmente acordadas que podem e devem mudar. Até aos dezasseis anos, quando o papel de estudantes ainda possui uma poderosa força igualitária, não existe um sofrimento especial das mulheres em relação ao tempo. Entretanto, seja qual for a situação laboral ou familiar analisada, as mulheres adultas padecem de mais escassez de tempo do que os seus companheiros homens. O caso extremo ocorre entre os divorciados/as: enquanto os homens reduzem o seu nível de stresse corporal abaixo do nível dos casados, aproximando-se da situação mais relaxada dos solteiros, as mulheres divorciadas superam o stresse das mulheres casadas, sofrendo, em média, o dobro do stresse temporal sofrido pelos seus ex-companheiros.

O uso do tempo não é apenas um assunto individual e privado. Também é coletivo e público, como provam muitos municípios europeus que têm estabelecido, nos últimos dez anos, unidades administrativas encarregues de melhorar a gestão do tempo. Estas dedicam-se, sobretudo, a melhorar os sistemas de transporte e as tramitações, assim como a flexibilização, coordenação e racionalização geral dos horários. Em nenhum outro aspeto o uso do tempo é tão evidente, como no uso do transporte, a perda injustificada desse recurso escasso e exclusivo que é o tempo, e a necessidade de planificar a sua redistribuição como um dos objetivos da gestão pública.

Finalmente, este ensaio mostrou a variabilidade da relação com o tempo de diversos grupos sociais e durante o ciclo de vida. As tendências dominantes não têm de nos fazer perder de vista as amplas minorias que se mantêm em redutos antigos de comportamento temporal, nem os interesses contraditórios que afetam a estrutura social, cada vez mais aberta para a internacionalização. A velha imagem da distribuição do tempo em três núcleos de duração parecida (o sono, o emprego e as atividades pessoais) quebra-se com os dados aos quais tivemos acesso. O tempo destinado ao sono mantém-se

estável, mas as outras duas categorias desfazem-se perante a pujança de novas formas de vida que alargam enormemente os períodos anteriores e posteriores ao período economicamente ativo, que consomem grandes quantidades de tempo com o transporte e gestão, e que oferecem alternativas reais, acessíveis a milhões de pessoas, de ritmos, ruturas e fracionamentos do uso do tempo/ espaço até agora desconhecidas.

Ainda que soframos – e nos queixemos por isto – com a falta de tempo, nenhuma época anterior teria oferecido ciclos vitais tão longos e com tanta probabilidade de serem percorridos inteiros. Somente por isso, pela quantidade de tempo extra à nossa disposição, temos que inventar novas formas de o usar produtivamente e dele desfrutar.

ÍNDICE DE NOMES

- Abderramán III: 151
Aborch, Carmen: 44
Alis, Carsten Leopold: 32
Anderson, Hans Christian: 76
Angélico, Fra: 186
Añón, Carmen: 151
Aristóteles: 84, 190
Ariza Muñoz, Carmen: 151
Astelarra, J.: 50
Augusto: 28
- Bauman, Zygmunt: 118
Bbecker, Gary: 50
Berceo, Gonzalo de: 167
Bernabeu, Mestre, J.: 91
Bittman, Michel: 95
Blanco, Miguel Ángel: 148
Bocca, Julio: 182
Bonaparte, Luis: 34
Buqueras, Ignacio: 138
Bustelo, María: 50
- Camus, Albert: 113, 114
Carlos I (V da Alemanha): 56, 57
Castroviejo, José María: 58
Cervantes, Miguel de: 11, 75, 76, 109
Chaplin, Charlie: 18
Climent, Daniel: 25
Corbain, Alain: 77
Cunqueiro, Alvaro: 58
Curie, Madame: 36, 37
- Debord, Guy: 169
Deding, M.: 67
Demare, Lucio: 100
Díaz Pascual, Eugenia: 21
Diodoro Sículo: 151
Domingo, Xavier: 57
Doogan, Kevin: 139
Dungi I: 22
Durán, Joaquín: 108
Durrenmatt, Friedrich: 81, 82
- Esculápio: 77
Espártaco: 169
Estivill, Eduard: 108
Estrabão: 151
- Felipe II: 56
Felipe IV: 76
Fernández de Córdova Miralles,
[Alonso: 58
Ferrer Cuñat, Cherna: 59
Fisher, Kimberley: 95
Franklin, Benjamin: 18
- Galeno: 84
Galiana, María: 44
Gaminde, Inda Idoia: 91
García Benevides, F.: 91
García Díez, S.: 50
García Lorca, Federico: 158
García Turza, C.: 167
Garrido, A.: 50
Georgiou, Z.: 50
Gimeno, Manuel: 18
Gonzalez Seville, María Emilia: 58
Gregório XIII: 25

- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich: 90
Hernández Pezzi, Carlos: 59
Hill, Patrice: 95
Homero: 113
Huizinga, Johan: 175
- Iglesias de Ussel, J.: 50
Ikuko, Nishimoto: 26
Ironmonger, Duncan: 68
- Jarvis, Helen: 117
Josesch, Jutta: 49
Juan Manuel, don: 75
Julio César: 28, 187, 188
- Kaufman-Scarboroug, Carol: 144
Kojéve, Alejandro: 90
- Lausten, M.: 67
Lefebvre, Henri: 116
Lisón Tolosana, Carmelo: 55, 57
Luengo, Ana: 151
Luengo, Mónica: 151
Luis de León, Fray: 49
- Maomé: 25
Manzi, Homero: 100
Marcos, Jesús R.: 174
Marías, Javier: 57
Martirio (Maribel Quiñones): 86
Marx, Karl: 34
Masaccio (Tomaso di Giovanni): 185
McCourt, Frank: 40
McCrosen, Alexis: 60
Michelangelo Buonarrotti: 185
Mills, Melinda: 33
Moliner, María: 127
Moreno, Carmen: 148, 149
Munch, Edvard: 185
Muñoz Roldán, Francisco: 118
Mussolini, Benito: 28
- Nabucodonosor II: 151
Napoleão I: 27
Neruda, Pablo: 153
Newton, Isaac: 37
Niemi, Iris: 33
- Parking, Wendy: 72
Percevall, José María: 58
Pérez-Reverte, Arturo: 76
Pérez Sanz, Antonio: 22
Pimentel, Manuel: 140
Pinto, Aníbal: 79
Platão: 22
Polignoto: 113

Ramiro, Diego: 103
Re, A. Del: 50
Rico Nosé, Michiko: 161
Robles González, E.: 91
Rostand, Jean: 21
Rydensdam, Klas: 105

Weber, Max: 170

Zambrano, Benito: 44

Sardou, Victorien: 34
Sánchez, José: 77
Schopenhauer, Arthur: 169
Seeman, Nicole: 59
Semíramis: 151
Sineau, M.: 50
Spiess, Katharina: 49
Steward, Barbara: 136
Stuck, Frank von: 113

Teresa de Jesús, Santa (Teresa de
[Ávila): 77

Thomson, Cathy: 95
Threlfall, M.: 50
Tiziano Vecellio: 113
Tobío, Constanza: 50
Tobler, Christal: 190
Torns, Teresa: 50

Urzainqui, Elvira: 80

Vaiou, D.: 50
Vargas Llosa, Mario: 36, 37
Vidaling, Raphaele: 59
Vilarrubias, Felio: 55

O VALOR DO TEMPO: QUANTAS HORAS TE FALTAM AO DIA?

Conciliar a vida profissional com a vida familiar é um dos maiores desafios da nossa era.

Homens e mulheres estão no mercado de trabalho e ambos vieram para ficar, sobrevivendo, melhor ou pior, às ondas da crise económica.

Continuar a associar as mulheres à exclusividade das tarefas domésticas e familiares e os homens à sustentação económica da família representa, perante a realidade atual, uma falta de visão atroz, com consequências para a economia e para a sociedade em geral.

A história do mundo está a mudar e mudará para sempre.

Estamos perante um momento de viragem a duas velocidades em Portugal, com a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, enquanto a partilha das tarefas domésticas e familiares ainda mal arrancou. Se há 50 anos se poderia racionalmente justificar que fossem as mulheres as principais cuidadoras do lar e dos filhos e filhas, a situação atual carece de total racionalidade, apenas sobrando um evidente desequilíbrio e até discriminação, e que pode ser visto tanto numa perspetiva feminina como masculina.

Ora, precisamente, ninguém analisa e descreve, de forma tão eloquente, a atual dicotomia de género nos usos do tempo, como a Professora María Ángeles Durán.

A primeira vez que tive o prazer de a ouvir tive a sensação de que estava perante uma criatura sobrenatural, e não resisti a apelidá-la de “maga”, cognome que ainda utilizo quando a ela me refiro ou dirijo, o que a faz sorrir a ela e a mim. E esta “maga”, para além de conseguir, de forma inteligente e arrojada, refletir sobre a vida quotidiana dos homens e das mulheres na sua relação com os usos do tempo é também dona de uma enorme generosidade intelectual, que a CITE muito agradece, concedendo-nos a possibilidade de traduzir a obra *El valor del tiempo: ¿cuántas horas te faltan al día?* que agora publicamos pela primeira vez em Portugal.

Este livro, cujo original conta já com 10 anos, mas cuja pertinência e atualidade é total, é talvez o exemplo maior de convite à reflexão, em tom de provocação iluminada e iluminadora, sobre a transversal questão dos usos do tempo e da conciliação entre vida profissional e vida familiar, quer para quem se dedica à investigação, quer para quem se dedica à política, à gestão, à regulação do mercado de trabalho, à educação, à comunicação, em suma, fundamental para todos os homens e todas as mulheres.

Enquanto presidente da CITE, é um enorme orgulho e um imenso privilégio poder publicar esta obra, incluída na coleção de estudos da CITE.

Muito obrigada à Professora María Ángeles Durán, nossa amiga raiana.

Sandra Ribeiro
Presidente da CITE



GOVERNO DE
PORTUGAL